

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

LUIZA PECIS VALENTI

**DEMOCRACIA, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E
PADRÕES DE CONSUMO NA AMÉRICA LATINA:
OS CASOS DA ARGENTINA, DO BRASIL, DO URUGUAI E DO CHILE (1980-2000)**

Porto Alegre

2019

LUIZA PECIS VALENTI

**DEMOCRACIA, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E
PADRÕES DE CONSUMO NA AMÉRICA LATINA:
OS CASOS DA ARGENTINA, DO BRASIL, DO URUGUAI E DO CHILE (1980-2000)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais, Mestrado Acadêmico, Área de Concentração Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Valenti, Luiza Pecis
Democracia, distribuição de renda e padrões de
consumo na América Latina : os casos da Argentina, do
Brasil, do Uruguai e do Chile (1980-2000) / Luiza
Pecis Valenti. -- 2019.
184 f.
Orientador: Marcelo Milan.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Padrões de consumo. 2. Redemocratização. 3.
Distribuição de renda. 4. América do Sul. I. Milan,
Marcelo, orient. II. Título.

LUIZA PECIS VALENTI

**DEMOCRACIA, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E
PADRÕES DE CONSUMO NA AMÉRICA LATINA:
OS CASOS DA ARGENTINA, DO BRASIL, DO URUGUAI E DO CHILE (1980-2000)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais, Mestrado Acadêmico, Área de Concentração Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

Aprovada em: Porto Alegre, 8 de abril de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Milan - Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Alessandro Donadio Miebach

UFRGS

Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão

UFMG

Profa. Dra. Jacquerine Angélica Henández Haffner

UFRGS

Dedico este trabalho ao meu avô, Dr. Manoel Pecis (*in memoriam*), que me serve como fonte de inspiração para que eu sempre cumpra os meus objetivos com persistência e integridade.

AGRADECIMENTOS

Toda conquista é reflexo de um longo processo, construído por várias mãos. Por isso, uso esse espaço pra agradecer a todos que foram imprescindíveis pra esse resultado.

Aos meus pais, **Miriam Pecis** e **Tiago Valenti**, por acompanharem cada etapa da minha formação e, mais do que isso, estarem disponíveis e prontos para me incentivar e aconselhar nas dúvidas que surgem durante o caminho. À minha irmã, **Karina Pecis Valenti**, por ter me auxiliado não só na elaboração do projeto que permitiu o meu ingresso no curso, como também foi um porto seguro necessário em um momento de profundas mudanças políticas e discursos de ódio pelas quais nosso país passou nos últimos tempos.

Ao grande presente que ganhei durante o curso de mestrado, **Vinicius Carrard**, que teve inúmeros papéis durante esse processo e se tornou meu companheiro de vida. Além de todo o suporte emocional e todas as conquistas que partilhamos, ainda tive a sorte de ter ao meu lado alguém com um apurado olhar crítico e que me instigou a dar o melhor de mim, apesar de qualquer adversidade.

Às minhas amigas de uma vida toda, com quem eu tenho a felicidade de poder comemorar cada passo dado em nossas vidas desde a época do colégio. Sinto-me privilegiada em ter ao meu lado pessoas tão especiais e que são uma extensão da minha própria família. Aos colegas do PPGEEI que, ao longo desses dois anos, se tornaram grandes amigos. Tenho certeza de que o apoio e a troca de conselhos foi sustentáculo primordial para traçarmos esse caminho da melhor forma possível.

Aos professores que também me auxiliaram nessa trajetória. **Prof. Dr. Andres Heines**, que apostou no meu potencial e me despertou o interesse pela área de pesquisa em que desejo continuar meus estudos. Ao **Prof. Dr. Carlos Henrique Horn**, que foi diretamente responsável por me fazer entender exatamente a profissão que eu quero seguir e me serve diariamente de inspiração.

Por fim, ao meu orientador **Prof. Dr. Marcelo Milan** que foi peça chave durante o meu processo. Desde o auxílio no trabalho de conclusão da graduação, os conselhos sobre o curso e a cuidadosa orientação da dissertação, tenho muito a agradecer por ter a oportunidade de trabalhar com um profissional como ele. Mais do que isso, agradeço às conversas sobre planos de vida, os conselhos e a referência de como desejo percorrer o resto da minha carreira acadêmica.

“I do not know which makes a man more conservative - to know nothing but the present, or nothing but the past.”

(John Maynard Keynes)

RESUMO

O objetivo do presente estudo é analisar a relação entre padrões de consumo, distribuição de renda e regime político na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai desde as suas aberturas políticas até as suas consolidações democráticas entre os anos de 1980 e 2000. Para isso, regimes democráticos e autoritários são comparados, entendendo as diferenças de direcionamento de políticas redistributivas em cada país e as consequências nos seus padrões de consumo. O trabalho se desenvolve lançando mão da ideia de que os critérios políticos são mais importantes do que os econômicos para as principais tomadas de decisão. Ademais, baseia-se no pressuposto de que, nem sempre, as medidas adotadas resultam em vantagens econômicas líquidas, particularmente em países emergentes e suscetíveis à hierarquia de poder do Sistema Internacional. Após a análise dos quatro casos, conclui-se que o consumo, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, é influenciado não só pela distribuição de renda, mas também pelos efeitos políticos da redemocratização.

Palavras-chave: Padrões de consumo. Redemocratização. Distribuição de renda. América do Sul.

ABSTRACT

This paper analyzes the relationship between patterns of consumption, income distribution and political regime in Argentina, Brazil, Chile and Uruguay from their political openings to their democratic consolidation between 1980 and 2000. In order to accomplish that, the democratic and authoritarian regimes are compared, understanding the differences in the direction of redistributive policies in each country and the consequences on their patterns of consumption. The work is developed using the idea that the political criteria is more important than the economic one for the main decisions. In addition, is assumed that the measures adopted result in net economic advantages, particularly in emerging countries and susceptible to the hierarchy of power of the International System. After analyzing the four cases, it may be concluded that consumption, both in absolute terms and in relative terms, is influenced not only by income distribution but also by the political effects of redemocratization.

Keywords: Consumer patterns. Redemocratization. Income distribution. South America.

RESUMEN

El presente trabajo analiza la relación entre patrones de consumo, distribución de renta y el régimen político en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay desde sus aperturas políticas hasta la consolidación de sus democracias entre 1980 y 2000. Para lograr tal estudio, los regímenes democráticos y autoritarios son comparados, entendiendo las diferencias en la dirección de políticas distributivas en cada país y las consecuencias en sus patrones de consumo. El trabajo se desarrolla usando la idea de que el criterio político es más importante que el económico para la mayoría de las decisiones. Además, se supone que las medidas adoptadas resultan en ventajas económicas líquidas, particularmente en países emergentes y susceptibles a jerarquías de poder en el Sistema Internacional. Después de analizar los cuatro casos, se puede concluir que el consumo, tanto en términos absolutos como relativos, no solamente es influenciado por la distribución de renta, sino que también por el efecto político de la redemocratización.

Palabras-clave: Patrones de consumo. Redemocratización. Distribución de renta. America del Sur.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Modelo do U Invertido	65
Figura 2 -	Curva de Lorenz	68
Figura 3 -	As políticas democráticas de distribuição	78
Figura 4 -	Função consumo Keynesiana	113
Figura 5 -	Estratégias de Conceituação	142
Figura 6 -	Conceituação de democracia	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Evolução dos regimes políticos latino-americanos 1945-2010	32
Gráfico 2 -	Evolução do radicalismo e do apoio à democracia, 1945 - 2010.....	39
Gráfico 3 -	Curva de Lorenz a partir dos censos (PEA com rendimento positivo).....	98
Gráfico 4 -	IDH Uruguaio	106
Gráfico 5 -	Estágios do ciclo de vida do consumidor.....	123
Gráfico 6 -	Evolução dos gastos em bens duráveis x não duráveis no Brasil	132
Gráfico 7 -	Evolução do consumo de bens selecionados entre as famílias com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo mensal. 10 Regiões Metropolitanas, 1995, 2003 e 2004.....	133
Gráfico 8 -	Índice de Democracia na Argentina (1970 – 2000).....	145
Gráfico 9 -	Coefficiente de Gini na Argentina (1970 – 2000).....	146
Gráfico 10 -	Produto Interno Bruto Real na Argentina (1970 – 2000) (Bilhões, LCU).....	147
Gráfico 11 -	Consumo per capita real na Argentina (1970-2000) (LCU)	147
Gráfico 12 -	Índice de democracia no Brasil (1970 – 2000)	148
Gráfico 13 -	Coefficiente de Gini no Brasil (1970 – 2000).....	149
Gráfico 14 -	Produto Interno Bruto Real no Brasil (1970 – 2000) (Bilhões, LCU).....	150
Gráfico 15 -	Consumo per capita real no Brasil (LCU)	150
Gráfico 16 -	Importações Totais no Brasil/PIB	151
Gráfico 17 -	Índice de democracia no Chile (1970 – 2000).....	152
Gráfico 18 -	Coefficiente de Gini no Chile (1987 – 2000).....	153
Gráfico 19 -	Produto Interno Bruto Real no Chile (1970 – 2000) (Trilhões, LCU).....	154
Gráfico 20 -	Consumo per capita real no Chile (LCU)	154
Gráfico 21 -	Índice de democracia no Uruguai (1970 – 2000).....	155
Gráfico 22 -	Produto Interno Bruto Real Uruguaio 1970 – 2000 (Bilhões, LCU).....	156
Gráfico 23 -	Coefficiente de Gini no Uruguai (1981 – 2000)	157
Gráfico 24 -	Consumo per capita real no Uruguai (LCU).....	158
Gráfico 25 -	Índice de democracia na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai (1970 – 2000)	159
Gráfico 26 -	Índice de Democracia x Coeficiente de Gini na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai	160
Gráfico 27 -	Consumo per capita real na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai.....	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Linha do tempo do processo de redemocratização na amostra	58
Quadro 2 - Regimes democráticos x Distribuição de Renda.....	81
Quadro 3 - Medidas e Consequências do PAEG.....	96
Quadro 4 - Bens duráveis x não-duráveis.....	126
Quadro 5 - Dados Econômicos da Argentina entre 1999 e 2002	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Média do Coeficiente de Gini por regiões	87
Tabela 2 - Parcela da Renda Total detida pelo primeiro e último quintil na América Latina..	89
Tabela 3 - Evolução do Índice de Gini na América Latina (1950-2005)	90
Tabela 4 - Indicadores Econômicos Chilenos no período de Allende.....	101
Tabela 5 - Índices Econômicos chilenos do período militar e democrático.....	104
Tabela 6 - Indicadores Sociais no Chile (1970 – 2006) (índices reais, 1989=100).....	153
Tabela 7 - Evolução do consumo per capita na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai	162

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CICLOS AUTORITÁRIOS E DEMOCRÁTICOS: REGIMES POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA	19
2.1	DEMOCRACIA: ASPECTOS CONCEITUAIS, TRANSIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO	19
2.1.1	Teoria democrática	20
2.1.2	Transição democrática	26
2.2	AMÉRICA LATINA: DAS DITADURAS ATÉ A TERCEIRA ONDA DEMOCRÁTICA.....	29
2.2.1	O sistema internacional abrindo espaço para as ditaduras Latino-Americanas	30
2.2.2	A terceira onda democrática	33
2.2.3	O caso Latino-Americano: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai	37
2.3	REDEMOCRATIZAÇÃO NOS PAÍSES SELECIONADOS.....	41
2.3.1	Herança ditatorial e abertura democrática	41
2.3.2	A transição democrática	47
2.3.3	Consolidação democrática	51
2.4	RESUMO DO CAPÍTULO.....	56
3	CONSEQUÊNCIAS DISTRIBUTIVAS DO REGIME POLÍTICO E IMPLICAÇÕES PARA O PADRÃO DE CONSUMO	60
3.1	DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: ELEMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS	60
3.1.1	A questão distributiva pessimista, de Ricardo a Piketty: um resumo	61
3.1.2	Curva de Kuznets e a abordagem de Lewis: uma contraposição	64
3.1.3	Mensurando a distribuição de renda	67
3.2	DINÂMICAS POLÍTICAS E MEDIDAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	70
3.2.1	Regime político e seus efeitos distributivos	70
3.2.2	Regimes não-democráticos e distribuição de renda	73
3.2.3	Democracia e distribuição de renda	77
3.3	DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, CRESCIMENTO E CONSUMO	82
3.3.1	Modelos de mercado imperfeito de capital	82
3.3.2	Teorias eleitorais do consumidor-eleitor	83

3.3.3	Teorias pós-Keynesianos.....	84
3.3.4	Modelos estruturalistas Latino-Americano	85
3.4	TRAJETÓRIA DISTRIBUTIVA DA AMÉRICA LATINA.....	87
3.4.1	O caso argentino	90
3.4.2	O caso brasileiro	94
3.4.3	O Caso chileno	100
3.4.4	O caso uruguaio.....	104
3.5	RESUMO DO CAPÍTULO.....	107
4	CONSUMO: DETERMINANTES, ESTRUTURA E EVOLUÇÃO NOS PAÍSES SELECIONADOS	111
4.1	TEORIAS ECONÔMICAS DA RELAÇÃO RENDA-CONSUMO: TEORIAS KEYNESIANA E PÓS-KEYNESIANA	111
4.1.1	Salários	114
4.1.2	Produto interno bruto.....	116
4.2	TEORIAS ECONÔMICAS DA RELAÇÃO RENDA-CONSUMO: MODELOS ALTERNATIVOS.....	117
4.2.1	Hipótese da renda relativa e efeito demonstração.....	117
4.2.2	Hipótese da renda permanente	120
4.2.3	Teoria do ciclo de vida	122
4.3	ESTRUTURA DO CONSUMO: BENS DE CONSUMO DURÁVEIS X NÃO-DURÁVEIS.....	124
4.4	TRAJETÓRIAS DO CONSUMO NA AMÉRICA LATINA.....	126
4.4.1	Consumo na Argentina	128
4.4.2	Consumo no Brasil	131
4.4.3	Consumo no Chile	134
4.4.4	Consumo no Uruguai	135
4.5	RESUMO DO CAPÍTULO.....	136
5	REGIME POLÍTICO E PADRÃO DE CONSUMO: EXISTE UMA RELAÇÃO?.....	140
5.1	DADOS E INDICADORES.....	140
5.1.1	Democracia.....	141
5.1.2	Distribuição de renda.....	144

5.1.3	Consumo.....	144
5.2	ANÁLISE DOS PAÍSES SELECIONADOS	144
5.2.1	Argentina.....	145
5.2.2	Brasil.....	148
5.2.3	Chile.....	152
5.2.4	Uruguai.....	155
5.3	ANÁLISE REGIONAL COMPARATIVA	158
5.3.1	Regime político e distribuição de renda	159
5.3.2	Distribuição de renda e consumo	161
5.4	RESUMO DO CAPÍTULO.....	163
6	CONCLUSÃO	165
	REFERÊNCIAS	168

1 INTRODUÇÃO

O final dos anos 70 marcou a América Latina por ser um período de transição de regimes ditatoriais para modelos democráticos de governo, dentro do contexto político cunhado por Huntington (1994) como *tercera ola democratizado*. Brasil, Argentina, Chile e Uruguai foram exemplos de países que abandonaram o novo autoritarismo e passaram por um período de transição até consolidar o seu regime democrático (O'DONNELL, 1999). Esse cenário resultou em novas alianças internacionais e estratégias políticas, assim como as medidas econômicas adotadas pelos governos recém-eleitos afetaram diretamente o cotidiano dos cidadãos.

Entende-se que regimes autoritários e democráticos divergem no que tange às políticas econômicas e, por isso, pode-se assumir que as medidas de distribuição de renda se alteraram durante o momento de redemocratização. Conseqüentemente, os padrões de consumo dos cidadãos foram afetados, resultando em uma nova realidade social e econômica da região. Dessa forma, percebe-se um elo entre o regime político e os padrões de consumo, considerando a distribuição de renda como variável interveniente.

O presente estudo delimita como recorte geográfico e histórico o Brasil, a Argentina, o Chile e o Uruguai pós-redemocratização, a fim de responder a seguinte questão: **existe uma relação entre os padrões de consumo, a distribuição de renda e os regimes políticos nestes países durante este período?** A hipótese central é a de que o padrão de consumo nos quatro países selecionados respondeu às medidas redistributivas implementadas pelos seus respectivos governos, antes autoritários e depois democráticos. Sendo assim, o presente trabalho visa, em geral, verificar a relação entre padrões de consumo (variável a ser explicada), a distribuição de renda (variável interveniente) e os regimes políticos (variáveis explicativas), tendo também como objetivos específicos:

- a) analisar os conceitos de democracia e autoritarismo e suas aplicações aos casos selecionados;
- b) compreender as diferenças de direcionamento de políticas redistributivas entre regimes democráticos e autoritários nos quatro países;
- c) analisar as conseqüências teóricas das medidas de redistribuição de renda nos padrões de consumo e
- d) verificar convergências e divergências entre os quatro casos selecionados.

A metodologia é tanto empírica (histórico-descritiva) quanto teórica e, a fim de garantir o entendimento e a visualizar a possível associação entre as três variáveis escolhidas.

A análise de dados secundários e a revisão bibliográfica são os métodos selecionados para atingir os objetivos da pesquisa. O trabalho se desenvolve dentro do arcabouço teórico da área de Economia Política Internacional (EPI), lançando mão da ideia de que os critérios políticos são mais importantes do que os critérios econômicos para as principais tomadas de decisão e que nem sempre as medidas adotadas resultam em vantagens econômicas líquidas, principalmente em países emergentes e suscetíveis à hierarquia de poder do Sistema Internacional (KIRSHNER, 2003).

O diferencial do estudo em questão é o entendimento de que o consumo, tanto em termos absolutos como em termos relativos, é influenciado não só pela distribuição de renda, como defendido por muitas teorias econômicas, mas também pelo cenário político vigente, posto que a distribuição é também política, como defendido pela EPI. O presente trabalho leva em conta que o padrão de consumo de um país periférico, para além da decisão das famílias, não pode ser separado das medidas redistributivas adotadas pelos seus respectivos governos e, por esse motivo, analisa os casos dos quatro países latino-americanos a partir de teorias adequadas para essa realidade.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, além da introdução e da conclusão. O primeiro é responsável por abordar os principais conceitos teóricos sobre a teoria democrática, o autoritarismo, e a transição entre ambos, além de uma breve revisão histórica dos regimes políticos nos países selecionados. O segundo capítulo segue com abordagem histórico-descritiva, a fim de ilustrar as mudanças ocorridas na distribuição de renda na região. Para isso, são analisados os diferentes métodos distributivos adotados e as variáveis que compõem a renda. O capítulo seguinte é responsável por levantar as questões de consumo que são impactadas pelas duas variáveis anteriormente estudadas. Keynes (1936) aparece como ponto de partida na medida em que defende a relação mais específica entre renda corrente e consumo, e as teorias de autores como Kalecki (1977), Duesenberry (1949), Friedman (1957), Modigliani (1986) e Veblen (1918) são abordadas para melhor compreender os padrões de consumo a partir de mudanças nas diferentes rendas.

O capítulo quatro retoma as teorias e conceitos levantados no decorrer do estudo a partir da realidade latino-americana e, conseqüentemente, periférica. Utilizando como recorte histórico a década de 80 até os anos 2000, as estratégias distributivas durante os diferentes regimes políticos dos países escolhidos são analisadas pela ótica quantitativa, culminando em uma comparação do padrão de consumo nessas regiões. O estudo é concluído com a rejeição da hipótese previamente levantada. Para isso, serão compilados e analisados os principais

dados e estudos que constituíram o trabalho empírico, propiciando uma conclusão embasada e que traga elucidaciones aplicáveis em nível econômico e político.

2 CICLOS AUTORITÁRIOS E DEMOCRÁTICOS: REGIMES POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

O presente capítulo tem por objetivo destacar aspectos relevantes dos recentes ciclos políticos latino-americanos, trazendo à tona os principais acontecimentos do momento prévio à redemocratização até a consolidação da democracia na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai. A fim de cumprir esse objetivo, o período balizador do conteúdo aqui apresentado é desde o final dos anos 1970 até 2000. Dado que o trabalho busca verificar a relação da tríade democracia-distribuição de renda-consumo, a compreensão dos ciclos políticos torna-se ponto de partida e a principal variável explicativa.

Para fins de definição teórica, a primeira seção do capítulo é responsável por ilustrar o debate conceitual de democracia, apresentando as suas teorias clássicas, a visão schumpeteriana, a bobbiana e a lógica realista e restritiva de O'Donnell (1999). A segunda seção contextualiza o período de redemocratização tanto em âmbito internacional quanto regional, entendendo o fenômeno como consequência de uma onda democrática. A seção subsequente aplica os conceitos trazidos até então no presente trabalho para entender a trajetória política dos países selecionados. Por fim, a última seção destaca os principais pontos estudados no capítulo.

2.1 DEMOCRACIA: ASPECTOS CONCEITUAIS, TRANSIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

A democracia como variável política é um fenômeno que pode ser analisado sob diferentes óticas. Entender a evolução das reflexões sobre a democracia serve como ponto de partida para que seja possível aceitar uma demarcação específica do conceito. E, como defendido por O'Donnell (1999), pode-se levantar duas principais razões para tal:

Uma, de ordem conceitual e empírica, é que ela permite gerar um conjunto de casos diferentes a partir da ampla e variada gama de exemplos de não-democracias, quer se trate de diferentes tipos de regime abertamente autoritários, quer dos regimes que realizam eleições, embora não competitivas e não institucionalizadas. A outra razão, empírica e também conceitual, é que uma vez gerado tal conjunto de casos, abre-se a possibilidade de analisar e comparar as semelhanças e diferenças entre essas situações e seus subconjuntos. (O'DONNELL, 1999, p. 667).

Assumindo que o regime democrático é um sistema político que implica também questões econômicas e sociais, uma síntese da evolução do pensamento democrático até

chegar ao seu conceito realista e restritivo é traçada a seguir, sendo esse último conceito o que se assumirá como principal campo de demarcação epistemológica do presente trabalho.

2.1.1 Teoria democrática

A teoria democrática clássica, também definida por Sartori (1988) como democracia etimológica, defende que esse tipo de regime é baseado no poder do *demos*, ou seja, que existe o governo do povo para com ele mesmo. Esse modelo foi concebido na Grécia Antiga e consolidou-se principalmente em Atenas, funcionando de maneira mais ampla e fidedigna ao seu conceito inicial (HANSEN, 1991). A igualdade política era o seu principal norteador e, “não por acaso diversos cargos públicos na Grécia eram preenchidos por meio do sorteio, o qual era visto como uma forma de providenciar “chances iguais” para a ocupação desses postos” (MEDEIROS, 2015, p. 259).

Entretanto, com o decorrer do tempo e com as mudanças político-sociais, essa definição começou a ser questionada por teóricos da democracia. A crítica a essa significação, em grande parte das vezes, se sustenta no fato de que a visão clássica assumia que as eleições eram representações de métodos oligárquicos (MANIN, 1995). A história política ocidental reverteu essa lógica, fazendo com que a democracia fosse cada vez mais associada a governos representativos, ao mesmo tempo em que “o ideal de igualdade política cedeu espaço a outros objetivos, como a questão da estabilidade e da legitimidade encarnada no consentimento dos governados” (MEDEIROS, 2015, p. 259).

Schumpeter (1984) embasou suas críticas à teoria clássica no entendimento de que a democracia está mais associada à concorrência organizada pelo voto do que pelo sufrágio universal e ainda assume que a democracia é um tipo de arranjo institucional adotado para serem tomadas decisões políticas (AMANTINO, 1998). Além disso, o pensador critica o conceito de partidos políticos defendido pela teoria clássica, principalmente por Burke:

Um partido não é, como a doutrina clássica [...] nos deseja fazer crer, um grupo de homens que pretendem realizar o bem comum “em função de algum princípio sobre o qual todos concordem”. [...] Um partido é um grupo cujos membros se propõem agir combinadamente na luta competitiva pelo poder político. (SCHUMPETER, 1984).

Habermas (1996), ampliando as teorias desenvolvidas até então, cunha o conceito de democracia deliberativa, o qual trabalha com uma esfera livre de impedimentos para legitimar esse modelo político. Essa definição sofre objeções (O’DONNELL, 1999; SCHUMPETER,

1984), na medida em que também não reproduz a sociedade contemporânea de forma verdadeira e apresenta-se como mais uma teoria utópica. Tais críticas à teoria clássica fizeram com que Schumpeter abrisse espaço para a “concepção que daria origem à chamada teoria econômica da democracia” (AMANTINO, 1998). Essa nova abordagem cria uma associação com o funcionamento do mercado econômico, na medida em que funciona sob uma concorrência imperfeita na qual as elites competem entre si pelo poder, criando um cenário de “livre competição pelo voto livre” (SCHUMPETER, 1984).

Outro aspecto relevante da obra de Schumpeter (1984) é a sua concepção de capacidade do povo. Para ele, diferentemente da teoria clássica, não se pode defender que os cidadãos possuam uma opinião definida e racional e o motivo disso é que “o senso de realidade do indivíduo diminui da medida que os problemas se distanciam daqueles imediatamente pessoais” (AMANTINO, 1998). Por tal razão, ele defende que a democracia não pode ser um fim em si mesma e que o papel do povo não é o de autogoverno, mas apenas de aprovar e eleger os seus representantes.

Schumpeter (1984) se posiciona como um teórico minimalista da democracia, na medida em que simplifica o conceito de democracia em "um método político [...] um certo tipo de arranjo institucional para chegar a decisões políticas, legislativas e administrativas" (SCHUMPETER, 1984). Além disso, pode-se sintetizar o pensamento schumpeteriano em dez principais pontos:

1. não existe o chamado bem comum, isso pelo simples fato de que, para indivíduos, grupos e classes diferentes, o bem comum significa coisas diferentes;
2. o chamado governo pelo povo é uma ficção; o que existe, na realidade, ou pode existir, é governo para o povo;
3. o governo é exercido por elites políticas;
4. essas elites competem no mercado político pela preferência dos eleitores;
5. a concorrência no mercado político, tal como no mercado econômico, é imperfeita, isto é, oligopólica;
6. partidos políticos e eleitores atuam no mercado político de maneira semelhante à atuação das empresas e consumidores no mercado econômico;
7. o voto é a moeda através da qual o eleitor compra os bens políticos ofertados pelos partidos;
8. a soberania popular, embora não seja nula, é reduzida, visto que são as elites políticas que propõem os candidatos e as alternativas a serem escolhidas pelo eleitor;
9. o objetivo primordial dos partidos políticos é conquistar e manter o poder. A realização do bem comum é um meio para atingir este objetivo;

10. a necessidade de maximizar votos impede que os partidos e os políticos sirvam exclusivamente a seus interesses grupais ou de classe. (AMANTINO, 1998, p.138).

Uma vez consolidada essa visão minimalista, Schumpeter (1984) ainda propõe algumas condições para o êxito da democracia. São elas: a existência de uma liderança apropriada e com autocontrole democrático, uma abrangência não-excessiva de decisões políticas públicas, uma forte e respeitada burocracia, a existência de tolerância com opiniões divergentes.

O legado desse autor para a teoria sobre a democracia foi consistente e teve como consequência a adoção da teoria minimalista da democracia por outros autores, também conhecidos como schumpeterianos. Uma característica em comum de todos os seguidores dessa corrente é o foco nas eleições quando se define um regime democrático. Przeworski (1996, p. 50) ratifica esse pensamento, defendendo que a democracia é “um regime no qual os cargos governamentais são preenchidos em consequência da disputa de eleições. Um regime só é democrático quando a oposição pode concorrer, ganhar e assumir os cargos que disputou.” Além disso, Huntington (1991, p. 7) declara que segue a tradição schumpeteriana e define a democracia como “[um sistema político que existe] na medida em que seus mais poderosos decisores coletivos são escolhidos em eleições limpas, honestas e periódicas, nas quais os candidatos competem livremente por votos e em que praticamente toda a população adulta está apta a votar.” Uma definição similar também é construída por Diamond, Linz e Lipset (1989, p. 6-7), os quais conceituam regime democrático como

Um sistema de governo que atende a três condições essenciais: concorrência ampla e significativa entre indivíduos e grupos organizados (especialmente os partidos políticos) para todas as posições de governo que têm poder efetivo, em intervalos regulares de tempo e com exclusão do uso da força; um nível ‘altamente incluyente’ de participação política na seleção dos líderes e das políticas públicas mediante, ao menos, eleições periódicas e isentas, de modo a não excluir nenhum grupo social importante dentre a população adulta; e um grau suficiente de liberdades civis e políticas - liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de formar e filiar-se a organizações- para garantir a integridade da competição e da participação política.

A visão schumpeteriana também influenciou na elaboração de novas correntes do pensamento democrático, como pode se identificar na filosofia de Bobbio (2004). Este autor também elabora uma concepção de democracia realista e liderada por elites, assumindo a influência de Schumpeter no seu pensamento

Mas desde que parti de uma definição predominantemente procedimental da democracia, não se pode esquecer que um dos impulsionadores desta interpretação

[elitista], Joseph Schumpeter, acertou em cheio quando sustentou que a característica de um governo democrático não é a ausência de elites, mas a presença de muitas elites em concorrência entre si para a conquista do voto popular (BOBBIO, 2004, p. 27).

Bobbio (2004) também considerou a adoção do liberalismo como uma premissa básica para um regime democrático. Tosi (2017) argumenta que a relação que o pensador faz entre liberalismo e democracia é complexa, na medida em que, mesmo que historicamente houve um liberalismo não democrático e uma democracia não liberal, o método democrático atualmente é necessário para a preservação dos direitos fundamentais. Consequentemente, esses direitos são necessários para o correto funcionamento do Estado democrático (TOSI, 2017, p. 2). Vitullo e Scavo (2014, p. 90) ainda complementam que, de acordo com o pensamento bobbiano, “o regime democrático configuraria o natural prosseguimento do Estado liberal, acolhendo, em sua própria estrutura, os clássicos direitos de liberdade civis e políticos habitualmente associados ao pensamento liberal.”

Bobbio (1997) assume que o liberalismo é superior historicamente às outras formas políticas e classifica a interdependência do Estado liberal e do Estado democrático em duas direções:

- a) do liberalismo à democracia, na medida em que são necessárias liberdades para o pleno exercício do poder democrático e
- b) da democracia ao liberalismo, de modo que é necessária a democracia para garantir a existência das liberdades fundamentais.

Para o intelectual, o conceito de democracia se resume a um mecanismo de eleição e chancela de governos que altera as elites no poder (BOBBIO, 1996; 2006), permitindo “a mudança dos governantes sem a necessidade de usar a violência” (BOBBIO, 1996, p. 233) e possibilitando a pacífica convivência social dos indivíduos.

O conceito de direitos individuais também é abordado nessa ótica bobbiana através da visão liberal e de liderança de elites, definindo-os como “expressão da personalidade individual, mesmo se o desenvolvimento da personalidade mais rica e dotada puder se afirmar em detrimento do desenvolvimento da personalidade mais pobre e menos dotada” (BOBBIO, 2004, p. 39). Entretanto, o pensador é contundente aos limites dessa participação popular, como assinalado por Vitullo e Scavo (2014, p. 100):

A teoria democrática bobbiana se apresenta como um remédio frente aos males da burocracia e aos temores do “excesso de participação”, garantindo a formação de diferentes oligarquias em concorrência entre si, que poderão administrar a sociedade situando-se acima “dos interesses meramente egoístas.

As teorias minimalistas da democracia convergem no que concerne à importância das eleições para a definição de um método democrático. Mais do que isso, tanto Schumpeter (1984) quanto Bobbio (1996) delegam um papel fundamental para as elites nesse sistema governamental. É partindo do questionamento dessas duas afirmações que O'Donnell (1999) desenvolve uma nova proposta conceitual de democracia. Para esse autor, teorizar a democracia só é plenamente válido quando se analisam as condições históricas do surgimento de situações concretas. Ele ainda afirma que:

Classificar um caso como "democrático" ou não é mais que um mero exercício acadêmico; tem implicações morais, na medida em que na maior parte do mundo contemporâneo existe um consenso de que a democracia, independente de como é definida, é um tipo de governo normativamente preferível. *Essa qualificação também traz consequências práticas, pois no atual sistema internacional o acesso a importantes benefícios tem estado dependente da avaliação da condição democrática de um país*¹. (O'DONNELL, 1999, p. 2, grifo nosso).

Além de criticar a visão baseada na elite de Schumpeter (1984) e seus seguidores, O'Donnell (1999) não limita o seu conceito de democracia ao quesito eleitoral. Para o pensador, existem quatro características específicas que diferenciam a democracia dos demais regimes políticos: eleições competitivas e institucionalidades, estímulos includentes e universalistas, um sistema legal que garante os direitos e liberdades e que não possibilite que uma pessoa, papel ou instituição atuem acima da lei (O'DONNELL, 1999). Adicionam-se, então, liberdades como premissas básicas para o perfeito funcionamento do sistema democrático, lançando mão da definição de Dahl (1989) de liberdades relevantes. São elas: liberdade de expressão, liberdade de associação e liberdade de informação (DAHL, 1989). Entretanto, existem ressalvas já que a “liberdade de associação não inclui criar organizações com fins terroristas; a liberdade de expressão tem limites [...] na legislação contra os delitos de calúnia ou difamação; a liberdade de informação não impede a oligopolização dos meios de comunicação de massa etc.” (O'DONNELL, 1999, p. 665).

As eleições também passam por uma nova conceitualização, especificando ainda mais os requisitos necessários das mesmas para serem aceitas em uma democracia e sendo essa uma das grandes contribuições do autor. Para O'Donnell (1999), as eleições devem ser livres, institucionalizadas, igualitárias, decisivas, competitivas e includentes, além de que os votantes são os mesmos que, perante a lei, têm o direito de ser eleitos. Em relação a eleições institucionalizadas, O'Donnell (1999) defende que “o regime é imposto independente do ego

¹ Um desses possíveis benefícios é o acesso à renda e ao consumo para segmentos importantes da população.

e vontade de um único indivíduo, pois deve vir antes dele e superá-lo em longevidade” (COLVERO; RIBAS, 2013, p. 246). Por decisivas, o autor ainda acrescenta:

Para que seja uma verdadeira escolha, a eleição deve ser livre, no sentido de que os cidadãos não deverão ser coagidos, nem quando estão decidindo seu voto nem no momento de votar. Para ser uma eleição igualitária, cada voto deve valer o mesmo que os demais e ser computado como tal, sem fraudes, independentemente da posição social, da filiação partidária ou de outros atributos de cada eleitor. Finalmente, as eleições devem ser decisivas, em vários sentidos. Primeiro, os vencedores devem tomar posse dos cargos para os quais foram eleitos. Segundo, com base na autoridade conferida aos seus cargos governamentais, os funcionários eleitos devem poder tomar as decisões que o marco democrático legal e constitucional lhes autoriza. Terceiro, os funcionários eleitos devem concluir seus mandatos nos prazos e/ou nas condições estipulados por essa estrutura institucional. (O’DONNELL, 1999, p. 662).

Outro ponto defendido é o de que a democracia é uma aposta institucionalizada e não um consenso social, decisão individual ou processo deliberativo. Entretanto, a própria democracia carrega consigo algumas ambiguidades: mesmo que um regime democrático não sugira a obrigação moral de sua aceitação, isso acaba sendo uma “expectativa exigente, entrelaçada no sistema legal e sustentada pelo poder coercitivo do Estado” e o autor ainda acrescenta que “a aposta democrática e a cidadania política pressupõem uma à outra, e ambas supõem o Estado, como delimitação territorial e como sistema legal” (O’DONNELL, 1999, p. 670).

A visão de O’Donnell (1999) apresenta-se como uma complementação ao pensamento realista da democracia. Uma vez que o regime democrático é estudado se sustentando nos pilares dos seus dois componentes essenciais – cidadão (agente) e Estado – (COLVERO; RIBAS, 2013), os direitos políticos e civis assumem uma importância tão expressiva quanto às eleições. O autor defende que um dos fundamentos da democracia é o cidadão ou indivíduo e não apenas o eleitor, sendo esse um agente:

Dotado de razão prática e discernimento moral, que usa sua capacidade intelectual e motivação para tomar decisões que, em princípio, são razoáveis em função de sua situação e objetivos e dos que, salvo provas conclusivas ao contrário, considera-se sejam o (a) melhor juiz (juíza) (O’DONNELL, 2011, p.43).

A obra de O’Donnell (1999) propicia um entendimento do que se assume por regime democrático e, como afirmado pelo autor, é de caráter realista e restritivo. Ele argumenta que o critério restritivo proposto ocorre no sentido de que o mesmo se “recusa a incluir uma enumeração muito detalhada das liberdades relevantes, o que acabaria sendo inesgotável e

analiticamente estéril” (O’DONNELL, 1999, p. 667). É sob essa ótica que, a partir de então, os termos “democracia” e “regime democrático” serão entendidos no presente trabalho.

Além da sua abordagem teórica, O’Donnell (1999) ainda traz à tona uma análise empírica do que chama de “novas democracias”. O autor estuda como os regimes autoritários se comportaram na América do Sul e de que forma o período de redemocratização se sucedeu na região, abordando conceitos importantes de transição e consolidação. É a partir dessa visão que, sequencialmente, serão estudadas as etapas de redemocratização, processo que o politólogo argumenta que é caracterizado pela constante incerteza sob o seu rumo (O’DONNELL, 1972), além das diferentes configurações que essa transição de regimes pode assumir dependendo do seu contexto político, social e econômico.

2.1.2 Transição democrática

Compreender em sua totalidade um período democrático só é possível a partir do momento que o contextualizamos historicamente. É por esse motivo que se torna relevante a análise de quais regimes substituíram a democracia em voga. É importante salientar que o conceito de transição democrática aqui abordado, em última instância, surge apenas como um recurso analítico, na medida em que a linha que define uma mudança de regime é tênue e de difícil identificação concreta. Chauí e Nogueira (2007) corroboram essa afirmativa a partir do momento que assumem que processos de transição

[...] não têm data para começar e terminar, como sabemos. Fazem-se sem separações rígidas entre um “antes” e um “depois”, e são seguramente particularizados pelas condições concretas em que transcorrem. Justamente por isso, creio ser válido, e mesmo útil, aceitar uma distinção conceitual entre redemocratização e democratização, ou seja, admitir que a recuperação de um status anterior de vida democrática somente se efetiva quando se casa com a abertura de um ciclo superior de construção democrática. A destruição de uma ditadura, a rigor, só se completa quando se consegue dar início à edificação de um regime firmemente comprometido com a democracia, legitimado socialmente e sustentado por uma cultura pública revigorada. (CHAUÍ; NOGUEIRA, 2007, p. 57-58).

Partindo do pressuposto que uma democracia exige condições eleitorais e garantias de direitos do agente *sine qua non* para ser considerada como tal, assume-se que a adoção dessa forma de regime político deve ser feita de forma com que, no seu findar, sejam estabelecidas tais qualidades (O’DONNELL, 1999). É por isso que se utiliza a expressão transição democrática, partindo da ideia de que é um processo sistêmico.

A transição democrática também é chamada de redemocratização em casos de países que previamente já haviam adotado esse regime político, e, de acordo com Tortosa (2002), se resume conceitualmente em:

[...] el intervalo de tiempo entre un régimen político y otro. [...] Las reglas de juego no están definidas, los actores luchan por ello (porque configurará a los perdedores y ganadores en el futuro). El establecimiento de las reglas de juego suele estar en manos de los gobernantes autoritarios. Cuando modifican sus reglas para dar mayor garantía a los derechos de los individuos y grupos se inicia la transición. (TORTOSA, 2002, p.1)

Esse conceito foi responsável por marcar a produção acadêmica de cientistas políticos sobre o tema transicional, além de iniciar um debate de política comparada latino-americana entre os anos 80 e 90 (O'DONNELL; SCHMITTER, 1994). Para os autores, esse intervalo ocorre quando o regime político de determinada região passa de um caráter autoritário para “*alguna otra cosa incierta*” (PERBELLINI, 2012, p.161).

Pode-se assumir que existem determinados marcos necessários para que um Estado adote a democracia como seu regime político. A transição se inicia com a decomposição do governo autoritário e passa pela instalação de um regime político democrático, o qual sofre as primeiras tensões para se afirmar como novo sistema. Em um segundo momento, a chancela e a legitimidade dada às estruturas desse regime democrático pela sociedade e demais atores caracteriza a fase de consolidação (PORTANTIERO, 1987). Essas duas etapas também aparecem na obra de O'Donnell (1987, p. 9):

A primeira [transição é a] de um regime autoritário (que poderia ser chamado de governo autoritário) para "situações democráticas" (parafrazeando Juan Lins em um livro clássico sobre o Brasil); e a segunda, de governos ou "situações democráticas" para, o que se espera, um regime democrático consolidado.

Outro debate trazido pelo autor é sobre o futuro que terá o regime recém-implementado. Para O'Donnell (1999), a incerteza é uma característica primordial do período de transição democrática. Nascimento (2012) aponta o quão polêmico é esse posicionamento e como não é bem aceito pela maioria dos cientistas políticos, afinal de contas:

Como disciplina acadêmica com aspirações ao estatuto de ciência, é justamente o quadro de incertezas, contingências e imprevisibilidade do âmbito político que a ciência política busca eliminar através de seus modelos teóricos e pesquisas empíricas (NASCIMENTO, 2012, p.12).

A proposta do autor não é a eliminação da incerteza, mas controlá-la ou mitigá-la. Para tal, o mesmo utiliza a obra de Przeworski (1996) sobre a institucionalização da incerteza.

Para esse cientista político, podem-se reduzir as inseguranças e as dúvidas a partir do momento em que sejam criadas instituições sólidas e reconhecidas pelo governo e pela sociedade que está passando pelo processo transicional (PRZEWORSKI, 1996). De tal modo, adota-se a ideia de que “uma democracia com instituições sólidas pode conviver sem problemas com a contingência política” (NASCIMENTO, 2012, p. 13).

Uma vez analisado o conceito de transição democrática e entendidas as etapas da mesma, abre-se espaço para que sejam levantadas diferentes formas nas quais esse fenômeno se apresenta. O’Donnell (1987) desenha essas representações a partir de uma abordagem empírica, principalmente na região latino-americana e conclui que podemos qualificar a transição democrática em dois tipos díspares: por colapso e por negociações. Essas duas maneiras são, também, reflexos da herança ditatorial de cada região (O’DONNELL, 1987).

Transição por colapso marca uma ruptura do governo autoritário para a democracia de forma que não ocorre a manutenção nos cargos de poder e das instituições que existiam previamente. Esse modelo ocorre quando o novo regime democrático entra em voga “sem realizar acordos políticos com o governo autoritário e estabelecendo certa autonomia para definir os caminhos da futura democracia” (FRIDERICHS, 2017, p. 451). O’Donnell (1999) ainda se atenta aos motivos que desencadeiam uma transição por colapso, também conceitualizada como não-pactuada, argumentando que os dois principais desencadeadores são derrotas militares externas e crises internas, tanto políticas quanto econômicas.

O segundo tipo de transição, chamada de transição por consenso ou transição pactuada, é caracterizada por ser um processo mais lento, gradual e condicionado pelos próprios agentes autoritários que previamente estavam no poder (NOVARO, 2015). Nesse formato, as estruturas, as elites e as práticas políticas dos regimes prévios possuem uma continuidade e, aos poucos, dão espaço para novas estruturas necessárias para a consolidação democrática. Por mais que esse tipo de transição não seja tão clara em primeira instância e abra espaço para a manutenção dos que estavam no poder antes da democracia, O’Donnell e Schmitter (1994, p. 25) argumentam que esse formato pode trazer resultados positivos na consolidação democrática, na medida em que “una de las principales incertidumbres de la transición es si estas demandas serán lo bastante fuertes como para generar dicho cambio, pero no tanto [...] como para provocar una regresión autoritaria.”

Passado o período de transição, o processo democrático estaria completo na medida em que tal regime político se consolida na região. Essa etapa posterior e decorrente da transição se inicia com a elaboração e aceitação de uma nova constituição e de novos consensos entre a sociedade e os políticos, garantindo, ou não, a estabilidade política. Posto

isso, a transição só se caracteriza como consolidada quando nenhum dos principais atores políticos ou institucionais objetivarem a tomada de poder por um modo diferente ao da democracia (LINZ, 1990).

O'Donnell (1999) analisa a América Latina no período de redemocratização e conclui que a região obteve êxito na implementação desse tipo de regime. Para o autor, isso ocorreu “justamente pela habilidade dos atores políticos em conduzir o processo de redemocratização de forma realista e moderada” (NASCIMENTO, 2012, p.12). Entretanto, cabe ressaltar que cada país carrega no seu processo transicional diferentes estratégias e peculiaridades, até mesmo no que tange ao tipo de transição adotada. Conforme Marques:

Os países latino-americanos, que passaram por processos de democratização durante a década de 1980, não se diferenciam apenas na forma como seu deu a transição. Como existiram diversos tipos de autoritarismos no continente, os processos de transição também tiveram pontos de partida diferenciados. Além disso, estes países tiveram experiências pré-autoritárias completamente distintas (MARQUES, 2010).

É por esse motivo que, lançando mão da conceituação de democracia e da compreensão que envolve um período de transição democrática, é possível aplicar tais padrões teóricos em casos específicos. A seção subsequente se dedica a uma contextualização do cenário internacional que impactou nos padrões políticos dos quatro países escolhidos no presente estudo.

2.2 AMÉRICA LATINA: DAS DITADURAS ATÉ A TERCEIRA ONDA DEMOCRÁTICA

Feito o estudo teórico embasado em uma definição de democracia realista e restritiva (O'DONNELL, 1999), torna-se possível identificar o teor de um regime político e a partir de que momento é válido conferir o grau democrático a determinado Estado. Aplicam-se, então, esses conceitos previamente debatidos ao cenário latino-americano no período entre 1980 até 2000, o qual corresponde ao final das ditaduras e à consolidação dos regimes democráticos na região. A adição do empirismo a teorias consolidadas propicia que os termos trabalhados sejam analisados sob um ângulo prático e, caso se mostre necessário, ressignificado de acordo com as necessidades específicas de um determinado acontecimento. Levine e Molina (2007), estudiosos da democracia na América Latina, explicam o motivo para essa combinação metodológica:

Las definiciones procedimentales de la democracia son atractivas porque presentan límites claros y pueden trasladarse de un caso a otro. Pero rápidamente tropiezan con dificultades si las motivaciones y los canales institucionales especificados en la

definición no se vinculan claramente al contexto social. (LEVINE; MOLINA, 2007, p. 21).

Tal recorte histórico ou temporal abre espaço para um estudo detalhado das condições políticas e econômicas regionais, garantindo uma análise particular das medidas tomadas sob cada governo e evidenciando as características principais de um Estado democrático. Além dessa contextualização, o presente trabalho especifica os casos da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Esses países foram selecionados pela sua trajetória histórico-política similar e pela proximidade temporal com que a transição democrática se deu, possibilitando uma análise sob o mesmo contexto global. O'Donnell (1972) caracteriza esses quatro países como consequências de uma herança ditatorial semelhante, chamada de novo autoritarismo. Essa forma autoritária tinha por características a diferença com as demais ditaduras latino-americanas, como a da Nicarágua e outras de cunho populista (O'DONNELL, 1972). Ademais, ao utilizar essa amostra de países da região, é possível exemplificar os dois tipos de transição democrática proposta pelo mesmo autor, na medida em que se podem utilizar os casos do Brasil, do Uruguai e do Chile como exemplo de transição pactuada e o da Argentina como de transição por colapso (FRIEDERICHS, 2017).

O espaço a seguir se propõe a elucidar os diferentes conceitos que levaram à escolha desses quatro países da região, além de contextualizar o cenário internacional durante o período datado entre o final das ditaduras da região e a chamada Terceira Onda Democrática (HUNTINGTON, 1994) que teve impacto nos países latino-americanos.

2.2.1 O sistema internacional abrindo espaço para as ditaduras Latino-Americanas

Com a derrocada dos governos nazistas e fascistas, o fim da Segunda Guerra Mundial desenhou um cenário de disputa bipolar pela hegemonia do Sistema Internacional (ALCADIPANI; BERTERO, 2012). Se por um lado os Estados Unidos da América ascendiam sob uma base político-econômica capitalista, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas possuía um viés comunista. Mesmo que esse conflito se distancie das últimas duas Grandes Guerras por não ter um caráter bélico e por ser pautado em uma disputa ideológica, a Guerra Fria foi de extrema importância para que todo o globo repensasse a sua maneira de entendimento do mundo e, sobretudo, das dinâmicas de poder internacionais (KELLY; MILLS; COOKE, 2006).

Lançando mão dessa rivalidade em prol da obtenção do poder hegemônico mundial, os dois lados do conflito buscaram áreas de influência sob as quais conseguiriam implementar as

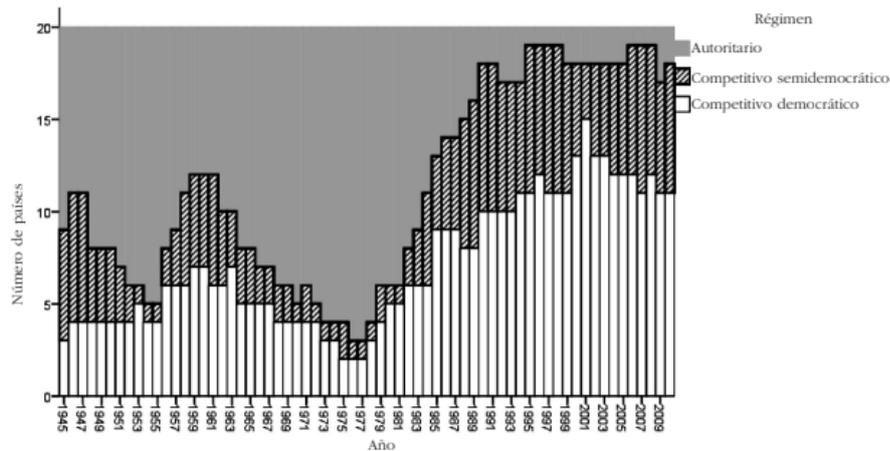
suas crenças ideológicas e, conseqüentemente, obter um maior grau de controle. Por esse motivo, Gesteira (2014, p. 1) afirma que a Guerra Fria “foi a fomentadora de diversos conflitos, golpes e até mesmo de outras guerras, de caráter civil e/ou militar ao redor do planeta.” Harry Truman, no seu discurso de posse em 1949, corrobora essa busca pelo poder, como pode-se aferir no seguinte trecho: “the peoples of the Earth face the future with grave uncertainty, composed almost equally of great hopes and fears. In this time of doubt, they look to the United States as never before for good will, strength, and wise leadership.”

Nesse contexto histórico, no qual os norte-americanos tinham como grande objetivo o combate ao ideário comunista, o novo inimigo passou a ser os governos reformistas e movimentos sociais. Ribeiro (2006, p. 151) aponta que, “assim, adotada a [...] convicção de que seu próprio bem estar dependia do bem estar de outros países, que a prosperidade americana não podia existir na ausência de uma prosperidade global.” Isso permitiu que os Estados Unidos lançassem mão de “justificativas para intervir nas mais diversas regiões do globo em que os seus interesses estivessem em jogo. Nesse aspecto, a América Latina constituiu-se na primeira experiência de aliança de caráter regional após a II Guerra Mundial.” (MUNHOZ, 2003, p. 01-02).

Em paralelo e como consequência da polarização entre os EUA e a URSS, as décadas de 1960 e 1970 marcaram a América do Sul com uma abrupta ruptura do lento processo cíclico de avanço no sentido da plena democratização (SMITH, 2012). Governos ditatoriais assumiram o poder em doze dos vinte países da região e, com isso, redefiniram as bases políticas e econômicas de seus respectivos Estados. Souza (2011, p. 161) defende uma interligação entre esses dois cenários e argumenta que “a Guerra Fria forneceu o contexto global para um anticomunismo patológico e os Estados Unidos, por sua vez, contribuíram para a formação ideológica dos militares latino-americanos.”

Como se pode verificar no Gráfico 1 abaixo, o início da década de 70 revela um alto número de regimes autoritários e, apenas a partir de 1978, percebe-se uma retomada de regimes eleitorais competitivos e com algum caráter democrático:

Gráfico 1 - Evolução dos regimes políticos latino-americanos 1945-2010



Fonte: Pérez-Liñán e Mainwaring (2015, p. 143).

Além da proximidade temporal da eclosão de regimes autoritários na América Latina, pode-se verificar outros pontos em comum nos países da região. Principalmente nos casos argentino, brasileiro, chileno e uruguaio, os governos autoritários surgiram como uma resposta dos militares, com o apoio de setores empresariais e de classe média, às mudanças socioeconômicas internas de cada Estado. A industrialização, a urbanização e a mobilização política dos setores populares são apontados como as características ameaçadoras de subversão comunista pelos olhos norte-americanos (O'DONNELL, 1999).

Por mais nacionalista que cada governo ditatorial pudesse se mostrar, é possível verificar medidas que foram tomadas na região como um todo, propiciando uma interação interestatal facilitada pela aproximação ideológica dos governos autoritários que estavam no poder. Um exemplo disso é a Operação Condor: consolidada na segunda metade dos anos 70, teve seu início na I Reunião Interamericana de Inteligência Nacional sob a iniciativa de Augusto Pinochet e Manuel Contreras. Foi sediada na capital chilena e contou com a participação da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e do Brasil. De acordo com Padrós (2009, p. 15) a Operação Condor é “percebida como (uma) articulação clandestina e repressiva dos países do Cone Sul visando perseguir e eliminar dissidentes políticos e organizações de resistência.” Baseada no compartilhamento de informações entre os regimes ditatoriais da América do Sul, essa operação foi sedimentada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) norte-americana, a qual corroborava a necessidade de união para o combate de um suposto inimigo interno. Padrós (2009, p. 44) pautava a doutrina em quatro principais pilares: “inimigo interno, a execução da guerra interna (contra insurreição), a imposição do papel político das Forças Armadas e a definição de fronteiras ideológicas.”

A importância do apoio e da influência internacional se deu não apenas pontualmente na Operação Condor, como também foi crucial para o funcionamento e a institucionalização dos regimes ditatoriais latino-americanos. Esse foi um dos fatores apontados como explicativos para cunhar as ditaduras da região como autoritário-burocráticas (a.-b.) (O'DONNELL, 1972). Reis (2012, p. 147) detalha tal conceito:

O sentido “estrutural” de que assim se revestiam foi vinculado por O'Donnell aos desafios do “aprofundamento” do processo de industrialização, com a passagem da produção de bens de consumo à de bens intermediários e de capital e com as consequências em termos das composições e alianças de classe. Nela, o nacional-populismo de apelo multiclassista se via substituído pela dependência em relação a investimentos externos e aos interesses de corporações multinacionais, bem como pela ênfase correlata em políticas “ortodoxas” e a importância que adquirem seus porta-vozes “técnicos”. Este último aspecto ajuda a justificar o adjetivo “burocrático” aplicado ao novo autoritarismo, junto com o fato importante de que os regimes b.a. se distinguiriam das ditaduras tradicionais por termos neles as corporações militares como tal a assumir o poder, em vez deste ou daquele general ou dos caudilhos tradicionais.

Da mesma forma que se analisa a incidência de regimes autoritários durante um mesmo espaço geográfico e lapso temporal, uma avaliação a nível regional e até mesmo internacional permite concluir que a aproximação com a democracia também foi um movimento integrado. Como argumentam Pérez-Liñán e Mainwaring (2015, p. 141) “mientras que un ambiente internacional favorable puede ofrecer ventajas a las democracias, cuando este es poco propicio, puede perjudicar al régimen democrático.” A partir da identificação das possíveis variáveis que desencadearam os regimes autoritários na região sul do continente americano, é possível se valer de uma análise a nível sistêmico do que abriu espaço para a instauração da democracia em seguida. Para isso, utiliza-se a concepção de Terceira Onda Democrática cunhado por Huntington (1991), como se vê na sequência.

2.2.2 A terceira onda democrática

Os anos 70, mais precisamente a partir do ano de 1974, foi caracterizado por uma maior incorporação e aceitação do regime democrático ao redor do mundo. Essa direção à democratização teve como protagonistas mais de 30 países (PEDROTI, 2006) e foi caracterizada por não se resumir a uma região específica, sendo um movimento generalizado a nível internacional. Huntington (1991) analisa esse fenômeno e cunha o conceito de Terceira Onda Democrática, na medida em que considera a primeira onda uma consequência das revoluções francesa e americana e atrela a segunda onda ao período pós-Segunda Guerra, com a vitória dos Aliados.

A Terceira Onda Democrática tem início na Europa Meridional com a queda dos governos autoritários de Portugal, Grécia e Espanha, em ordem cronológica. Foi a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80 que o movimento chegou na América Latina (HUNTINGTON, 1991), inicialmente em países como o Equador e o Peru. Pedroti (2006) contextualiza temporalmente outras derrocadas de governos autoritários na região latino-americana, como a queda do governo Argentino em 1983 após a Guerra das Malvinas, o Uruguai e o Brasil em 1985 com as eleições de presidentes civis – no caso brasileiro, indiretas-, e o Chile em 1988 com um plebiscito que decidiu finalizar o domínio autoritário de Augusto Pinochet.

A América Central também foi influenciada pela tendência democrática, e os governos de Honduras, El Salvador e Guatemala elegeram presidentes civis a partir de 1982. O movimento chegou também à Ásia, quando a Índia voltou a ser um país democrático e os governos ditatoriais das Filipinas e do Paquistão chegaram ao fim. Até mesmo os países comunistas foram afetados pela onda, principalmente no início da década de 1990, com transições democráticas na Hungria, União Soviética, Polônia, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia e Romênia. Mesmo que de maneira mais fraca e tardia, a África e o Oriente Médio também tiveram Estados a caminho de um regime democrático, como a África do Sul em 1990 com a redução de políticas de segregação racial ou *apartheid* (HUNTINGTON, 1994).

É importante entender que essa terceira onda não é homogênea e possui um caráter internacional, na medida em que ocorre em diferentes partes do globo com características estruturais diversas e por motivos que variam em cada país. Entretanto, ao analisarmos a Terceira Onda Democrática partir de um ângulo sistêmico, entende-se que esse fenômeno ocorreu por conta de uma junção de fatores, “que percorrem questões normativas, aspectos domésticos e a configuração de uma nova realidade internacional. Nesse último caso, a participação de diferentes atores internacionais mostra-se primordial” (PEDROTI, 2006, p. 30). Huntington (1991, p. 13) ainda argumenta que essa onda foi consequência de cinco principais fatores:

1. The deepening legitimacy problems of authoritarian regimes in a world where democratic values were widely accepted, the consequent dependence of these regimes on successful performance, and their inability to maintain "performance legitimacy" due to economic (and sometimes military) failure.
2. The unprecedented global economic growth of the 1960s, which raised living standards, increased education, and greatly expanded the urban middle class in many countries.

3. A striking shift in the doctrine and activities of the Catholic Church, manifested in the Second Vatican Council of 1963-65 and the transformation of national Catholic churches from defenders of the status quo to opponents of authoritarianism.
4. Changes in the policies of external actors, most notably the European Community, the United States, and the Soviet Union.
5. "Snowballing," or the demonstration effect of transitions earlier in the third wave in stimulating and providing models for subsequent efforts at democratization.

O primeiro fator é de cunho doméstico e se refere à legitimidade perdida pelos regimes ditatoriais que foram sucedidos por transições democráticas. As graves crises econômicas da época se deram principalmente em consequência da estagnação de modelos desenvolvimentistas dependentes de empréstimos internacionais e da crise do petróleo (PEDROTI, 2006), fazendo com que os países até então autoritários passassem pelo que Huntington (1991) chama de dilema da legitimidade. Offe e Preuss (1991) ainda enfatizam que esse enfraquecimento de regimes autoritários se deu principalmente na ineficiência dos governos em sanar necessidades de nível doméstico, resultando em uma falta de apoio e chancela dos próprios cidadãos e instituições nacionais.

O segundo ponto cria uma ligação direta com o crescimento econômico dos países da região. Para o autor, um crescimento econômico acelerado seguido de crises econômicas é uma fórmula que afeta diretamente a manutenção desses regimes democráticos, como sustenta ao argumentar que “a Terceira Onda, a combinação de substanciais níveis de desenvolvimento econômico com crise ou falha no curto prazo representou a fórmula mais favorável para a transição do governo autoritário para o democrático.” (HUNTINGTON, 1991, p. 72).

Outra questão assumida como variável necessária para o fortalecimento da onda democrática foi o apoio da Igreja aos ideais democráticos, sendo essa uma instituição defensora do *status quo* e que passou a atuar ativamente contra práticas autoritárias. De acordo com Huntington, entende-se que existe uma forte correlação entre o cristianismo ocidental e a democracia e percebe-se que três-quartos dos países que passaram por uma transição democrática entre 1974 e 1989 eram predominantemente católicos (HUNTINGTON, 1991).

Os fatores internacionais possuem uma forte relevância ao analisarmos esse movimento democrático iniciado em 1974, na medida em que “uma das características que distingue a Terceira Onda Democrática é a relevância das influências internacionais.” (DIAMOND, 1997, p. 34). Esse caráter global é apresentado como o quarto motivo desencadeador da Terceira Onda, na medida em que as potências mais poderosas do Sistema

Internacional da época envolveram-se ativamente no processo de democratização. Huntington (1997, p. 15) afirma que “during the 1970s and 1980s the United States was a major promoter of democratization [...] The U.S. contribution to democratization in the 1980s involved more than the conscious and direct exercise of American power and influence.” É possível verificar esse esforço norte-americano, mesmo que de forma circunstancial, com a iniciativa do Congresso Nacional em criar uma série de recomendações para estimular a democracia e, em 1974, com a inclusão das questões dos direitos humanos em quatro leis: *Foreign Assistance Act*, *Mutual Assistance Act*, *Trade Reform Act* e *International Financial Institutions Act*. Somado a isso, sob o governo de Carter, em 1977 os direitos humanos passaram a balizar a política externa estadunidense – tornando esse tópico relevante na agenda mundial – e no período de Reagan a promoção da democracia foi reforçada, principalmente com a criação da *National Endowment for Democracy* (NED), fundação responsável por disseminar a democracia internacionalmente (PEDROTI, 2006).

Mesmo que os Estados Unidos ganhem destaque no quesito de divulgação democrática a nível global, pode-se verificar um movimento similar por parte da União Soviética. Medidas como a *Perestroika* (reestruturação econômica) e a *Glasnost* (transparência nas questões políticas) promulgadas sob o governo de Gorbachov, abriram espaço para a transição democrática de países do leste europeu (PEDROTI, 2006). Hobsbawn (1995) explica que esse movimento em prol da democracia foi vital para a manutenção política e econômica do país:

[...] sem uma mudança drástica, na verdade fundamental, ela iria inevitavelmente afundar mais cedo ou mais tarde, não apenas por causa da inata ineficiência e inflexibilidade do sistema, mas porque a fraqueza era agravada pelas demandas de status de superpotência militar, que não podia ser sustentado em uma economia em declínio. (HOBSBAWN, 1995, p. 646).

O último ponto listado combina questões normativas e internacionais. O efeito Bola de Neve parte do pressuposto de que fatores externos impactam a orientação política de um determinado país, o que pode ser explicado pela necessidade de sobrevivência do Estado em um Sistema Internacional. Offe e Preuss (1991) argumentam que as nações democráticas liberais influenciaram esse cenário global com pressões e incentivos, fazendo com que os governos de diferentes regiões mudassem suas orientações gradativamente, principalmente pelo fato de investidores internacionais preferirem realizar investimentos em países com estado direto e segurança político-econômica. Entretanto, por mais que acreditasse no poder

de um movimento orquestrado em massa, Huntington (1991, p. 16) abre espaço para algumas ressalvas:

The democratization of countries A and B is not a reason for democratization in country C, unless the conditions that favored it in the former also exist in the latter. Although the legitimacy of democratic government came to be accepted throughout the world in the 1980s, economic and social conditions favorable to democracy were not everywhere present. The "worldwide democratic revolution" may create an external environment conducive to democratization, but it cannot produce the conditions necessary for democratization within a particular country.

Compreender no que resultou a Terceira Onda Democrática elucidada o estudo da eclosão de regimes democráticos em diferentes regiões durante os anos 70 e 80. Em adição à contextualização do cenário internacional estabelecida por Huntington (1991), é possível aproximar o estudo lançando mão de um recorte geográfico: a América Latina. Diretamente influenciada por esse movimento internacional, o fenômeno democrático na região se iniciou em 1962 com o Peru e foi concluído no Chile em 1988. A partir da análise dos atores principais na arena política, do contexto regional frente ao Sistema Internacional e às questões econômicas relevantes na transição para a democracia, a sequência do trabalho focará no contexto latino-americano no período em que os países da região adotaram medidas democráticas.

2.2.3 O caso Latino-Americano: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai

Inserida no contexto de Terceira Onda Democrática explorado por Huntington (1991), a América Latina não só foi uma das primeiras regiões do globo a entrar nesse movimento, como também contribuiu significativamente para novas análises de caso de transições democráticas. Como já aferido no estudo das ondas de democratização, a condição heterogênea do fenômeno propicia que o período de transição de regimes políticos seja estudado de acordo com as peculiaridades de cada país, ao mesmo tempo em que a proximidade geográfica e temporal proporcionem denominadores comuns ao se analisar o movimento conjunto de um grupo de Estados (HUNTINGTON, 1991).

O conceito de democracia previamente trabalhado por O'Donnell pode também ser estendido ao estudarmos a América Latina, mas o caráter periférico da região faz com que seja necessário considerar outras variáveis que afetam o processo transicional democrático. Pérez-Liñan e Mainwaring (2015) defendem que a sobrevivência desse tipo de regime na América Latina depende de três principais fatores: desenvolvimento econômico, preferência

normativa dos principais atores por uma democracia e moderação no âmbito político. Diferentemente de estudos de países do norte do globo, as alterações significativas na região sul são muito mais suscetíveis ao direcionamento político internacional e das Grandes Potências, o que explica a necessidade de uma orientação convergente, dos atores tanto domésticos como globais.

No que diz respeito ao primeiro ponto, a relação dos indicadores econômicos com a consolidação da democracia é defendida na medida em que existe uma relação direta entre bom desempenho econômico e manutenção do regime. Diamond, Linz e Lipset (1989), Przeworski (1996) e Diamond *et al.* (1997) são alguns exemplos que sustentam tal argumento. Gasiorowski (1995), Haggard e Kaufman (1995) e Geddes (1999) complementam tais ideias ao afirmar que é mais provável que ocorra um desmantelamento de regimes competitivos quando estes apresentam um desempenho econômico fraco.

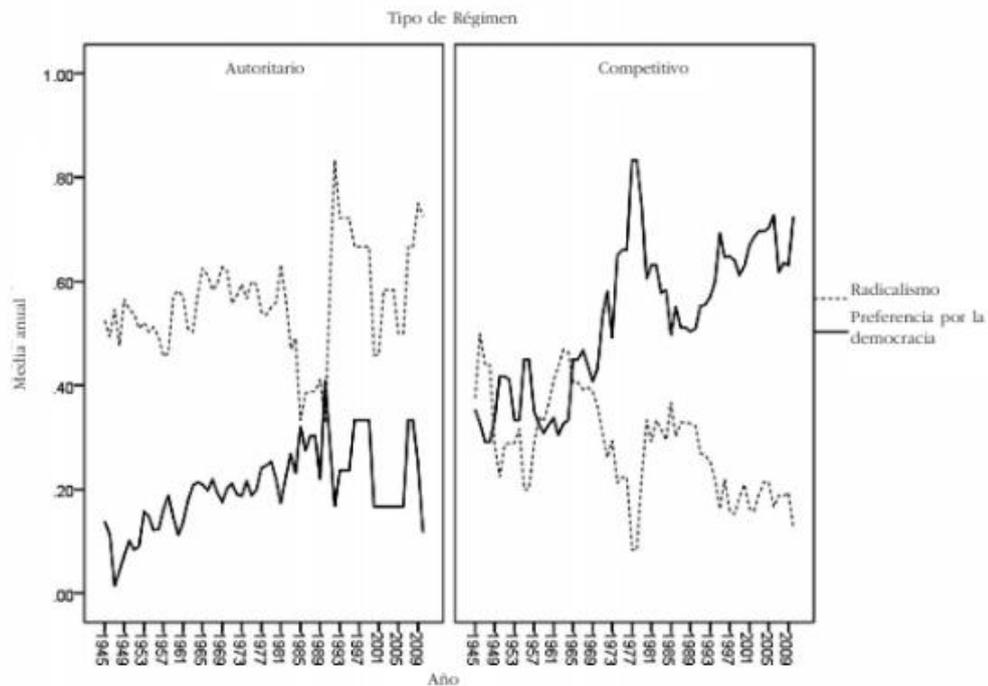
Além da questão econômica, Pérez-Liñan e Mainwaring (2015) entendem a importância do contexto regional e internacional no processo de implementação e manutenção de um regime político. O enfoque dado pelas Grandes Potências na questão de democracia e direitos humanos foi um fator que influenciou principalmente regiões periféricas do Sistema Internacional (PEDROTI, 2006), ao mesmo tempo em que o efeito Bola de Neve (HUNTINGTON, 1991) se intensificou ainda mais em âmbito regional com a gradual aceitação do regime político democrático na América do Sul. Entretanto, o histórico dos países da região também é um fator relevante ao realizar a análise das variáveis que intensificaram o movimento democrático latino-americano. Como sustentam Pérez-Liñan e Mainwaring (2015), é importante ressaltar que a maioria dos países da América Latina já haviam passado por períodos democráticos previamente aos regimes autoritários, o que faz da transição democrática uma volta a um sistema já implementado, ou seja, altera o *status* transicional para uma redemocratização:

Si hasta 1978 la mayoría de los regímenes competitivos eran débiles, se tornaron mucho más resistentes a partir de ese año. Pese a que la mayoría de los países de América Latina experimentaron al menos un período democrático o semidemocrático antes de la década de 1970, muchos de esos regímenes colapsaron poco después de su establecimiento. Pero, a partir de 1978, las nuevas democracias comenzaron a sobrevivir a crisis importantes, por lo que la cantidad acumulada de regímenes competitivos fue en aumento, a medida que se produjeron nuevas transiciones. (PÉREZ-LIÑÁN; MAINWARING, 2015, p. 144).

A importância da moderação dos atores políticos é outro fator relevante para a implementação da democracia (BERMAN, 1998; OLLIER, 2009; WEFFORT, 1984). Pode-

se dividir os atores entre moderado e radicais, sendo esses últimos aqueles que têm seus objetivos de política pública localizado em uma extremidade do espectro político e possuem urgência para alcançar seus objetivos. As ações dessas figuras são extremamente relevantes para o funcionamento de um regime democrático, como pode-se aferir no Gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2 - Evolução do radicalismo e do apoio à democracia, 1945 - 2010



Fonte: Pérez-Liñan e Mainwaring (2015, p. 150).

O lado direito do Gráfico 2 mostra a relação inversamente proporcional entre o percentual de atores radicais e a preferência pela democracia, enquanto o lado esquerdo apresenta uma relação diretamente proporcional entre radicalismo e Estados orientados pela prática democrática até o início dos anos 1980, quando a relação se inverte. Posto isso, é possível concluir que “en los regímenes competitivos los actores poderosos muestran en promedio niveles de radicalismo bajo y niveles de preferencia normativa por la democracia altos, en comparación con los actores en sistemas autoritarios” (PÉREZ-LIÑÁN; MAINWARING, 2015, p. 150).

Partindo do cenário periférico específico em que a América Latina está inserida, O’Donnell (1972) aprofunda o seu estudo na medida em que define conceitos como autoritarismo-burocrático e novas democracias. O autor entende que a Argentina, o Brasil, o Chile e o Uruguai são exemplos típicos do novo autoritarismo e autoritarismo-burocrático, já

que que não possuem características que qualifiquem os regimes como populistas e que os atores que assumiram o poder eram formados por uma coalizão de empresários, militares e tecnocratas. Além disso, Rouquié (1981), Silva (2001) e Zagorosky (1992) enfatizam que esse bloco de países foi marcado por governos militares com forte caráter violento e opressivo, baseado em doutrinas de segurança nacional e estabilidade nacional. Ramírez (2005) ainda completa esse argumento afirmando que a onda autoritária nesses países latino-americanos também foi caracterizada por serem estruturalmente refundacionais, ou seja, visavam finalizar o ciclo “errado” vivido até então para dar ao país uma sociedade, uma economia e uma política “saudável”.

Nascimento (2012) sintetiza essa procura pela modernização e avanço buscado pelos governos autoritários argentinos, brasileiros, chilenos e uruguaios:

[...] a modernização nos principais países latino-americanos significou, ao contrário, uma tentativa de combater a crise econômica por meio da contenção da luta de classes (destruição do poder sindical e supressão dos partidos de esquerda), controle da mídia e restrições às liberdades democráticas, arrocho salarial (como parte de novo processo de acumulação e desenvolvimento capitalistas), além de forte presença do Estado na economia. (NASCIMENTO, 2012, p.10)

O presente trabalho foca a sua análise nas medidas redistributivas adotadas durante os períodos de democracia consolidada nesses quatro países, mas assume que o período ditatorial teve influência nos processos democráticos posteriormente. Friderichs (2008, p. 439) ainda sustenta essa necessidade de contextualização na medida em que argumenta que “a forma como os projetos autoritários foram postos em prática em cada país, bem como sua condução e sua derrocada explicam muitos aspectos dos alcances e dos limites da nossa democracia.”

Por fim, outro denominador comum dos processos políticos argentino, brasileiro, chileno e uruguaio é a qualidade da democracia estabelecida. O’Donnell (1999) argumenta que esses países, após o seu processo transicional, viraram “novas democracias”. Esse tipo de democracia considera que, mesmo que o processo eleitoral e a aposta democrática estivessem institucionalizados, a questão de direitos civis ainda era precária.

Posto o cenário latino-americano e os fatores comuns presentes nos quatro países escolhidos, a seção seguinte terá como principal enfoque o estudo do período da abertura política até a consolidação democrática de cada um deles, lançando mão de dados político-econômicos e de fatores históricos que possibilitam que seja traçada uma análise comparativa entre a trajetória política desses países.

2.3 REDEMOCRATIZAÇÃO NOS PAÍSES SELECIONADOS

Ao estudarmos o momento de transição democrática de determinada região, podem-se selecionar dois principais fatores para o entendimento dos acontecimentos do período: o histórico político do país e o contexto contemporâneo pelo qual esse passa. Analisando o período na América Latina, verifica-se que a transição para democracia foi, em sua essência, uma redemocratização ou, ainda, uma restauração democrática (MARDONES, 2006). Esse passado democrático em todos os países selecionados pode ser um facilitador para reviver esse regime, mas, ao mesmo tempo, em alguns países pode ser associado com momentos de crises econômicas, gerando ainda mais insegurança ao período transicional. Tais fenômenos se devem a características singulares de cada caso, os quais serão estudados a seguir.

De acordo com Acuña e Smulovitz (1991), o período de redemocratização é sustentado em três grandes pilares:

- a) mudança das regras do jogo político;
- b) mudanças nas noções de luta política e de seus atores e
- c) mudança nos padrões de comportamento dos atores políticos e sociais.

Levando em conta todo o processo que está por trás da redemocratização e a importância do contexto histórico para o entendimento do funcionamento democrático, a sequência do presente trabalho especifica os principais marcos dessas fases, desde a abertura política até a consolidação democrática nos quatro países selecionados.

2.3.1 Herança ditatorial e abertura democrática

Orientada pelo trabalho de O'Donnell e Schmitter (1994), essa seção contemplará os primeiros sinais de enfraquecimento dos regimes autoritários na amostra de países escolhida, assim como as aberturas políticas que dão espaço para o início da instauração democrática nos mesmos. Para isso, é feita uma análise das principais características das ditaduras da região, assim como se apresenta o contexto político, social e econômico de cada país durante os últimos anos de regime.

A compreensão do funcionamento de cada regime ditatorial serve como auxílio para o entendimento, não só do momento da transição política, como também explica diversas das características do regime democrático já consolidado. Essa herança ditatorial que age diretamente na democracia subsequente funciona de forma residual e pode ser verificada tanto no imaginário coletivo da sociedade como nas medidas político-econômicas adotadas. Waylen

(2000) ainda frisa essa importância baseando-se na ideia de Haggard e Faufman de Termos de Transição:

It has been increasingly recognised that the particular form taken by the non-democratic regime and the nature of the transition to competitive electoral politics play an important role in structuring the nature of the subsequent regime, including the opportunities available to various political actors. (WAYLEN, 2000, p. 770).

Os governos autoritários argentinos, brasileiros, chilenos e uruguaios foram marcados por regimes de violência aberta, opressão e perseguições (ZAGOROSKY, 1992). Em todos esses países, o subdesenvolvimento, o cinismo e desinteresse das elites da época, a falta de legitimidade política, a dependência econômica e a educação precária são apontados como os principais motivos para que esses governos repressivos ascendessem ao poder (KRUIJT, 2001). Por mais que esse cenário seja contestado por outras frações da sociedade, o desenvolvimento nacional foi utilizado como prerrogativa base por parte de todos os governos autoritários da região (HAYES, 1989), assim como uma missão de abortar um possível caos político através de um projeto nacional de reestruturação da ordem política, social e econômica (STEPAN, 1971). Essa reestruturação social carregou consigo condutas controversas, todas adotadas sob a prerrogativa das doutrinas de segurança nacional e estabilidade nacional (SILVA, 2001). Somada às peculiaridades de cada país, esse caráter duramente repressivo fez com que, ao longo do período ditatorial, se abrisse espaço para transformar o medo em rejeição ao autoritarismo e ao uso da violência para resolver conflitos internos e externos do país, como pode-se identificar claramente no caso de queda autoritária na Argentina, fenômeno que Novaro (2015) intitula de decadência argentina.

O caso argentino é bastante peculiar em decorrência do seu histórico político. Diferentemente dos demais países aqui analisados, a Argentina vivia um turbulento momento antes da ascensão do governo militar em 1976. Entre 1930 e 1976, o país sofreu seis golpes de Estado. Os dois últimos, em 1966 e 1976, foram responsáveis pelo estabelecimento de regimes autoritários mais repressivos e duradouros pelos militares. Somada à instabilidade política, o período entre essas ditaduras foi caracterizado pela lógica da revolução e da contrarrevolução (FRIEDERICHS, 2017) e marcou profundamente a sociedade argentina. O governo militar de 1976 tinha como objetivo estabelecer uma nova lógica social e, através da coerção e do autoritarismo, trazer estabilidade política e econômica para os grupos dominantes do país.

Um dos principais marcos da ditadura argentina foi a Guerra das Malvinas, iniciada em 1982, fato que posteriormente auxiliou na derrocada do autoritarismo no país. O principal objetivo dos militares ao entrar em tal disputa foi a de “reforzar la unidad de las fuerzas armadas y conferirle al régimen militar una legitimidad derivada de la causa patriótica que tomaba en sus manos” (PORTANTIERO, 1988, p. 272), ideia que, inicialmente, teve uma relativa adesão da população. Entretanto, a empreitada resultou em desprestígio para o governo e para os militares, na medida em que abriu os olhos da sociedade, e a derrota era mais um dos fatores que deslegitimavam o governo em exercício (FRIDERICHS, 2017).

Ao mesmo tempo em que o processo de transição democrática foi acelerado pela derrota nas Malvinas, a Argentina também passava por uma crise interna: a desindustrialização decorrente das estratégias militares ocasionou uma redução dos salários da população, uma alta inflação e uma política que inibia a concorrência com produtos estrangeiros (FRIDERICHS, 2017). Como legado do governo autoritário argentino, o PIB per capita em 1982 era 15% menor que o de 1975, o PIB industrial 25% menor que em 1970, os salários reais 40% mais baixos e a dívida externa representava 5 anos de exportações (NOVARO, 2015). Foi então que o cenário composto pela soma de derrota internacional na Guerra das Malvinas, a violação dos direitos humanos, a dívida externa, a desindustrialização o empobrecimento geral da população e a corrupção administrativa catalisou o processo de abertura democrática (PORTANTIERO, 1988, p. 273) e abriu espaço para uma transição por colapso.

Decretado em 1º de abril de 1964, o regime militar brasileiro durou vinte e um anos. Com medidas autoritárias, que incluíram desde torturas físicas e psicológicas aos possíveis inimigos da nação até a falta de liberdade de expressão da mídia brasileira, o período ditatorial iniciou-se com o governo de Castello Branco e teve como último presidente militar João Baptista Figueiredo, em 1979. O caminho para a redemocratização se iniciou com Ernesto Geisel, o qual prometeu uma abertura lenta, gradual e segura, e criou um cenário peculiar de transição governamental, na medida em que “tivemos um período maior de distensão política (11 anos, dos 21 anos de ditadura) do que de autoritarismo” (FRIDERICHS, 2017, p. 446). Um dos principais fatores que resultaram na queda do regime autoritário foi a crise econômica que o país enfrentava após o Milagre Econômico da década de 70. Esse declínio econômico diminuiu a margem de manobra dos militares (JUNG, 2015) e obrigou que o primeiro presidente democraticamente empossado tomasse medidas para alterar o cenário que se apresentava. Ferreira (2011) descreve o cenário que abriu espaço para a transição democrática no país:

A crescente dívida externa e a inflação, além do desgaste político provocado pelas constantes pressões e denúncias acerca da repressão, sem contar com a forte ligação dos militares brasileiros com os norte-americanos, fizeram com que a necessidade de transferência para um regime democrático fosse não apenas pensado, mas “acompanhado” pelas forças militares. Assim, nas pessoas dos dois últimos presidentes, a gradual abertura brasileira começa a tomar forma. (FERREIRA, 2011, p. 49).

Já a ditadura uruguaia diferiu das outras aqui estudadas por dois principais motivos: o seu caráter civil e a crítica situação econômica pela qual o país passava antes da implementação do modelo autoritário. O Uruguai possuía um recente histórico democrático, tendo o período de democracia pré-autoritarismo se consolidado ao mesmo tempo em que ocorria o processo de modernização no país. Essa simultaneidade fez com que a institucionalização da ordem política estivesse atrelada à democracia, principalmente sob a figura de José Batlle e Ordonez (PANIZZA, 1997). Outro fator relevante da ditadura uruguaia são as duas doutrinas que deram maior fundamento para o regime: a Doutrina de Segurança Nacional importada dos Estados Unidos e o catolicismo nacionalista de ultradireita (PADRÓS, 2012).

Pode-se chamar essa ditadura de civil-militar pelo fato dos seus presidentes serem civis. Entretanto, durante o período ditatorial a figura das Forças Armadas foi protagonista e desempenhou um papel crucial no que chamavam de combate à subversão (SERÉ; VAZ, 2015). A ditadura uruguaia foi marcada pela manutenção do “descrédito na classe política dirigente, de extremo desemprego, de sucessivas crises institucionais, inflação galopante e agora no flagrante descontentamento popular” (JESUS *et al.*, 2015, p. 3). Além disso, o governo ditatorial argumentava que estava em uma missão de reorganização do Estado para fortalecer os mecanismos de segurança da sociedade, defendendo que “a ocupação militar do Estado para ‘defender’ a Nação ameaçada exigia como contrapartida da sociedade, a disseminação e o cumprimento de valores militares de disciplina, obediência, fidelidade e hierarquia” (PADRÓS, 2012, p. 506). Mesmo que a sociedade uruguaia não tenha sido marcada pela pressão para a retomada democrática, cabe destacar que também teve a ação de guerrilhas, como o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros, que atuava através de propaganda armada, sequestros e ações que afrontavam o governo (FERREIRA, 2011).

O processo de abertura do país marcou a sociedade uruguaia por tensão e grandes transformações nacionais, políticas, econômicas e sociais. Entretanto, o governo de exceção possuía tanta influência na política uruguaia que esteve presente até mesmo no processo de reabertura, o que explica o motivo de que nem esse movimento de redemocratização representou uma ruptura radical nem um afastamento definitivo do governo autoritário no país

(SERÉ; VAZ, 2015). Podem-se destacar alguns fatores que estiveram ausentes durante a abertura uruguaia, tanto no âmbito internacional como no doméstico. O primeiro é que as variáveis externas não auxiliaram substancialmente na condução para o final da ditadura, na medida em que não houve uma derrota em uma guerra ao estilo Argentino, e o governo não cedeu às pressões diplomáticas norte-americanas e europeias para o retorno à democracia. O segundo fator foi a falta de influência das mobilizações sociais, fazendo com que todo esse cenário fosse responsável para a manutenção do poder governamental civil-militar, até mesmo durante o processo de retorno à democracia.

Os primeiros passos para a abertura se deram a partir de um plebiscito conduzido pelos próprios militares em 1980, que tinha por objetivo legitimar a gestão autoritária, a população votou a favor da volta da democracia de forma apertada (52% contra 48%), o que explicitava pouca pressão social para esse término. O plebiscito de 1980 é considerando a primeira manifestação popular contra o regime, mesmo que os indicadores econômicos da época demonstrassem a diminuição do desemprego, o aumento no número dos assalariados e maior acesso aos bens de consumo duráveis, aspecto que será posteriormente detalhado no presente trabalho.

Mais duradouro que o caso uruguaio, o regime militar chileno durou quase 17 anos, tendo início com o golpe de Estado em 1973, que instalou uma ditadura governada por Augusto Pinochet. De acordo com Garretón (1992), podemos frisar três principais características desse regime:

- a) a personalização, uma vez que durante todo o período o general Pinochet assumiu o poder;
- b) a capacidade transformadora, que rompeu a relação vigente entre sociedade e política e
- c) um projeto de institucionalização política, que legitimou o regime autoritário com uma nova constituição até 1988, quando ocorreu o plebiscito para decidir pela manutenção de Pinochet por um novo período de oito anos ou pela sua saída.

O caso chileno se destaca dos demais pelo fato de que o governo autoritário não deixou o país em uma situação de crise econômica, um dos motivos pelos quais tal regime durou por um período mais prolongado que os demais. Além disso, também pode ser caracterizado como um regime ditatorial civil-militar. Diferentemente do Uruguai, que funcionou sob o comando de presidentes civis, o governo chileno, gradativamente, deu espaço para ser composto de mais civis do que militares, mesmo que a figura central de Augusto Pinochet fosse de um militar (WEEKS, 2002).

A institucionalização política do regime ditatorial chileno é vista como um dos principais marcos que proporcionou a abertura do país e acelerou o seu processo de transição (GARRETON, 1992). Pode-se verificar esse fenômeno ao analisar a Constituição de 1980, a qual buscava legitimar o governo a partir de plebiscitos. Essa constituição defendia a passagem do regime militar para um autoritário, com forte presença civil, a partir de 1989 e levava tal decisão a plebiscito em 1988, sendo crucial para decidir a manutenção por mais oito anos do governo Pinochet. A derrota nesse plebiscito fez com que ocorresse um isolamento político dos setores “duros”, caracterizado por atores mais extremistas e que não estavam dispostos a realizar a abertura política. Em paralelo, no plano militar, houve uma gradual retirada das Forças Armadas do poder político. Uma vez que a abertura chilena foi orientada também pelo voto popular, a população passou a debater questões de direitos humanos e questionar condutas do regime, fazendo com que os crimes e violações cometidos durante o período ditatorial fossem bastante discutidos na sociedade chilena durante o período de transição e consolidação democrática (PEREIRA, 2010).

Se as revoluções foram o cerne das discussões latino-americanas durante a década de 70, é possível afirmar que a partir dos anos 80 a agenda política da região passou a ser ocupada com a pauta democrática (PONZA, 2013). Analisando os casos da Argentina, do Brasil, do Chile e do Uruguai, pode-se apontar que os primeiros passos para a retomada da democracia foram oriundos da falta de respaldo dos governos autoritários, seja por crises econômicas domésticas, como nos casos brasileiros, argentinos e uruguaios, por esgotamento institucional como no Uruguai, e até mesmo por fatores externos como a derrota da Guerra das Malvinas Argentinas. Por esse motivo, ao analisar uma retomada democrática, é importante entender que os motivos que a desencadeiam são parte de um contexto maior:

[...] reconsiderar positivamente la democracia no fue una decisión solitaria, aislada, o resultado unívoco del agotamiento, el fracaso político y militar de los proyectos revolucionarios, sino consecuencia de la confluencia de por lo menos otros tres grandes factores. A saber, en primer lugar, los factores teórico-conceptuales: la crisis de sentidos y respuestas teórico-doctrinarias del marxismo y, la incorporación del paradigma democrático. En segundo lugar, los factores políticos: el reordenamiento, modernización, y reconfiguración institucional (político y académica) de los ochenta. En tercer lugar, hubo un cambio de rol o de auto-representación en los intelectuales. Asimismo, la conveniencia coyuntural hizo de la democracia la opción más factible y eficaz para salir de la dictadura e insertarse nuevamente en la vida pública y profesional sin correr riesgos de ser desaparecido. (PORTANIERO, 2003 apud PONZA, 2013, p. 138-139).

Feita a contextualização do período militar, é possível analisar o segundo passo para a redemocratização: a transição democrática. Entender como foram exercidos os projetos

autoritários e como foi a condução do seu fim explicam inúmeros aspectos do processo e da consolidação democrática de cada país (FRIDERICHS, 2017), como veremos a seguir.

2.3.2 A transição democrática

O período de transição democrática é subsequente aos primeiros movimentos de abertura política, sendo marcado por uma grande aposta na democracia, tanto da sociedade quanto do governo, e por uma retomada gradual dos direitos perdidos sob tutela do regime autoritário. Esse novo quadro resulta em “um tecido precário de direitos civis, tanto no plano territorial quanto no das classes e setores” (O’DONNELL apud GOMES, 2012, p. 149) além do desejo de retomada democrática por parte dos atores principais, os quais estarão disponíveis a implementar medidas em prol disso (BERMAN, 1998). Como o período é o elo entre a derrocada autoritária e a consolidação democrática, a forma com que é conduzido reflete o resíduo do funcionamento político anterior e influencia diretamente a força da implementação e consolidação democrática.

De acordo com a hipótese de Eaton (2004), no caso da América Latina, as medidas adotadas na transição da região foram engatilhadas pelos processos de restauração democrática, os quais garantem oportunidades de reformulações institucionais, desatam pressões existentes desde a época do regime ditatorial e dão aos partidos políticos incentivos para chegar ao poder de forma democrática. Além disso, somado ao contexto internacional, as ameaças revolucionárias e as crises econômicas, pode-se afirmar que a transição democrática na região aconteceu pelo papel da tradição democrática, ou seja, pela pressão feita socialmente com o objetivo de resgatar um regime já vivido na região (NOVARO, 2015).

O período de transição democrática também variou de acordo com o contexto de cada país, culminando em eleições, em sua maioria diretas, dos primeiros presidentes através de um sistema democrático. Existem casos, como no Brasil, em que o período desde a abertura até a consolidação democrática durou mais de dez anos, ao mesmo tempo em que outros possuem períodos transicionais mais curtos, passando do desbloqueio da atividade política até a democracia em poucos meses (MAZZEI, 2011). De acordo com Garretón (1992), a delonga do período se dá pela necessidade de superar enclaves deixados pelo governo anterior, podendo ser institucionais, de atores (como o veto das Forças Armadas), socioculturais (como o conformismo e a manutenção da lógica autoritária) ou ético-simbólicos (como questões de direitos humanos mal resolvidas). O autor ainda adiciona:

A implantação de regimes democráticos e o primeiro governo democrático devem ser analisado em termos das condições socioeconômicas e políticas em que se desenvolveram (existência de enclaves autoritários, presença ou não de crises econômicas); dos atores sócio-políticos que as levaram a cabo, considerando a divisão ou colisão entre atores que administram o Estado e atores que administram as demandas sociais; e das estratégias de superação dos enclaves autoritários para completar a transição. (GARRETON, 1992, p. 61).

É possível destacar fatores convergentes durante as transições democráticas dos países selecionados, mesmo que a Argentina tenha passado por uma transição por colapso e os demais países por uma transição tutelada pelos militares. O distanciamento político-militar frente aos novos acontecimentos do país, o questionamento social das medidas coercitivas adotadas pelos governos autoritários e as remodelações político-econômicas feitas pelos primeiros governos democrático eleito são algumas delas (CASTRO, 2002). Em relação ao primeiro governo eleito, pode-se determinar duas principais obrigações para com o Estado a partir do momento em que entra em vigor: iniciar e completar a transição democrática a partir de estratégias políticas e legais a fim de superar os enclaves autoritários através de reformas institucionais do sistema político e abrir espaço para a consolidação democrática, através de avanços sociais (como a superação de desigualdades, integração de setores marginalizados) e de estratégias em prol do avanço da modernização (GARRETÓN, 1992).

O caso argentino merece destaque pois é o único aqui estudado que foi caracterizado por uma transição por colapso, “sem realizar acordos políticos com o governo autoritário e estabelecendo certa autonomia para definir os caminhos da futura democracia” (FRIDERICHS, 2017, p. 451). O então presidente eleito democraticamente, Raúl Alfonsín, foi responsável pelo realinhamento argentino em âmbito internacional, focando-se “nas questões políticas e institucionais, travando uma clara separação entre o político e econômico.” (FERREIRA, 2011, p. 47). A política externa foi crucial para restabelecer e chancelar o poder do Estado, conforme apontado por Saraiva e Tedesco (2001, p. 129):

Existiu uma redefinição de alianças políticas e econômicas tanto a nível doméstico quanto a nível internacional, posto que a Argentina não foi alheia à reconsideração das alianças internacionais que se originaram com o desmembramento da União Soviética. No marco das reformulações, a política externa, sendo vista como, em parte, responsável pelos fracassos econômicos do passado, foi questionada dentro de um processo de revisionismo mais geral do modelo – confrontativo – de inserção externa adotado historicamente pelo país.

Ao mesmo tempo em que o processo de transição democrática foi acelerado pela derrota nas Malvinas, a Argentina também passava por uma crise interna: a desindustrialização decorrente das estratégias militares ocasionou uma redução dos salários da

população, uma alta inflação e uma política que inibia a concorrência com produtos estrangeiros (FRIDERICHS, 2017). O primeiro governo democrático priorizou as questões políticas às econômicas, como o fortalecimento das estratégias de integração com o Brasil. A parceria entre Sarney e Alfonsín na criação de “uma comissão mista para estudar todos os setores em que poderia haver mais integração entre os dois países, incluindo infraestrutura de transportes, energia e comunicações, bem como cooperação científica e tecnológica” (DESIDERÁ NETO, 2013, p. 155) foi um exemplo disso.

O governo Alfonsín foi marcado pela capacidade de inovar, em decorrência da ruptura do sistema com as regras militares predominantes até então, destacando-se por dar um caráter liberal e republicana para o processo de repolitização da sociedade (NOVARO, 2006). Somado a isso, pode-se creditar a vitória desse presidente ao fato de ele ter sido o candidato que melhor trabalhou com a aspiração democrática da sociedade argentina, organizando uma campanha que girou em torno da defesa dos direitos humanos e na promessa do aumento do salário mínimo e investimentos em educação e saúde (FRIEDERICHS, 2017). A pressão social no país também foi um fenômeno que acelerou ainda mais o processo democrático, como pode-se exemplificar com o grupo defensor dos direitos humanos chamado *Madres de la Plaza de Mayo*, composto por familiares de desaparecidos durante a ditadura que trouxe à tona na sociedade argentina o debate sobre os benefícios de adoção de um governo que se valeria de práticas lícitas que devolvesse os direitos aos seus cidadãos (WAYLEN, 2000).

Diferentemente do caso argentino, o período de redemocratização brasileiro caracteriza-se por uma transição pactuada que, de acordo com O’Donnell e Schmitter (1994), garante a continuidade das estruturas, das elites e das práticas políticas em voga anteriormente. O processo se iniciou com a eleição de uma assembleia constituinte em 1986, enquanto o Plano Cruzado foi a aposta para a recuperação econômica. Fausto (2002) explica que o plano consistiu na substituição do cruzeiro pelo cruzado na proporção de mil para um, no congelamento de aluguéis por um ano e na abolição da indexação. Em um primeiro momento, as estratégias resultaram em um aumento do consumo interno e no aumento real dos salários, porém apenas com o Plano Real, oito anos depois, a economia brasileira teve uma considerável recuperação.

O fortalecimento das relações bilaterais foi outra estratégia que visava ao aumento do poder de barganha e uma maior rapidez na recuperação econômica do país. Sennes (2003) afirma que as táticas brasileiras eram embasadas em dois pilares: a busca pela diversificação das interações com as grandes potências e países desenvolvidos e a ampliação e aprofundamento das relações econômicas e políticas com as pequenas potências. Nesse

sentido, a integração com a Argentina, país que também passava por um movimento de reestabelecimento democrático, foi fortalecido através de iniciativas políticas e econômicas. Desiderá Neto (2013, p. 155-156) aponta que “do ponto de vista econômico, o regionalismo idealizado pelas duas nações em meados dos anos 1980 tinha caráter intervencionista estatal”, argumentando que “a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Argentina veio sintetizar os resultados dos esforços [para a] [...] consolidação do processo de integração econômica.” (DESIDERÁ NETO, 2013, p. 155-156).

Assim como no seu período de abertura política, a dupla ação política de militares e civis marcou também o período de redemocratização uruguaio. De acordo com Cabral (2015), o processo de transição democrática do Uruguai apresentou como característica a negociação com os militares, explicitada através da transição tutelada pelo governo militar ainda presente. Entretanto, a situação até 1982 se alterou e apresentou uma derrocada do modelo econômico baseado no ideal monetarista, a partir das eleições de autoridades dos partidos tradicionais e da Unión Cívica, controladas pelo Tribunal Eleitoral. Como último marco, o processo transicional foi concluído em 1984 com as eleições nacionais, durante o período mais significativo de crise econômica, queda produtiva e de renda e um agudo nível de desemprego (CABRAL, 2015), colocando Julio Maria Sanguinetti no comando da nação uruguaia, responsável por assumir o país no período de consolidação democrática.

Já no caso chileno, a derrota no plebiscito abriu espaço para iniciar a redemocratização, mas o processo foi acompanhado de perto pelos militares. Garretón (1992, p. 6) explica o contexto em que essa abertura foi feita:

[...] o governo militar procurou estender [...] enclaves e aprofundá-los em outros âmbitos. Exemplos disto são as políticas de redução do manejo estatal sobre a economia, as leis orgânicas constitucionais como aquela que consagra a autonomia do Banco Central, a da Televisão, a das Forças Armadas [...] e as medidas que asseguram aos partidários do pinochetismo os cargos da administração pública, das reitorias nas universidades, do Poder Judiciário e, em particular, dos altos comandos do exército.

Diferentemente da Argentina, do Brasil e do Uruguai, o Chile não passava por uma crise econômica aguda (GARRETÓN, 1992). Em contrapartida, o país precisava se reposicionar no cenário internacional e o então presidente eleito, Patricio Ayzar, estabeleceu uma série de medidas para tal

(1) Recuperar a presença internacional de nossa pátria, mediante uma ação realista que se inspire nos valores e princípios referidos, com ênfase especial na defesa dos direitos humanos. (2) Universalizar nossas relações internacionais em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. (3) Impulsionar a integração econômica e

a concertação política latino-americana, incluindo o desenvolvimento de concepções modernas de segurança que fortaleçam a paz e a democracia na região. (4) Desenvolver uma política econômica aberta e moderna que nos vincule com os núcleos dinâmicos de crescimento e inovação tecnológica. (5) Fomentar as relações de cooperação e entendimento com os países em desenvolvimento. (6) Reforçar os organismos multilaterais e a participação do Chile em suas iniciativas. (ROJAS ARAVENA, 1997, p. 61).

Analisando os casos selecionados, é possível admitir que todos os países obtiveram êxito na condução do processo de transição, principalmente por conta da habilidade dos atores políticos de condução da trajetória de forma moderada e realista (O'DONNELL, 1998). Dessa forma, o cenário doméstico e internacional abriu espaço para que os novos governos eleitos passassem para a fase de consolidação democrática.

2.3.3 Consolidação democrática

De acordo com Mazzei (1982, p. 11), *“precisar el momento inicial de una transición es mucho menos controvertido que establecer el final de ese proceso, o sea, cuando una democracia está consolidada.”* Existem diversas variáveis que podem ser consideradas ao se afirmar que determinado país consolidou o seu processo democrático, como questões sociais de reestruturação da teoria democrática e fatores eleitorais que caracterizam ou não uma eleição como verdadeiramente competitiva. Entretanto, independentemente dos meios que levarão à concretização do processo, O'Donnell (1998) afirma que só é possível chegar na fase de consolidação quando a questão é trabalhada de forma realista, com a oposição moderada se aliando a grupos do sistema autoritário que já aceitam a retomada democrática a fim de estabelecer um programa democrático não radical. Em outras palavras, que a institucionalização democrática seja feita de forma gradual, sem fortes questionamentos à estrutura produtiva e ao sistema de propriedades, sem a implementação de medidas que possam resultar em uma contrarreação do regime autoritário (NASCIMENTO, 2012).

Para Garretón (1992), uma das principais condições para a consolidação democrática em países periféricos é a resolução de problemas de democratização social que não foram resolvidos durante o período transicional, a partir de mudanças que gerem uma maior participação social e equalizem as oportunidades de diferentes setores da população. Para o autor, *“as consolidações democráticas estão vinculadas tanto à superação desses enclaves como ao anseio ou vontade democrática por parte dos atores sociais significativos, o que nesses países está vinculado, hipoteticamente, aos processos de democratização social.”* (GARRETÓN, 1992, p. 61-62). Já para Kruijt (2001), a consolidação não pode ser

considerada completa se responde somente aos anseios sociais: é necessário, também, uma estabilidade constitucional, econômica e política, ao mesmo tempo em que ocorre um fortalecimento e reconhecimento de instituições públicas. Em contrapartida, Huntington (1994) aponta duas variáveis suficientes para considerar consolidado o regime: a resolução do tema de direitos humanos e o restabelecimento da relação entre civis e militares. Por esse motivo, o autor abre a discussão sobre os países que ainda possuem julgamentos pendentes dos direitos humanos, questionando se de fato já estão no estágio de consolidação democrática.

Aproximando essas teorias ao contexto latino-americano em que os quatro países objeto da pesquisa estão inseridos, o presente trabalho analisará a consolidação democrática nesses países a partir de três vertentes: política, econômica e social. No plano político, assume-se que o início da redemocratização se dá com a eleição do primeiro governo civil, principalmente quando o país é eleito por um governo da oposição por meio de um sistema competitivo. No âmbito econômico, as modificações substanciais na estrutura do país são estudadas, pautadas pelos indicadores comparativos do novo período democrático com o período ditatorial anterior. No que tange à sociedade, a recuperação dos direitos políticos e civis e o julgamento dos casos de desrespeito aos Direitos Humanos são pontos cruciais para entender o pensamento social de cada região. Esses três pontos são exigências mínimas para caracterizar o sistema democrático como consolidado, na medida em que é marcado pelo abandono de acordos que regeram o período transicional e possibilitaram reformas estruturais que, até então, não haviam sido atendidas.

Diferentemente do posicionamento brasileiro no Sistema Internacional durante a ditadura militar, o período de redemocratização do Brasil desenhou um novo cenário em que o país se posicionava de uma nova forma em âmbito global. Objetivava-se um distanciamento dos Estados Unidos e um grau mais elevado de autonomia, para que, assim, fosse possível pôr em prática o programa de desenvolvimento nacional (SENNES, 2013). Em contrapartida, um maior esforço foi alocado para aumentar a participação do país da América do Sul e essa busca pelo papel de destaque na região é explicada por Lima (1990, p. 20):

O ativismo diplomático do Brasil em prol das demandas do Terceiro Mundo nas negociações Norte-Sul relativas a questões de acesso a mercados pode ser entendido em termos da existência de benefícios seletivos decorrentes da participação naquela ação coletiva. Enquanto país do Sul, a diplomacia multilateral brasileira partilha com os demais países semiperiféricos o objetivo comum de mudar as regras vigentes dos vários regimes econômicos e instituir uma nova ordem internacional que garanta resultados mais equitativos para os países do Sul. Porque esses últimos diferem com

relação a posse de fatores e níveis de desenvolvimento, serão eles os maiores beneficiários de eventuais revisões da ordem econômica mundial.

Outro fator relevante na análise do período de transição democrática é a questão dos Direitos Humanos. No caso específico do Brasil, o assunto foi mal trabalhado e pouco foi feito para punir os responsáveis pelas torturas e desaparecimentos (FRIDERICHS, 2017). Uma das principais medidas que corroborou essa situação foi a Lei da Anistia, estabelecida em agosto de 1979 e que assegurava a não existência de uma punição ou revanche futura dos envolvidos na máquina repressiva do regime militar.

A Lei da Anistia é mais uma evidência do processo de redemocratização pactuado, na medida em que o governo que estava sendo substituído abriu espaço para que a transição fosse benéfica para si próprio. O resultado dessas medidas foi uma luta pelos Direitos Humanos “fortemente minimalista: nem comissão da verdade, nem julgamentos. Esses resultados foram influenciados tanto pela natureza da legalidade autoritária em si quanto pelas limitações colocadas pelas transições democráticas” (PEREIRA, 2010, p. 238).

Conforme defendido por Salomón e Pinheiro (2013), a liberalização do regime político brasileiro e a diversificação da pauta de interesses do país como consequência do fim da Guerra Fria e do fortalecimento da globalização foram cruciais para entender as novas estratégias e medidas adotadas pelo governo democrático recém-empossado. Se por um lado o processo de redemocratização do Brasil foi marcado pela priorização da recuperação econômica, por outro a transição Argentina teve um maior enfoque em questões político-sociais, como se vê a seguir (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013).

O primeiro governo democrático argentino, personificado na figura de Alfonsín, seguiu medidas divergentes daquelas adotadas pelos militares. Algumas delas foram tomadas para acelerar o crescimento econômico do país, como o reconhecimento dos Estados Unidos como potência regional e internacional, aumentando as relações comerciais entre esses dois países (ESCUDE; FONTANA, 1996), e o restabelecimento de relações diplomáticas com o Reino Unido (SARAIVA; TEDESCO, 2001, p. 131). A questão econômica recebeu ainda mais atenção no governo do sucessor de Raúl, Carlos Menem, responsável por consolidar a democracia e implementar uma economia de corte neoliberal na Argentina. Além disso, em 1985, o governo implementou uma nova unidade monetária: o Austral. Esse novo plano econômico era baseado em três pilares: “a) congelamento de preços, salários, câmbio e tarifas públicas; b) ajustes das contas fiscais e renegociação dos compromissos da dívida externa; e c) reforma monetária” (FRENKEL; FANELLI, 1987, p. 18).

Desde a campanha eleitoral, o primeiro governo democrático pós-ditadura se focou em questões políticas e sociais. Os Direitos Humanos e a construção de uma democracia estável foram pautas prioritárias para Raúl Alfonsín (FRIDERICHS, 2017), uma vez que o presidente descartou qualquer acordo com os militares e adotou uma postura de confronto para com as violações do regime ditatorial, conhecido pelo seu forte caráter autoritário e que teve como marca o desaparecimento de inúmeros cidadãos. De acordo com Pereira (2010), a Argentina se comprometeu fortemente com a justiça transicional, tomando uma série de medidas decisivas para o distanciamento da política militar. São elas: anulação da auto anistia de militares, reestabelecimento da Constituição de 1854, julgamento dos dirigentes dos regimes autoritários, indenização de vítimas, expurgos no Judiciários, na polícia e nas forças armadas e Comissões da Verdade oficiais (PEREIRA, 2010). A consolidação democrática argentina foi consideravelmente rápida e foi marcada pela recusa e distanciamento da lógica dos golpes e revoluções. Após décadas em que a sociedade vivia entre oscilações políticas e disputas de poder, a democracia foi finalmente consolidada e se provou necessária para o fortalecimento econômico e político, interna e externamente, da Argentina.

No caso Uruguai, a crise econômica que assolava o país desde o período anterior ao regime civil-militar foi outro fator relevante no processo de consolidação democrática. Foram estabelecidas novas relações tanto em nível regional quanto internacional, as quais foram cruciais para a recuperação econômica uruguaia e, como levantado por Luzuriaga e Clérico (2004, p. 5), o “Acuerdos de Complementación Económica (ACE) con Argentina y Brasil, Convenio Argentino - Uruguayo de Cooperación Económica (CAUCE) y Protocolo de Expansión Comercial (PEC)” foram alguns dos principais esforços para que o comércio alavancasse a economia do país e aumentasse a oferta de emprego.

No que tange às relações com grandes potências, podem-se citar alguns movimentos uruguaios para o maior alinhamento frente ao Sistema Internacional. A aproximação com a União Europeia em 1986 para aumentar as relações comerciais e a solicitação de cotas de exportação alimentícia são dois marcos da internacionalização uruguaia, assim como a aproximação com os Estados Unidos, que foi fortalecida com a entrada do país no Mercosul. Além disso, o governo reestabeleceu relações diplomáticas e firmou acordos comerciais com a República Popular da China (BURIAN, 2017). Em âmbito regional, o governo uruguaio aumentou seus esforços para adentrar o processo de integração e, “en 1988 se produjo la iniciativa uruguaya de asociarse al proceso de integración que desarrollaban Argentina y Brasil” (BURIAN, 2017, p.142).

A transição democrática tutelada pelos militares também trouxe consequências nos julgamentos de violação dos Direitos Humanos durante o período de consolidação. Mesmo com a promulgação da Lei da Anistia e da criação da *Comisión Investigadora sobre la Situación de Personas Desaparecidas y Hechos que la Motivaron* em 1985, dando liberdade para todos os presos políticos do período, em 1986 foi decretada a Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado, a qual impedia o processamento das culpas pelos delitos cometidos pela repressão por 15 anos.

A sociedade uruguaia, que desde a época da ditadura não foi caracterizada por uma forte pressão para a retomada democrática, não se mobilizou para anular ou reconsiderar tal lei e foi somente a partir do final dos anos 90 e início dos anos 2000, concomitantemente ao segundo mandato de Sanguinetti, que se visualizou as primeiras iniciativas para homenagear os cidadãos que foram injustamente prejudicados pelas atitudes repressivas do governo. iniciativas merecem destaque, como apresentado por Jesus *et al.* (2015): a inauguração do Museo de La Memoria, que revisita a memória sobre o Terrorismo de Estado, a iniciativa resultante da parceria entre a Direção de Direitos Humanos do MEC e da Suprema Corte de Justiça para a criação da Biblioteca do Nunca Más Terrorismo de Estado e o *Día del Nunca Más*, implementado em 2006 pelo presidente Vázquez como um dia em respeito da memória de todas as violações a direitos humanos ocorridas na ditadura.

A reinserção chilena no Sistema Internacional aconteceu de forma rápida e, concomitantemente, “aprofundaram-se os vínculos comerciais e subscreveram-se importantes acordos de livre-comércio. A política de subscrição a acordos comerciais no marco do regionalismo aberto constituiu a diretriz central” (ROJAS ARAVENA, 1997, p. 62). O caráter múltiplo e diversificado do governo chileno permitiu que o país estivesse presente nos principais mercados de que estava excluído previamente, em razão do isolacionismo presente durante o período ditatorial. Essa abertura comercial e a internacionalização podem ser vistas nos esforços chilenos em resolver problemas pendentes com a Argentina, a normalização da relação com os Estados Unidos, o ingresso na APEC, os acordos de livre-comércio com a Europa e o desenvolvimento da cúpula mundial sobre desenvolvimento social em 1995 (ROJAS ARAVENA, 1997).

Os crimes e violações cometidos durante o período ditatorial foram bastante trabalhados pela sociedade chilena. Mesmo com a autoanistia concedida pelos militares em 1978, o presidente Aylwin criou a Comissão da Verdade e da Reconciliação em 1990 para investigar todas as violações dos Direitos Humanos e, em 2003, um decreto implementou a *Comision Nacional sobre Prisión Política y Tortura*, desencadeando em processos contra

militares e pagamento de indenização aos que foram vítimas do regime (JESUS *et al.*, 2015). Em contrapartida, os dirigentes do regime autoritário não foram levados a julgamento, mesmo com o estabelecimento de Comissões da Verdade pelo governo democrático (PEREIRA, 2010). Como forma de se distanciar das práticas repressoras, o Chile implementou uma reforma constitucional e, em 1989, inseriu ao artigo 5 da carta, o dever dos órgãos estatais em respeitar e promover os direitos humanos garantidos pela constituição e manter os tratados internacionais vigentes. Auxiliando diretamente no processo de consolidação democrática, em 1992 foi criada a *Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación*, que tinha como objetivo garantir o êxito da transição democrática no Chile e, em 1998, Augusto Pinochet foi preso na Inglaterra condenado por crimes contra a humanidade.

2.4 RESUMO DO CAPÍTULO

O presente capítulo abordou tanto questões de ordem teórica quanto empírica. Pode-se, então, compilar os principais achados e definições nos seguintes pontos:

- a) a democracia pode ser analisada sob diferentes ângulos teóricos. **A Teoria Democrática Clássica**, a mais antiga e primeiramente elaborada na Grécia, se baseia no poder do *demos*, no autogoverno do povo, na opinião definida e racional dos cidadãos e na existência de um bem comum. Já a **Teoria Econômica da Democracia** defende que o processo é calcado em uma concorrência imperfeita das elites que competem pelo voto livre, sendo o papel do povo aprovar e eleger os seus representantes. A **Teoria de Bobbio** se desenha assumindo que o liberalismo político é uma premissa básica para a democracia e, assim como a Teoria Econômica, é uma teoria minimalista. Por fim, a **Teoria de O'Donnell** é realista e restritiva, defende como pré-requisito democrático as eleições competitivas, os estímulos includentes e universalistas e a mesma importância para as eleições e para os direitos políticos e civis. Além disso, a democracia é uma aposta institucionalizada e não um consenso social, ou uma decisão individual ou ainda um processo deliberativo. Pela sua complexidade e adequação aos casos posteriormente analisados, é dentro desse último marco teórico que o conceito de democracia será abordado no trabalho;
- b) as etapas de uma democracia devem ser estudadas a partir de uma contextualização histórica. Deve-se lembrar que a transição democrática é um processo sistêmico e

que, dentro do mesmo, existem duas fases subsequentes **ao fim do regime autoritário: a transição em si e a consolidação democrática**. Para chegar até a última etapa, a sociedade deve legitimar esse novo modelo e o mesmo se sustentar por uma cultura pública democrática. A transição só se caracteriza como consolidada quando nenhum dos principais atores políticos ou institucionais objetivarem a tomada de poder por um modo diferente ao da democracia;

- c) cada caso de transição é único, levando em conta as características de cada país. A incerteza é um ponto em comum de todos os processos. Entretanto, eles podem divergir entre **transição pactuada e por colapso**. A primeira se caracteriza por um processo gradual no qual os grupos que estavam no poder manejam o seu processo de saída do mesmo, enquanto a segunda faz com que o processo de transição não ocorra sob a tutela dos que governavam durante o período autoritário;
- d) o Brasil, o Uruguai e o Chile são exemplos de transição pactuada e a Argentina como de transição por colapso. Por mais nacionalista que cada governo ditatorial pudesse se mostrar, é possível verificar medidas que foram tomadas na região de forma articulada pelos governos, propiciando uma interação interestatal facilitada pela aproximação ideológica dos governos autoritários que estavam no poder. Além disso, aproximação com a democracia também foi um movimento internacional integrado, chamado de **Terceira Onda Democrática**;
- e) a sobrevivência de um regime democrático na América Latina depende de três principais fatores: **desenvolvimento econômico, preferência normativa dos principais atores por uma democracia e moderação no âmbito político**;
- f) os quatro países estudados são exemplos de autoritarismo-burocrático e, após o período de transição, viraram **novas democracias**. Levando em conta as definições previamente abordadas sobre o período de transição e os marcos histórico-políticos de cada país, a figura abaixo traz uma linha do tempo com os acontecimentos durante a redemocratização da Argentina, do Brasil, do Chile e do Uruguai:

Quadro 1 - Linha do tempo do processo de redemocratização na amostra

73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
ARGENTINA																											
								ABERTURA								TRANSIÇÃO								CONSOLIDAÇÃO			
								■ Guerra das Malvinas								■ Eleição de Raúl Alfonsín											
								■ Comissões da Verdade								■ Plano Austral											
								■ Fortalecimento integração com Brasil								■ Eleição de Carlos Menem											
																■ Relações comerciais com UK											
																								■ Reforma da Constituição			
BRASIL																											
ABERTURA								TRANSIÇÃO								CONSOLIDAÇÃO											
■ Início do Governo de Ernesto Geisel								■ Início do Governo de Figueiredo																			
■ Lei da Anistia								■ Eleição indireta de Tancredino Neves								■ Plano Cruzado											
								■ Assembleia Constituinte								■ Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento											
																■ Plano Real											
CHILE																											
																ABERTURA				TRANSIÇÃO				CONSOLIDAÇÃO			
■ Constituição de 1980																■ Plebiscito Nacional				■ Adendo ao Art 5							
																■ Comissão da Verdade e da Reconciliação				■ Eleição de Patricio Aylwin							
																				■ Criação da Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación							
																				■ Cúpula Mundial Desenvolvimento Social				■ Prisão de Pinochet			
URUGUAI																											
ABERTURA								TRANSIÇÃO								CONSOLIDAÇÃO											
■ Plebiscito Nacional								■ Eleições de autoridade de partidos políticos																			
								■ Eleição de Sanguinetti								■ Lei da Anistia											
								■ Criação da Comisión Investigadora sobre la Situación de Personas Desaparecidas y Hechos que la Motivaron								■ Aproximação com UE											
								■ Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado								■ Fortalecimento do processo de integração com AL											
																■ Eleição de Lacalle											
																■ Reeleição de Sanguinetti											
																■ Esforços de memória											
																■ Comisión para la Paz											

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Uma vez contextualizado o cenário histórico-político sobre o qual o presente trabalho se interessa, o capítulo subsequente é responsável por adentrar nas características acerca da questão de distribuição de renda e das peculiaridades das medidas redistributivas na América

Latina, focando nos quatro países selecionados. Dessa forma, torna-se possível aferir a existência da influência da variável política na variável econômica.

3 CONSEQUÊNCIAS DISTRIBUTIVAS DO REGIME POLÍTICO E IMPLICAÇÕES PARA O PADRÃO DE CONSUMO

Ao lançar mão da análise previamente estabelecida sobre o regime político democrático em sua contraposição teórica e aplicada com o autoritarismo, sendo o primeiro a variável explicativa causal na relação tríade democracia-distribuição de renda-padrões de consumo no presente trabalho, torna-se necessário o aprofundamento do estudo a respeito da variável interveniente: a distribuição de renda. A abordagem, a nível teórico e histórico-descritivo, das consequências relativas às medidas redistributivas posta a seguir propicia que o tema seja analisado sob diferentes vertentes de pensamento econômico, ao mesmo tempo em que aproxima tais teorias dos acontecimentos históricos ao elucidar os casos da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai durante o período de transição e consolidação democrática.

A primeira seção do capítulo organiza a discussão sobre os principais conceitos que dialogam com a distribuição de renda, assim como analisa a preocupação dos economistas clássicos com a repartição funcional da renda e a sua diferença com a distribuição pessoal da renda. Posto isso, se estabelecem as relações entre regimes políticos e distribuição de renda, abrindo espaço para a análise dos possíveis impactos dessas medidas redistributivas na realidade socioeconômica das famílias latino-americanas no período de redemocratização. O segundo momento da seção traz à tona o debate que interlaça a distribuição de renda com padrões de consumo a partir de correntes diversas da área das ciências econômicas. A abordagem econômica sob a ótica política, uma síntese da teoria Keynesiana e pós-Keynesiana e os arquétipos estruturalistas latino-americanos são detalhados para entender de que forma pode-se associar essas duas variáveis. Por fim, os países elencados são estudados caso a caso e as estratégias distributivas de cada um deles após a redemocratização são analisadas, considerando o contexto regional e internacional em que estão inseridos.

3.1 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: ELEMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

A distribuição de renda é um tema central no pensamento econômico desde o final do século XVIII, sendo analisado sob diferentes óticas e contextos que propiciaram a elaboração de modelos distintos para o seu entendimento. Entretanto, esse tratamento se ancorou em preconceitos, pobreza de fatos e interpretações orientadas para fins políticos (PIKETTY, 2014), fazendo com que o estudo do tema através de uma lógica sistemática se tornasse imprescindível para uma compreensão imparcial e precisa do tema. Adam Smith, David

Ricardo, Thomas Malthus e Karl Marx são alguns dos expoentes clássicos no estudo da distribuição de renda, focando principalmente no conceito de repartição funcional da renda, ou seja, na disputa pelo excedente entre trabalho e capital (SERRANO, 1988). Atualmente, com o livro *Capital in the Twenty-first Century*, Piketty (2014) fortaleceu o debate sobre o tema ao defender um modelo no qual a raiz da desigualdade na lógica capitalista se dá pela taxa de retorno do capital que é maior do que a taxa de crescimento da economia.

Para uma melhor compreensão da questão de distribuição de renda, a seção subsequente versará sobre as principais teorias distributivas, assim como as abordagens decorrentes da Curva de Kuznets e as diferentes formas de mensuração distributivas.

3.1.1 A questão distributiva pessimista, de Ricardo a Piketty: um resumo

O final do século XVIII e início do século XIX tiveram como importante questão econômica a análise do problema da repartição de renda. Os pensadores dessa época admitiam que a renda total era dividida entre as classes sociais, levando em conta a sua participação na atividade produtiva. Dessa forma, a configuração socioeconômica dividia-se em três principais classes: os trabalhadores, os proprietários de capital e os donos das terras (PEDROSO, 2007). Pautados nessa forma de análise da questão distributiva, os teóricos desenvolveram uma série de teorias para compreender e até mesmo projetar de que forma as variáveis econômicas se comportariam frente a esses dilemas.

Malthus (apud GENNARI, 2009) buscou analisar as consequências dos cercamentos e dos primeiros sinais de industrialização para a distribuição de renda, a estrutura socioeconômica e o equilíbrio político e, em 1798, escreveu o *Ensaio sobre o princípio da população*. A teoria Malthusiana focava na ameaça da superpopulação, argumentando que a capacidade de crescimento populacional é maior do que a capacidade da natureza de produzir os meios de sobrevivência necessários (GENNARI, 2009). O cenário apocalíptico desenhado por Malthus influenciou seu contemporâneo Ricardo, economista que postulou o Princípio da Escassez. Tendo como ponto de partida a doutrina malthusiana, Ricardo tinha como principal foco a evolução do preço das terras e da sua remuneração a longo prazo. Ele desenvolveu um paradoxo lógico, partindo do pressuposto que, se o crescimento da população e da produção se prolonga, de acordo com a lei da oferta e da demanda, a terra ficaria mais escassa em relação aos outros ativos (PIKETTY, 2014). Para o pensador, a única saída plausível seria a liberalização comercial para reduzir os preços dos alimentos e a tributação a partir de impostos crescentes sobre a renda do território. A previsão ricardiana não se verificou na

medida em que, com a crescente industrialização e inovação tecnológica, o valor das terras agrícolas se reduziu assim como o peso da agricultura na renda nacional.

Ainda de acordo com a teoria ricardiana, o nível dos salários deveria ser ancorado ao nível mínimo das necessidades fisiológicas de cada indivíduo, enquanto o lucro era necessário para os donos de capital na medida em que eram um resíduo essencial para a organização do processo de produção. Esse pensamento abriu espaço para as primeiras ideias sobre lutas de classe e teorias que focassem nas necessidades dos trabalhadores, na medida em que:

[...] David Ricardo reconheceu a existência de conflitos de classes. Nessa perspectiva, os interesses dos capitalistas eram diferentes dos interesses dos trabalhadores. Da mesma forma, também percebeu que os interesses dos proprietários de terra eram diferentes dos capitalistas. [...] esse modelo sobre a repartição da renda já evidenciava diferenças, correspondentes à participação de cada classe social, mas considerava algo natural e necessário ao processo de acumulação do sistema econômico em formação. (PEDROSO, 2007, p. 22).

Meio século após a publicação dos *Princípios* de Ricardo, Marx publicou o primeiro tomo de *O Capital*. Nesse momento histórico, mais do que focar nas questões de agricultura, o foco era compreender a dinâmica do capitalismo industrial (PIKETTY, 2014). Afastando-se dos economistas que apostavam em um sistema autorregulado de mercado, Marx defendeu o princípio de acumulação ‘infinita’, o qual argumentava que a tendência de acumulação e concentração ilimitada do capital estava nas mãos de uma parcela cada vez mais restrita da população. De acordo com essa lógica, a distribuição de renda se originaria por dois mecanismos: em um primeiro momento a disputa para a definição dos salários e, na segunda fase em que os capitalistas já teriam posse da mais-valia, a repartição da renda (lucros, juros e rendimentos) com a sua própria classe. Em suma, Marx defendia que o sistema capitalista levaria diretamente à desigualdade, fomentando o debate sobre a adoção de um novo sistema que corrigiria esse problema: o comunismo. Nem mesmo a concorrência e a evolução tecnológica sanariam o problema, considerando que isso resultaria apenas um movimento do sistema rumo a firmas e ampliaria a lacuna entre a reduzida classe capitalista e o populoso proletariado.

Influenciado pelo pensamento marxista, Kalecki foi um economista polonês pioneiro na análise precisa do papel da demanda efetiva do processo de reprodução capitalista, buscando explicar como a renda nacional é determinada. Apoiado nas equações marxistas, desafia a teoria ortodoxa ao afirmar que o aumento global dos salários não resulta necessariamente em uma redução dos lucros totais e defende que a melhoria da distribuição de renda em prol dos trabalhadores pode resultar em um crescimento econômico que absorva

mão de obra até o pleno emprego. É importante salientar que o modelo kaleckiano básico não considera poupança dos trabalhadores, nem governo nem a existência do comércio exterior (PEDROSO, 2007). A repartição funcional da renda é adotada no modelo de Kalecki de duas maneiras:

- a) a curto prazo, como um parâmetro na análise de determinação de renda para mostrar como ocorre o ajuste da renda e da demanda efetiva e
- b) a longo prazo, na medida em que a acumulação de capital gera lucros maiores e traz consigo a massa de salários (TAVARES, 1998).

Para resumir o pensamento kaleckiano, é possível afirmar que “a distribuição da renda é um determinante essencial da demanda efetiva, e quando ela se altera contra os trabalhadores a demanda é afetada negativamente” (LÓPEZ G.; PUCHET A.; ASSOUS, 2009, p. 197).

Esses estudos não exaurem a discussão. A questão distributiva pode ser estudada a partir de distintos arcabouços teóricos, e cada uma das teorias enxerga a questão a partir de diferentes ângulos. Os neoclássicos, por exemplo, defendem a tendência natural à igualdade distributiva ao longo da trajetória de desenvolvimento, pressuposto que não se sustentou empiricamente principalmente nos países subdesenvolvidos com maior desigualdade de renda. Kuznets, como veremos a seguir, explica que essa maior concentração de renda verificada era natural nos primeiros estágios do desenvolvimento. Mais recentemente, os efeitos inflacionários também foram relacionados à distribuição, e autores como Nordhaus (1973) passaram a assumir que o combate à inflação implica em elevadas taxas de desemprego que tem como consequência um agravamento da distribuição de renda.

A partir dos anos 90, novos estudos foram desenvolvidos relacionando a desigualdade com outras variáveis. Alesina e Perotti (1993) concluíram que existe uma relação inversa entre distribuição de renda e crescimento econômico, enquanto para Persson e Tabellini (1994) a iniquidade resulta em um conflito distributivo que gera a adoção de políticas econômicas intensificadoras de investimento e crescimento. Mais recentemente, Piketty (2014) debate questões de desigualdade de renda assumindo um cenário no qual a riqueza crescerá de forma mais rápida do que o produto, resultando em uma concentração do mesmo na mão de uma minoria a longo prazo. A sugestão é a taxação da rentabilidade do capital como chave para a reversão da desigualdade. Para chegar a essa conclusão e aproximar as teorias da realidade atual, Piketty (2014) reabre as discussões anteriores sobre o tema desde a teoria de Kuznets, a qual será analisada na sequência do trabalho.

3.1.2 Curva de Kuznets e a abordagem de Lewis: uma contraposição

Em contraste aos estudos do século XVIII e XIX, Simon Kuznets abriu espaço para uma nova abordagem que focava em um bom desempenho da distribuição a longo prazo, ainda que, para isso, fosse necessário aceitar desigualdade de renda a curto prazo. Esse novo viés mais otimista surgiu em um período de situação econômica positiva, durante os anos 1945 e 1975. Conhecido como os “Trinta Gloriosos”, o período compreende a rápida aceleração econômica vivida no período pós-guerra que trouxe grandes mudanças na sociedade de consumo. O crescimento econômico no período suscitou uma série de novos estudos sobre o tema em 1955, Kuznets defendeu que bastaria paciência para que o crescimento econômico trouxesse benefícios a todos os cidadãos (PIKETTY, 2014).

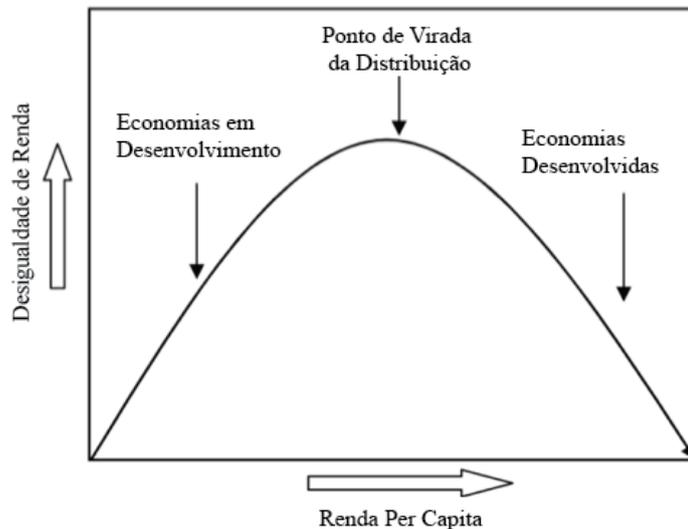
Considerado o trabalho precursor do estabelecimento da relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico (MARÇAL, 2015), o ponto de partida de Kuznets foi analisar o comportamento da distribuição de renda considerando a unidade familiar básica. Dessa forma, o tamanho das famílias determinava as necessidades relacionadas com o uso e recebimento da renda (KUZNETS, 1986). O economista verificou que a mobilidade de renda ascende na medida em que um país passa por progressos econômicos (PEDROSO, 2007), mesmo que esse processo ocorra de forma não-linear. Essa relação entre crescimento e desigualdade de renda é não-linear na medida que

Esta não-linearidade é descrita a partir de uma curva na forma de U invertido, indicando que a desigualdade aumenta no início do processo de industrialização, e urbanização, mas a partir de determinado ponto começa a descer. O argumento é baseado na migração rural-urbana, considerando que a área urbana é mais produtiva que a rural. (MARÇAL, 2015, p. 8).

A relação é ilustrada pela Figura 1. A explicação para esse modelo de economia dual é a crença de Kuznets de que a renda per capita da população rural é mais baixa que a da população urbana, e o movimento no sentido da industrialização faria com que os trabalhadores se deslocassem para esse setor que é mais desigual. Essa situação seria corrigida na medida em que os ganhos de produtividade do setor industrial iriam se difundir e a desigualdade diminuiria na medida em que a população de baixa renda se adaptaria gradativamente à vida na cidade e buscaria melhores oportunidades de ganhos, além de aumentar a sua eficiência, e o aumento do poder político de classes mais baixas proporcionaria uma legislação mais favorável (KUZNETS, 1955). Pela primeira vez, a

variável política (democracia) surge como catalisador do processo de distribuição de renda, como veremos mais detalhadamente na próxima seção.

Figura 1 - Modelo do U Invertido



Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em Kuznets (1955).

Lewis, contemporâneo de Kuznets, também elaborou um modelo que trabalhava com a relação entre distribuição de renda e crescimento econômico. Esse economista defendia que o crescimento industrial, sem a pressão para o aumento salarial, é vital para acelerar os processos de crescimento econômico (LEWIS, 1958). Isso se dá na medida em que o excedente na mão dos capitalistas é reinvestido dentro do próprio setor, possibilitando o avanço do processo de industrialização. Por esse motivo, a evolução do crescimento econômico implica a redução da “escassez de capital, de maneira que proporção crescente da mão de obra é incorporada pelo setor “capitalista” da economia, ao passo que também se concentra o excedente, aumentando a taxa de poupança da economia” (MARÇAL, 2015, p.10). Em outras palavras, Lewis (1958, p. 425) traduz o seu pensamento centrado no excedente capitalista:

À medida que este é reinvestido a fim de criar novo capital, o setor capitalista se amplia, transferindo-se um maior número de indivíduos do setor de subsistência para o setor capitalista. O excedente torna-se, então, ainda maior, a formação de capital aumenta ainda mais e, assim, o processo continua até que o excedente de mão de obra desapareça. (LEWIS, 1958, p. 425).

As hipóteses de Kuznets e Lewis, chamadas hipóteses das economias duais, sofreram diversas críticas, principalmente por parte de economistas que tentaram replicar esse modelo

em países em desenvolvimento. O primeiro ponto de alerta é o contexto histórico em que essa teoria se desenvolve. Como destaca Piketty (2014, p. 22) “a forte desigualdade de renda que se deu nos países ricos entre 1914 e 1945 é, antes de tudo, fruto das guerras mundiais e dos violentos choques econômicos e políticos que delas sobrevieram.” O autor aponta, principalmente, as grandes perdas dos detentores de fortunas da época e complementa afirmando que “ela (a desigualdade da época) tem pouquíssima relação com o processo organizado de mobilidade dos fatores de produção entre os setores econômicos descritos por Kuznets.” (PIKETTY, 2014, p. 22).

Outra ressalva foi em relação ao progresso tecnológico, que, de acordo com os modelos estudados, aumentaria as oportunidades dos que migrassem para as cidades. Para Barreto (2005), a inovação tecnológica pode levar a uma maior desigualdade de renda se não é neutra, ou seja, afetando a produtividade de tipos específicos de trabalho e de maneiras específicas. Mesmo sendo um catalizador para o crescimento econômico, a introdução de tecnologia seria um motor de disparidades. Um exemplo é a inserção de tecnologias que demandem um trabalho qualificado no lugar de um não qualificado, agravando ainda mais as questões de desigualdade de renda ao mesmo tempo em que se associaria a um maior crescimento.

Entretanto, apesar de todas as críticas e ressalvas, essas ideias foram de grande valia para o desenvolvimento do pensamento econômico e algumas de suas características podem ser vistas em trabalhos dos anos 1980 e 1990. O otimismo do modelo da economia dual serviu para propor uma nova visão que apostava no auto-ajuste do sistema, permitindo que algumas medidas controversas fossem adotadas visando ao crescimento econômico. Como apresenta Piketty (2014, p. 18), a frase “o crescimento é como a maré alta: levanta todos os barcos” sintetiza a lógica que regia o pensamento econômico do período.

Além disso, inspirado principalmente pelo Modelo do U invertido, trabalhos recentes relacionaram a curva de Kuznets com questões políticas. Chong (2000) relaciona a desigualdade com o modelo político da época e defende a existência de uma Curva de Kuznets Política, concluindo que a desigualdade cresce em um primeiro momento de regimes não-democráticos e posteriormente se estabiliza. Essa lógica foi testada em diversos países e, na sequência do presente trabalho, será exposto o resultado dos quatro países estudados.

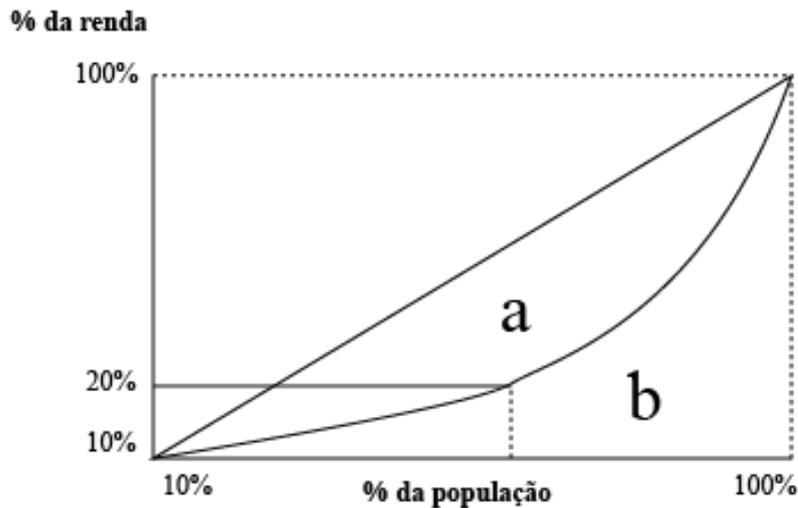
3.1.3 Mensurando a distribuição de renda

Pela análise empírica é possível mensurar o nível de distribuição de renda de um determinado país. Esses indicadores não só elucidam questões como magnitude de pobreza, desenvolvimento e riqueza, como também possibilitam uma análise comparativa de diferentes períodos e de diferentes países. O índice de Gini é o mais comum método utilizado em âmbito universal. Porém, é necessário o estudo prévio de outros construtos matemáticos que se aprofundam nas disparidades distributivas de renda, como a lei de Pareto e a curva de Lorenz.

A lei de Pareto foi criada pelo economista italiano Vilfredo Pareto e tinha como máxima a relação 80/20. Para o autor, ao aplicar a teoria para a questão de desigualdade de renda, 80% da riqueza está concentrado na mão de 20% das pessoas (PARETO, 1971). A partir dessa teoria, a distribuição da renda e da riqueza nas sociedades tendia a se ajustar a essa lei, independentemente da formulação social e econômica da região analisada (HOFFMANN, 1973). Esse pensamento propiciava que situações desiguais fossem consideradas como naturais e que o *status quo* social fosse mantido, ao passo “que hoje sabemos [que certas situações são] [...] estabelecidas de acordo com leis ou costumes que dependem do arbítrio dos homens.” (HOFFMANN, 1973, p. 8).

Assumindo que o estudo mais aprofundado da questão distributiva pode resultar em diagnósticos e soluções de problemas socioeconômicos, o economista Max Lorenz elaborou a Curva de Lorenz em 1905. O diagrama explicita a relação existente entre as camadas da população, as quais estão organizadas em ordem crescentes de renda e considera suas participações relativas na renda global (PEDROSO, 2007). A curva tem no seu eixo vertical a percentagem acumulada da renda e, no eixo horizontal, a percentagem acumulada de pessoas, como pode-se ver a seguir, na Figura 2:

Figura 2 - Curva de Lorenz



Fonte: Elaboração da autora, com base em Lorenz (1905).

A área entre a reta de perfeita da igualdade (45°) e a curva de Lorenz é chamada de área da concentração (a), variando com o nível de desigualdade. Ou seja, considerando uma concentração igual a zero, a representação da distribuição estaria situada sobre a reta, não existiria área de concentração e cada percentual de renda é detido de forma igual ao percentual da população. Já em um cenário oposto de desigualdade perfeita, “ou seja, se uma pessoa detivesse toda a renda, a curva coincidiria com o eixo das abcissas até o ponto (100%), donde iria até o ponto (100%,100%).” (PEDROSO, 2007).

Baseado nos conceitos da Curva de Lorenz, o italiano Conrado Gini desenvolveu uma medida do grau de concentração de renda chamado de coeficiente de Gini. Responsável por medir a desigualdade agregada, quanto mais afastado o resultado for de 0, maior será a desigualdade da região analisada. A fórmula que resulta no coeficiente final é obtida a partir das regiões da Curva de Lorenz e pode ser traduzida em: $a/(a+b)$. Essa forma de mensuração é utilizada para determinar a desigualdade em cada país, principalmente pelos dados anuais do Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Entretanto, considerando que o coeficiente de Gini traz resultados numéricos e que muitas vezes não ponderam questões históricas e sociais, deve-se estar atento a algumas restrições desse método.

Uma primeira desvantagem do coeficiente de Gini é sua incapacidade de medir desigualdade de oportunidades como pode ocorrer em países com estrutura de classes que apresentar barreiras de ascensão. Além disso, o indicador pode ser o mesmo em países em diferentes estágios de desenvolvimento, fazendo com que a desigualdade em países mais ricos se reflita na má distribuição de bens de luxo, isto é, além das necessidades básicas, enquanto a

desigualdade nos países mais pobres resulte em insuficiência de bens básicos (LETTIERI; PAES, 2006). Uma outra crítica, que se estende à Curva de Lorenz, é o fato de a medida desconsiderar o valor real de desigualdade se as famílias de diferentes classes são capazes de utilizar a renda de forma mais eficiente (HOFFMANN, 1998). Ademais, é importante entender que o coeficiente de Gini é resultado da análise de um determinado momento, ignorando possíveis mudanças que ocorrem no ciclo de vida dos indivíduos. Por fim, o IPECE salienta outro cuidado que deve ser ponderado ao utilizar esse coeficiente:

[...] muitas vezes apenas o coeficiente de GINI é citado sem descrever as proporções dos quantis utilizado para sua medição. Tal como acontece com os coeficientes de desigualdade, o Gini é influenciado pela granularidade de suas medições. Por exemplo, 5 (cinco) quantis de 20% (baixa granularidade) geralmente produzem um menor coeficiente que 25 (vinte e cinco) quantis de 4% (alta granularidade), tomada da mesma distribuição. Este é um problema frequentemente encontrado com essas medições (IPECE, 2015, p. 6-7).

Visando a mitigar as lacunas desses indicadores na análise da desigualdade de renda e originar uma forma de mensuração mais assertivo para as economias em desenvolvimento, as pesquisas de Gabriel Palma (2011) propõem um novo padrão na distribuição de renda global ao afirmar que a parcela mais rica da população comprime a renda da parcela mais pobre. Para chegar a essa conclusão, a chamada Razão de Palma divide a população em dez categorias (sendo d1 a de menor renda e a d10 a de maior renda) e separa na sua análise os 10% mais ricos (d10) e os 40% mais pobres (d1, d2, d3, d4). Dessa forma, sobram os chamados setores administrativos da sociedade, que são os 50% da classe média e que representam uma retenção de renda estável ao longo do tempo e semelhante a setores administrativos de outros países.

Essa estabilidade e semelhança do estrato central da população resultam na razão de Palma, que se dá pela seguinte fórmula: $\text{renda } d10 / \text{renda } (d1-d4)$. De acordo com o autor, é apenas com a razão entre os dois setores mais extremos da sociedade que se pode ter uma noção real da desigualdade de um país e do grau de concentração de renda da parcela mais rica da sociedade (PALMA, 2011), mesmo que esse esquema siga sendo um retrato de um momento específico de uma sociedade e não considere possíveis entraves históricos-sociais do país analisado à mobilidade.

Entretanto, para poder elaborar a razão de Palma, é necessário obter uma série de dados detalhados e de informações estratificadas, fazendo com que a falta ou incerteza dos mesmos inviabilize uma possível análise histórica de desigualdade de renda. Por esse motivo, o presente trabalho utilizará como principal indicador de desigualdade o coeficiente de Gini,

recorrendo à Razão de Palma para uma possível comparação ou reavaliação dos achados. O coeficiente de Gini, além de possibilitar a comparação distributiva de diferentes setores da população, é suficientemente simples e de fácil interpretação, permitindo a comparação da desigualdade de economias ao longo de um determinado período de tempo.

3.2 DINÂMICAS POLÍTICAS E MEDIDAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A situação e a dinâmica política de um país são determinadas, entre outros, pelo regime que vigora no mesmo, permitindo que seja definido dentro de um eixo que tem como polos antagônicos a democracia e a ditadura. Essa classificação pode ser feita na medida em que se consideram inúmeras variáveis para a definição nessa escala, de acordo com os índices escolhidos para medir a sua qualidade como tal. O'Donnell (1999, p. 73) define regime político como a soma

[d] os padrões formais e informais, explícitos ou implícitos, que determinam os canais de acesso às principais posições de governo, as características dos atores admitidos ou excluídos dessas posições e os recursos e estratégias que eles podem usar para alcançá-la.

Considerando a relação existente entre as medidas políticas e a situação econômica de um determinado país, a seção subsequente do presente estudo buscará encontrar o elo teórico entre regimes políticos e distribuição de renda. Compreendendo essa primeira relação entre variável política e variável econômica, será possível analisar de que forma essa relação se apresenta em um regime classificado como democrático - e para isso será retomado o conceito realista e restritivo de democracia proposto por O'Donnell (1999) – e em um regime classificado como ditatorial, ou seja, dentro de um contexto no qual se verifica a inexistência das qualidades democráticas sociais, legais e políticas.

3.2.1 Regime político e seus efeitos distributivos

Conforme já mencionado, a maioria da produção acadêmica classifica os regimes políticos dentro de um espectro que varia entre democracias e ditaduras. Entretanto, essa divisão bipolar também abre um leque entre “communist states to social democracies, to capitalist democracies and to authoritarian regimes and dictatorships of the right and the extreme right, including military governments and states actively torn by civil war.” (GALBRAITH, 2011, p. 11). Na medida em que se assume a existência de diferentes formas

políticas, torna-se claro o nível de detalhamento que deve ser dado à análise de dados que considerem uma variável política, na medida em que o regime em questão deve ser analisado em todos os seus aspectos para que seja possível chegar a alguma conclusão relevante e embasada.

Hsu (2008) publicou trabalho recente que se atenta a essas diversas peculiaridades políticas e defende que o estudo de impacto e um regime político pode ser feito apenas quando existir um aprofundamento qualitativo que determine indicadores de cada dinâmica. Um exemplo da necessidade de um maior grau de detalhamento é quando se compara o impacto de um regime autoritário comunista e de um anticomunista na desigualdade de renda, na medida em que essas construções comparativas “are ill-suited to discriminating between the effects of regime type on inequality. It is therefore not surprising that the empirical results obtained so far in this area are weak.” (GALBRAITH, 2011, p. 23). A fim de encontrar uma forma que admita estabelecer essa relação, a presente seção abordará algumas formas que permitem mitigar o grau de abstração de um regime político para que seja possível realizar um estudo utilizando essa variável.

Existe uma série de aspectos que deve ser considerada ao realizar uma comparação que englobe regimes políticos. A primeira etapa é analisar a variável a ser relacionada de acordo com a sua origem: há mais de uma fonte que pode explicá-la? Em caso positivo, quais as características de cada uma delas? Feito isso, devem ser analisados os impactos diretos dos regimes políticos nessa variável, assim como as consequências indiretas. É a partir desse quadro que se desenha que uma teoria correlacionaria entre regime político e distribuição de renda. Partindo do aprofundamento das diferentes causas que impactam a questão distributiva, a análise da dimensão que envolve diretamente o Estado em medidas de redistribuição será feita em paralelo com o estudo da dimensão que traduz o impacto indireto e ideológico de um regime político (JIANG, 2012).

De acordo com Champernowne e Cowell (1998), a distribuição de renda é entendida como o contraste entre grupos com diferentes condições econômicas. A partir de tal definição, pode-se assumir que a própria distribuição afeta essas condições econômicas, além das oportunidades de geração de renda como formas de alocação de recursos e condições externas para sua utilização. A partir da compreensão dessas diferentes possibilidades que resultam em uma distribuição de renda desigual, a OECD (2011) propõe uma divisão das causas para a desigualdade entre variáveis endógenas e exógenas. Pode admitir-se que as causas endógenas são inatas, enquanto as exógenas são causadas por medidas e comportamentos de governo em prol do seu próprio benefício ou do favorecimento de determinada classe social. Isso explica o

motivo de existir uma considerável divergência de interesses entre grupos de uma sociedade, assim como elucida o fato de que a desigualdade econômica sempre gera descontentamento de alguma parcela social (CHAMPERNOWNE; COWELL, 1998). Por fim, ainda sobre os fatores exógenos é possível argumentar que:

These exogenous causes tend to exert limits on labour's competence in applying and developing their innate abilities, and thereby they become the ultimately force in creating the externally inequitable environment for society to pursue economic equality. (JIANG, 2012, p. 9).

Tais relações conflituosas culminam em uma sociedade que necessita buscar o máximo de igualdade econômica, evidenciando a importância de acionar o Estado como agente político capaz de desempenhar políticas econômicas que respondam a essa demanda. Dentro dessa lógica, existem diversas características da dinâmica política que devem ser levados em consideração. A fim compreender essa vasta gama de aspectos relevantes, o presente trabalho divide a análise em duas dimensões: “the dimension that has direct involvement with the state, and the dimension related to the informal political ideology, atmosphere and environment in society.” (JIANG, 2012, p. 10). Compreendendo todos esses fatores, torna-se possível analisar de forma aprofundada as características de um determinado regime político.

A primeira dimensão abarca o papel do Estado, o modelo político e a representação popular. O papel e tamanho do Estado determinam até que ponto o governo pode intervir na economia e qual é o limite de influência das políticas governamentais na condição socioeconômica da região, podendo adotar tanto um caráter neoliberal quanto desenvolvimentista (JIANG, 2012). Este último parte do pressuposto que o governo deve se envolver diretamente com os mecanismos de mercado e, para isso, tem a liberdade de realizar ajustes econômicos regulamentando poupanças, salários e investimentos. Além disso, dentro da lógica desenvolvimentista, é dever do Estado prover educação, moradia, saúde e medidas que visem a redistribuição de recursos (BAGCHI, 2000). Em contrapartida, Estados neoliberais acreditam que o livre mercado é capaz de alocar recursos de forma eficiente e, por isso, o Estado deve intervir o mínimo possível, apenas para garantir uma menor taxa de desemprego e inflação (TREANOR, 2005). A crença no Estado mínimo se ancora na ideia que esse modelo tem mais propensão de transformar a desigualdade social em uma força de mercado. Somado ao papel do estado, o modelo político também merece atenção no estudo dessa primeira dimensão. Um exemplo disso é um governo com modelo autoritário e que adota um Estado desenvolvimentista em um cenário que prioriza a sua consolidação

econômica e política em detrimento do desenvolvimento econômico. O resultado disso é um aumento de desigualdade (JIANG, 2012), na medida em que os esforços estatais estão voltados para sua própria manutenção. Também é possível fazer esse estudo em um quadro neoliberal:

By the same token, although the economic ideology of the NS [neo-liberal state] model tends to increase economic inequality by its free market approach, the state can still be motivated to provide more social welfare to cope with inequality under a democratic political system in which the society's voices are heard and people's opinions act as valid stakeholder in the making of government policies (JIANG, 2012, p. 10).

A representação popular se destaca como ponto relevante na medida em que os limites dessa participação determinam o grau de democracia do sistema e definem quem pode fazer e induzir a implementação de políticas econômicas (COGNEAU, 2009). Tais direitos cívicos podem ser garantidos de acordo com o sistema eleitoral e pela representação partidária (BARTELS, 2005), podendo resultar em políticas mais ou menos igualitárias de acordo com a parcela e classe da população que tem acesso e voz dentro desse sistema.

Por fim, a segunda dimensão aborda uma influência mais branda e indireta, considerando de que forma os interesses políticos são interpretados socialmente e como as relações de poder afetam as questões econômicas (JIANG, 2012). Na medida em que o nível de desigualdade econômica se torna mais severo, o poder da parcela mais rica tende a aumentar, abrindo ainda mais espaço para essa classe na arena política. Em outras palavras, o agravamento da desigualdade de renda é um fator que gera concentração de poder político, podendo resultar no aumento de regalias para uma determinada classe e, em casos extremos, abuso de poder e casos de corrupção.

Estabelecida essa relação inicial entre regimes políticos (variável política) e questões distributivas (variável econômica), torna-se possível analisar as diferentes formas e intensidades que determinado regime pode assumir. A seguir, os tópicos focarão no efeito de um governo autoritário e de um governo democrático na distribuição de renda de um país, levando em conta as dimensões supracitadas e analisando cada um dos fatores elencados para uma análise completa e embasada em nível teórico.

3.2.2 Regimes não-democráticos e distribuição de renda

Ao nível teórico, governos autoritários encontram-se em um extremo da variação classificatória de regimes políticos, oposto à democracia. Mesmo com os diferentes métodos

elaborados por cientistas para o estudo de regimes políticos, existe um padrão classificatório que auxilia nas análises posteriores:

[...] they treat political regimes as existing on a continuum from ‘authoritarian’ to ‘democratic’. Democracy is therefore conceptualized as an extreme outcome—the opposite of dictatorship—rather than as an ideological middle ground, while communist, fascist and military dictatorships are grouped together as authoritarian. (GALBRAITH, 2010, p. 22).

Assume-se que um regime com instituições políticas que concentram poder para um determinado segmento da população é caracterizado por ser autoritário e a consequência disso é a adoção de um modelo fiscal distributivo mais fraco que o de democracias, gerando um nível ainda maior de desigualdade social (ACEMOGLU *et al.*, 2007). Tal concentração de poder influencia a relação do governo com estratégias econômicas, na medida em que regimes autoritários focam na manutenção do seu poder através de transferências monetárias direcionadas a grupos políticos influentes (DEACON; SAHA, 2006; MESQUITA *et al.*, 2003; NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009) e o estudo dos atores que possuem voz ativa dentro desse governo torna-se crucial para compreender o funcionamento do cenário político e econômico.

O’Donnell, Schmitter e Whitehead (1986) frisam a importância dos atores em um governo autoritário, na medida que a extrema concentração de poder político de um grupo de pessoas faz com que os rumos do governo em questão sejam dependentes dessa pequena coligação. Não só o início e o fim do regime podem ser definidos por essas pessoas, como também o grau de distribuição de renda, e a priorização de determinada classe social em detrimento de outras tornam-se suscetíveis a esse pequeno grupo detentor do poder. Tal foco em atores qualifica a análise das medidas adotadas em regimes autoritários, como pode-se verificar na literatura que possui esse *actor approach* (HAMANAKA, 2008). Considerando essa disparidade de poder política em uma sociedade regida pelo autoritarismo, estuda-se o comportamento desse tipo de regime nos cinco pontos destacados por Knutsen (2012).

O direito de propriedade é o primeiro aspecto que evidencia a diferença entre democracia e autoritarismo. De acordo com Knutsen (2012, p. 18), “most (large-n) empirical studies find a positive net effect of democracy on property rights protection” sendo esse estudo ancorado no pensamento de autores clássicos como Mill, Ricardo e Marx. Em um regime autoritário, a relação entre o Estado e os direitos à propriedade se sustentam em duas questões: o fato de que não é de interesse do grupo que possui poder político realizar a distribuição, e que as classes que mais se beneficiariam com medidas redistributivas não

possuem voz ativa. A disparidade de poder gera uma fraca responsabilidade política para com a população com menos meios econômicos, fazendo com que o confisco de propriedades para uma subseqüente redistribuição como bens privados para os apoiadores políticos seja mais fácil em um regime ditatorial, concentrando ainda mais a renda e sendo crucial para a manutenção dessa elite (MESQUITA *et al.*, 2003).

Além da ausência de eleições competitivas, as ditaduras são caracterizadas por suprimirem a liberdade de associação da sociedade. O resultado disso é a ausência de sindicatos fortes, salários mais baixos e uma maior concentração da produção total entre os proprietários de capital. Knutsen (2012) propõe a análise desse cenário através do entendimento da Hipótese de Kaldor, a qual afirma que as taxas de poupança aumentam em conjunto com a renda. A conclusão é que existe a tendência de maiores taxas de poupança e de investimento em regimes ditatoriais. Entretanto, os mecanismos políticos que permitem às ditaduras essas taxas mais elevadas não garantem que todos os regimes deem incentivos para aumentar as percentagens de investimento. Em outras palavras, mesmo com o potencial desse formato de regime, as taxas de investimento apenas crescerão se o governo em questão tiver interesse na implementação dessas medidas. Knutsen (2012) elenca alguns motivos para que os governos autoritários não adotem medidas que aumentem as taxas de investimento:

First, self-interested dictators might not see it in their interest (monetary or related to political survival) to pursue policies that generate investment-induced growth, as will become clear from the argument below on predatory dictators. A second related point is that investment, and particularly foreign direct investment, is sensitive to the protection of property rights; as seen above, democracy likely strengthens property rights protection in general. Third, a high degree of corruption deters investment, and democracy probably reduces corruption, at least in relatively rich countries (Fjelde and Hegre 2007) and when democracy is consolidated (Rock 2009a). Therefore, even if certain dictatorships generate extremely high investment rates because of the large scope of possible policies under limited political accountability, most dictatorships do not produce high investment rates. (KNUTSEN, 2012, p. 21-22).

Em relação à autonomia estatal, pode-se lançar mão do estudo de Przeworski e Limongi (1997) para entender de que forma o regime autoritário se beneficia com relação a essa dimensão. Para os pensadores, a autonomia estatal favorece o crescimento e essa autonomia só é possível quando o regime é autoritário (PRZEWORSKI; LIMONGI, 1997). Considerando essa lógica, um regime autoritário promove o crescimento econômico, na medida em que supõe-se que ditadores tenham os meios e os incentivos para levar a cabo reformas dificultadas pela democracia e que essas reformas são conduzidas mais rapidamente já que não são necessários procedimentos burocráticos e negociações complexas como em um

regime democrático. Em contrapartida, Knutsen (2012, p. 25) defende que o grau de autonomia estatal não deve ser o ponto mais relevante, *“but the sizes and natures of the underlying winning coalitions and selectorates.”*

A adoção de leis e regulamentações consideradas nocivas à grande parcela da sociedade é uma característica de regimes autoritários. São inúmeros os exemplos de ditadores que utilizam o seu poder para fins pessoais, causando desajustes macroeconômicos e prejudicando diversas parcelas da sociedade (KNUTSEN, 2012). Um dos fatores que colaboram para esse comportamento é a necessidade constante de autoafirmação de um regime autoritário, alocando grande parte dos esforços estatais para a manutenção do seu próprio poder. Por esse motivo, medidas que podem resultar em crescimento econômico e fortalecimento do setor industrial tendem a ser evitadas por governos autoritários, a fim de não facilitar a ascensão de outras classes e o apelo social pela democracia (ROBINSON, 1998). Esse tipo de comportamento é mais provável em regimes autoritários, na medida em que não existem instituições com força suficiente para combater a elite ditatorial, ao mesmo tempo que a legislação e os tribunais são manipulados para atender as demandas desse governo. Entretanto, é importante ressaltar que *“not all dictatorships are predatory.”* (KNUTSEN, 2012, p. 26) e que uma forma de mitigar esse comportamento predatório é com uma coalizão relativamente grande que apoie os ditadores em suas tomadas de decisão.

Por fim, a tecnologia também é um fator relevante ao analisarmos os efeitos de um regime autoritário em variáveis econômicas. Ao mesmo tempo em que a adoção de novas tecnologias pode melhorar o perfil distributivo ao dar novas oportunidades para diferentes estratos sociais, a introdução de inovações também fomenta a disseminação de ideias e conhecimento para novos setores. Por esse motivo, o desenvolvimento tecnológico pode ser encarado como uma ameaça à sobrevivência política de um regime autoritário, fazendo com que o governo reduza a absorção e disseminação dessas novidades produtivas e aumente as liberdades civis e o direito de difusão de informações. Esse cenário coloca os regimes autoritários em um paradoxo, considerando que eles buscam o crescimento econômico, porém é difícil a adoção de medidas políticas que controlem a entrada apenas de informações perigosas e que introduzam na sociedade apenas aquelas economicamente produtivas (KNUTSEN, 2012).

Todos os tópicos estudados revelam a existência de uma forte intersecção entre a variável política (autoritarismo) e seus efeitos socioeconômicos, principalmente as medidas redistributivas. A saúde econômica de um país é consequência direta das medidas adotadas por seu governo e impactam todas as classes que se encontram dentro dessa lógica.

Compreendidos os efeitos de medidas autoritárias, a sequência do presente estudo focará no outro extremo do espectro de dinâmicas políticas: os regimes democráticos.

3.2.3 Democracia e distribuição de renda

Um governo democrático carrega consigo dois aspectos que influenciam diretamente no estudo da relação desse regime político com aspectos distributivos: as eleições competitivas que dão poder de voto ao cidadão e as liberdades civis (O'DONNELL, 1999). Essas características evidenciam a existência de uma correlação política e econômica, fazendo com que a distribuição pessoal de renda possa ser um fator decisivo na decisão de voto de um eleitor. Ao compreendermos de que forma as posições relativas de renda das pessoas são traduzidas nas suas crenças acerca da distribuição social de renda, torna-se possível determinar diferentes padrões de comportamento político. Beramendi e Anderson (2011, p. 5) detalham essa relação ao afirmar que “inequality affects democratic political processes much more broadly and fundamentally, including the choice of political regime, the selection of fiscal structures, parties’ mobilization strategies, and the decision to turn out to vote.” Kuznets (1955) foi um dos pioneiros ao lidar com a questão de desigualdade de renda sob a ótica da economia e da política, abrindo espaço para uma análise multidisciplinar do fenômeno. O autor foca na necessidade de entendermos o comportamento humano como chave para a análise mais detalhada de políticas redistributivas, e complementa: “effective work in this field necessarily calls for a shift from market economics to political and social economy.” (KUZNETS, 1955, p. 28).

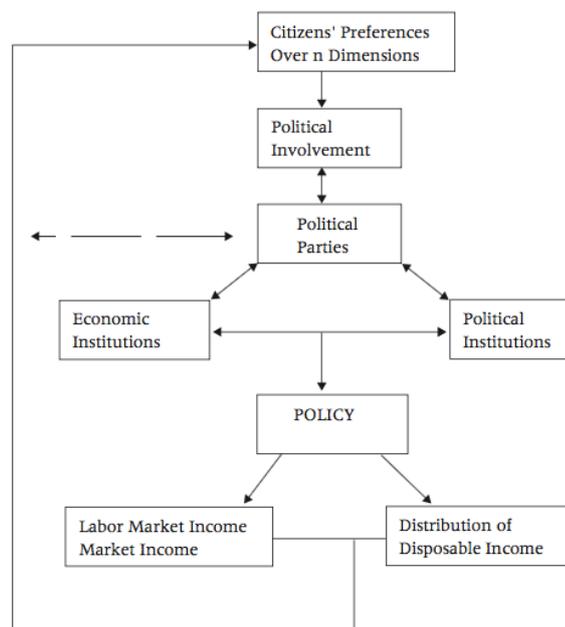
Pode-se afirmar que existem três principais elementos sociopolíticos que afetam diretamente a variável econômica ‘distribuição de renda’: o eleitor mediano, a motivação dos partidos políticos e o papel das corporações (BERAMENDI; ANDERSON, 2011). O eleitor mediano, além do fato de ser representado por um grupo numeroso e que, em um sistema democrático, tem grande poder de alterar o cenário político, expressa sua preferência social nas urnas. De acordo com o modelo Downsiano, o qual explica como uma democracia implica medidas distributivas, é possível prever se o comportamento dos eleitores tenderá a buscar mais ou menos redistribuição na medida em que se sabe a posição relativa na renda dos mesmos, bem como a renda média e mediana da sociedade (MELTZER; RICHARD, 1981). A vontade do eleitor se traduz na escolha de um determinado candidato, o qual está ancorado em um partido político. Dessa forma, a plataforma ideológica de cada partido torna-se crucial e suas decisões afetam diretamente a macroeconomia, seja através de políticas

fiscais (ALESINA; ROSENTHAL, 1995), políticas a cerca do mercado de trabalho (RUEDA, 2005) e gastos com bem-estar social (ALLAN; SCRUGGS, 2004). A forma com que cada partido se relaciona com cada um desses aspectos anteriormente citados molda a sua estrutura ideológica, fazendo com que, a nível de generalização, seja possível prever o comportamento partidário de acordo com o seu posicionamento. Um exemplo disso é que “*leftist government very strongly drives the redistribution process directly by shaping the distributive contours of taxes and transfers and indirectly by increasing the proportion of GDP devoted to taxes and transfers.*” (BRADLEY *et al.*, 2003, p. 225). Por fim, as instituições são os meios encontrados para implementação e controle das políticas propostas, podendo ser tanto instituições econômicas quanto instituições eleitorais. Sindicatos, por exemplo, são cruciais para negociações salariais e reposições inflacionárias. Kenworthy (2004, p. 11) complementa o argumento sobre a importância das instituições:

[...] various types of institutional arrangements whereby important political-economic decisions are reached via negotiation between or in consultation with peak-level representatives of employees and employers (and/or other interest groups and the state).

Assumindo a importância de todos esses componentes, é possível estabelecer uma ilustração que explicita as relações de causa-efeito de cada um dos seus fatores, a fim de compreender, na totalidade, de que forma um regime democrático se relaciona com fatores econômicos. Abaixo, a Figura 3, explicativa do processo:

Figura 3 - As políticas democráticas de distribuição



Fonte: Beramendi e Anderson (2008, p. 12).

A dinâmica democrática carrega na sua essência alguns fatores que, analisados *ceteris paribus*, aumentam a probabilidade de uma distribuição mais homogênea de renda. As instituições e os partidos políticos, por exemplo, resultam em um poder não tão concentrado e com a chancela de um número mais amplo de pessoas, além da existência de competição entre políticos, que tem como consequência a inclinação dos mesmos a buscar a aprovação popular a partir de investimento em serviços públicos que servem como canais indiretos de redistribuição, como educação e saúde (SAINT-PAUL; VERDIER, 1993). Entendendo o contexto político, econômico e social proporcionado por um regime democrático, torna-se ainda mais plausível utilizar os conceitos desenvolvidos por Przeworski e Limongi (1993) e por Knutsen (2012) para aferir os efeitos da variável política em medidas distributivas.

A questão dos direitos de propriedade pode ser analisada considerando que os governantes democráticos realizam ações que beneficiam o grande grupo para conseguir aprovação (SAINT-PAUL; VERDIER, 1993). Esse pensamento está dentro da modelo de Mancur Olson (1993, p. 570) e pode ser sintetizado com a afirmação que “the majority’s interest in its market earnings induces it to redistribute less to itself than an autocrat redistributes to himself.” Somado a isso, a maior dispersão de poder em uma democracia, tanto em nível eleitoral quanto institucional, diminui a possibilidade de atores individuais colocarem seus interesses em primeiro plano. Entretanto, é importante frisar que essa maior e gradativa distribuição de renda só é implementada sob certos custos globais, o que pode retardar o crescimento econômico (KNUTSEN, 2011). Sabaddini (2010) destaca que esse efeito negativo seria gerado via aumento da tributação, na medida em que os pobres ganhariam poderes políticos e exigiriam mais políticas distributivas financiada por impostos, resultando na diminuição dos direitos de propriedade efetivos. O autor ainda completa:

Em uma sociedade equânime, uma democratização melhoraria a segurança dos direitos de propriedade (pois restringiria as ações dos governantes dificultando violações a esses direitos, enquanto não haveria pressões por redistribuição em virtude da baixa desigualdade de renda, não inibindo o investimento) e, conseqüentemente, o crescimento da economia. Entretanto, à medida que se observam sociedades com níveis mais elevados de desigualdade de renda, o impacto de uma democratização pode ser ambíguo. Espera-se que os ganhos quanto à segurança dos direitos de propriedade em virtude das restrições ao governo continuem, mas agora as perdas (em termo de desempenho econômico) em virtude da redistribuição devem ser maiores (SABBADINI, 2010, p. 4).

Essa demanda dos setores menos favorecidos economicamente implica diretamente nos investimentos, na medida em que tais políticas financiadas por impostos diminuem o retorno dos investimentos. Paralelamente, Przeworski e Limongi (1997) defendem que a

democratização estimula uma explosão de demanda por consumo imediato, sendo possível apenas à custa desse investimento. Por isso, ainda não existe um consenso se a democracia por si só estimula o investimento, apresentando-se necessário recorrer a outras dimensões como o papel do Estado e o modelo político (JIANG, 2012).

Quando se analisa o parâmetro da autonomia estatal, depara-se com uma contradição teórica: ao mesmo tempo em que um regime democrático tende a implementar medidas que beneficiem a maior parte da população em prol da manutenção de sua estabilidade política (SAINT-PAUL; VERDIER, 1993), os artifícios utilizados por partidos e candidatos para chegar até o poder pode comprometer suas ações futuras (GROSSMAN; HELPMAN, 1996). Dentro dessa lógica, Olson (1982) argumenta que o sistema democrático está propenso a desenvolver políticas para setores específicos, seguindo uma lógica de troca de favores que traz como consequência o sacrifício do crescimento econômico. Outro fator relevante ao estudar a autonomia estatal é o grupo político que administra o país em conjunto com o presidente. Se em uma ditadura o chefe que detém o poder tem mais flexibilidade e autonomia, em uma democracia existem uma série de entraves burocráticos e necessidade de chancela por um conjunto maior de pessoas. Esse sistema diminui a autonomia estatal ao mesmo tempo em que aumenta a transparência política e tende a diminuir leis predatórias que busquem única e exclusivamente o benefício da elite que está no poder.

Por fim, a adoção de novas tecnologias apresenta-se como uma alternativa em prol da redução da desigualdade estimulada dentro de um regime democrático (JIANG, 2012). Halperin, Siegle e Weinstein (2004) defendem que a democracia gera bons resultados com a implementação de novidades tecnológicas uma vez que são mais adaptadas. Os autores chamam essa dinâmica política de *learning organization* e argumentam que esse regime resulta em indivíduos engajados na obtenção de novas informações, no fomento de debates, em mobilidade social e no aprimoramento de técnicas antigas (HALPERIN; SIEGLE; WEINSTEIN, 2004). Knutsen (2011, p. 27), ancorado na escola neo-schumpeteriana, que frisa a importância da variedade de ideias e introdução de novos métodos como estímulo econômico, defende que “openness to new and alternative domestic and international ideas and willingness to try out alternative ways of doing things generate a dynamic economy.” O autor conclui argumentando que “given the importance of technological and organizational change for long-term growth, the mechanisms sketched up above are presumably very important channels through which democracy enhances economic growth.” (KNUTSEN, 2011, p. 28).

Analisados os casos de regimes autoritários e democráticos dentro da proposta de Przeworski e Limongi (1997), torna-se possível estabelecer uma relação comparativa entre essas duas dinâmicas. O Quadro 2 abaixo apresenta tal análise e evidencia a relação existente entre essa variável política e o aspecto econômico da distribuição de renda:

Quadro 2 - Regimes democráticos x Distribuição de Renda

	Regimes Autoritários	Regimes Democráticos
Direito de Propriedade	O poder na mão de um pequeno número de pessoas permite a concentração das propriedades e a falta de compromisso distributivo.	A dispersão de poder e as medidas para beneficiar o maior número de pessoas melhora a distribuição das propriedades.
Investimentos	Existe a tendência de maiores taxas de poupança e de investimento em regimes ditatoriais.	Políticas financiadas por impostos diminuem o retorno dos investimentos, ao mesmo tempo em que estimulam um aumento no consumo.
Autonomia Estatal	Alta autonomia do governante, além de meios e incentivos para levar a cabo reformas rejeitadas em democracias.	Paradigma: ao mesmo tempo em que existe a tendência de políticas que beneficiem a maior parte da população, <i>lobby</i> eleitoral pode influenciar.
Leis Predatórias	A inexistência de instituições com força suficiente para combater a elite ditatorial e a necessidade de manutenção do poder estimulam medidas predatórias.	Entraves burocráticos e necessidade de chancela por um corpo maior de pessoas diminui o comportamento predatório.
Desenvolvimento Tecnológico	Ameaça ao sistema pela dificuldade de controle de informações perigosas na sociedade.	Inovações tecnológicas são bem aceitas, difundem conhecimento e aumentam oportunidades de trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Knutsen (2011).

Verificada a existência de uma relação entre a variável explicativa (regime político democrático) e a variável interveniente (distribuição de renda), o próximo passo é a análise da relação entre a variável interveniente e a variável a ser explicada. Por esse motivo, a seção subsequente estabelece as implicações da redistribuição de renda nos padrões de consumo de uma determinada sociedade, para que, posto esse primeiro passo teórico, seja possível redimensionar tal correlação no contexto latino-americano pós-regimes ditatoriais.

3.3 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, CRESCIMENTO E CONSUMO

Esta terceira parte é responsável por aferir as possíveis ligações existentes entre o consumo e a distribuição de renda, relacionando a variável interveniente com a variável a ser explicada. Uma vez que os princípios teóricos da distribuição de renda já foram explorados, torna-se possível estabelecer a sua relação com padrões de consumo e abrir espaço para um debate mais aprofundado sobre esse último. O capítulo 4 será responsável por estudar os padrões de consumo de forma independente, adentrando as teorias do consumo e as diferenças de padrão e propensão de consumo, fazendo com que este subcapítulo se concentre no impacto direto das medidas redistributivas no consumo da população.

Dória (2013, p. 19) desconsidera a importância dos regimes políticos e argumenta que a “distribuição de renda e consumo determinam um ao outro e [...] sua relação é condicionada por meio de outras variáveis, tais como a configuração do mercado de trabalho, a estrutura produtiva e as questões culturais e demográficas [...]” Rocha (1995, p. 316) por sua vez mostra que a variável política pode importar:

Caso o governo volte a desempenhar sua função de provedor de serviços básicos, como é demandado unanimemente pela sociedade brasileira, as famílias, particularmente as mais pobres, poderiam evitar ou reduzir gastos com saúde, educação e transporte urbano, liberando parcela da renda familiar para consumo de âmbito caracteristicamente privado, o que operaria no sentido de elevar seu bem estar.

Com o objetivo de aprofundar o estudo de tal relação, é possível realizar uma análise sob diferentes modelos e teorias. A seguir, são apresentadas as principais abordagens que trabalham com o impacto da distribuição de renda no consumo e, a longo prazo, no crescimento econômico dos Estados.

3.3.1 Modelos de mercado imperfeito de capital

O modelo de mercado imperfeito de capital tem como pilar a relação entre investimentos, distribuição de renda e acesso ao crédito, variáveis que impactam diretamente o crescimento econômico e os padrões de consumo da sociedade. Partindo da máxima de que a desigualdade é um fator restritivo ao crescimento, pode-se citar os trabalhos de Loury (1981), Aghion e Bolton (1997) e de Piketty (1997) como crucial para o desenvolvimento dessa teoria. Todos esses autores defendem que as dificuldades das classes menos favorecidas

economicamente em ter acesso ao crédito resultam em um nível de produto agregado abaixo do potencial (MARÇAL, 2015).

A restrição de liquidez da população pobre aparece como um grande entrave não só ao crescimento econômico, como também ao nível mínimo requerido de investimento e do acesso ao crédito. Considerando que o acesso ao crédito é uma ferramenta fundamental para o fomento do consumo (FABER; O'GUINN, 1989), o modelo de mercado imperfeito de capital assume que a desigualdade de renda, na medida em que dificulta o acesso para uma parcela da população, possui uma relação inversa com o consumo. Ou seja, quanto maior a desigualdade, menor o consumo de um país e maior a discrepância de padrão de consumo entre os estratos sociais por conta da inaptidão de realização plena da capacidade produtiva pela parcela mais pobre.

3.3.2 Teorias eleitorais do consumidor-eleitor

Este arcabouço teórico tem como pilar a evidência da correlação entre elementos políticos e econômicos e a distribuição de renda, aproximando-se da segunda dimensão proposta por Jiang (2012) no seu estudo de dinâmica política, em que as ideologias políticas, a atmosfera e o ambiente social são fatores relevantes. Por esse motivo, assume-se que, quanto maior a desigualdade de um país, maior a instabilidade política, maior o nível de incerteza, menor as taxas de investimento e menor o consumo (MARÇAL, 2015).

A influência do eleitor mediano, mais uma vez, aparece como relevante para traçar a relação entre desigualdade de renda e consumo, na medida em que esse cidadão que possui o poder de voto também é ator ativo no mercado de consumo. De acordo com esse modelo, um cenário de desigualdade de renda propicia que o eleitor mediano vote em candidatos que defendam políticas públicas em prol da redistribuição (FOCHEZATTO, 2011). Entretanto, existe um impasse dentro dessa vertente: ao mesmo tempo em que a eleição de candidatos com esse viés tende a diminuir a desigualdade e dar mais acesso de renda para todos os estratos sociais, os gastos com a tributação dessas políticas públicas pode retardar os efeitos do crescimento que, a longo prazo, diminui o consumo da população (MARÇAL, 2015).

Considerando esse paradigma, podem-se citar alguns autores que desenvolveram teorias específicas dentro do modelo que considera a Política como fator relevante para determinação da evolução da economia. Alesina e Rodrik (1994) defendem que a desigualdade é ambígua, podendo prejudicar ou estimular o crescimento econômico. Entretanto, mesmo que assumam que os gastos do governo e uma política tributária

redistributiva possam gerar ainda mais concentração de renda, argumentam que as alíquotas dos impostos são proporcionais à renda e os benefícios dos gastos públicos serão ofertados de forma homogênea para todas as classes (ALESINA; RODRIK, 1994). Em outras palavras, “o nível ideal de taxaço do capital difere de indivíduo para indivíduo, dada sua dotação de capital.” (MARÇAL, 2015, p.14). Por esse motivo, o próprio eleitor mediano colocaria seus esforços na eleição de governos que trouxessem maiores benefícios para a sua realidade, na maioria das vezes focando no candidato com a proposta de tributação que resultasse em um aumento e melhor utilização do seu próprio capital.

Bertola (1993), em concordância com Alesina e Rodrik (1994), complementa o argumento ao assumir a existência de um complexo processo de tomada de decisões do eleitor mediano. O ponto central é que, independente do nível de renda, em um sistema democrático todos os votos possuem o mesmo peso, fazendo com que uma maior desigualdade gere uma maior probabilidade de implementação de políticas de redução de desigualdade de acordo com o resultado do voto majoritário da sociedade (BERTOLA, 1993). Fochezatto (2011, p. 114) complementa: “Sendo assim, a redução da desigualdade seria uma consequência das escolhas do eleitor, que passaria a votar em candidatos defensores dessa causa.”

É importante frisar que esse modelo se desenha a partir de um regime político democrático, ou seja, considera que os cidadãos possuam direitos legais e eleitorais. Considerando esse cenário, as variações que resultam em crescimento econômico e aumento do consumo não dependem apenas de fatores exógenos nem de uma elite política, mas sim da sociedade em seu papel de eleitor. Além disso, influenciado por teorias clássicas do pensamento econômico, assume que o eleitor possui acesso à informação, conhecimento dos resultados de determinadas medidas econômicas e uma atitude racional na hora de definir o seu voto.

3.3.3 Teorias pós-Keynesianos

Os modelos pós-Keynesianos enfatizam o papel da demanda efetiva, determinante da renda nacional. A maior parte da literatura provinda desse arcabouço teórico relaciona o crescimento com a distribuição de renda. Porém, é possível se atentar para alguns argumentos que assumem a relação do consumo com a esfera distributiva.

Para Keynes (1936), existem algumas variáveis que estruturam o modelo econômico e aparecem como formas possíveis de intervenção na dinâmica econômica, como a propensão ao consumo, a eficiência marginal do capital, a quantidade de moeda ofertada pela autoridade

monetária e a preferência pela liquidez. Dessa forma, o economista adota o volume de emprego como seu ponto de partida, o qual depende da somatória de despesas entre consumo e investimento no modelo mais simples. A partir dessa lógica, o consumo é a função do rendimento e da propensão a consumir, o investimento é a função da eficiência marginal do capital e da taxa de juros e a propensão ao consumo é a relação medida em unidades salariais entre o consumo e o rendimento (KEYNES, 1936).

A estrutura keynesiana foi substancialmente importante para a formação do pensamento econômico moderno, dando origem a novas teorias que se intitulam como pertencentes de uma corrente pós-keynesiana. De acordo com Carvalho e Oreiro (2006), é possível dividi-los em três principais grupos: a primeira geração que se vale dos modelos de crescimento balanceado, a segunda geração que considera a acumulação um fenômeno determinado pelas instituições e pelo sistema capitalista e a terceira geração que integra aspectos monetários em um cenário de não-linearidade.

Uma das vertentes pós-keynesianas considera as taxas de poupança diferenciadas por classes de consumidores, de acordo com a origem/nível de sua renda, para representar o consumo das famílias. “No longo prazo o modelo determina endogenamente o consumo e o investimento e a produção, configurando uma economia equilibrada e compatível com o pleno uso dos recursos externos e internos” (MOREIRA, 2015, p. 7). Assumindo tal teoria, a análise das economias latino-americanas por esse viés foi feita principalmente por conta da sua elevada taxa de desigualdade. Um exemplo disso é o trabalho de Bonelli e Cunha (1981), os quais examinaram o efeito de redistribuição de renda e do padrão de consumo sobre a evolução da estrutura produtiva brasileira. Esse estudo permitiu uma nova análise setorial, estratificando os setores de produção entre aqueles que se beneficiam do aumento da concentração de renda, os que possuem melhores resultados em um cenário de desconcentração de renda e aqueles que são insensíveis às variações distributivas. Locatelli (1985) também contribuiu para o estudo de economias periféricas sob a ótica multisetorial, concluindo que uma melhoria na distribuição de renda resulta diretamente em aumento no nível de emprego.

3.3.4 Modelos estruturalistas Latino-Americano

O estruturalismo latino-americano propõe uma ressignificação de conceitos acerca do crescimento e da distribuição de renda de acordo com o seu objeto de análise: os países periféricos. Influenciada pelos modelos keynesianos (MARÇAL, 2015), essa corrente assume

que existe uma diferença no comportamento dos países desenvolvidos e dos em desenvolvimento e, por esse motivo, a análise de suas variáveis políticas e econômicas devem ser feitas de forma diferenciadas das elaboradas para as potências, considerando outros fatores e propondo soluções que conversem com essas realidades. A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), constituída em 1948, foi um marco crucial para o desenvolvimento dessa escola focada nas tendências socioeconômicas de médio e longo prazo dos países da América latina (BIELSCHOWSKY, 2000). Prebisch (1962) foi o precursor desses estudos que apontavam a impossibilidade de analisar os países subdesenvolvidos sob as mesmas formulações teóricas utilizadas aos países desenvolvidos, e foi seguido por outros importantes autores como Celso Furtado, Aníbal Pinto e Fernando Fajnzylber.

Para Silva e Marcato (2013), “O estruturalismo latino-americano defende que o subdesenvolvimento estaria atrelado à presença de problemas estruturais de diversas ordens – econômica, social, política e cultural.” As alterações do cenário político da região nos anos 1960 fizeram com que a escola cepalina adotasse análises com caráter mais social, somado ao fato de que a industrialização não tinha sido suficiente para melhorar a qualidade de vida da população nem havia eliminado a dependência do mercado externo. Por isso, o debate se voltou para a necessidade de redistribuir a renda e restringir o consumo das classes mais ricas (PREBISCH, 1962). Além disso, essa concentração acabava privilegiando o setor de bens duráveis em razão da diversificação de consumo dos grupos mais ricos. Porém, esse mercado era reduzido e resultava em uma operação desses setores a custos altos. Celso Furtado argumenta que a composição da demanda pode explicar a estagnação das economias periféricas, na medida em que é essa variável que conduz a uma economia que a relação produto capital é decrescente (FURTADO, 1978).

Fajnzylber (1989) estabelece um argumento em concordância as ideias de Furtado e mostra que a concentração de renda gerou um padrão de consumo nos países em desenvolvimento que simula os dos países industrializados. Para ele, a melhor distribuição de renda faz com que exista uma maior noção de sociedade entre as pessoas e, conseqüentemente, é possível demandar sacrifícios para a redução do consumo imediato em prol de projetos de crescimento a longo prazo, além de gerar um padrão de consumo compatível com taxas aceleradas de crescimento e com um nível de investimento mais eficiente.

Assim, pode-se concluir que o pensamento estruturalista latino-americano, independente das suas variações teóricas, entende a distribuição de renda e o crescimento econômico como interdependentes, sendo os padrões de consumo um dos indicadores para

entender essa relação. Além disso, tais teorias propiciam uma análise que considera as peculiaridades do território periférico latino-americano, fazendo com que o estudo de países dessa região obtenha um caráter mais assertivo quando feito sob o olhar desse modelo. Considerando todos esses benefícios, o presente trabalho se valerá desse método para estudar, em sequência, a trajetória da distribuição de renda da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.

3.4 TRAJETÓRIA DISTRIBUTIVA DA AMÉRICA LATINA

A partir do modelo de Furtado (1978) e Fajnzylber (1989), os casos estudados no presente trabalho serão analisados para que, dessa forma, seja possível chegar a conclusões a nível teórico e empírico. A alta taxa de desigualdade nos países dessa região não é um fenômeno recente, tendo sua natureza ligada a questões históricas e estruturais. Entretanto, as crises econômicas entre os anos de 1980 e 1990 afetaram ainda mais a estrutura distributiva na América Latina e evidenciaram as deficiências na estrutura do modelo econômico da região e os problemas sociais, em um momento pós-autoritário (MATTEI, 2017). Gasparini e Lustig (2011) afirmam que os países da região são caracterizados por disparidade de renda, consumo e acesso à educação e a serviços básicos. A evolução dessa desigualdade pode ser aferida pelo Coeficiente de Gini, de acordo com a Tabela 1:

Tabela 1 - Média do Coeficiente de Gini por regiões

<i>Países</i>	1960s	1970s	1980s	1990s
Europa Oriental	25.1	24.6	25.0	28.9
Sul Asiático	36.2	33.9	35.0	31.9
OCDE e países desenvolvidos	35.0	34.8	33.2	33.7
Oriente Médio e Norte da África	41.4	41.9	40.5	38.0
Ásia Oriental e Pacífico	37.4	39.9	38.7	38.1
África Subsaariana	49.9	48.2	43.5	46.9
América Latina	53.2	49.1	49.7	49.3

Fonte: Morley (2011, p.532).

Apesar dos esforços governamentais, com medidas tributárias e mudanças no papel do Estado dentro da economia, a desigualdade latino-americana segue sendo um fator de atenção que dificulta o desenvolvimento econômico regional (CEPAL, 2005). Mattei (2017, p. 224) ilustra o panorama socioeconômico da América Latina:

Em grande parte, esse cenário se deve a rigidez da desigualdade de distribuição da renda, cujo processo histórico reflete a natureza desigual de acesso aos ativos econômicos e sociais (terra, capital, tecnologia, educação e saúde). Particularmente na América Latina, além de não se melhorar o acesso a esses ativos, o baixo

crescimento econômico, especialmente nos períodos de crises como foram as duas últimas décadas do século XX, ajudou a agravar ainda mais a situação dos grupos sociais que já se encontravam em um processo de exclusão social.

Entretanto, a desigualdade também se consolida de acordo com os movimentos do Sistema Internacional. Um exemplo disso é a crise do modelo agrário exportador que prevalecia na região no período anterior à segunda guerra, o qual gerou um crescimento econômico desigual e que estava condicionado pelos movimentos da demanda no mercado internacional (MATTEI, 2017). A situação global pós-guerra fez com que, influenciados pelo arcabouço teórico keynesiano, os países latino-americanos implementassem o Modelo de Industrialização por Substituição de Importações, o qual emergia como uma solução aos problemas socioeconômicos da região (PREBISCH, 1949). Se por um lado a industrialização provocou alterações na dinâmica social e o aumento das oportunidades de trabalho, também foi um dos determinantes para a situação precária de aglomerados urbanos que estão presentes na região até hoje. Os choques do petróleo e as elevações nas taxas de juros foram dois fatores que estimularam a desestruturação do setor externo das economias da região, assim como a restrição ao sistema de créditos internacionais comprometeu a continuidade dos investimentos para infraestrutura, impactando diretamente no momento de industrialização da América Latina. Além disso, as questões domésticas também agravaram o cenário econômico da região, na medida em que a industrialização foi fomentada a partir de gastos excessivos do governo e medidas políticas que visavam gerar liquidez. “Destacam-se os déficits nas contas governamentais e a escalada inflacionária. Os déficits do setor público na América Latina passaram de 2% do PIB, em 1975, para 6%, em 1983.” (MATTEI, 2017, p. 248).

O resultado dessa dinâmica industrial foi grave: aumento na concentração de renda, taxas de crescimento do emprego urbano inferiores às taxas de crescimento da população ativa, aumento do desemprego e políticas de arrocho salarial que comprometiam o poder de compra e qualidade de vida da população. Mattei (2017, p. 249) conclui que “como resultado final temos o extraordinário crescimento dos índices de pobreza nas décadas de 1980 e 1990, quando quase 50% de toda população latino-americano foi classificada como situando-se em condição de pobreza.”

A reação neoliberal chegou na região como alternativa de políticas econômicas que mitigariam os efeitos da desigualdade. Entretanto, como pode-se verificar na Tabela 2, em praticamente todos os países, com exceção da Costa Rica e Uruguai, a renda *per capita* de mais de 50% da população se encontrava em patamares mais baixos que a média total da região.

Tabela 2 - Parcela da Renda Total detida pelo primeiro e último quintil na América Latina

Países	Quintis ¹			
	1990		1999	
	Q1	Q5	Q1	Q5
Argentina ^G	4,2	55,0	3,4	58,8
Bolívia ^{A C G}	3,2	58,2	3,8	55,6
Brasil	2,0	66,8	2	68
Chile ^E	3,6	60,6	3,4	61,4
Colômbia ^B	3,6	57,8	2,8	61,6
Costa Rica	4,2	48,4	4,0	52,2
Equador ^G	4,8	51,8	3,8	57,6
El Salvador	-	-	3,0	55,8
Guatemala ^{A F}	2,6	63,0	3,6	60,8
Honduras ^C	2,4	65,6	2,8	60,4
México ^{A E}	3,8	58,6	3,4	59,0
Nicarágua ^{D F}	2,0	61,4	2,0	61,4
Panamá ^G	3,2	57,2	3,8	54,8
Paraguai ^G	5,2	51,00	4,2	54,8
Peru	-	-	3,0	58,6
República Dominicana ^B	-	-	-	-
Uruguai ^G	4,8	54,6	5,00	49,8
Venezuela	4,2	52,0	3,6	54,2
América Latina ^G	3,9	55,9	3,8	56,5

¹ Q1 refere-se ao primeiro quintil (20% mais pobre), Q5 refere-se ao quinto quintil (20% mais rico)

- Refere-se a dado indisponível

^A Primeiro ano da série refere-se a 1989

^B Primeiro ano da série refere-se a 1991

^C Primeiro ano da série refere-se a 1992

^D Primeiro ano da série refere-se a 1993

^E Último ano da série refere-se a 2000

^F Último ano da série refere-se a 1998

^G Somente áreas urbanas

Fonte: Mattei (2017, p. 252).

Ainda em concordância com os dados da CEPAL (2005), podem-se citar quatro principais fatores para a concentração de renda na região: educação, patrimônio concentrado, peculiaridades demográficas e densidade ocupacional. No que tange à questão educacional, defende-se que níveis educacionais mais altos tendem a aumentar o nível de renda dos cidadãos e, conseqüentemente, resulta em uma distribuição de renda mais homogênea. Já os patrimônios, os quais estão concentrados principalmente nos quintis mais ricos da população, são responsáveis por reproduzir a desigualdade e diminuir as oportunidades para a parcela menos avantajada economicamente da população. Sobre as disparidades demográficas, aponta-se o fato de que existe uma maior probabilidade de um domicílio pobre apresentar maior número de membros, menores rendas salariais e, conseqüentemente, uma renda per capita do domicílio mais baixa.

Assumindo que a questão de distribuição de renda é um ponto delicado que impacta diretamente a economia da região, e sabendo que a América Latina apresenta uma trajetória com as maiores taxas de desigualdade do mundo (PERRY; STEINER, 2011), é importante

compreender de que forma esse fluxo se desenhou. Por esse motivo, a seção subsequente analisa as mudanças políticas e econômicas que a Argentina, o Brasil, o Chile e o Uruguai passaram desde o seu período de transição até a sua consolidação democrática (majoritariamente entre 1980 e 2000), para que seja possível compreender a questão de distribuição na região a partir de um estudo empírico da trajetória distributiva da mesma.

3.4.1 O caso argentino

A Argentina, assim como o restante dos países latino-americanos, possui uma herança colonial e se constituiu à base de um projeto de modernização urbano-industrial com forte presença estatal (DRAIBE, 1985). Essas características são determinantes para a existência de estruturas híbridas em âmbito econômico, político e social (PRADO JR., 1966) já que “se configura enquanto um processo estratégico no sistema de produção e circulação internacional do capital, servindo como fornecedora de matérias-primas e produtos primários às metrópoles, explorados em regime de monocultura e latifúndio” (CEPÊDA; SILVA, 2016).

Entretanto, o caso argentino se destaca dos demais por ter uma trajetória que nem sempre foi marcada por forte desigualdade social. Se na primeira metade do século XX a economia agroexportadora havia feito da Argentina um dos países mais ricos do mundo, o neoliberalismo emergente das reformas estruturais dos anos 1990 aproximou o país de “flagelos tão comuns nos seus vizinhos, como pobreza, desemprego, precarização das relações de trabalho, elevada desigualdade na distribuição de renda, etc.” (FERRARI; CUNHA, 2008, p. 48). Essa drástica mudança socioeconômica pode ser verificada na Tabela 3 abaixo, a qual evidencia a constante elevação do Índice de Gini na Argentina e em países vizinhos selecionados:

Tabela 3 - Evolução do Índice de Gini na América Latina (1950-2005)

	1950s	1960s	1970s	1980s	1990s	2002/2003	2005
Argentina	0,37	0,41	0,42	0,46	0,52	0,59	0,52
Brasil	0,57	nd	0,63	0,62	0,63	0,62	0,61
Chile	0,46	0,46	0,47	0,52	0,52	0,55	0,55
Colômbia	0,51	0,54	0,52	0,47	0,46	0,57	0,58
México	0,59	0,61	0,55	0,48	0,42	0,51	0,53
Uruguai	nd	0,33	0,33	0,43	0,44	0,46	0,45
Venezuela	nd	nd	0,49	0,39	0,40	0,50	0,49

Fonte: Thorp (1998, p. 352).

A Segunda Guerra Mundial impactou diretamente a economia argentina, favorecendo a sua industrialização (CEPÊDA; SILVA, 2016). Levando em conta as mudanças no comércio internacional decorrentes do conflito, o governo promoveu esforços sustentados em três frentes:

- a) nacionalização da economia através da promoção da indústria doméstica;
- b) maior estímulo à intervenção e
- c) intensificação do planejamento econômico (FAUSTO; DEVOTO, 2004).

Ainda durante esse período, o peronismo começa a ganhar força com a aproximação do governo com setores sindicais urbanos e a defesa de políticas que aumentassem o emprego, os salários e a regulamentação por meio de leis trabalhistas (CEPÊDA; SILVA, 2016). Somado a isso, o aumento de reservas internacionais em razão dos bons preços alcançados pela produção agropecuária durante a guerra permitiu a nacionalização dos serviços públicos, a criação de linhas de crédito a pequenas e médias indústrias, a elevação real do salário e a aprovação de leis de aposentadoria, férias remuneradas e indenizações por demissão (ROMERO, 2006). Esse aumento do mercado interno teve como consequência um aumento da demanda, sendo esse um elemento dinamizador da economia e do investimento (CEPÊDA; SILVA, 2016, p. 59):

Os salários crescem mais de 50% entre 1945 e 1948, o gasto público aumentou em 60% entre 1945 e 1964, e o crescimento do PIB nos anos 1946, 1947 e 1948 foi de 8,7%, 12,7% e 5,1%, bem superior ao período entre 1939 e 1944 que teve uma média anual de 3,6%.

O início dos anos 1950 evidenciou distorções do modelo previamente adotado, as quais geraram fortes pressões inflacionárias e diminuíram o poder de compra dos salários. A fragilidade econômica fez com que algumas medidas ortodoxas fossem adotadas, gerando um período não só de instabilidade econômica como também política, na medida em que a Argentina passou por dois golpes autoritários e, entre 1955 e 1976, foi marcada pelo embate entre três projetos nacionais: o nacional-populismo, que defendia um desenvolvimento fomentando a indústria nacional e o mercado de consumo interno, o *desarrollismo*, apostando no capital externo como dinamizador econômico e o liberalismo, que defende a retomada do modelo primário-exportador (AYERBE, 2002).

O governo autoritário que assumiu o poder em 1977 “colocou um ponto final não apenas na breve experiência democrática representada pelo retorno de Perón, mas também na trajetória do pensamento desenvolvimentista na Argentina – seja em sua vertente populista ou em sua vertente desarrollista.” (CEPÊDA; SILVA, 2016). Chamada de *Proceso*, a ditadura

rejeitou o padrão intervencionista do Estado e promoveu o retorno da economia à sua vocação primário-exportadora. Tais medidas tornaram mais graves as disparidades entre as classes e a qualidade de vida da população: a participação dos salários no PIB caiu de 45% para 24%, a ocupação industrial caiu 30%, os níveis de pobreza passaram de 7% para 27,5% e a renda média dos assalariados caiu 41% (QUINTAR; ARGUMEDO, 2000). A crise da dívida externa que assolou toda a América Latina, o rompimento dos fluxos de capital pela alta taxa de juros do FED e o fracasso da Guerra das Malvinas fez com que se abrisse espaço para a redemocratização do país.

Na tentativa de reformular o pacto desenvolvimentista, os principais partidos do novo regime democrático lançaram o programa de Reconstrução Nacional, rechaçando as políticas monetárias ortodoxas dos militares e defendendo a recomposição dos salários, a reativação do setor produtivo e a volta da Constituição de 1853 (NOVARO; PALERMO, 2007).

O governo Alfonsín buscou reativar os salários, combater a fome e o desemprego e retomar o princípio do nacionalismo econômico por intermédio da intervenção estatal. Buscou-se, ainda, a elaboração de planos de moradia popular e habitação, bem como a racionalização do sistema financeiro. Embora tenha atraído parte dos setores conservadores, era predominantemente progressista no campo político e simbólico, e desenvolvimentista no campo econômico, num retorno à tradição populista-republicana (CEPÊDA; SILVA, 2016, p. 63).

O governo de Alfonsín decidiu pela suspensão da dívida externa em 1988 e fez com que a inflação anualizada beirasse os 5.000%. Com isso, a posse antecipada de Carlos Menem redirecionou os esforços para buscar a estabilidade econômica através da continuidade da gestão iniciada durante o *Proceso*. Sob um prisma neoliberal de um Estado subsidiário, o governo de Menem desregulou o mercado e reduziu a atividade estatal nas áreas econômicas e sociais. Em 1991, o então ministro da Economia lançou o Plano de Conversibilidade, o qual se sustentava na expansão do consumo privado em um ritmo mais alto que a variação de renda, financiado pelo crescente endividamento externo (FERRARI; CUNHA, 2008). Entretanto, os níveis de investimento foram abaixo do boom de entrada de poupança externa, resultando na seguinte situação econômica no país:

A entrada líquida de capitais pela via financeira permitiu a sustentação desse modelo, o que implicou um endividamento crescente que fez com que: (i) a conta de juros mais do que triplicasse sua participação no total dos gastos públicos, dado que a dívida externa era predominantemente pública; (ii) a conta de juros no balanço de pagamentos passasse de uma posição deficitária de pouco mais do que US\$ 1 bilhão, no começo dos anos 1990, para uma média superior a US\$ 6 bilhões entre 1999 e 2003 (FERRARI; CUNHA, 2008, p. 52).

Além disso, as questões trabalhistas foram revistas: A *Ley Nacional de Empleo* introduziu a flexibilização dos contratos de trabalho, o aumento da idade mínima para aposentadoria e o menor suporte ao sistema previdenciário é um exemplo do posicionamento do novo governo (CORTÉS; MARSHALL, 1993). Essa gestão agravou o abismo social existente no país, fazendo com que a população abaixo da linha da pobreza chegasse a quase um terço da população em 2000 (BALESTRO, 2012). Mesmo com a eleição de De la Rúa, o qual flexibilizou a política monetária e o arranjo cambial a fim de reativar a economia argentina, o país afundou em uma grave recessão a partir de 1999 (FERRARI; CUNHA, 2008). A resposta da sociedade a essa situação foi a eleição de Néstor Kirchner, a qual “representa um retorno das teses desenvolvimentistas no debate público na Argentina, retomando, ainda, a tradição distributiva presente na cultura política do país e interrompida com o golpe de 1976” (CEPÊDA; SILVA, 2016).

Em relação à distribuição de renda no país, Chong (2000, p. 22) se vale da Curva de Kuznets política e analisa a trajetória da mesma:

After a mainly autocratic regime during the period 1957-1982, with the Polity III democracy levels² between 0 and 3, the country began a strong push for democratization in 1982, reflected in a level of 8 in the Polity III democracy index. On the other hand, while the Gini coefficient remained relatively stable between the 1970s and 1980s, it decreased dramatically by the end of the 1980s to reach 36.6 in 1995.

É a partir do início dos anos 2000 que as políticas macroeconômicas e industriais se basearam nos pilares de câmbio competitivo, grandes programas de obras públicas, facilitação do crédito principalmente para pequenas e médias empresas, adesão de tarifas seletivas de importação e promoção do setor de exportação. Além disso, uma série de programas de transferência de renda foram postas em prática: o *Plan Jefes e Jefas de Hogar Desempleados* (2002), o qual consistia na transferência mensal de 150 pesos para um setor da população, o *Programa Familias por la Inclusión Social* (2006), que focava em famílias numerosas e garantia uma transferência monetária mensal proporcional ao número de filhos, o *Seguro de Capacitación y Empleo* (2006), que oferecia capacitação técnica e transferência monetária para os participantes, além da reforma da aposentadoria mínima (2007).

² *Polity III* é um índice que mensura os níveis de democracia. As variáveis utilizadas pelo estudo são as seguintes: a forma como os governantes são escolhidos, a capacidade de independência da autoridade executiva e a existência e nível de oposição política.

3.4.2 O caso brasileiro

De forma análoga aos seus vizinhos latino-americanos, a economia brasileira apresentou dificuldades no seu processo de industrialização durante diferentes períodos (CEPÊDA; SILVA, 2016). As medidas adotadas pelos governos brasileiros, que diferem consideravelmente no que tange ao tamanho e à autonomia do Estado, resultaram em um cenário de ampla concentração de riquezas e assimetrias regionais. Considerando essa trajetória, “o Brasil representa [...] um interessante estudo de caso devido as enormes mudanças na concentração de renda que ocorreram paralelamente a alterações nada desprezíveis na política econômica e flutuações no desempenho macroeconômico.” (RAMOS; BONELLI, 1995, p. 353)³.

O desenvolvimentismo é uma questão recorrente na formação econômica brasileira, resultando em um processo nacional que oscilou entre o projeto de progresso com desenvolvimento social, o de apropriação privada em uma lógica nacionalista desenvolvimentista e o com viés burocrático autoritário (CEPÊDA; SILVA, 2016). Por desenvolvimentismo assume-se o conceito trazido por esses mesmos autores, os quais ancoram tal definição em dois pilares correlacionados:

[...] o reconhecimento de uma situação de subdesenvolvimento (enquanto diagnóstico de obstáculos estruturais à dinâmica econômica, em geral como resultado do próprio *laissez-faire*) e a proposta consciente e deliberada de sua superação - via estratégias racionalmente construídas e ação no campo das transformações de ordem econômica. (CEPÊDA; SILVA, 2016. p. 49).

As consequências dessa trajetória fizeram com que o Brasil fosse constantemente qualificado como um país que exemplifica a ruptura entre o desenvolvimento econômico e uma homogênea distribuição de riquezas (FOX, 1984). A inexistência de dados que possibilitassem um estudo mais detalhado de questões socioeconômicas e, principalmente, distributivas, até meados dos anos 1960 fizeram com que o debate no país iniciasse de forma tardia (RAMOS; BONELLI, 1995). Foi apenas em 1972 que as questões sobre distribuição de renda no Brasil foram trazidas à tona, com o pioneirismo dos estudos de Albert Fishlow. Lançando mão de dados brutos de uma amostra do censo de 1960 e 1970, o autor aferiu que, na população economicamente ativa (PEA), a desigualdade de renda crescera

³ É importante ressaltar que tal afirmação foi feita em meados dos anos 1990, com a recente implementação do Plano Real e fortalecimento de esforços neoliberais na área econômica.

consideravelmente de uma década para a outra, considerando a política salarial recessiva do governo como a principal causa de tal resultado (FOX, 1984).

O final dos anos 1950 foi um importante ponto de inflexão na configuração macroeconômica e sociopolítica do país, na medida que ocorreu uma rejeição ao modelo anterior de crescimento baseado nas exportações e se consolidou um padrão de desenvolvimento endógeno com substituição das importações, em consenso com o pensamento cepalino emergente (HIRSCHMAN, 1968). Esse modelo nacional-desenvolvimentista foi aplicado no Brasil entre os anos 1950 e 1960, na medida em que o pensamento keynesiano, os planos americanos de fomento ao desenvolvimentismo e o sistema de Bretton Woods deram espaço para tal (PALMA, 2011). Entretanto, como trazido por O'Donnell (1999), o fenômeno burocrático-autoritário chegou ao Estado brasileiro, convertendo seu planejamento econômico em tecnocracia burocrática (CEPÊDA; SILVA, 2016).

A tomada de poder pelos militares em 1964 fez com que a orientação econômica do país se voltasse para uma política econômica restritiva de cunho ortodoxo, exemplificada pela utilização do arrocho salarial como estratégia para a estabilização (RONDINEL; SONAGLIO; PEDROSO, 2006). A inflação era uma forte preocupação do novo governo, na medida em que havia atingido mais de 90% em 1964 (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2014), fazendo com que se fossem tomadas algumas medidas para mitigar os efeitos:

[...] com intuito de controlar o processo inflacionário, procurou-se controlar os gastos públicos, diminuir a liberdade creditícia e combater os excessos da política monetária. Essa política tinha assim forte conteúdo recessivo que, associado a uma série de problemas climáticos que causaram dificuldade ao setor agrícola e também à própria geração de energia, é o elemento conjuntural para a explicação da diminuição do ritmo de crescimento econômico (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2014, p. 373).

Durante o período militar, a escolha do governo se baseava em primeiro atingir o crescimento econômico para, posteriormente, redistribuir, dentro de uma lógica semelhante à do U invertido proposta por Kuznets (1986). O meio encontrado para isso era a adoção de medidas para driblar a crise, como a adoção do PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo). Esse plano criou um novo sistema tributário, instituiu a correção monetária, reduziu o déficit público e teve como principal medida a nova legislação salarial. Luna e Klein (2014, p. 57) comentam sobre essa nova legislação, afirmando que ela teve “impacto direto sobre os reajustes de salário e a própria distribuição de renda. [...] Corrigia-os (salários)

segundo uma fórmula que considerava não só a inflação passada, mas também sua previsão para os doze meses seguintes”. A tabela abaixo aborda as principais causas e consequências do programa na economia brasileira:

Quadro 3 - Medidas e Consequências do PAEG

Medida	Consequência
Restrição do crédito e aperto monetário	O aumento da taxa de juros e do passivo das empresas resultou em falências e fusões, principalmente em pequenas e médias empresas dos setores de vestuário, alimentos e construção civil
Reajustes salariais definidos pelo governo	Redução do salário real e diminuição do poder de compra do trabalhador assalariado
Inflação da Lei do Inquilinato	Desestímulo à aquisição de imóveis e esfriamento do setor da construção civil
Simplificação e unificação do sistema cambial	Desestímulos à exportação

Fonte: Elaborado pela autora com base em Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2014).

O desenvolvimento econômico do governo militar fez com que os resultados positivos das suas medidas fossem sentidos principalmente pela parcela mais rica da população, uma vez que as políticas adotadas visavam a sanar as necessidades dessa camada (FOX, 1984). Os dados do período denominado de *Milagre Econômico* comprovam que a estratégia que visava unicamente o crescimento foi cumprida: entre 1968 e 1972 as taxas de crescimento real do PIB foram superiores a 10% (SILVA, 1987) e o crescimento da produção chegou a 7%., somados a um período de relativa estabilização econômica (FOX, 1984). O fortalecimento econômico foi usado pelos militares como uma forma de legitimar o seu governo e ganhar apoio da opinião pública. A fim de obter esse reconhecimento, o ministro Delfim Netto aproveitou o bom momento do cenário internacional e a capacidade ociosa do setor produtivo para institucionalizar uma política econômica expansionista, com um sistema de subsídios para diferentes setores da economia e com uma estrutura de controle monetário (LUNA; KLEIN, 2014).

Durante o período do Milagre, observa-se um fenômeno importante: o surgimento de 231 empresas estatais, resultado do aporte governamental para esse tipo de empresa e pelo investimento público em infraestrutura. Além disso, como consequência dos incentivos fiscais e da boa fase do cenário econômico internacional, o Brasil passou por um momento de crescimento das exportações. Nesse mesmo período, devido à expansão do crédito ao

consumidor e ao aumento de oportunidades de emprego, a demanda por bens duráveis subiu 23,6% ao ano e pela área de construção civil cresceu 15% ao ano (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR, 2014). Entretanto, o rápido crescimento econômico não foi acompanhado de desenvolvimento econômico (FOX, 1984). As críticas ao Milagre se fundamentam em dois pilares: a desigualdade social e o aumento da dívida externa. Esse último mostra a dependência nacional dos recursos vindos do exterior, principalmente dos Estados Unidos. Já a heterogeneidade social pode ser vista como um reflexo da política salarial restritiva, que não permitia a divisão de lucros com os trabalhadores e refletia em concentração de renda (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR, 2014).

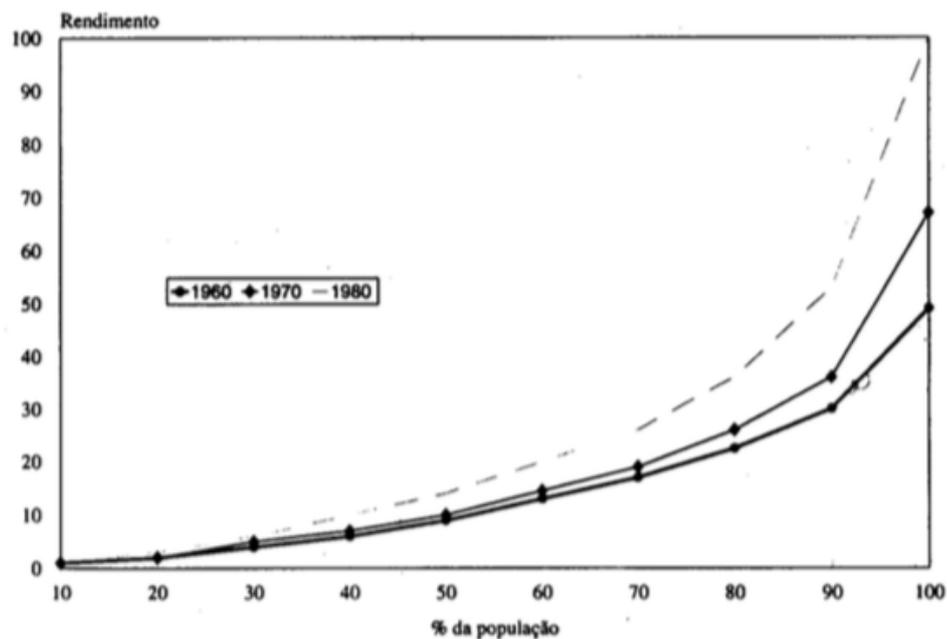
Entretanto, a diminuição dos salários reais e o agravamento das disparidades distributivas, somados a fatores internacionais como a Crise do Petróleo, fizeram com que aumentasse a pressão social para uma nova base política e econômica. O mercado, que até então estava aquecido com a capacidade de consumo da classe média, começa a sentir os reflexos não só das medidas econômicas nacionais tomadas no período anterior, como também é diretamente influenciado pela situação financeira internacional. Para contornar a grave situação econômica internacional da época, a qual havia aumentado a dívida externa brasileira, o governo lançou o II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento). Estruturado para vigorar entre 1974 e 1976, o plano substituiu o estímulo ao setor de bens de consumo duráveis com alta concentração de renda para uma economia baseada nos setores de produção de bens de capital e insumos básicos (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR, 2014).

O final da década seguinte marcou o Brasil pela sua retomada democrática no âmbito político, mesmo com sequelas como um arranjo de modernização industrial com elevada concentração de riqueza, cerceamento da participação popular e distanciamento dos marcos de bem-estar social. Se no início dos anos 1980 o tema da inclusão e a adoção de proteção e promoção social estavam em segundo plano, a Constituição Federal de 1988 abriu espaço para iniciar um maior debate que resultou na retomada do projeto desenvolvimentista (CEPÊDA; SILVA, 2016). Conhecida como “década perdida”, os anos 80 marcaram o Brasil por taxas médias de inflação próximas a 128,5% ao ano e o índice de Gini saltou de 0,589 em 1979 para 0,635 em 1989. Essa forte concentração de renda se evidencia em números: a participação de renda na renda total dos 10% mais ricos cresceu 20%, a dos 20% mais ricos cresceu 16% e a dos 20% mais pobres seguiu se situando abaixo de 3,2%.

Um aspecto intrigante da década de [19]80, quando comparada as anteriores - e, em particular, à de [19]60 - é que o perfil de rendas associado à educação se tornou ainda mais inclinado em um contexto de grande expansão educacional (como nos anos [19]60), mas em meio a um quadro de estagnação econômica (ao contrário dos anos [19]60). A questão que naturalmente ocorre é como conciliar a evidência de aumento da concentração com a melhoria educacional à luz da explicação pioneira oferecida por Langoni (1973) para os anos [19]60: a de que o desenvolvimento econômico e tecnológico, ao aumentar a demanda de trabalho qualificado ("educado") em condições de oferta inelástica a curto prazo e acoplado as mudanças clássicas na composição da força de trabalho que acompanham qualquer processo de desenvolvimento, é que teria provocado o aumento de concentração. (RAMOS; BONELLI, 1995, p.356).

O Gráfico 3 a seguir evidencia a trajetória desigual do país a partir da Curva de Lorenz, além de mostrar que existiu um ganho de renda em todos os extratos no período. Entretanto isso se sucedeu de forma mais forte nas camadas mais ricas da população:

Gráfico 3 - Curva de Lorenz a partir dos censos (PEA com rendimento positivo)



Fonte: Ramos e Bonelli (1995, p. 357).

Além disso, no final dos anos 1980 o PIB per capita aumentou, ao mesmo tempo em que a taxa de inflação era uma das maiores preocupações econômicas do país. Esse cenário econômico abriu espaço para a adoção de reformas neoliberais que já estavam em voga em grande parte da América Latina, fazendo com que a grande variável de ajuste dos anos 1990 fosse a estabilidade de preços. A década foi marcada por privatizações, reforma financeira, fiscal e tributária, flexibilização do mercado de trabalho e um menor papel estatal. O Plano Real, adotado em 1994, estabilizou o processo inflacionário a curto prazo, mas gerou novos desequilíbrios com o aumento da dependência de capital externo e aumento das importações

(RONDINEL; SONAGLIO; PEDROSO, 2006). As consequências dessas medidas foram drásticas para o bem-estar social, com um “aumento do desemprego; redução do rendimento médio do trabalhador; diminuição do emprego formal na iniciativa privada e no setor público. Contudo, o emprego informal e a precarização do trabalho aumentaram” (CARCANHOLO, 2002, p. 54). De acordo com o Panorama Social da América Latina da CEPAL, as medidas neoliberais resultaram em uma apropriação de mais de 62% da renda total pelos 20% mais ricos, enquanto os 20% mais pobres participavam em apenas 2,7%. Essas disparidades fizeram com que o Brasil fosse considerado o país mais desigual da América Latina (CEPAL, 2005).

A partir de 2003, o projeto desenvolvimentista foi retomado, sob uma nova roupagem de novo-desenvolvimentismo ou social desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2010). A grande diferença desse novo projeto foi um menor foco em políticas defensivas em função do déficit da balança comercial e uma maior preocupação em estabelecimento de critérios de controle da conta financeira a fim de criar políticas autônomas que visavam o pleno emprego e uma maior igualdade social (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007). “Nesta retomada, a dimensão social, relegada a um segundo plano durante quase todo o período do desenvolvimentismo, aparece agora fortemente como prioridade no cenário pós-neoliberal, como a proposta do crescimento com equidade defendida pela Cepal nos anos [19]90” (CEPÊDA; SILVA, 2016, p. 51). Os anos 2000 foram marcados por políticas públicas de cunho social e por encontrar nas políticas de inclusão e redistribuição uma superação da insuficiência via industrialização (CEPÊDA, 2012). Podem-se destacar políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, políticas de acesso ao crédito e financiamento popular e expansão na rede de cobertura social com proteção da população através de Ações Afirmativas.

Ao analisar a trajetória brasileira entre 1960 e 2000, pode-se destacar um processo de industrialização acompanhado de aumento da concentração urbana e trabalho assalariado tanto na etapa nacional-populista quanto militar ou autoritária. Além disso, a superação do modelo agrário fez com que a década de 1970 trouxesse uma elevada taxa de crescimento anual e aumento no PIB per capita (CEPÊDA; SILVA, 2016). Chong (2000, p. 22) sintetiza a trajetória de distribuição de renda no país relacionando-a com o regime político em voga: “Between 1964 and 1984 the country was under autocratic rule (democracy index = 2). In 1985 the country began following a democratic path [...], it has remained relatively stable until 1995.”

Entretanto, a inexistência de reformas de base, estabilização democrática e redistribuição de renda, os resultados dessa industrialização não se converteram em melhoras dos indicadores sociais e suscitaram problemas histórico-estruturais para o país. Baixo índice de escolaridade, alto analfabetismo, concentração de renda e baixa capacitação e participação política (FURTADO, 1978) são alguns dos exemplos dos problemas de bem-estar sociais e equidade e, mesmo após a consolidação democrática, os governos buscam mitigar os seus efeitos e alterar esse cenário através de medidas econômicas.

3.4.3 O Caso chileno

A trajetória econômica chilena, diferentemente da dos demais países latino-americanos, é considerada bem-sucedida e com bons indicadores econômicos (FFRENCH-DAVIS, 2015). “A experiência chilena vem sendo observada como um paradigma de crescimento econômico entre as economias em desenvolvimento” (RONDINEL; SONAGLIO; PEDROSO, 2006, p. 27), fazendo com que o país seja visto como modelo a ser seguido na medida em que convive com um gradativo e constante crescimento econômico concomitantemente a baixas taxas de inflação. O grande destaque do caso chileno é o pioneirismo na adoção de reformas neoliberais adotadas ainda do período ditatorial (FFRENCH-DAVIS, 2007) e o ineditismo de um governo autoritário que não culminou em crise econômica.

Ainda nos anos 1910, a forte diversificação do consumo pelas elites econômicas, o estímulo ao setor exportador e a consciência política em prol da participação do Estado eram máximas presentes da estrutura econômica chilena. Até meados dos anos 1920, a economia chilena era uma das mais desenvolvidas da região, sofrendo forte impacto com a Grande Depressão (FFRENCH-DAVIS, 2007). O colapso do setor exportador foi determinante para a desaceleração econômica, trazendo consequências diretas para a sociedade até o início dos anos 1950. Durante esse período, o qual também abarca as dificuldades resultantes da Segunda Guerra Mundial, a crise do comércio exterior fez com que o papel do Estado no âmbito econômico do país fosse visto como necessário, principalmente para a condução do desenvolvimento econômico e fortalecimento da industrialização (FFRENCH-DAVIS, 2007). Uma evidência disso foi a criação da *Corporación de Fomento de la Producción (CORFO)* em 1939 com o objetivo de criação de empresas públicas, a qual contava com uma convivência harmônica entre o Estado e o setor privado (MUÑOZ; ARRIAGADA, 1977). Entretanto, o final da década de 1950 foi marcado pela instabilidade dos preços das

exportações tradicionais, assim como pelos recorrentes choques da balança de pagamento e a aceleração inflacionária. O aumento de preços anual do mercado de consumo passou de 12% a 86%, resultando em um programa ortodoxo de estabilização com restrição da oferta monetária e diminuição do gasto fiscal. Ao final dos anos 1950, a população sentiu uma redução do poder de compra dos salários, além de uma apreciação monetária (FFRENCH-DAVIS, 2007).

Os governos de 1960 se apresentam como os primeiros esforços de modernização da economia mista, limitando o papel do Estado a políticas fiscais para uma autorregulamentação do mercado. Entretanto, a crise do final dos anos 60 agravou as tensões sociais e políticas e culminou na eleição de Salvador Allende em 1970, o qual acreditava na via eleitoral da democracia representativa. Esse governo foi responsável por “estatização de empresas estrangeiras, incremento na assistência de saúde, aumento salarial e medidas para diminuir a concentração de renda”, resultando na degradação política de “setores da economia nacional e internacional e elevou os gastos públicos a níveis jamais vistos na história chilena” (SILVA JÚNIOR, 2002, p. 77). A adoção dessas medidas surtiu efeitos positivos no primeiro ano do governo, porém apresentou problemas nos seus indicadores econômicos até 1973.

Tabela 4 - Indicadores Econômicos Chilenos no período de Allende

Anos	Taxa de desemprego (%)	Taxa de crescimento (%)	Taxa de inflação (%)	Taxa de crescimento Produção industrial (%)
1971	3,8	8,5	20,1	10,8
1972	3,1	-0,1	163,4	205
1973	4,8	-3,6	508,1	-6,5

Fonte: Silva Júnior (2002, p. 84).

Em 1973, através de um golpe de Estado, o poder foi assumido pelos militares e uma nova política econômica foi implementada, dando destaque à abertura do país aos capitais externos. A partir desse novo governo, “o país cresceu puxado pela expansão do setor externo, e pelo desenvolvimento de mecanismos internos de poupança, como os fundos de pensões.” (RONDINEL; SONAGLIO; PEDROSO, 2005, p. 27). Essa subordinação aos interesses do capital externo resultou em um crescimento econômico através de um processo excludente e que beneficiava majoritariamente a parcela mais rica da população. Se durante o período do governo de Allende 21% da população se encontrava em situação de pobreza, em 1987 mais

de 45% se encontrava em tal condição (RONDINEL; SONAGLIO; PEDROSO, 2006). Carcanholo (2002) destaca três principais características adotadas nesse período:

- a) a volta das atividades primário-exportadoras como motor da economia;
- b) a substituição do papel do Estado pelos capitalistas privados do setor financeiros e pelas atividades de exportação e
- c) o aumento da dependência do crédito externo para manter o equilíbrio da balança de pagamentos.

A diminuição dos gastos de capital a fim de reduzir o déficit público aumentou a taxa de desemprego e as disparidades entre as classes sociais. Gatica e Mizala (1990, p. 55) mostram que:

O gasto público reduziu-se de 29% do PIB em 1974, para 22%, em 1977. Ao mesmo tempo, a participação do investimento público no PIB diminuiu de 11,8% para 6,3% entre os mesmos anos. Em 1975, neste país, ocorreu o período mais crítico do programa de estabilização, pois o investimento público baixou 48% em termos reais. Grande parte destes eram investimentos em obras públicas e moradias, atividade intensiva em mão-de-obra, que se contraiu em 50%, em termos reais, somente em um ano.

Além disso, a participação na renda das famílias de menor renda se reduziu em 60%, enquanto os 20% mais ricos aumentavam a sua participação na renda de 44,5% em 1970 para 51% em 1976. “Assim sendo, a distribuição da renda pessoal piorou, reduzindo a participação dos mais pobres e aumentando a dos mais ricos. Além disso, os salários reais, no Chile, em 1975, eram 40% menores em relação a 1970.” (RONDINEL; SONAGLIO; PEDROSO, 2006, p. 7). Os anos 1980 evidenciaram os impactos das políticas de estabilização adotada pelo regime militar, sendo o Chile um exemplo desse tipo de política com viés monetarista: um menor nível de salário mínimo, o qual estava em US\$ 48, ao mesmo tempo que a taxa de desemprego superava os 20% (MELLER, 1990).

Esse desenvolvimento econômico do período ditatorial com trocas de dívida por capital e taxações sobre os capitais de curto prazo, mesmo que não transmitido em mesmo grau para a qualidade de vida da população, fez com que a transição para o governo democrático mantivesse as bases das políticas econômicas (FRENCH-DAVIS; GRIFFITH-JONES, 1997). O caráter neoliberal foi sustentado, sendo o Chile o pioneiro na América Latina a privatizar empresas estatais e estabelecer um sistema privado de fundos de pensão, além do forte ajuste em gastos fiscais que sacrificou setores como educação e saúde (CEPAL, 2005). “O instrumento-chave do programa de ajuste implementado no Chile foi a desvalorização cambial, voltada à promoção das exportações.” (RONDINEL; SONAGLIO;

PEDROSO, 2005, p. 28). Esses ajustes estruturais que se iniciaram no final do regime militar propiciaram uma diminuição dos efeitos negativos de concentração de riquezas e trouxeram resultados a longo prazo. Isso fez com que o Chile adentrasse os anos 1990 com as maiores taxas de crescimento do PIB do continente, em torno de 6%, crescimento das remunerações reais e o desemprego caiu de 20% em 1980 para 8% (CARCANHOLO, 2002), concomitantemente a um cenário de consolidação do novo modelo político democrático.

Os Acordos de Livre Comércio aumentaram as exportações em 83% entre 2002 e 2004 e o governo seguiu buscando uma maior competitividade externa, a fim de manter um alto grau de integração com mercados de produtos e financeiros internacionais (GARCÍA, 1999), restringindo capitais de curto prazo, tributando e instaurando depósitos compulsórios sob o capital especulativo. A consequência disso foi uma estabilização macroeconômica e um baixo risco que aumentaram os investimentos no país, além de que “garantiu ao país um certo grau de protecionismo em relação aos choques externos, pois a composição das políticas de condução da economia foi realizada com vistas a garantir o crescimento e a estabilidade econômica [...]” (RONDINEL; SONAGLIO; PEDROSO, 2005, p. 33). Sobre a situação socioeconômica após o período militar, os autores ainda afirmam:

As políticas públicas implementadas durante os governos democráticos, também constituíram um importante elemento na redução da pobreza e da indigência. A incidência do alto ritmo de crescimento econômico seria na ordem de 60% e a incidência das políticas sociais seria de 40% na redução dos índices de pobreza e indigência. Ainda, segundo este autor, a estabilidade social ajuda o crescimento econômico e um maior crescimento tem um efeito muito positivo sobre o melhoramento da situação social (RONDINEL; SONAGLIO; PEDROSO, 2005, p. 40).

A Tabela 5 evidencia que os indicadores econômicos chilenos se mantiveram estáveis durante o período militar e de redemocratização. Entretanto, o Índice de Gini mostra um aumento na concentração de renda deixado pelas estratégias econômicas militares em 1989, situação que foi revertida pelas reformas estruturais adotadas pelos governos democráticos eleitos:

Tabela 5 - Índices Econômicos chilenos do período militar e democrático

	GDP growth (%)	GDP per capita growth (%)	Q5/Q1 ratio	GINI coefficient
	(1)	(2)	(3)	(4)
1974 – 1981	3.0	1.5	15.1	51.9
1982 – 1989	2.9	1.2	20.2	56.7
1990 – 1995	7.9	6.0	15.3*	52.7*
1996 – 1998	5.8	4.3	16.0	53.2
1999 – 2007	3.9	2.7	15.4	52.7

Fonte: Ffrench-Davis (2014, p. 20).

Chong (2000) analisa o desempenho do Coeficiente de Gini de acordo com a Curva de Kuznets Política:

From 1955 to 1972 the country experienced moderate levels of democracy (democracy index between 5 and 6). Pinochet held power between 1973 and 1989. From 1990 and onwards Chile has remained a democracy (democracy index at 8). By contrast, the Gini coefficient increased from 45 in the 1960s to 56 in the 1980's, and then has kept increasing slightly to stabilize during the mid 1990s at around 57 (CHONG, 2000, p. 22).

A trajetória da economia chilena prova que o alto crescimento econômico foi condição necessária, porém não suficiente, para uma distribuição mais homogênea e redução da pobreza (MELLER, 2000). A adoção de um Estado mais participativo após as estratégias econômicas do período militar fez com que as políticas sociais compensatórias e os subsídios monetários de repasse de recursos equilibrassem o sistema (RONDINEL; SONAGLIO; PEDROSO, 2005). Mesmo que um Coeficiente de Gini de 0,53 represente um elevado grau de concentração em comparação como resto do mundo ao mesmo tempo em que é um dos mais baixos da América Latina, é possível afirmar que o Chile conseguiu se prevalecer do crescimento econômico obtidos através de políticas neoliberais ao mesmo tempo em que mitigou os efeitos da concentração de renda com um aumento da intervenção estatal.

3.4.4 O caso uruguaio

O Uruguai é um país de renda média e, a partir do século XXI, melhorou consideravelmente os seus índices de pobreza e desigualdade quando comparado ao demais países da América Latina. O país, que durante o período colonial era chamado de *Banda Oriental*, é caracterizada por recursos naturais abundantes, forte produção de gado e tem um dos melhores portos da América do Sul (MARTÍNEZ-GALARRAGA; RODRÍGUEZ

MIRANDA; WILLEBALD, 2016). Realizando uma análise de longo prazo, verifica-se uma trajetória irregular que oscila entre períodos de expansão e crise produtiva, além de regimes políticos com economias abertas e outros com economias fechadas (BÉRTOLA; PORCILE, 2000).

Pode-se dividir a trajetória econômica e distributiva Uruguiaia em três principais fases (BÉRTOLA, 2005). A primeira inicia-se em 1870 e vai até a primeira década do século XX, caracterizada por uma crescente desigualdade e um aumento relativo de capital dos proprietários de terra. Nesse período, o Uruguai se inseriu no mercado mundial, aproveitou as inovações tecnológicas da época (transporte e refrigeração) e fez com que essas vantagens competitivas baseadas na abundância de recursos naturais aprofundassem o padrão produtivo primário do país (BÉRTOLA; ÁLVAREZ, 2010). A segunda vai de 1910 até 1950, com uma tendência favorável ao aumento de salários e uma maior homogeneidade de renda entre os setores. O país apostou no fechamento da “brecha tecnológica desarrollando industrias con tecnología madura y estandarizada orientadas al mercado interno. Al mismo tiempo, se consolidaron arreglos institucionales que favorecieron la expansión de la demanda doméstica y estimularon el cambio estructural.” (BÉRTOLA; ÁLVAREZ, 2010, p. 66) Por fim, a partir da década de 1960, a crise e a força do setor agropecuário retomam os altos índices de desigualdade. Além disso, as décadas de 60 e 70 orientaram o país ao mercado interno e à diversificação exportadora (BÉRTOLA; ÁLVAREZ, 2010).

Em relação às variações do indicador, Chong (2002, p. 23) analisa que:

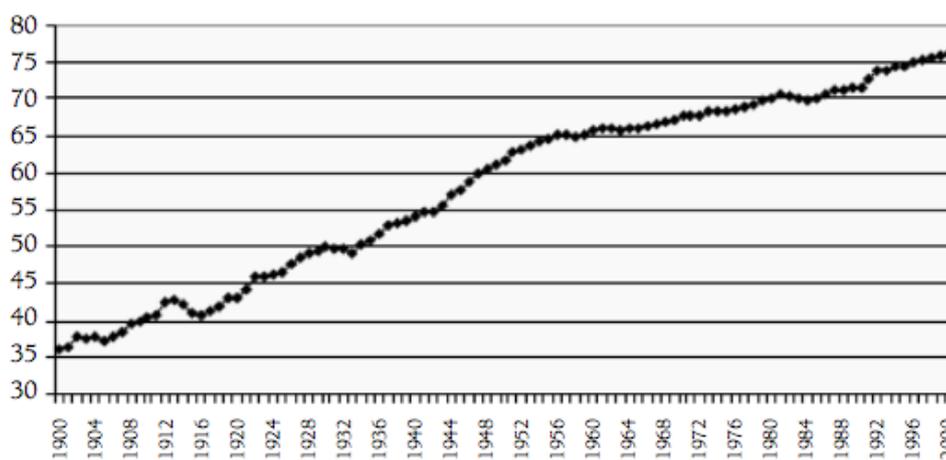
In the period 1952-1971 the country experienced a democratic regime (level of 8) but suffered an autocratic setback between 1973-1984 (index of zero). 1985 represented a comeback of democracy (with a Polity III index that fluctuated between 9 and 10) for the 1986-1995 period. By contrast, the Gini coefficient in Uruguay has shown a slightly decreasing trend in the last decades, from 42 in the 1970s, to 41 in the 1980s, to 39 in the 1990-1995 period.

Durante os anos 1940, a economia baseada na substituição de importações garantiu um forte dinamismo ao país, mas enfrentou limitações que determinaram a exaustão do modelo na segunda metade da década de 1950 (MARTÍNEZ-GALARRAGA; RODRÍGUEZ MIRANDA; WILLEBALD, 2016). A década de 1960 marcou o Uruguai por um lento progresso da qualidade de vida concomitantemente a um agravamento de crises econômicas, altas taxas de inflação e uma maior concentração de renda. Esse cenário abriu espaço para que, em 1973, um governo autoritário assumisse o poder, adotando novas estratégias econômicas e fazendo com que o país experimentasse:

[...] procesos de desindustrialización y primarización de sus exportaciones, lo que condujo al deterioro de la competitividad basada en calidad y al incremento del coeficiente importador. Esto limitó las potencialidades de crecimiento de estos países al tornarlos muy dependientes de los flujos financieros externos para equilibrar sus balanzas de pagos. (BÉRTOLA, ÁLVAREZ, 2010, p.77- 78)

Em 1982, ainda sob o poder cívico-militar, o Uruguai chegou ao auge de uma crise que gerou “important changes in the exchange rate, increases in the unemployment rate and very significant decreases in household income, with big jumps in poverty incidence. Per capita household income decreased 37% between 1982 and 1984.” (ALVES *et al.*, 2012, p.1). A restauração democrática em 1985 fez com que os anos 1990 seguissem um padrão de progressiva abertura econômica, promoção de programas de integração regionais e liberalização financeira, o qual se manteve até a primeira década do século XXI (MARTÍNEZ-GALARRAGA; RODRÍGUEZ; WILLEBALD, 2016). Os resultados dessas políticas econômicas começaram a se manifestar após 1995 com uma tendência crescente de concentração de renda. “The severe 1999-2003 economic crisis and the fast economic recovery were accompanied of increasing inequality. This trend was reverted in 2008, when for the first time in almost 15 years, inequality started to fall down.” (ALVES *et al.*, 2012, p.18). Esses indicadores se refletiram diretamente no Índice de Desenvolvimento Humano no país, como pode-se aferir no Gráfico 4 a seguir:

Gráfico 4 - IDH Uruguiaio



Fonte: Bértola *et al.* (2008, p. 62).

A trajetória econômica do país evidencia que:

En Uruguay, el vínculo entre la distribución del ingreso y el crecimiento económico se ha convertido en un eje vertebrador de varias líneas de investigación en historia económica en la última década. Uno de los principales desafíos en esta clase de trabajos ha sido la construcción de series históricas de precios (factores productivos)

y de diversas variables (PBI, indicadores sintéticos de distribución –Gini, Theil, entropía-, etc.) que permiten aproximar las principales tendencias de la distribución del ingreso en períodos históricos que carecen de esta clase de información estadística (BÉRTOLA; ALVARÉZ, 2010, p. 56).

Pode-se verificar que a distribuição de renda no Uruguai se comportou de diferentes maneiras de acordo com as medidas políticas adotadas em cada período, mas a característica do país de uma abundância de terras e uma relativa escassez de mão de obra agravam as desigualdades internas. O padrão de concentração de terras limitou o acesso da população a esse ativo e, apenas no início dos anos 2000, com a adoção de políticas públicas pelo Estado, é que essas disparidades foram diminuídas.

3.5 RESUMO DO CAPÍTULO

- a) A distribuição de renda esteve sempre presente na teoria econômica, mas pode ser usada para fins políticos. O tema é abordado através de diferentes aspectos e podem-se destacar alguns dos principais autores que dissertaram sobre ele: **Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, Karl Marx, Vilfredo Pareto, J. M. Keynes, Michal Kalecki, Simon Kuznets, Arthur Lewis, Gabriel Palma, Max Lorenz e Thomas Piketty;**
- b) Kuznets (1955; 1986) trouxe uma nova visão sobre o tema, relacionando o crescimento econômico com a distribuição de renda. O autor argumenta que é possível um bom desempenho de distribuição a longo prazo mesmo que seja necessário aceitar a desigualdade a curto prazo. Ele criou o **Modelo do U invertido** e, pela primeira vez, a variável política é vista como catalisadora do processo de distribuição de renda;
- c) existem diferentes formas de mensurar o nível de distribuição de renda. O mais disseminado é o **Coefficiente de Gini**, o qual se vale da curva de Lorenz. Porém, o indicador apresenta lacunas. A **razão de Palma** se propõe a solucionar esses problemas ao focar a sua análise nos 10% mais ricos (d10) e nos 40% mais pobres (d1, d2, d3, d4);
- d) a relação entre regime político e distribuição de renda engloba duas dimensões. A primeira abarca o **papel do Estado, o modelo político e a representação popular**, enquanto a segunda trata da uma **influência indireta das relações de poder;**

- e) um regime com instituições políticas que concentram poder em um determinado segmento da população é caracterizado por ser autoritário e a consequência disso é a adoção de um modelo fiscal distributivo mais fraco que o de democracias, gerando um nível ainda **maior de desigualdade social**;
- f) um regime autoritário tem mais **facilidade de gerar o crescimento econômico**, na medida em que supõe-se que ditadores tenham os meios e os incentivos para levar a cabo reformas dificultadas pela democracia. Além disso, essas reformas são conduzidas mais rapidamente já que não são necessários procedimentos burocráticos e negociações complexas como em um regime democrático;
- g) existem três principais elementos sociopolíticos que afetam a distribuição de renda em uma democracia: **o eleitor mediano, a motivação dos partidos políticos e o papel das instituições**;
- h) a dinâmica democrática carrega na sua essência alguns fatores que **umentam a probabilidade de uma distribuição mais homogênea de renda**, como o fortalecimento das instituições e partidos políticos heterogêneos;
- i) podem-se analisar as divergências entre regimes autoritários e democráticos em cinco pontos: **direito de propriedade, investimentos, autonomia estatal, leis predatórias e desenvolvimento tecnológico**;
- j) a relação entre distribuição de renda e consumo varia de acordo com a teoria utilizada para análise. Para o **Modelo de Mercado Imperfeito de Capital**, quanto maior a desigualdade, menor o consumo de um país e maior a discrepância de padrão de consumo entre os estratos sociais. De acordo com as **Teorias Eleitorais do Consumidor-Eleitor**, quanto maior a desigualdade de um país, maior a instabilidade política, maior o nível de incerteza, menor as taxas de investimento e menor o consumo. Já para a teoria **Keynesiana e Pós-Keynesiana**, o consumo é a função do rendimento e da propensão a consumir, o investimento é a função da eficiência marginal do capital e da taxa de juros e a propensão ao consumo é a relação medida em unidades salariais entre o consumo e o rendimento. Por fim, os modelos **Estruturalistas Latino Americanos** assumem que a concentração de renda gerou um padrão de consumo nos países em desenvolvimento que simula os dos países industrializados;

- k)** a **Argentina** passou por uma drástica mudança socioeconômica após as reformas estruturais neoliberais: se anteriormente era um dos países mais ricos e igualitários da América Latina, após os anos 1990, aumentaram a pobreza, o desemprego, a precarização das relações de trabalho e a desigualdade na distribuição de renda. A situação foi agravada pela herança deixada pelo governo autoritário: uma forte desindustrialização e o abandono da lógica desenvolvimentista. Foi somente a partir dos anos 2000 que a maioria das políticas de redistribuição de renda foram adotadas no país;
- l)** o **Brasil** é um país marcado por um cenário de ampla concentração de riquezas e assimetrias regionais. Durante o período militar, a escolha do governa se baseava em primeiro atingir o crescimento econômico para, posteriormente, redistribuir, dentro de uma lógica semelhante à do U invertido proposta por Kuznets (1986). As medidas neoliberais pós-redemocratização resultaram em uma apropriação de mais de 62% da renda total pelos 20% mais ricos, enquanto os 20% mais pobres participavam com apenas 2,7%. A inexistência de reformas de base, de estabilização democrática e de redistribuição de renda, fez com que os resultados da industrialização não se convertessem em melhoras dos indicadores sociais e suscitaram problemas histórico-estruturais para o país;
- m)** o grande destaque do **Chile** é o pioneirismo na adoção de reformas neoliberais adotadas ainda do período ditatorial. A trajetória da economia chilena prova que o alto crescimento econômico foi condição necessária, porém não suficiente, para uma distribuição mais homogênea e redução da pobreza. A adoção de um Estado mais participativo após as estratégias econômicas do período militar fez com que as políticas sociais compensatórias e os subsídios monetários de repasse de recursos equilibrassem o sistema;
- n)** a distribuição de renda no **Uruguai** tem como característica uma abundância de terras e uma relativa escassez de mão de obra que agravam as desigualdades internas. Apenas no início dos anos 2000, com a adoção de políticas públicas pelo Estado, é que essas disparidades foram diminuídas.

Lançando mão da trajetória distributiva dos países estudados, é possível compreender de maneira mais profunda os movimentos econômicos e as consequências sociais de cada período na região. Uma vez verificados esses dados e seus consequentes indicadores socioeconômicos, abre-se espaço para o estudo dos padrões de consumo de cada um desses

Estados. Para tal, o capítulo seguinte se encarrega de elucidar conceitos e teorias a cerca do consumo e trazer à tona as oscilações dos padrões de consumo nos países seleccionados.

4 CONSUMO: DETERMINANTES, ESTRUTURA E EVOLUÇÃO NOS PAÍSES SELECIONADOS

As possíveis mudanças nos padrões de consumo das famílias dos países selecionados em função de alterações no regime político apresentam-se nesse estudo como a variável a ser investigada. Torna-se, então, necessário consolidar dois principais pilares para que posteriormente seja feita uma análise empírica aprofundada dessa variável:

- a) determinantes do consumo e
- b) estrutura do consumo.

Compreendendo os conceitos e a forma com que o consumo se estrutura, abre-se espaço para que a trajetória de consumo dos quatro países estudados seja analisada. Além disso, permite racionalizar a relação encontrada entre distribuição de renda e consumo no capítulo anterior, e a elucidação das teorias da relação renda-consumo permite estabelecer a relação entre todas as variáveis de interesse da pesquisa.

O presente capítulo aborda, em primeiro lugar, as principais teorias econômicas do papel da renda no consumo. Para isso, são elencadas importantes ideias acerca do tema, como a relação entre a renda disponível corrente e o consumo (teorias Keynesianas e pós-Keynesianas), a hipótese da renda relativa levantada por Duesenberry (1949), a hipótese da renda permanente defendida por Friedman, a teoria do ciclo de vida e poupança estabelecida por Modigliani (1986) e o efeito demonstração de Veblen (1918). Em um segundo momento, a estrutura do consumo é estudada, diferenciando os bens duráveis dos não duráveis. O embasamento teórico abre espaço para que a trajetória do consumo da América Latina seja estudada em seguida, focando no período pós- autoritário, propiciando uma fertilização teórica e empírica do tema.

4.1 TEORIAS ECONÔMICAS DA RELAÇÃO RENDA-CONSUMO: TEORIAS KEYNESIANA E PÓS-KEYNESIANA

A presente e a próxima seção têm como objetivo elaborar um resgate teórico sobre as principais Teorias Econômicas da relação renda-consumo, elaboradas por pensadores tradicionais das ciências econômicas. Esta seção considera a herança Keynesiana. A Teoria Geral (TG) publicada por John Maynard Keynes em 1936 foi o primeiro marco do estudo do consumo determinado pela renda através de uma ótica econômica, permitindo principalmente uma análise do consumo agregado (BROCHIER; MENDONÇA, 2018). Keynes (1936) abriu

espaço para diferentes interpretações sobre os fatores influenciadores e influenciáveis pelo consumo. Suas afirmações fomentaram discussões e interpretações entre economistas, principalmente, no estudo da relação entre consumo e renda do curto e no longo prazo (BROCHIER; MENDONÇA, 2018). O argumento principal de Keynes (1936) é que o consumo depende principalmente da renda corrente e, a partir dessa premissa, analisa o que afeta o padrão de consumo de famílias, a propensão para o consumo e os motivos que levam ao aumento de investimento. A importância da renda disponível corrente também é evidenciada no trabalho de Kalecki, permitindo que essa máxima seja analisada sob diferentes vieses como, por exemplo o impacto da distribuição de renda no consumo.

A partir da teoria Keynesiana, o consumo é entendido como uma função estável da renda e a quantidade que uma comunidade consome é afetada por fatores objetivos, subjetivos e, principalmente, pelo montante da renda (KEYNES, 1936). Por fatores subjetivos, podem-se citar as propensões psicológicas, os hábitos individuais e a forma com que a renda é dividida (OREIRO, 2002). Essa correlação de variáveis resulta na lei psicológica fundamental, a qual defende que as variações no nível de renda resultam em variações no nível corrente de consumo, mesmo que não na mesma escala:

The fundamental psychological law, upon which we are entitled to depend with great confidence both a priori from our knowledge of human nature and from the detailed facts of experience, is that men are disposed, as a rule and on the average, to increase their consumption as their income increases, but not by as much as the increase in their income. (KEYNES, 1936, p. 96).

Keynes (1936) também defende a existência de fatores que influenciam na propensão a consumir, sendo os principais a:

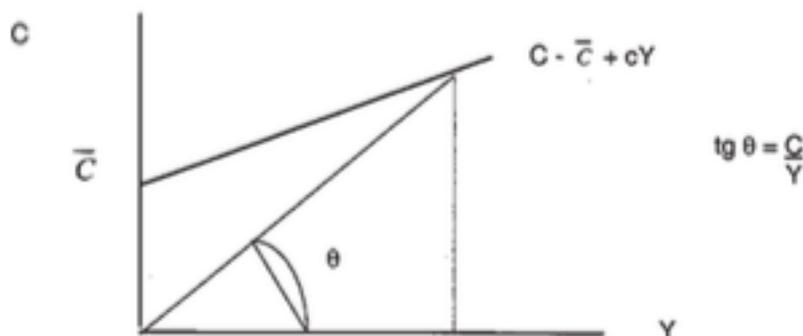
- a) variação na unidade salarial;
- b) variação na diferença entre renda e renda líquida;
- c) variação na taxa de desconto intertemporal;
- d) variações na política fiscal e
- e) variações nas expectativas da relação entre renda presente e futura.

Esses pontos evidenciam a priorização keynesiana da renda real ao invés da monetária no entendimento do consumo, assim como a sua crença que os indivíduos decidem sua escala de consumo através da renda disponível (OREIRO, 2002). Relevando esses aspectos, a função consumo mais básica pode ser traduzida pela seguinte equação:

$$C = \bar{C} + cY; \text{ onde: } \bar{C} > 0 \text{ e } 0 < c < 1,$$

sendo \bar{C} o consumo autônomo (sem relação com a renda) e c a propensão marginal a consumir. A partir disso, a ideia de que, quanto maior o nível de renda, maior a poupança, é representada no gráfico abaixo (Figura 3):

Figura 4 - Função consumo Keynesiana



Fonte: Oreiro (2002, p. 120).

Esse pensamento evidencia que os mais ricos tendem a poupar mais que a população mais pobre, fazendo com que o consumo da classe mais baixa tenha um padrão mínimo, próximo ao nível de subsistência (KEYNES, 1936). Essa divergência entre estratos de renda da população é explicitada também no motivo da escolha por poupar (OREIRO, 2002): se os mais ricos focam, majoritariamente, em legar uma fortuna (motivo herança), na garantia de uma massa de manobra para realizações de futuros projetos (motivo iniciativa) e se beneficiar do juro e da valorização (motivo substituição intertemporal), os mais pobres visam utilizar a poupança como precaução a futuras adversidades (motivo precaucional), para uma melhora no estilo de vida (motivo melhoria) e para inibir-se de realizar uma despesa (motivo avareza). Além disso, as possíveis necessidades futuras individuais e da família (motivo ciclo da vida) e a vontade de desfrutar uma sensação de independência (motivo independência) são outras motivações presentes na sociedade para poupar (BROWNING; LUSARDI, 1996).

O Estado aparece como orientador da propensão a consumir através do sistema de tributação, adotando medidas para combater o desemprego involuntário e de distribuição de renda (MINSKY, 2008). Para Keynes (1936), o emprego tem um papel bastante importante na medida em que o consumo pode assumir um papel anticíclico em um momento de maior desemprego e diminuição de renda (OREIRO, 2002). Além disso, o consumo pode funcionar como um motor de expansão da demanda agregada, na medida que “quando o investimento se encontra estagnado, quando as condições necessárias à sua expansão não estão presentes,

quem acaba puxando o crescimento da renda é o consumo” (BROCHIER; MENDONÇA, 2018, p. 964). A Teoria Geral de Keynes (1936) ainda defende que a propensão a consumir é substancialmente estável e que a distribuição da riqueza varia lentamente, resultando em uma alteração da propensão a consumir apenas a longo prazo (MINSKY, 2008).

O pensamento kaleckiano segue a estrutura defendida por Keynes (1936) de que a renda disponível é a principal variável que influencia o consumo. Entretanto, o autor diferencia o comportamento do consumo entre capitalistas e trabalhadores: “os primeiros possuem maior grau de autonomia em comparação aos segundos, que consomem suas rendas salariais correntes (no modelo simplificado, o autor supõe que a propensão a consumir dos trabalhadores é igual a um e sem defasagem)” (BUSATO; REIF; POSSAS, 2016, p. 5). Diferentemente de Keynes (1936), Kalecki (1977) avalia a propensão a consumir a partir da distribuição funcional da renda, e defende que existe a possibilidade da relação entre consumo e renda se comportar de maneira divergente ao longo do tempo – enquanto no curto prazo a propensão pode ser decrescente, no longo pode ser constante. Entretanto, o autor alerta:

[...] de qualquer forma, não se pretende que a argumentação acima tenha sido exposta para sugerir que a estabilidade a longo prazo da razão entre poupança e renda seja uma lei econômica, mas simplesmente para mostrar que existe a possibilidade da ocorrência dessa relação (KALECKI, 1977, p. 89).

Ele foi o primeiro economista a defender que a propensão ao consumo dos trabalhadores é maior que a dos capitalistas, e que o investimento é uma função positiva dos lucros retidos (BLECKER, 2002), permitindo uma análise dos efeitos da distribuição de renda tanto no consumo quanto no investimento. Nesse modelo, os trabalhadores baseiam seu consumo nos salários e os capitalistas nos lucros, fazendo com que os trabalhadores não acumulem estoque de riqueza nem tenham acesso ao sistema de crédito. Visto que a renda possui uma considerável importância dentro dessa linha teórica, dois conceitos serão aprofundados na sequência do trabalho: Salário, que faz parte da renda, e Produto Interno Bruto, que se relaciona com a renda corrente.

4.1.1 Salários

Como já exposto nas teorias econômicas clássicas do consumo, os salários afetam diretamente a qualidade de vida e os padrões de consumo da população. Além de impactar em nível individual e familiar, a oscilação dos salários apresenta-se como um dos principais fatores que influenciam no crescimento ou estagnação econômica de um país (SERRANO;

SUMA, 2012). Por esse motivo, o salário real médio se destaca como um indicador econômico de mercado de trabalho, sendo essencial não só para inferir a saúde econômica de um país, como também reflete as variações do consumo na região de referência (MEDEIROS, 2015). De acordo com a estrutura causal postulada na Teoria Geral de Keynes (1936), o salário real difere do nominal na medida em que representa de forma fidedigna a quantidade de bens que o trabalhador pode adquirir com a quantidade monetária que recebe ao invés de ser apenas a expressão do volume bruto de dinheiro. A inflação é corrigida e, como consequência disso, o salário real representa o poder aquisitivo e o nível de vida do assalariado.

Por mais que seja amplamente admitido que os salários reais impactam diretamente no consumo, Cortés e Marshall (1986) chamam atenção para o fato de que o consumo total não é composto somente pela parcela assalariada da população, mas também decorre de investimentos, poupanças e lucros dos capitalistas:

De este modo, no solamente se sobre estima el peso del consumo de los asalariados em el consumo global, sino que em algunos casos extremos hasta se llega a identificar consumo privado con consumo de los asalariados, atribuyendo a estos últimos la responsabilidad del consumo privado total (CORTÉS; MARSHALL, 1986, p. 73).

Além disso, os autores ainda abordam o modelo padrão que enfatiza a relação entre o salário real e a balança comercial ao afirmar que o aumento do salário real se traduz em uma maior demanda de importações e redução de exportações. Nesse modelo, as variações de consumo que determinam o setor produtivo e a balança comercial:

Se esgrime, a veces abiertamente, a veces en forma velada, que elevar el nivel del salario real constituiria un obstaculo para la reactivacion economica, ya que existiria un nivel de salario real "de equilibrio", compatible con un excedente en la balanza comercial. El argumento es que si el salario real supera dicho nivel inducira a un aumento em el consumo de bienes exportables y de bienes manufacturados que requieren insumos importados, con el consiguiente deterioro de la balanza comercial. Por lo tanto, seria conveniente "crecer primero" y distribuir "despues" (CORTÉS; MARSHALL, 1986, p. 71).

De acordo com dados do Banco Central, os ganhos reais e o ambiente de estabilidade de preços se constituíram no principal propulsor do consumo e, conseqüentemente, no aumento das taxas de crescimento econômico, principalmente em economias em desenvolvimento (BANCO CENTRAL, 2009). Sustentando principalmente o mercado de bens de consumo não-duráveis, os salários reais aparecem como definidores de outras

variáveis econômicas e, por conta da sua importância dentro da lógica capitalista, geram reflexos na qualidade e nos padrões de vida das famílias.

4.1.2 Produto interno bruto

Desde o princípio da história do pensamento econômico, a função dos agregados econômicos aparece como um foco de estudos e contribui para a busca de cientistas por uma forma de mensuração da contabilidade nacional. Através da utilização de dados demográficos e estatísticos, o primeiro cálculo de produção nacional foi publicado em 1953, baseado nas ideias de Richard Stone que, em 1984, foi o ganhador do Prêmio do Banco Central Sueco em Homenagem a Alfred Nobel. Esse indicador é responsável por medir o valor total dos bens e dos serviços finais produzidos pela economia de uma determinada região em um determinado período de tempo, servindo para aferir o estado atual da economia do objeto analisado. O Produto Interno Bruto (PIB) além de ter um papel crucial na avaliação das políticas econômicas, molda as expectativas e decisões tanto em nível macro quanto microeconômico. Até os dias atuais, esse indicador é a forma de mensuração mais utilizada globalmente e, através de um padrão, possibilita uma comparação entre países e uma noção da distribuição da atividade econômica no Sistema Internacional.

Inspirado pela doutrina keynesiana, o PIB pela ótica da despesa é composto por quatro componentes: consumo, gasto estatal, investimento e transações correntes não-fatores, traduzido na seguinte fórmula: $P.I.B. = C + G + I + (X-M)$. Além disso, é possível medir o Produto Interno Bruto também por duas diferentes óticas: oferta e renda. O resultado desse cálculo se apresenta de maneira absoluta e, com o intuito de obter um resultado que também indique a qualidade de vida do país analisado, utiliza-se o PIB per capita, ou seja, divide-se o PIB pela população do país (JOY CHIOMA, 2009).

Ao estudar os componentes de dispêndio do PIB, torna-se claro que o consumo é de grande valia para a economia nacional. Por conta disso, as oscilações e os padrões de consumo de determinado país se refletem diretamente no indicador de crescimento econômico, mesmo que não na mesma proporção. É importante frisar que o PIB é uma medida simplificada e que gera resultados brutos, ou seja, para entender estruturalmente o desempenho econômico de um país é necessário considerar outros índices. Esse indicador não analisa, por exemplo, os níveis de bem-estar social, não se aprofunda na qualidade dos produtos e serviços disponibilizados nem levam em conta a distribuição de renda do local. O PIB per capita aparece como uma alternativa para análise da situação econômica e

proporciona uma noção geral do desempenho do consumo em um determinado país, mas deve-se considerar suas lacunas e desenhar tais análises considerando, também, outros indicadores econômicos.

4.2 TEORIAS ECONÔMICAS DA RELAÇÃO RENDA-CONSUMO: MODELOS ALTERNATIVOS

Tanto Keynes (1936) quanto Kalecki (1977) argumentam que o consumo é determinado pela renda corrente e, pelo menos a curto prazo, o consumo dos capitalistas é basicamente estável. Essas hipóteses, ao mesmo tempo em que abriram espaço para um maior debate científico sobre o tema do consumo, sofreram inúmeras críticas que resultaram na elaboração de outros modelos. A omissão de variáveis como o acesso ao crédito, o endividamento e as expectativas de ganhos futuros faz com que esses modelos sejam considerados simplificados. Isso se dá na medida em que o papel dos bancos não é trabalhado, assim como a questão intertemporal não é levada em conta, focando mais especificamente nas questões do presente através renda disponível corrente (BROCHIER; MENDONÇA, 2018). A partir dessas lacunas e de diferentes visões sobre a teoria keynesiana e kaleckiana, novas hipóteses sobre o consumo se desenham, sendo as principais apresentadas a seguir.

4.2.1 Hipótese da renda relativa e efeito demonstração

A análise econômica da variável da renda relativa ao invés da renda absoluta se inicia na década seguinte à publicação da Teoria Geral. Os primeiros conceitos foram elaborados por Brady e Friedman, os quais argumentavam que as taxas de poupança dependem da sua posição relativa na escala de rendas, defendendo a relação entre a renda do indivíduo e a renda média do grupo ao qual pertence (BRADY; FRIEDMAN, 1947). Todavia, as principais ideias sobre a relação do consumo e da renda relativa foram desenvolvidas por Duesenberry (1949), a partir da suposição inicial de que a interdependência das preferências individuais orienta o comportamento de consumo. Essa teoria ganhou maior força a partir das últimas décadas do século XX, na medida em que os “conceitos de renda relativa e emulação foram resgatados por autores heterodoxos para explicar, pelo lado da demanda, o descolamento entre consumo e renda na experiência americana recente” (BROCHIER; MENDONÇA, 2018, p. 959).

A previsão teórica keynesiana de que a maior desigualdade de renda resultaria em uma queda do consumo (KEYNES, 1936) não se provou empiricamente, abrindo espaço para que Duesenberry (1949) estudasse as variações do consumo agregando novas variáveis. A partir da Hipótese da Renda Relativa, torna-se possível explicar as diferenças nas propensões ao consumo e à poupança entre indivíduos de grupos distintos, porém com a mesma renda absoluta (BRADY; FRIEDMAN, 1947). Esses novos esforços e estudos do comportamento de consumo através da introdução de variáveis sociais e psicológicas propuseram uma nova abordagem das teorias da renda disponível (PALLEY, 2008): ao mesmo tempo em que Duesenberry (1949) concorda com Keynes (1936) sobre a relação positiva e transversal entre nível de renda e taxa de poupança, argumenta que a desigualdade de renda não necessariamente está associada ao aumento da poupança agregada (BROCHIER; MENDONÇA, 2018).

A Hipótese da Renda relativa defende que o estudo do consumo deve considerar o caráter social dos padrões de consumo e a cultura da sociedade na qual a família ou o indivíduo está inserido, ou seja, é válida a premissa de que as decisões de consumo estão ligadas pelo aprendizado e pela formação cultural de hábitos (DUESENBERY, 1949). A Teoria de Veblen (1918) foi de grande valia para os conceitos desenvolvidos por Duesenberry (1949), visto que ele foi o economista pioneiro a trazer uma abordagem sociológica e antropológica ao consumo. Veblen (1918) argumenta que os indivíduos são capazes de manter o seu consumo mesmo com desigualdade de renda e que existe um Efeito Demonstração nos hábitos de consumo, ou seja, o ato da compra não se resume ao produto em si, mas em busca de ostentação. Esse consumo ostentatório é chamado pelo autor de consumo conspícuo e serve como uma forma de status e prestígio social (VEBLEN, 1918). Para que o indivíduo se destaque, a decisão de compra é “símbolo de uma classe, cuja posição social se destaca, a classe ociosa de Veblen (1918), [e] sinaliza um objetivo, um alvo para as classes em posições socialmente ‘inferiores’” (MOREIRA, 2015). A estratificação social para essa teoria emerge como um fator importante, na medida em que as classes mais baixas tentam imitar ou emular os padrões dessa classe ociosa a fim de adquirir reconhecimento pela sociedade. Dessa forma, o consumo não se propõe a sanar necessidades primárias e a compra desses produtos, os chamados *Veblen Goods*, suprem a necessidade da classe mais favorecida de se destacar ao obter produtos mais raros e, conseqüentemente, mais desejados (DAVANZATI; PACELLA, 2014).

Em um nível mais amplo, Veblen (1918) argumentava que essa emulação nos padrões de consumo ocorre também em esferas sociais: sociedades tendem a tentar imitar os padrões

das mais avançadas e industrializadas. Essa emulação acaba trazendo graves consequências para a economia do local, na medida em que o consumo não se alinha com o setor produtivo. Na teoria de Veblen (1918), essa orientação de compra ancorada em padrões das classes com consumo de luxo evidencia a ideia de que a aceitação social explica os padrões de consumo através de uma ótica psicológica, fazendo com que a explicação econômica sobre motivações de investimento e consumo caia em um segundo plano.

Em concordância com a teoria de Veblen (1918), “Duesenberry correctly viewed consumption as a social process, not an individual one, and questioned that it was based only on a rational forward looking calculation.” (PARADA; BACA-MEJIA, 2009, p. 26). A partir dessa análise mais abrangente, o autor cunha o conceito de “efeito demonstração”, o qual defende que o contato de uma família com bens superiores se dá pelo consumo de outras famílias, fazendo com que se busque sempre alcançar altos padrões através do aumento de gastos e redução da poupança. Esse comportamento é ainda mais acentuado em um sistema de status social diferenciado, no qual o sucesso está relacionado com a renda e com os altos padrões de consumo (BROCHIER; MENDONÇA, 2018).

Baseando-se em considerações “sociológicas e psicológicas”, Duesenberry (1949) supõe que tal atitude frente ao consumo decorre, em parte, de motivações “emulativas ou imitativas”: os indivíduos consomem, tendo em vista se aproximar de um padrão mais elevado de consumo, de indivíduos cuja renda seja maior que a sua. Por outro lado, o “efeito demonstração” exercido pelo contato com bens “superiores”, utilizados por tais indivíduos, constitui-se num incentivo adicional ao aumento de seus gastos (CAVALIERI, 1994).

Essa constante comparação da população com indivíduos mais ricos corrobora a ideia de que a renda absoluta é relevante até o nível em que as necessidades básicas não foram plenamente satisfeitas e, após essas necessidades serem atendidas, torna-se mais importante a renda relativa (GRAHAM, 2004). Por conta dessas circunstâncias sociais, históricas e culturais, Duesenberry (1949) conclui que a desigualdade de renda pode ser um estímulo ao consumo, o chamado efeito “*keep up with Joneses*”. Isso se daria na medida em que, com uma maior homogeneidade de renda e uma menor diferença entre os padrões de consumo de famílias, o estímulo para atingir determinado status através de aquisições materiais seja menor (DUESENBERRY, 1949). Assim, uma redistribuição de renda equitativa poderia reduzir o consumo agregado na medida em que “a pressão exercida tanto pelas motivações ‘emulativas ou imitativas’ bem como pelo ‘efeito demonstração’, tende a se reduzir à medida em que os diferenciais de renda são reduzidos” (CAVALIERI, 1994, p. 11).

Em suma, pode-se aferir que a Hipótese da Renda Relativa e o efeito demonstração avançam a análise iniciada por Keynes (1936) ao entender como diferentes rendas afetam o consumo. Além disso, Duesenberry (1949) considera que as expectativas de renda dos ativos são mais influentes do que as concernentes aos salários na relação entre renda e poupança e ainda argumenta que “se o valor dos ativos aumentar em proporção menor que o aumento na renda, provavelmente a taxa de poupança apresentará tendência crescente” (BROCHIER; MENDONÇA, 2018, p. 968). Essa nova abordagem, de forma indireta, distancia a decisão de consumo da renda disponível corrente e enfatiza a importância das expectativas de renda futura, propondo uma nova teoria do consumo em que a interdependência das preferências dos consumidores e a posição dos mesmos na distribuição de renda são cruciais para compreender as variações de consumo e investimento.

4.2.2 Hipótese da renda permanente

Se a renda relativa se qualifica como “a renda tomada em comparação com a renda média dos demais agentes e que cresce à medida que o indivíduo melhora sua posição nos estratos de distribuição da renda” (BROCHIER; MENDONÇA, 2018, p. 968), a renda corrente para Friedman (1957) é “igual à soma da renda permanente e transitória ($y = y_P + y_T$), sendo esta última os desvios da renda corrente em relação à trajetória da renda permanente.” Como visto até aqui, Keynes (1936) e Kalecki (1977) estudam o consumo em termos da renda corrente e Duesenberry (1949) foca na renda relativa, sendo denominador comum de ambas vertentes uma menor importância dada ao fator de variações de tempo. Entretanto, a economia mundial pós-Segunda Guerra apresentou uma situação que carecia de embasamento teórico para ser estudada: as poupanças estavam mais baixas e o consumo elevado. Se no período entre guerras as previsões keynesianas se concretizavam, a situação do pós-guerra evidenciava a necessidade de uma nova função do consumo (BROCHIER; MENDONÇA, 2018).

É a partir de tal janela de oportunidade que Friedman (1957) formaliza o processo de alocação intertemporal realizado pelos indivíduos ao tomar decisões de consumo, através de uma teoria focada na renda permanente através da aceitação da existência de um horizonte a longo prazo que baliza os comportamentos dos indivíduos (FRIEDMAN, 1957). A partir do momento em que essa hipótese desconsidera a renda transitória para analisar o consumo, assume-se que a variação na renda corrente impactará o consumo apenas na extensão de que essa variação é tida como permanente. Em outras palavras, “se o consumidor acredita que a

variação na sua renda não persistirá, então é pouco provável que ele ajuste seu consumo.” (PARREIRA, 2004, p.14). Friedman (1957) argumenta que essa teoria de longo prazo se sustenta pelo fato de que os indivíduos se comportam de forma que preferem um fluxo de consumo estável do que oscilações entre fartura e escassez.

Na medida em que se entende a renda como a soma de dois componentes, a Hipótese da Renda Permanente entende o consumo da mesma forma. O consumo corrente depende somente do total da renda permanente e da taxa de juros, como também se relaciona à parcela de renda permanente derivada da riqueza não humana (BROCHIER; MENDONÇA, 2018), como se expressa na fórmula abaixo:

$$c = c_p + c_t$$

Friedman (1957) ainda completa a apresentação formal de sua hipótese ao estabelecer a relação entre renda permanente e consumo permanente, considerando a influência dos juros (i), da razão riqueza/renda (w) e das preferências dos consumidores (u):

$$c_p = k(i, w, u)y_p$$

Analisando tais achados, entende-se que o consumo é constante intertemporalmente:

O consumo aqui é visto como estável ao longo do tempo, o que deriva da ideia de renda permanente. As situações imprevistas, os ganhos temporários de renda — decorrentes, por exemplo, da política fiscal de curto prazo — não teriam influência significativa sobre o consumo, pois afetariam apenas o componente transitório do consumo e esse estaria relacionado à renda transitória, considerada praticamente residual para o autor (BROCHIER; MENDONÇA, 2018, p. 975).

A poupança também é explicada pela variável transitória, na medida em que os indivíduos têm a tendência de poupar tais variações transitórias. Dessa forma, ao invés de tais oscilações impactarem o consumo, os indivíduos repassam esse impacto para a decisão de investir, ajustando a poupança a fim de manter um padrão de consumo estável (OREIRO, 2002). Friedman (1957) também explica que a propensão média a consumir depende da razão entre renda permanente e corrente, como se verifica na fórmula abaixo:

$$C/Y = K Y_p/Y$$

Dessa maneira, quando a renda corrente estivesse temporariamente abaixo da permanente, a propensão média a consumir aumentaria, sendo o inverso também verdadeiro. Essa relação fez com que Friedman (1957) defendesse que as famílias com maior renda permanente teriam um consumo mais elevado, ao mesmo tempo em que famílias com renda corrente mais elevada teriam menor propensão a consumir. “Em períodos longos, a variação

da renda seria provocada por mudanças no componente permanente. Nas longas séries temporais, a propensão média a consumir deveria ser constante” (OREIRO, 2002/2003, p.134).

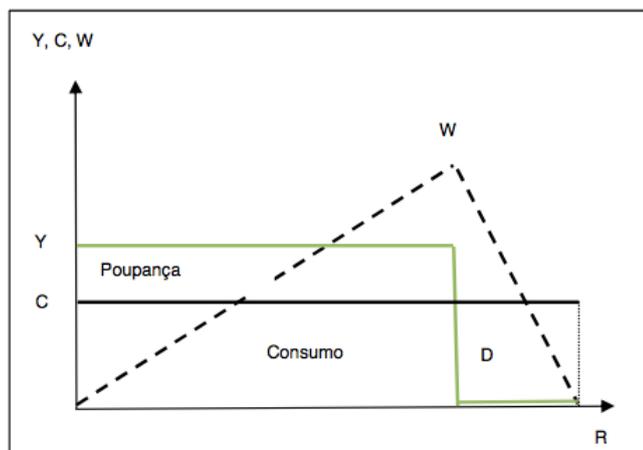
A Hipótese da Renda Permanente explicita que o consumo não responde às flutuações transitórias na renda, sendo o consumo mais suave que a renda corrente na medida em que essa suavização se dá através da poupança ou de empréstimos (PARREIRA, 2004). Seguindo essa mesma linha metodológica, focada em um comportamento intertemporal do consumo como função da riqueza, e evidenciando a importância da renda permanente (BROCHIER; MENDONÇA, 2018), as ideias de Modigliani conversam com as Friedman (1957) e o mesmo desenvolve a Teoria do Ciclo de Vida, como veremos a seguir.

4.2.3 Teoria do ciclo de vida

A Teoria do Ciclo de Vida apareceu pela primeira vez no ano de 1954, em um *paper* escrito por Modigliani e seu aluno de pós-graduação Brumberg. Ao longo do tempo, os dois autores desenvolveram de forma mais aprofundada as suas ideias e em 1980 publicaram um segundo artigo. A teoria se inspira na Teoria Geral de Keynes (1936) e, através de uma análise empírica, propõe uma nova maneira de analisar a relação entre consumo e renda. De forma análoga a Friedman (1957), Modigliani acrescenta o fator intertemporal ao seu modelo e reconhece que o consumo é relativamente estável diante das variações de renda corrente (PARREIRA, 2004).

A ideia básica da Teoria do Ciclo de Vida consiste na capacidade de planejamento dos indivíduos, na medida em que fazem previsões de consumo de acordo com os horizontes dados pelo ciclo de vida e alocam a sua poupança para corresponder aos seus padrões de consumo ao longo da sua trajetória (BROCHIER; MENDONÇA, 2018). A hipótese pode ser compreendida através do Gráfico 3 abaixo:

Gráfico 5 - Estágios do ciclo de vida do consumidor



Fonte: Brochier e Mendonça (2018, p. 971).

Observando a representação gráfica da hipótese (Gráfico 3), percebe-se que a renda, o consumo e a riqueza aparecem no eixo vertical, enquanto o eixo horizontal representa o ciclo de vida (trabalho, aposentadoria e morte). A representação D é a da despoupança durante a aposentadoria e o R (*retirement*) é o momento da aposentadoria. O gráfico evidencia que a renda do indivíduo é a soma do consumo e da poupança e que a razão riqueza-renda aumenta ao longo do ciclo de vida. Ao chegar na aposentadoria, a poupança acumulada ao longo da vida é despendida em consumo e a riqueza começa a declinar (BROCHIER; MENDONÇA, 2018). Pode-se, então, interpretar o gráfico considerando três etapas:

- na juventude, a renda é baixa e é quando os indivíduos contraem mais dívidas;
- durante a meia idade, a renda atinge seu nível máximo, as dívidas adquiridas anteriormente são quitadas, ao mesmo tempo em que se poupa para a velhice e, por fim,
- o último estágio é o da velhice, no qual a renda tende a zero e os indivíduos consomem a poupança acumulada (OREIRO, 2002).

É importante destacar que a hipótese de Modigliani se desenha durante o ciclo de vida economicamente ativo, chamado de *life-time earnings*, considerando que o estágio em que o indivíduo reside seja essencial para determinar o seu comportamento de investimento (DEATON, 2005). Além disso, a Teoria do Ciclo de Vida defende a existência do padrão de comportamento de consumo estável ao longo do tempo, na medida em que “os agentes fariam uso da poupança e despoupança para poder manter seu patamar de consumo por toda a vida” (BROCHIER; MENDONÇA, 2018, p. 970). Dessa forma, mesmo que o consumo exceda a renda corrente por longos períodos, o planejamento a longo prazo e a capacidade de tomar

empréstimos resultariam em uma trajetória constante do consumo (HADJIMATHEOU, 1987).

Convergindo para a ideia de estabilidade da teoria de consumo keynesiana, Modigliani (1986) considerava que o comportamento do consumo agregado a curto prazo poderia ser descrito de maneira simples, como verifica-se na equação $C = \alpha YL + \delta W$. Assume-se YL como renda do trabalho, W como riqueza, a como parcela consumida da renda do trabalho, δ como parcela consumida a partir da riqueza e L como parcela consumida a partir da riqueza, sendo a e L sempre constantes. Entretanto, a teoria se destaca do arcabouço keynesiano ao considerar a parcela que é consumida a partir da riqueza e considera as restrições e imperfeições do mercado de crédito. A inclusão do fator riqueza destaca-se na medida em que as famílias realizam perdas e ganhos de capital a todo momento, seja através de negociações no mercado imobiliário ou variação nos ativos nos mercados de ações (BROCHIER; MENDONÇA, 2018). O autor ainda completa:

The fact that wealth enters importantly in the short run consumption function means that monetary policy can affect aggregate demand not only through their additional channel of investment but also through the market value of assets and consumption (MODIGLIANI, 1986, p.167).

Independentemente do estágio do ciclo de vida, um denominador comum é a maximização da sua utilidade através da manutenção de nível de consumo ao longo do tempo. Assim como Friedman (1957) e outros modelos que consideram o fator intertemporal, essa teoria prevê a suavização do consumo e afirma que as flutuações na renda impactam unicamente a sua poupança.

4.3 ESTRUTURA DO CONSUMO: BENS DE CONSUMO DURÁVEIS X NÃO-DURÁVEIS

Antes de adentrar os estudos de caso, cabe entender o que compõe a estrutura do consumo para que se analise as variações nos padrões do mesmo. A seção presente se destina a diferenciar os bens de consumo duráveis e os não duráveis, conceitos que posteriormente serão utilizados para compreender os padrões de consumo em cada um dos países estudados.

Classificam-se como bens de consumo todos os bens destinados a utilização por consumidores finais, ou seja, produtos que já estão finalizados e não necessitam passar por mais nenhum processo de transformação ou adição de valor. A quantidade e os tipos de bens de consumo comercializados em cada país são um indicador econômico da situação do

mesmo, refletindo o nível de vida da população, assim como os padrões de consumo da sociedade. Existem inúmeras formas de classificar os bens de consumo, sendo a mais utilizada a divisão entre bens duráveis e não-duráveis (GOMES, 2012). Economistas como Hall (1978) e Mankiw (1982) foram responsáveis pelos primeiros estudos de diferenciação entre os duráveis e não-duráveis, assumindo que a função utilidade é separável nos dois tipos de bens e, por consequência, as oscilações de produção e consumo dos mesmos podem se apresentar de formas diferenciadas.

Por bens de consumo duráveis, entendem-se todos aqueles que possuem um ciclo de vida mais extenso, possuindo mais durabilidade e não sendo consumido ou desgastado de imediato. O setor automobilístico, imobiliário e eletrodoméstico são exemplos de indústrias que produzem bens de consumo duráveis. A disponibilidade de crédito quando combinada com crescimento econômico aumenta a tendência de consumo de bens de consumo duráveis (LOURENÇO; ROMERO, 2002), assim como a introdução de novas tecnologias intensifica essas indústrias e tornam o produto final mais competitivo dentro do mercado internacional. Além disso, quando o incentivo para o aumento da produção de bens de consumo duráveis não se apresenta concomitantemente a políticas de redistribuição de renda, é possível verificar padrões de crescimento com alta concentração de renda (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2013).

Em contrapartida, os bens de consumo não-duráveis são aqueles produtos que possuem pouca duração desde o momento em que foram comprados. Eles podem ser tanto de consumo imediato quanto de desgastes a curto e médio prazo, o que faz com que algumas linhas teóricas os dividam ainda em bens semiduráveis. Alimentos, roupas e calçados são exemplos desse tipo de bem de consumo. Como consequência do seu preço absoluto ser mais baixo, o consumo de bens não-duráveis é muito superior ao de duráveis (GOMES, 2012). Se o acesso ao crédito é um forte influenciador do consumo de bens duráveis, o mercado dos não-duráveis tem maior relação com a renda e com a inflação. O Quadro 2 abaixo resume as principais características de cada tipo de bem de consumo:

Quadro 4 - Bens duráveis x não-duráveis

	Duração	Preços Relativos	Consumo (durável/não durável) em relação ao outro bem (não durável/durável)	Influenciadores econômicos
Bens duráveis	Longo prazo	Mais elevados	Inferior	Acesso ao crédito e desenvolvimento tecnológico
Bens não-duráveis	Curto ou médio prazo	Mais baixos	Superior	Renda e inflação

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Ao compreender as causas e os efeitos do mercado de cada tipo de bens de consumo, torna-se possível aferir o cenário econômico do país em questão. Taxas de consumo de bens duráveis e não-duráveis podem ser relacionados com momentos de crise/crescimento econômico, expansão/diminuição de crédito, introdução de inovações tecnológicas e variação de salários reais, por exemplo. Por esse motivo, os indicadores desmembrados em setores da economia são extremamente relevantes e, mais uma vez, corroboram a importância do fator consumo na economia nacional.

Concluindo a análise das diversas variáveis influenciadoras do consumo, previamente embasadas nas teorias econômicas, o presente trabalho parte para um próximo passo: a análise empírica da trajetória de consumo da Argentina, do Brasil, do Chile e do Uruguai, enfatizando as peculiaridades de cada um e analisando as variações dos seus indicadores.

4.4 TRAJETÓRIAS DO CONSUMO NA AMÉRICA LATINA

Compreender a trajetória do consumo de determinada região pressupõe uma análise de indicadores concomitantemente ao entendimento contextual, estrutural e histórico. Analisando a história da América Latina a partir da crise de 1930 até a ascensão dos governos militares a partir dos anos 1960, a região partiu de um modelo chamado de “desenvolvimento para dentro”, com forte presença do estado respondendo não apenas à perda dos mercados externos, mas também às necessidades das demandas das classes médias emergentes ao ampliar os mercados internos (SUNKEL, 2019). A industrialização apareceu como uma forma de progresso, catalisada principalmente com as ideias cepalinas e o manifesto de Prebisch em 1949 (PREBISCH, 1982), e assumindo um denominador comum entre os países da região: o fato de serem a periferia do sistema econômico mundial e a necessidade de não estarem mais subordinados ao papel de fornecedores de matérias-primas e alimentos (HIRSCHMAN,

1987). O modelo de substituição de importações e a industrialização, fenômenos que impactaram em maior ou menor medida todos os países latino-americanos, foram cruciais para a alteração da composição da demanda e por novos hábitos sociais da região.

Cada país reagiu às ideias cepalinas de diferentes formas, e pode-se afirmar que existiu uma convergência de maior foco na industrialização até os governos militares. A partir daí, quando se verifica caso a caso, registram-se políticas tanto de continuidade dessa industrialização quanto de retrocesso, ou seja, a adoção de medidas de desindustrialização. Hirschmann (1987, p. 5) afirma:

Em virtude da importância do mercado interno no curso do processo de industrialização, principalmente do tipo ligado à substituição de importações, a indústria dos maiores países latino-americanos estava fadada a desenvolver-se mais vigorosamente nos mais populosos do que nos menos dotados populacionalmente. Essa é a razão fundamental pela qual o peso econômico dos dois maiores países, Brasil e México, aumentou consideravelmente sua participação na renda nacional total da América Latina aumentou dos menos de dois quintos (38,7 %) , que lhe cabiam em 1950, para mais de três quintos (61,3 %) em 1981. Nesse período, sua participação na população da região permaneceu constante em cerca da metade do total. O ímpeto de industrialização, enraizado nas experiências da depressão e da guerra nos anos [19]30 e [19]40, apossou-se de todos os países da América Latina, exceto os menores e mais pobres, durante os anos [19]50 e [19]60. Contudo, na década seguinte, o que fora uma característica unificadora transformou-se estranhamente no oposto, sendo agora um fator que acentua a diversidade.

Analisando tal realidade econômica, Furtado (1969) identifica um grande paradoxo: somente uma minoria da população cria demanda sobre o produto das indústrias dinâmicas, ou seja, a desigualdade de renda apresenta-se como fator determinante nos padrões de consumo dessa sociedade. Além disso, o mercado de trabalho se destaca dos demais fatores de produção, na medida em que as taxas de salário são orientadas pelas condições de oferta elástica de mão de obra a partir da agricultura pré-capitalista. Em outras palavras, desde o período primário exportador a composição da demanda comanda a acumulação do capital na América Latina, e é a revolução industrial que mesmo sem modificar técnicas produtivas, modifica os padrões de consumo. “O subdesenvolvimento apresenta-se, assim, desde o início, como uma transformação nos padrões de consumo [...] sem que concomitantemente se modifiquem as técnicas de produção” (FURTADO, 1974, p. 9).

Diferentemente de Furtado (1974), Anibal Pinto (1970) assume que a distribuição de renda e as características econômicas da região se definem ao nível da estrutura produtiva, antes mesmo da composição da demanda. A trajetória de consumo da América Latina se caracteriza pela tentativa de reprodução de estruturas de consumo de países com renda média superior a sua, fazendo que os bens que em outros países são considerados como consumo de

massas, na região sejam artigos de luxo. Dessa forma, os bens de consumo, popular ou conspícuo, se distinguem pela relação entre o valor unitário e a renda média da população, sendo os segmentos sociais determinantes para o que será consumido (PINTO, 1970). Maria da Conceição Tavares (1998) complementa essa ideia ao afirmar que deve-se atentar às diferentes realidades da sociedade urbana e o rural, devido ao caráter originário agroexportador da maioria dos países da América Latina. Dessa forma, a heterogeneidade da estrutura produtiva na região auxilia no entendimento não só na concentração de renda, como na diferença de padrões de consumo de cada estrato social.

Os primeiros regimes democráticos após o período ditatorial na América Latina governaram uma região que recentemente havia passado por profundas transformações, principalmente em razão da industrialização iniciada nos anos 1930: entre 1945 e 1980, a população havia ficado 2,5 vezes maior, a taxa média anual de crescimento foi de 2,7% e, entre 1950 e 1981, o PIB quintuplicou em termos reais, a renda per capita aumentou de 420 para 960 dólares e a expectativa de vida saltou dos 50 para os 60 anos (BANCO MUNDIAL, 1984). Esse novo cenário implicou a necessidade de novas medidas econômicas e estratégias públicas e, como consequência, os hábitos de consumo de cada país foram reformulados. Posto isso, a sequência da seção será responsável por detalhar a trajetória de consumo da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai para que, posteriormente, seja possível estabelecer uma relação com o contexto político de cada país e as medidas distributivas adotadas por seus governos.

4.4.1 Consumo na Argentina

O esgotamento do modelo primário exportador argentino, o qual vigorou durante os primeiros anos da sua formação nacional e resultou em um crescimento de indicadores econômicos e sociais (DÍAZ-ALEJANDRO, 1983), obrigou o país a adotar novos rumos para a sua economia. A industrialização voltada ao mercado interno foi a principal estratégia adotada, em concordância com as ideias cepalinas de diversificação da economia e ampliação de um mercado que previamente se limitava ao meio agrário. Esse período pré-Segunda Guerra teve Perón como o grande líder argentino e essa nova lógica econômica trouxe consequências diretas para o mercado consumidor. “A gestão que se inicia em 1946 apresenta resultados surpreendentes no que tange à expansão do consumo e da atividade” (HAINES, 2008), ou seja, os mecanismos utilizados não só impulsionavam a industrialização, como também fomentavam o consumo interno. O período dourado do Peronismo, entre 1946 e

1948, apresentou um aumento do consumo em 18% e uma inversão de 60% (RAPOPORT, 2005).

Entretanto, Perón conclui o seu segundo mandato em uma situação de estagnação econômica no país, fazendo com que os governos seguintes necessitassem adotar novas estratégias. Até o golpe militar de 1976, a questão do consumo interno foi posta em primeiro lugar, antes mesmo da necessidade de crescimento econômico (FANTINEL; LENZ, 2014) Os salários, que estavam congelados desde 1956, foram aumentados em 60% e os setores de produção de bens intermediários e de bens de consumo duráveis ganharam grande dinamismo (FAUSTO; DEVOTO, 2004).

Durante a década de 60, confirmou-se uma tendência, perceptível desde meados da década de 40, que marcava uma diminuição dos gastos básicos da população urbana — moradia e alimentação. Houve um incremento do consumo considerado excedente, ou seja, compra de bens duráveis e de serviços de saúde e educação, principalmente os bens gerados pela nova fase de industrialização. (FANTINEL; LENZ, 2014, p. 28).

Este momento de crescimento industrial foi freado pela tomada de poder pelos militares, alterando novamente a configuração dos padrões de consumo da sociedade argentina. O período de declínio do setor industrial teve início em 1976 e acabou em 1983. Hirschmann (1986, p. 6) afirma que “em um curto espaço de tempo, a força de trabalho industrial encolheu em mais de 10%, de 1.525.000 trabalhadores em 1974 para 1.360.000 em 1985” e completa apontando que alguns setores específicos foram mais afetados que outros:

Entre os setores mais gravemente afetados, estavam não só os fabricantes tradicionais de bens de consumo, como têxteis e calçados, mas também os de certos bens duráveis tecnologicamente avançados — como os televisores coloridos [...] —, que haviam tido um início promissor e estavam desenvolvendo seus próprios projetos, com características específicas, e estabelecendo redes de fornecedores locais e de serviços. (HIRSCHMANN, 1986, p. 6).

Ao mesmo tempo desse retrocesso na produção industrial, as reformas econômicas argentinas abriram o mercado de importações e geraram um *boom* de consumo, principalmente de consumo de bens duráveis provindos do exterior. Esse período ficou conhecido como *Plata Dulce* e inseriu na sociedade argentina a possibilidade de acesso ao consumo. Entretanto, a partir do início dos anos 1980, a inflação e a desvalorização monetária acabaram com o período de bonança (HAINES, 2008), fazendo com que as consequências dessa dependência externa fossem sentidas na década de 1990 e o consumo no país se reduzisse drasticamente.

Com o objetivo de mitigar os efeitos da hiperinflação, foram adotadas algumas medidas heterodoxas, ancoradas em quatro principais pontos: substituição da moeda nacional (uma unidade da moeda nova corresponde a 1.000 da antiga), congelamento de preços e salários, dispensa de empréstimos do Banco Central e ajustes de pagamentos futuros (HIRSCHMANN, 1986). Entretanto, esse plano de conversibilidade se mostrou muito suscetível aos choques externos e “induziu a cristalização de um padrão de crescimento baseado na expansão do consumo privado em um ritmo superior à variação da renda, financiado com crescente endividamento externo” (FERRARI; CUNHA, 2008, p. 3). Os autores ainda complementam que “o segundo elemento de importância da conversibilidade, é que esta esteve associada a um *boom* de consumo ‘moderno’ que o país não experimentava desde a “*plata dulce*” de 1979-1980” (FERRARI; CUNHA, 2008, p. 15).

Os efeitos das medidas neoliberais adotadas na década de 1990 foram sentidos no início dos anos 2000, com uma crise econômica, diminuição da confiança no governo e, conseqüentemente, maior instabilidade social no país. Visando a conter os efeitos da crise, o governo reformou a legislação trabalhista, reduziu os salários dos servidores públicos e aumentou a arrecadação.

Quadro 5 - Dados Econômicos da Argentina entre 1999 e 2002

	1999	2000	2001	2002
PIB anual em milhões de dólares	283,523	284,203	268,696	102,040
Crescimento anual do PIB em porcentagem	-3	-1	-4	-11
PIB per capita anual em dólares	7,759	7,696	7,203	2,710
Crescimento anual do PIB per capita em porcentagem	-4	-2	-5	-12
Taxa de desemprego em % da população economicamente ativa	14	15	17	20

Fonte: Vianini (2012, p. 69).

A taxa de desemprego aumentou, o PIB caiu e o caos econômico atingiu seu auge em 2002. A inflação chega a 40% e, em decorrência do confisco bancário, não só os setores mais pobres estavam sem dinheiro como a classe média estava com dinheiro preso e desvalorizado nos bancos. Inúmeras empresas faliram e a população se encontrava com pouca moeda e sem nenhum poder de compra (ROQUE, 2013). Essa situação colocou em cheque a credibilidade

do governo, mas, pela primeira vez na história do país, a saída encontrada se manteve nas vias democráticas.

4.4.2 Consumo no Brasil

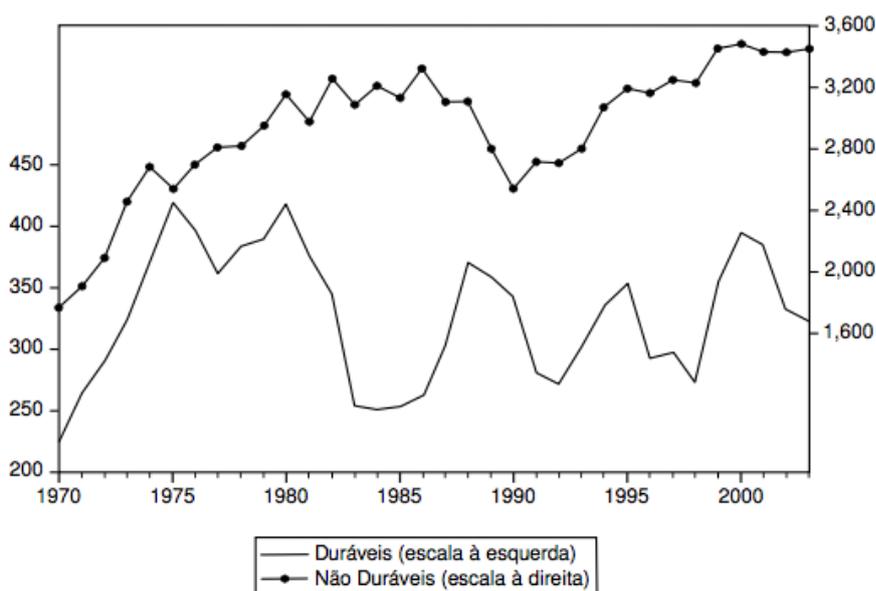
Entre os anos de 1968 e 1973, quatro anos após a instauração da ditadura, o Brasil passou por um período de acelerado crescimento econômico, chamado de Milagre Econômico. De acordo com Cano (2004, p. 226), a época é tachada de milagre “devido às altíssimas taxas médias de crescimento do PIB (9,3%) e da indústria de transformação (12,5%), forte elevação da taxa de investimento e de emprego, além das profundas alterações estruturais disso recorrentes.” O fortalecimento econômico foi usado pelos militares como uma forma de legitimar o seu governo e ganhar apoio da opinião pública. A fim de obter esse reconhecimento, Delfim Netto aproveitou o bom momento do cenário internacional e a capacidade ociosa do setor produtivo para institucionalizar uma política econômica expansionista, com um sistema de subsídios para diferentes setores da economia e com uma estrutura de controle monetário (LUNA; KLEIN, 2014). As transnacionais foram beneficiadas, o perfil da demanda se condicionou aos bens duráveis, houve um aumento de captação de poupança no exterior e a composição da cesta de bens de consumo deu espaço para bens mais sofisticados no lugar de produtos mais essenciais. Entretanto, o problema da desigualdade de renda, com origem estrutural no Brasil desde o seu período agrário, se acentuou: a concentração de renda não resultou em mais poupança, mas sim na transferência de recursos do consumidor de baixo nível para o consumidor de um estrato social mais elevado (FURTADO, 1982).

Entretanto, as consequências das medidas adotadas durante o período ditatorial foram sentidas, principalmente, nos primeiros períodos de abertura democrática. O final dos anos 1970 e início de 1980 desaqueceram o mercado que até então estava aquecido pelo aumento de poder de consumo da classe média e problemas internacionais acentuaram as condições domésticas. O principal fator externo do período pós-Milagre Econômico foi a chamada Crise do Petróleo. O aumento feito pela OPEP de 400% no preço do petróleo impactou principalmente os países periféricos e freou os índices de crescimento do Brasil. Para contornar a grave situação econômica internacional da época, a qual havia aumentado a dívida externa brasileira, o governo lançou o II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento). Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2013, p. 402) sintetizam as estratégias do plano:

O plano significou uma alteração completa nas prioridades da industrialização brasileira do período anterior (Milagre): de um padrão baseado no crescimento do setor de bens de consumo duráveis com alta concentração de renda, a economia deveria passar a crescer com base no setor produtor de meios de produção – bens de capital e insumos básicos.

Apesar disso, o fortalecimento industrial ocorreu concomitantemente ao período de altas do petróleo e, principalmente na segunda metade dos anos 1980, o Brasil, “já a maior potência industrial do continente latino-americano, consolidou e ampliou vigorosamente sua liderança (industrial)” (HIRSCHMANN, 1986, p. 8). O processo de industrialização resultou no aumento de oferta de empregos e na urbanização do país, refletindo diretamente no mercado consumidor como no consumo alimentício: do início dos anos 1970 até os anos 2000, o consumo de alimentos básicos abriu espaço para o de industrializados (IBGE, 1991).

Gráfico 6 - Evolução dos gastos em bens duráveis x não duráveis no Brasil (consumo real per capita em reais)



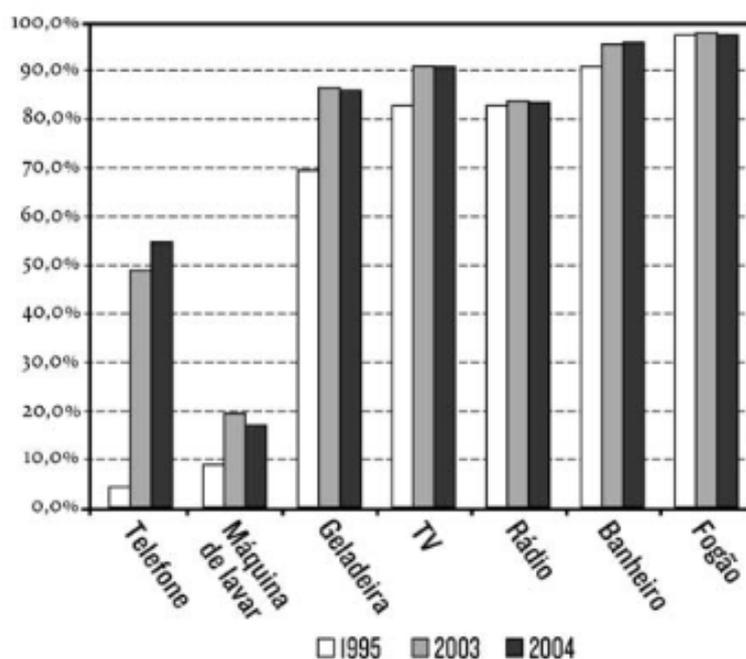
Fonte: Gomes (2012, p. 282).

Pode-se verificar um crescimento a longo prazo da série de não-duráveis, mesmo que essa tendência se altere no início de 1990. Essa alteração no padrão de consumo pode ser explicada pelo confisco da poupança decorrente ao Plano Collor I, contribuindo para a redução de consumo. Já os bens duráveis não apresentam essa regularidade de crescimento, mas vale se atentar à queda durante a década de 1980, quando o Brasil viveu uma estagnação econômica, e nos anos 1990, manteve-se o câmbio fixo apreciado com a estabilização objetivada por meio do Plano Real (GOMES, 2012). Durante o início dessa última década, o

país afundou em um cenário de hiperinflação, resultando em um poder de compra limitado e uma corrosão sistemática dos salários reais. Entretanto, a situação melhorou com o Plano Real, consolidando a participação da classe média no consumo, principalmente no mercado de itens importados.

Os anos 2000 marcam o consumo no Brasil pelo maior acesso ao crédito por estratos de renda mais baixos que a classe média (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2013). Esse fenômeno pode ser visto durante as últimas décadas na sociedade brasileira com a ascensão da chamada classe C. Mesmo que possuam um nível de renda inferior aos indivíduos da classe A e B, a classe C usufrui dos benefícios que antes não tinha, como aumento da renda e melhores oportunidades de trabalho.

Gráfico 7 - Evolução do consumo de bens selecionados entre as famílias com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo mensal. 10 Regiões Metropolitanas, 1995, 2003 e 2004



Fonte: Torres, Bichir e Carpin (2006, p. 18).

O Gráfico 5 evidencia que o início dos anos 2000, através de políticas públicas inclusivas e transferências monetárias, apresentou um aumento do consumo de bens não-duráveis e expandiu esse acesso aos setores mais pobres da população. A classe média também sentiu os efeitos positivos do período de crescimento econômico, mas o período evidenciou que, para compreender o consumo do país, deve-se considerar o aumento do poder de compra de classes menos ricas da sociedade, por conta do seu tamanho e da estruturação da

sociedade brasileira (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2013). A situação econômica favorável do país, a qual se refletia diretamente nos padrões de consumo das famílias, foi posta em cheque no final dos anos 2000, quando o país adentrou uma forte recessão que impactou todos os setores da população.

4.4.3 Consumo no Chile

Assim como nos demais países da América Latina, a crise de 1930 resultou em um processo de industrialização no Chile. A partir dessa década, a demanda interna estava menos dependente da exportação.

La industrialización pudo hacer se hegemónica como política, más que por razones exclusivamente económicas, por el peso de los grupos obreros y médios interesados en el desarrollo industrial. Así pudo imponer se el capital industrial e imponer la industrialización bajo la protección estatal. (GEISSE; VALDIVIA, 1978, p. 17).

A fase de industrialização chilena foi crucial para moldar o consumo do país. A demanda começou a se concentrar em Santiago e “los patrones de consumo prevalecientes llamaban al establecimiento de industrias e infraestructura urbana basadas em tecnología importada capaz de sustituir bienes antes producidos em el extranjero” (GEISSE; VALDIVIA, 1978, p.18). Entretanto, se as indústrias foram a base de sustentação do desenvolvimento nacional, a partir de 1973 a situação se modificou com a tomada de poder pelos militares. O modelo de bem-estar social baseado no consumo e em uma cultura de emulação de padrões estabelecidos em países mais ricos abriu espaço para a escola neoliberal-militar, a qual iniciou um processo de desregulamentação, liberalização de mercados e privatização de empresas (GOMA, 1989).

Além de frear o projeto industrial, os governos militares abdicaram das máximas defendidas por Allende, como a defesa dos interesses das classes pobres, a necessidade de reforma agrária e o nacionalismo. Ao assumirem o controle econômico e baseados nas ideias dos Chicago Boys, o diagnóstico foi de que a inflação que assolava o país era derivada da demanda e a estratégia adotada foi de reduzir no primeiro ano do governo a circulação da moeda com o objetivo de conter o consumo, dado que: “Entre 1976 y 1979 la economía chilena vivió una saludable expansión liderada por las exportaciones, la que culminaría em el boom de inversión y consumo de los años 1980-1981” (FONTAINE, 2019, p. 250).

A promessa de Pinochet, de que de cada sete cidadãos chilenos, um teria automóvel; de cada cinco, um teria televisão e de cada sete, um teria telefone se concretizou, porém, a

forma com que foi atingida trouxe consequências sentidas principalmente nos primeiros anos de democracia. O Chile abriu espaço para a restauração democrática apresentando altos níveis de consumo e de endividamento:

Em efecto, la instalación de la sociedad de consumo fue de la mano –em los ochenta y noventa- de una severa expansión de los créditos de consumo y el endeudamiento. Según um estudio del PNUD en Chile (1996) a mediados los noventa los deudores de los sectores socioeconómicos A y B, podían pagar todas sus deudas en 5 meses; los del sector C1 en 16 meses; los grupos C2 y C3, donde se acumulaban el 69% de todas las deudas del consumo em Chile, solo podrían pagar el total adeudado en 28 y 26 meses respectivamente (MARÍN, 2015, p.3).

Entretanto, cabe ressaltar que a constituição chilena atual ainda é legado de Pinochet e que, diferentemente dos outros casos latino-americanos, a herança militar não foi tão negativa para a economia. Esse foi um dos motivos que fizeram com que o primeiro governo democrático, liderado por Alwyn, ficasse conhecido como “período de graça” no país (GARRETON, 1992). Os governos democráticos que sucederam ao regime de Pinochet trouxeram índices econômicos bastante favoráveis, na medida em que conciliavam um modelo de mercado com o incentivo aos programas de bem-estar social, através de ajustes fiscais. Os anos de 1990 apresentam um aumento gradual do preço do dólar, passando de 304,9 em 1990 e chegando a 634,9 em 2001 (BANCO CENTRAL DE CHILE, 2002). Isso se refletiu em um forte crescimento das importações e a chegada de produtos internacionais na cesta de bens de consumo, principalmente aqueles que incorporavam altos níveis de tecnologia. Além disso, o mercado chileno foi fortemente influenciado pela sua situação socioeconômica e chegou nos anos 2000 com 9% da sua força de trabalho desempregada, em torno de um milhão de pessoas vivendo abaixo do nível da pobreza e um endividamento de 700.000 famílias (BANDEIRA, 2002). A classe média foi fortemente afetada e o retorno do seu poder de compra apenas se deu na segunda metade dos anos 2000.

4.4.4 Consumo no Uruguai

Estudar a trajetória de consumo uruguaia implica considerar algumas características que o diferem do restante da América Latina. É na industrialização, por exemplo, que se encontra uma primeira causa estrutural peculiar: ela ocorreu previamente a da maioria dos países vizinhos, entre 1930 e 1959. O período foi o de maior índice de qualidade de vida e de crescimento econômico, mas durou apenas até a metade da década de 1950 (ARNABAL; BERTINO; FLEITAS, 2013). Um dos motivos desse esgotamento precoce foi o tamanho

reduzido do mercado interno uruguaio que, mesmo com as tentativas de fomentar a demanda interna durante a Segunda Guerra Mundial, através de aumento de salários e subsídios, limitou o desenvolvimento industrial.

Durante o regime militar, o reduzido mercado interno fez com que muito do esforço produtivo se voltasse para a exportação, o que trouxe resultados a curto prazo (ODDONE, 1989). A população uruguaia sentiu tais oscilações e, durante o período ditatorial, passou por mudanças drásticas: em 1980 o país estava com um crescimento de produção, diminuição do desemprego e maior acesso à moradia e bens de consumo duráveis; em 1982 o modelo monetarista caía completamente e em 1984 o país entrava em uma crise econômica com queda da produção e renda, além de altos níveis de desemprego.

A redemocratização do país se deu com a eleição de Julio María Sanguinetti, o qual utilizava o lema “*um cambio en paz*”. Esse processo transicional foi gradual e apenas em 1990 pode-se verificar mudanças drásticas na economia uruguaia: Jorge Batlle, seu sucessor, iniciou um processo neoliberal no país. Assim como nos seus países vizinhos, “the advance of neoliberalism in the last quarter of the twentieth century transformed the material culture of [...] societies” (CHOUHY, 2006, p. 2). A partir de então, os uruguaio passaram a adotar padrões de consumo de países mais desenvolvidos e criaram uma nova lógica social de consumidor-cidadão.

Entre 1990 e 1999, a parcela de consumo privado no PIB cresceu de 70 para 73%, assim como o número de produtos importados nas prateleiras uruguaias, que passou de 2,6% em 1991 para 4,5% em 1999. Esse cenário se apresenta como uma resposta ao aumento do poder de compra do peso, o crescimento do setor de turismo no país e o controle da inflação (BRUM; CARBALLO; INDUNI, 2012). Os anos 2000 representaram não só um ano de eleições para os uruguaio, como também foi quando o país iniciou o seu período de recessão. Dessa forma, os desafios dos governos não se resumiam mais em garantir a democracia no país, como também ajustar indicadores econômicos e, conseqüentemente, melhorar a condição de vida dos seus cidadãos.

4.5 RESUMO DO CAPÍTULO

- a) A **Teoria Geral de Keynes** foi o primeiro estudo que considerou o consumo como determinado pela renda disponível corrente. Para Keynes (1936), o consumo é entendido como uma função estável da renda e a quantidade que uma sociedade consome é afetada por fatores objetivos, subjetivos e, principalmente,

pelo montante da renda. Keynes (1936) argumenta que os mais ricos tendem a poupar mais que a população mais pobre, fazendo com que o consumo da classe mais baixa tenha um padrão mínimo, próximo ao nível de subsistência;

- b) a **Teoria Geral de Keynes** defende que a propensão a consumir é substancialmente estável e que a distribuição da riqueza varia lentamente, resultando em uma alteração da propensão a consumir apenas a longo prazo;
- c) **Kalecki (1977)** defende que o consumo e a renda podem variar de maneira divergente a longo prazo. Assim como Keynes (1936), o autor argumenta que a renda disponível é a principal variável que influencia o consumo. Além disso, o modelo de Kalecki (1977) é pioneiro ao defender que a propensão ao consumo dos trabalhadores é maior que a dos capitalistas;
- d) Duesenberry (1949) estabelece uma relação entre consumo e renda relativa, assumindo que a interdependência das preferências individuais orienta o comportamento de consumo. O estudo do comportamento de consumo através da introdução de variáveis não-econômicas resultou na **Hipótese da Renda Relativa**. Essa teoria propicia a explicação das diferenças nas propensões ao consumo e à poupança entre indivíduos de grupos distintos, porém com a mesma renda absoluta e defende que o estudo do consumo deve considerar o caráter social dos padrões de gasto e a cultura da sociedade na qual a família ou o indivíduo está inserido;
- e) Veblen (1918) argumenta que os indivíduos são capazes de manter o seu consumo mesmo com desigualdade de renda. O autor, que inspirou Duesenberry (1949) e outros teóricos adeptos da **Hipótese da Renda Relativa**, defende que o consumo não se propõe a sanar necessidades primárias e a compra de bens de luxo supre a necessidade da classe mais favorecida de se destacar ao obter produtos mais caros e mais desejados;
- f) o cenário pós-Segunda Guerra Mundial abre espaço para uma teoria focada na renda permanente através da aceitação da existência de um horizonte a longo prazo que baliza os comportamentos dos indivíduos. A partir de então, a **Hipótese da Renda Permanente** começa a ser debatida e tem como defensor Friedman (1957). Para o autor, os indivíduos se comportam de forma que preferem um fluxo de consumo estável do que oscilações entre fartura e escassez;

- g) desenvolvida principalmente por Modigliani (1986), a **Teoria do Ciclo de Vida** consiste na ideia de que os indivíduos fazem previsões de consumo de acordo com os horizontes dados pelo ciclo de vida e alocam a sua poupança para corresponder aos seus padrões de consumo ao longo desta trajetória;
- h) os padrões de consumo podem ser entendidos a partir da estrutura do mesmo, como, por exemplo, a composição entre **bens duráveis e não-duráveis**. Um exemplo disso é o fato que o acesso ao crédito é um forte influenciador do consumo de bens duráveis, enquanto o mercado dos não-duráveis tem maior relação com a renda e com a inflação;
- i) na Argentina, o **retrocesso na industrialização durante o governo militar** fez com que a indústria nacional se enfraquecesse e ocorresse um aumento de produtos importados na cesta de consumo das famílias argentinas, principalmente de bens duráveis. Entretanto, a hiperinflação fez com que os primeiros regimes democráticos adotassem novas medidas que resultaram em uma **drástica redução do consumo**. Foi a partir do Plano de Conversibilidade que o consumo voltou a crescer, através da expansão do consumo privado em um ritmo superior à variação da renda. Entretanto, a crise de 2001 não só permitiu reformar a legislação trabalhista, como também reduziu os salários e gerou uma diminuição no poder de compra dos cidadãos argentinos;
- j) mesmo que o Milagre Econômico Brasileiro tenha propiciado um aumento de consumos de bens de luxo e de bens duráveis no país, **a concentração de renda não resultou em mais poupança**, mas sim na transferência de recursos do consumidor de baixo rendimento para o consumidor de um estrato social mais elevado. O segundo PND alterou os padrões de consumo que vigoravam, focando em um **crescimento através de bens de capital e insumos básicos**. Os primeiros anos de redemocratização foram marcados por um aumento no consumo de bens industrializados e, durante os anos 2000, percebe-se um **aumento do poder de compra da classe C brasileira**;
- k) no caso chileno, uma das primeiras **medidas neoliberais** adotadas foi a redução da circulação da moeda com o objetivo de conter o consumo. Entretanto, nos anos seguintes o poder de compra da população aumentou a partir de uma severa expansão do crédito e um maior endividamento. Os primeiros governos democráticos foram marcados por um **forte crescimento das importações e a**

chegada de produtos internacionais na cesta de bens de consumo, principalmente aqueles que incorporavam altos níveis de tecnologia. O aumento do desemprego no início dos anos 2000 impactou os níveis de consumo dos chilenos e, somente na segunda metade dos anos 2000, a classe média retomou o seu poder de compra;

- I) o Uruguai possui como peculiaridade o seu **reduzido mercado interno**, fazendo com que o país durante o regime autoritário se voltasse para a exportação. Os resultados desse regime foram drásticos: em 1980 o país estava com um crescimento de produção, diminuição do desemprego e maior acesso à moradia e bens de consumo duráveis; em 1982 o modelo monetarista caía completamente e em 1984 o país entrava em uma crise econômica, com queda da produção e renda, além de altos níveis de desemprego. Durante os anos 90, o consumo privado no país cresceu 3p. p. e um aumento de produtos importados. As consequências das políticas neoliberais fizeram com que, a partir dos anos 2000, o Uruguai iniciasse um período de recessão econômica.

5 REGIME POLÍTICO E PADRÃO DE CONSUMO: EXISTE UMA RELAÇÃO?

A hipótese levantada neste trabalho é a de que existe uma relação entre democracia e os padrões de consumo, passando pela variável da redistribuição de renda. A fim de verificar tal correlação, os primeiros capítulos foram responsáveis por uma análise teórica e histórico-descritiva, adentrando nos conceitos econômicos e políticos e associando os achados à situação latino-americana. Estabelecido esse estudo sobretudo qualitativo, abre-se espaço para um exame através de uma outra ótica: a de análise de dados e indicadores. O presente capítulo será responsável por aplicar uma metodologia quantitativa para mensurar as três variáveis apresentadas – democracia, distribuição de renda e padrões de consumo – nos países até então estudados e verificar a possível relação entre elas. Feito tal levantamento, o cruzamento de dados permitirá concluir preliminarmente se existe uma possível relação de causa-efeito entre a variável a ser explicada e variável explicativa nos países selecionados.

Primeiramente, os bancos de dados e os indicadores escolhidos para cada um dos conceitos serão delimitados, a fim de estabelecer parâmetros e uma estrutura que possibilite ser replicada em casos distintos. A partir de tal alinhamento, os dados de cada país serão levantados e examinados, propiciando uma análise a nível doméstico e, ao combinar os achados de cada região, a nível regional. Com isso, será possível verificar a existência de padrões e compreender as diferenças e peculiaridades de um Estado para o outro.

5.1 DADOS E INDICADORES

O grande desafio de transformar dados qualitativos em indicadores numéricos é o fato de que o caráter quantitativo pode vir a excluir movimentos importantes que só são entendidos através da análise empírica e contextual. Por esse motivo, os indicadores aqui escolhidos são apresentados posteriormente às análises qualitativas desenvolvidas nas primeiras seções do presente trabalho, ou seja, serão analisados considerando seu contexto, implicações e peculiaridades.

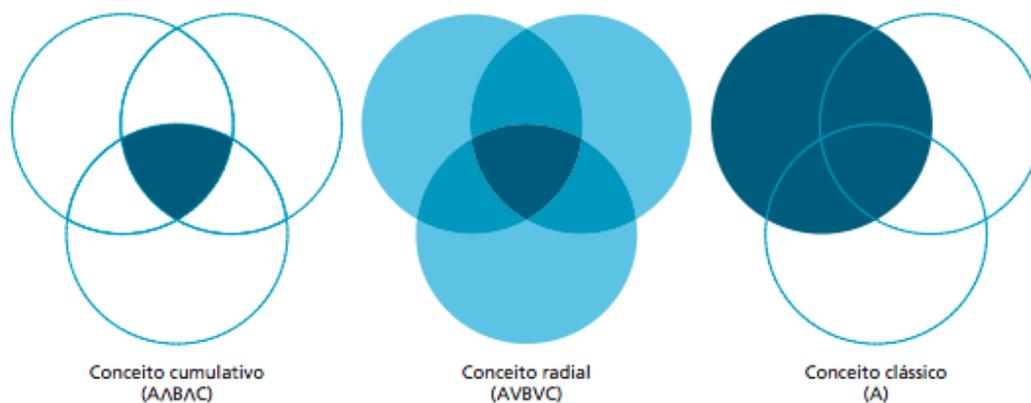
No que tange ao estudo da democracia, serão utilizados indicadores para verificar duas variáveis: a intensidade da democracia na sociedade de cada época e o grau de consolidação democrática resultante nos países escolhidos. Para a quantificação da distribuição de renda, o coeficiente de Gini será analisado. Por fim, o padrão de consumo aparece como a variável mais abrangente para ser resumida em somente um indicador e, para fins de quantificação, o presente trabalho utiliza o consumo per capita.

A partir do levantamento desses dados sobre Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, serão propostas duas análises: a primeira a nível nacional e a segunda a nível regional. Os dados analisados em cada Estado proporcionarão uma tendência negativa ou positiva da influência do período político democrático nos padrões de consumo do país. Posteriormente, o método de análise comparativa proporcionará que os achados de cada região sejam estudados concomitante aos dos outros três países a fim de obter achados no nível regional, considerando a posição periférica dos quatro países latino-americanos estudados.

5.1.1 Democracia

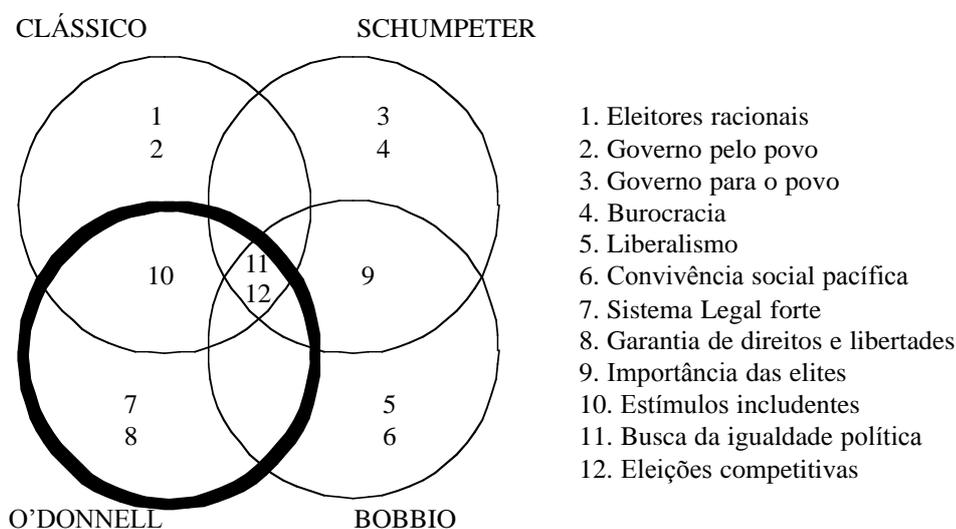
Como previamente analisado, o conceito de democracia diverge de acordo com o ângulo sob o qual é estudado. Pode-se argumentar que o denominador comum de todas as linhas de pensamento é a existência de eleições no regime político, sendo esse o *core* do conceito (SARTORI, 1988). Entretanto, O'Donnell (1999) ainda enumera outros atributos que auxiliam na formação desse conceito cumulativo: eleições competitivas e institucionalizadas, estímulos includentes e universalistas, um sistema legal que garante os direitos e liberdades e que não possibilite que uma pessoa, papel ou instituição atue acima da lei. É a partir dessa lógica realista e restritiva que os indicadores para democracia serão escolhidos.

Pode-se adotar diferentes estratégias para delimitar determinado conceito, resultando em três tipos: conceito cumulativo, conceito radial e conceito clássico. O primeiro abrange diversos atributos que caracterizam o termo, fazendo com que o conceito só seja aceito se todos os atributos listados forem considerados. O conceito radial aceita a existência independente de diferentes características e entende que a presença de uma delas é suficiente para a conceituação, produzindo subtipos reduzidos do conceito. Por fim, o conceito clássico trabalha com um núcleo comum, objetivando chegar em um conceito que abarque os principais atributos (FONSECA, 2015). A seguir, na Figura 5, verifica-se a representação gráfica desses diferentes tipos:

Figura 5 - Estratégias de Conceituação

Fonte: Fonseca (2015, p. 13).

Partindo desse modelo, desenha-se a seguinte estratégia para definição de democracia, baseando-se nas ideias clássicas da teoria democrática e de pensadores como Schumpeter (1984), Bobbio (1996) e O'Donnell (1999):

Figura 6 - Conceituação de democracia

Fonte: Elaborado pela autora com base em Bobbio (1996), O'Donnell (1999), Sartori (1988) e Schumpeter (1984).

Como consequência da variedade de conceitos de democracia, existem diversas formas de mensurar os princípios democráticos de determinada região. Entretanto, independente da definição utilizada, todos os indicadores de democracia influenciam as decisões de políticas públicas, a checagem de fatos e a credibilidade de um país frente ao Sistema Internacional. Além de possibilitar que se verifique se um sistema é ou não democrático, os índices de democracia também investigam suas dimensões e intensidades.

Uma vez selecionado o índice que melhor reflete o conceito estabelecido, torna-se relevante verificar se existe uma amostra que responda ao período e aos países escolhidos.

Por esse motivo, o método aqui escolhido é o V-DEM, também conhecido como Variedades de Democracia. O V-Dem Institute é um instituto de pesquisa independente do departamento de Ciências Políticas da Universidade de Gothenburg (V-DEM, 2018). A partir de uma base de dados extensa e desagregada, permite que se opte por determinadas variáveis para medir o grau democrático de 177 países de 1900 até 2016. A Argentina, o Brasil, o Chile e o Uruguai estão contemplados e o recorte temporal se inicia em 1975, período em que todos os países estavam sob influência autoritária até os anos 2000, quando se encontram em um período politicamente estável e de consolidação democrática.

O índice escolhido no presente trabalho se intitula *Deliberative Democracy Index* e aborda informações sobre engajamento social, igualdade e liberdade política e qualidade do processo eleitoral, indo ao encontro do conceito realista e minimalista de O'Donnell (1999). Os resultados são expressos no intervalo entre 0 e 1, sendo 0 o nível mais baixo de democracia e o 1 o mais alto. Para chegar até o resultado, o índice agrega duas variáveis: uma deliberativa e outra eleitoral. Na primeira, são consideradas as quantidades de bens comuns que não excluem nenhuma parcela social, o engajamento da sociedade, o nível de acesso à informação, a legalidade das ações e o respeito aos contra-argumentos. Na segunda, a transparência no processo eleitoral, a liberdade de associação, liberdade de expressão e o percentual da população com direito ao voto são considerados.

O Instituto V-Dem (2018) explicita como é elaborado o *Deliberative Democracy Index*:

The deliberative principle of democracy focuses on the process by which decisions are reached in a polity. A deliberative process is one in which public reasoning focused on the common good motivates political decisions as contrasted with emotional appeals, solidary attachments, parochial interests, or coercion. According to this principle, democracy requires more than an aggregation of existing preferences. There should also be respectful dialogue at all levels from preference formation to final decision among informed and competent participants who are open to persuasion. To make it a measure of not only the deliberative principle but also of democracy, the index also takes the level of electoral democracy into account.

Os resultados obtidos no estudo da variável política proporcionam não só o entendimento do nível de democracia em cada período e governo dos quatro países, como permitem elaborar um paralelo entre o grau democrático, a situação distributiva do país e os

padrões de consumo. Em posse desses dados, o cruzamento dos mesmos abrirá espaço para a formulação de tendências e arquétipos regionais.

5.1.2 Distribuição de renda

A maior ou menor homogeneidade na distribuição de renda de um país pode ser verificada através do nível de desigualdade entre os seus indivíduos e os seus diferentes estratos sociais. Cabe ressaltar que a distribuição funcional de renda decorre de cada processo produtivo da região analisada, como as taxas de juros, lucros, salários e rendas, além do papel da política. Entretanto, por mais que cada país possua suas particularidades, os indicadores econômicos auxiliam na padronização de resultados, permitindo que seu método seja escalonado e os números comparados internacionalmente.

Como previamente levantado, existem duas formas de aferir a distribuição de renda: a funcional e a pessoal. A distribuição funcional analisa especificamente a divisão entre capitalistas e assalariados, sendo mensurada pela Participação das Rendas do Trabalho no PIB. Em contrapartida, a segunda afere os rendimentos dos indivíduos e das famílias através do Coeficiente de Gini. Esse último é o mais utilizado tanto internacionalmente quanto regionalmente, apesar de suas limitações e divergências⁴, e, por esse motivo, será o indicador escolhido para mensurar a distribuição de renda no presente trabalho.

5.1.3 Consumo

O presente trabalho utiliza o consumo real per capita real como indicador de nível de consumo nos países. Para isso, o consumo final de cada país foi dividido pela população do mesmo para cada ano com dados disponíveis. Esse indicador quando utilizado em conjunto com os dados empíricos previamente levantados sobre a trajetória de consumo nos países selecionados⁵, possibilita a avaliação nos padrões de consumo.

5.2 ANÁLISE DOS PAÍSES SELECIONADOS

A partir da definição e esclarecimentos dos indicadores utilizados, os dados de cada país serão levantados. Grande parte dos números coletados são provenientes de uma base de dados internacional e que, portanto, proporciona o mesmo tipo de mensuração para obtenção

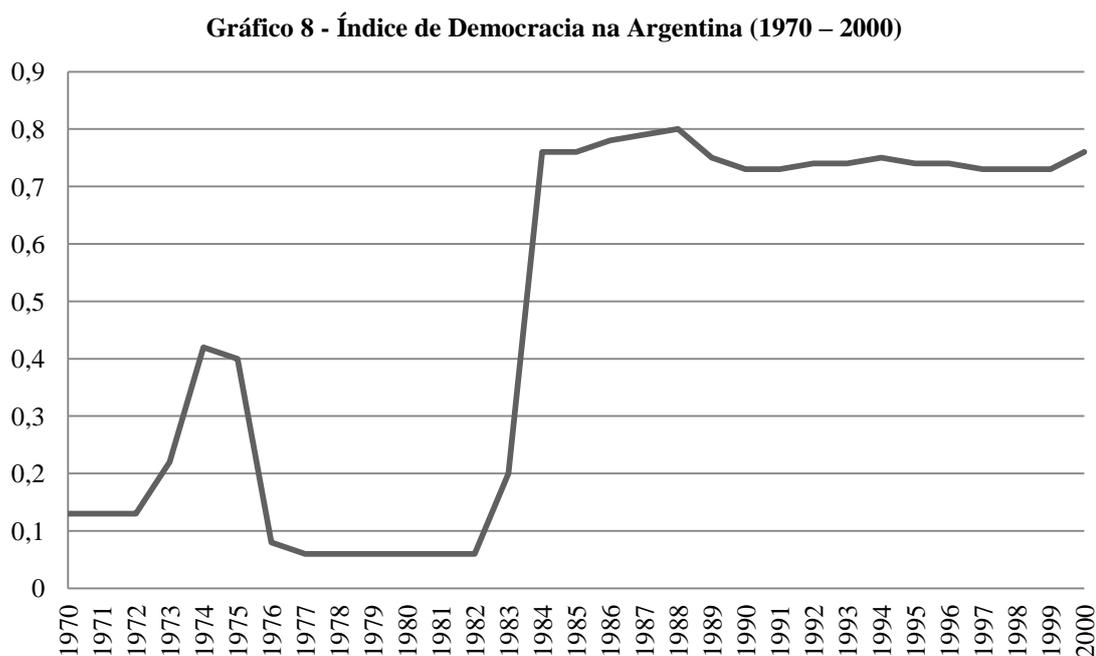
⁴ Para maiores esclarecimentos, revisitar o subcapítulo 3.1.3 Mensurando a Distribuição de Renda

⁵ Dados presentes no subcapítulo 4.4 Trajetórias de Consumo na América Latina

do dado. Os dados não contemplados em tais fontes foram ofertados por institutos de pesquisa oficiais de cada região analisada, a fim de estabelecer resultados derivados de fontes confiáveis e propícias para a delimitação comparativa. Com o intuito de obter tais informações, a seção subsequente é repartida entre os indicadores argentinos, brasileiros, chilenos e uruguaios.

5.2.1 Argentina

A última ditadura Argentina ocorreu entre 1976 e 1983, marcando o ciclo de supressão democrática no país. Através do *Deliberative Democracy Index*, é possível verificar a relação desse último regime autoritário com o seu antecessor, assim como o tempo de transição para a retomada plena da democracia. O Gráfico 8 a seguir elucida a trajetória política argentina:



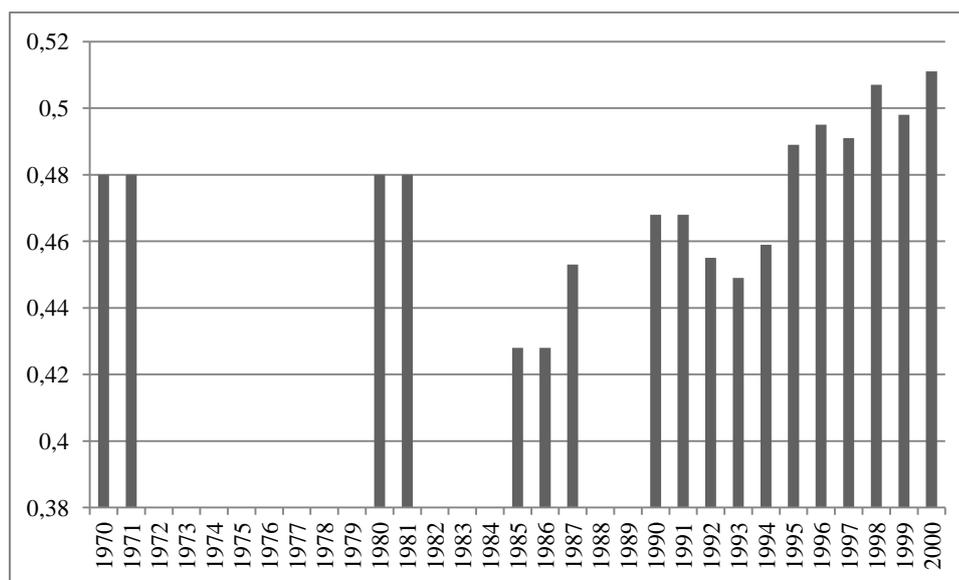
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do V-DEM (2018).

Se os últimos anos da ditadura findada em 1973 atingiram o marco de 0,13 ponto de caráter democrático, o regime militar que se sucedeu três anos após foi ainda mais autoritário, tendo apenas 0,04 ponto de condições democráticas. A transição para uma nova ditadura foi abrupta, fazendo com que o coeficiente democrático decaísse entre 1975 e 1976. A abertura e consolidação democrática coincidem com o mandato de Raúl Alfonsín, com o indicador dando um salto de 3,5 vezes entre 1983 e 1984, e estabilizando-se em uma média de 0,77 até a posse de Carlos Menem em 1989. Pode-se verificar a consolidação do regime na medida em

que, até 2000, o índice democrático permanece praticamente inalterado até o momento em que o país passa por uma grave crise fiscal e econômica e, mesmo com tais dificuldades, a democracia segue vigente no país.

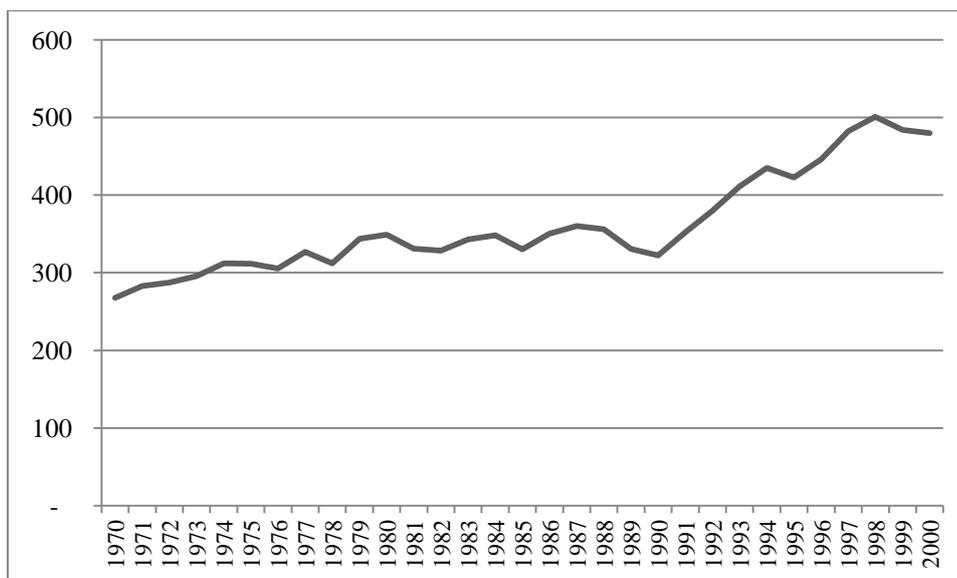
A análise da desigualdade na Argentina apresenta uma série de desafios por conta da lacuna de dados existentes para os anos 1970 e 1980. Entretanto, percebe-se que a desigualdade presente durante o governo autoritário decaiu nos primeiros anos de redemocratização. Cabe ressaltar que a reabertura democrática argentina coincide com a incidência de políticas neoliberais, iniciadas com Alfonsín e intensificadas com Menem. Tais medidas surtiram efeitos diretos no nível de distribuição de renda: durante o primeiro governo, a desigualdade aumentou mais de 7%, enquanto a transição entre Menem e De La Rúa elevou o Gini a 0,49.

Gráfico 9 - Coeficiente de Gini na Argentina (1970 – 2000)



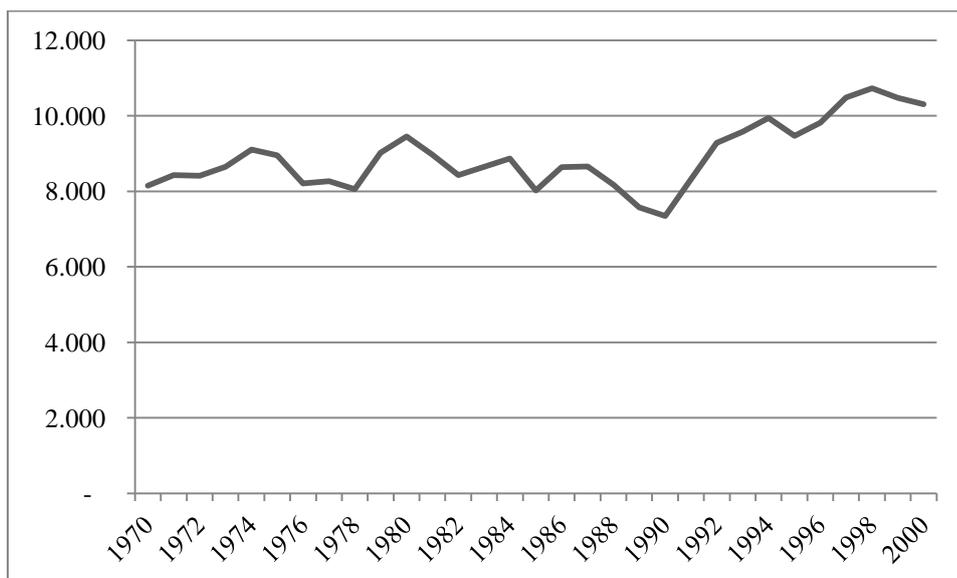
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial (2018).

Em paralelo ao aumento da desigualdade de renda, o produto argentino teve o seu maior crescimento após o Plano de Conversibilidade. Os ciclos políticos aparecem como definidores para a análise do PIB do país: em 1984, o primeiro ano do governo de Alfonsín, o produto caiu 1,57%, enquanto em 1989, ano em que o mesmo presidente necessitou antecipar as eleições e governou sob níveis altos de inflação, o mesmo indicador caiu 7,16% (BANCO MUNDIAL, 2018).

Gráfico 10 - Produto Interno Bruto Real na Argentina (1970 – 2000) (Bilhões, LCU)

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial (2018).

Mesmo que o desempenho do produto seja um indicador relevante para avaliar a performance econômica do país, existem outros dados úteis para entender como isso se reflete no consumo da população residente. O consumo per capita, por exemplo, evidencia a razão entre o nível de consumo final e a população em cada período. O Gráfico 11 abaixo mostra o comportamento desse indicador:

Gráfico 11 - Consumo per capita real na Argentina (1970-2000) (LCU)

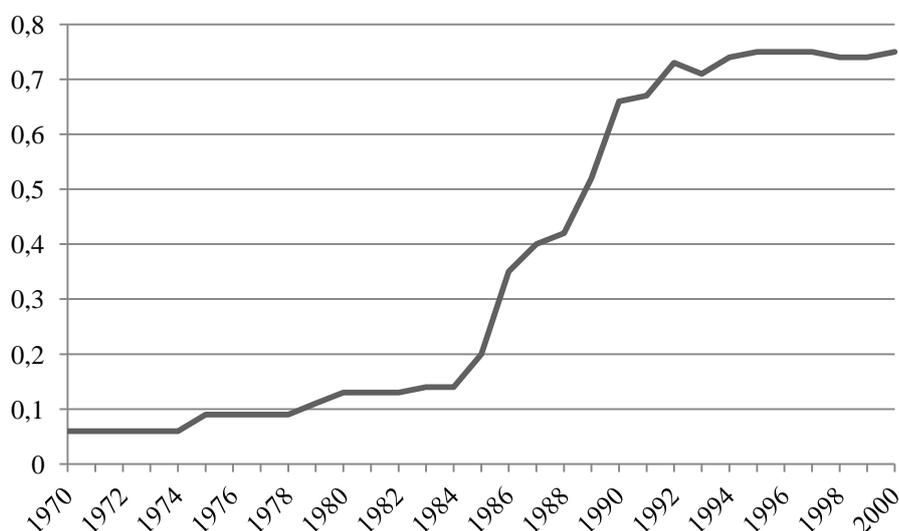
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial (2018).

Os resultados da hiperinflação são visíveis no gráfico, principalmente entre os anos 1988 e 1990. Os efeitos do Plano Cavallo podem ser verificados a partir dos anos 1990, com o acentuado crescimento do consumo per capita nos primeiros anos e uma maior estagnação até a crise de 2001.

5.2.2 Brasil

A transição para o regime democrático no Brasil se destaca pelo longo tempo de abertura política e econômica, como frisado pelo general-presidente Ernesto Geisel ao qualificar a abertura como lenta, gradual e segura. O processo teve início em 1974 e se findou em 1988, perpassando os governos de Geisel e Figueiredo. Entretanto, por mais que a redemocratização fosse posta como ponto de chegada após os anos de regime militar, verifica-se que a trajetória até a democracia não foi linear: o caso do assassinato de Vladimir Herzog, por exemplo, se sucedeu já no período qualificado como abertura política. O gráfico abaixo evidencia o caráter gradual e oscilatório da redemocratização brasileira, assim como a consolidação da democracia a partir nos anos 1990.

Gráfico 12 - Índice de democracia no Brasil (1970 – 2000)



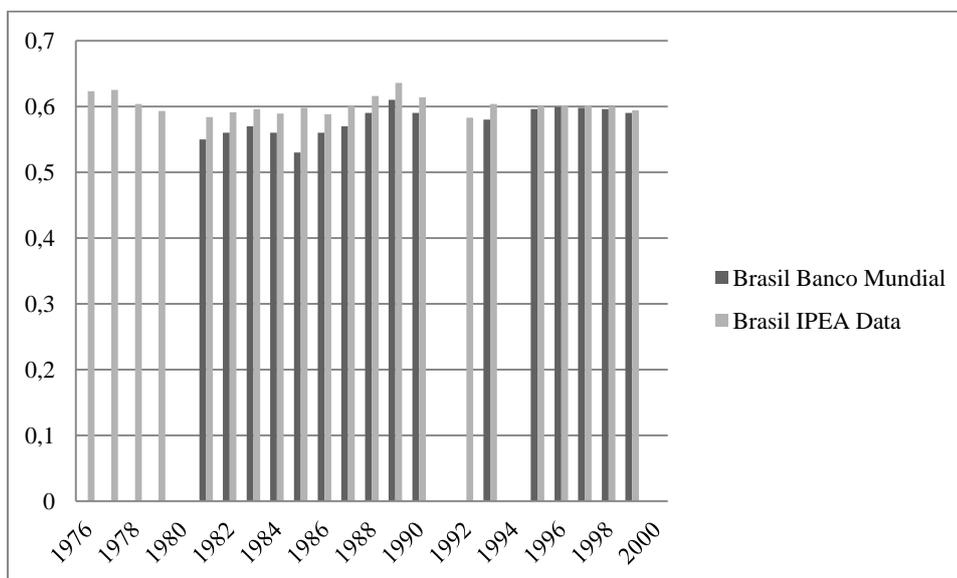
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do V-DEM (2018).

Percebe-se que o índice de democracia saltou de 0,06 em 1974 para 0,42 em 1988. Entretanto, mesmo que teoricamente o processo de redemocratização tenha se finalizado nesse último ano, verifica-se que o índice do país seguiu em ascensão, evidenciando que ainda existia a necessidade de reestabelecer diretrizes democráticas mesmo concluído o período de

ditadura. Foi somente em 1992, após o *impeachment* de Fernando Collor, que os níveis de democracia no país se estabilizaram e, durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, o índice atingiu 0,75 – o mais alto para o período estudado.

A desigualdade no Brasil passou a ser mensurada através do coeficiente de Gini em 1976, criando uma lacuna para a verificação da hipótese de que o período não trouxe benefícios homogêneos para todas as camadas sociais. Pode-se obter o indicador em duas fontes: Banco Mundial e IPEA. Percebe-se uma discrepância entre elas, mas ambas demonstram uma queda da desigualdade nos primeiros anos democráticos (BM em 1985 e IPEA em 1986) e uma estabilidade de altos coeficientes a partir de 1994 – coincidindo com a implementação do Plano Real e da adoção de medidas neoliberais.

Gráfico 13 - Coeficiente de Gini no Brasil (1970 – 2000)



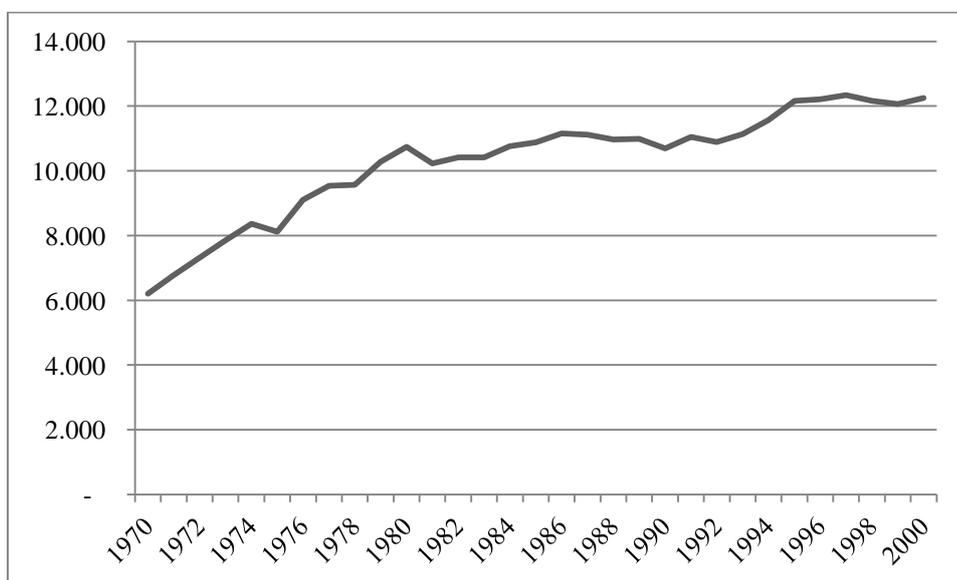
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial e IPEADData (2018).

O crescimento do produto durante o regime autoritário é perceptível, aumentando 5,27 vezes desde 1970 até 1985 e atingindo o seu auge durante o período autoritário após o chamado Milagre Econômico em 1982. Em contrapartida, esse crescimento foi acompanhado de um aumento de desigualdade de renda nos anos seguintes, herança essa que, combinada com as medidas neoliberais implementadas no país, foi sentida já no período democrático.

Gráfico 14 - Produto Interno Bruto Real no Brasil (1970 – 2000) (Bilhões, LCU)

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial (2018).

O consumo per capita também se elevou com a redemocratização, como demonstrado no Gráfico 15:

Gráfico 15 - Consumo real per capita real no Brasil (LCU)

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial (2018).

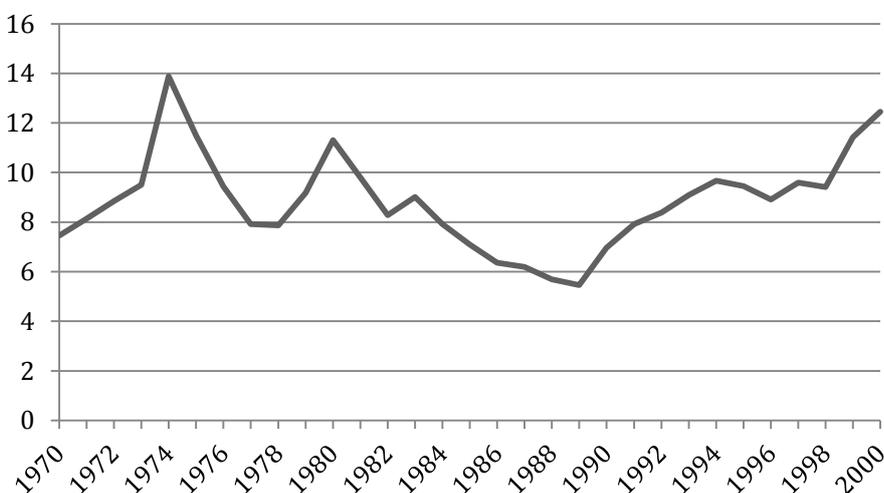
Se o consumo per capita havia aumentado no período do Milagre Econômico, foi a partir de 1985 que o mesmo apresentou uma leve queda até o início dos anos 90, quando foram implementados planos de conversão para mitigar os efeitos da depreciação da moeda. Em 1994, com a adoção do Plano Real, o consumo dos brasileiros passou por uma segunda

recuperação. Ao analisar o Gráfico 15, percebe-se uma relação entre o PIB e o Consumo per Capita, na medida em que as oscilações dos dois indicadores convergem para uma mesma trajetória. Entretanto, o ano de 1997 apresenta o maior salto do período, destacado e explicado pelo Banco Central:

Em 1997, a evolução da economia brasileira esteve condicionada, em grande medida, ao enfrentamento dos desequilíbrios provocados pela crise financeira originada nos mercados do sudeste asiático. A restrição determinada pelas alterações no contexto internacional não impediu, entretanto, que o nível de atividade econômica apresentasse desempenho favorável no ano. O crescimento de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) foi alavancado pela produção industrial, em especial pela categoria de bens de capital e de bens intermediários, *em um quadro de perda de dinamismo do setor de bens de consumo duráveis, principal vetor de crescimento da economia nos primeiros anos do Plano Real*. Os indicadores associados ao nível de investimento referendaram essa evolução, tendo ocorrido, por exemplo, crescimentos de 8,2 % e de 31,3% na produção de insumos para a construção civil e na importação de bens de capital, respectivamente (BANCO CENTRAL, 1998, grifo nosso).

Em relação aos padrões de consumo dos brasileiros, outros dois indicadores auxiliam no seu entendimento: composição de bens de consumo duráveis e não duráveis e importações. Pela primeira vez, em 1987, o consumo de bens não-duráveis superou o de duráveis, totalizando a proporção de 52% para 48% (IBGE, 1991). Analisando esse indicador através da teoria econômica previamente abordada no trabalho, entende-se que esse cenário é reflexo direto da renda e da inflação, dois fatores que impactam as decisões de consumo dos cidadãos. Além disso, as importações também se alteraram significativamente, destacando que não é possível separar importação de bens de consumo de insumos e de bens de capital, como verifica-se no Gráfico 16 a seguir:

Gráfico 16 - Importações Totais no Brasil/PIB



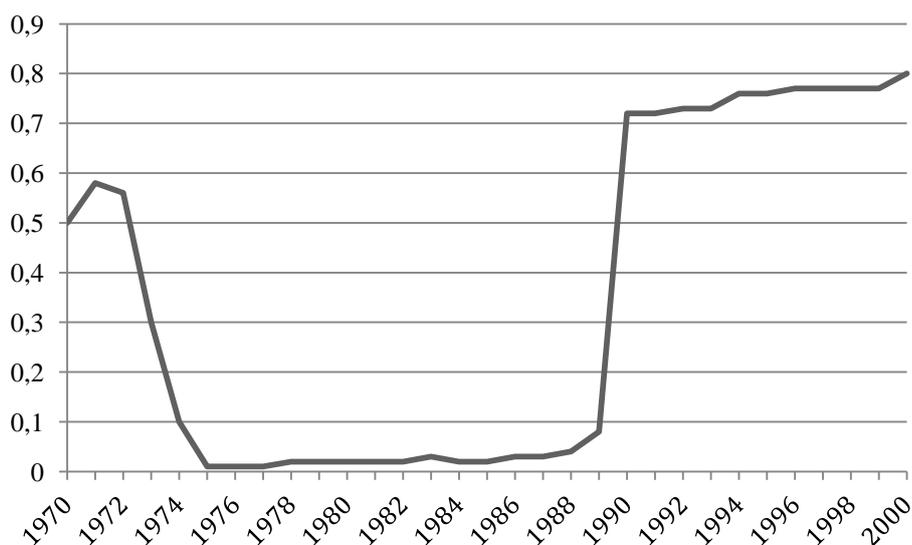
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial (2018).

Percebe-se que durante o período ditatorial, principalmente em decorrência do estreitamento de relações comerciais com os Estados Unidos, as importações atingiram 14% do PIB em 1974. Foi a partir da abertura democrática que o percentual de importações declinou, resultando em uma cesta de consumo dos brasileiros com maior composição de produtos nacionais. Entretanto, as políticas neoliberais e o movimento de globalização resultaram em um novo aumento de importações a partir de 1990, fazendo com que o consumidor, mais uma vez, pudesse adquirir produtos importados ofertados no país.

5.2.3 Chile

A ditadura chilena, como previamente verificado, é marcada pela sua extrema violência, fortes restrições de liberdades e a concentração da figura de poder em apenas um presidente. Essas características são corroboradas ao verificarmos o índice de democracia do país desde 1970 até os anos 2000. Se em 1973, quando ocorreu o golpe que depôs Allende, o marco democrático era de 0,1, foi apenas em 1990 que o índice chegou a um número mais alto que o anterior ao do regime autoritário (0,72). Desde a redemocratização, o país seguiu uma trajetória constante a caminho da democracia e essa evolução de regime político pode ser averiguada no Gráfico 17 a seguir:

Gráfico 17 - Índice de democracia no Chile (1970 – 2000)

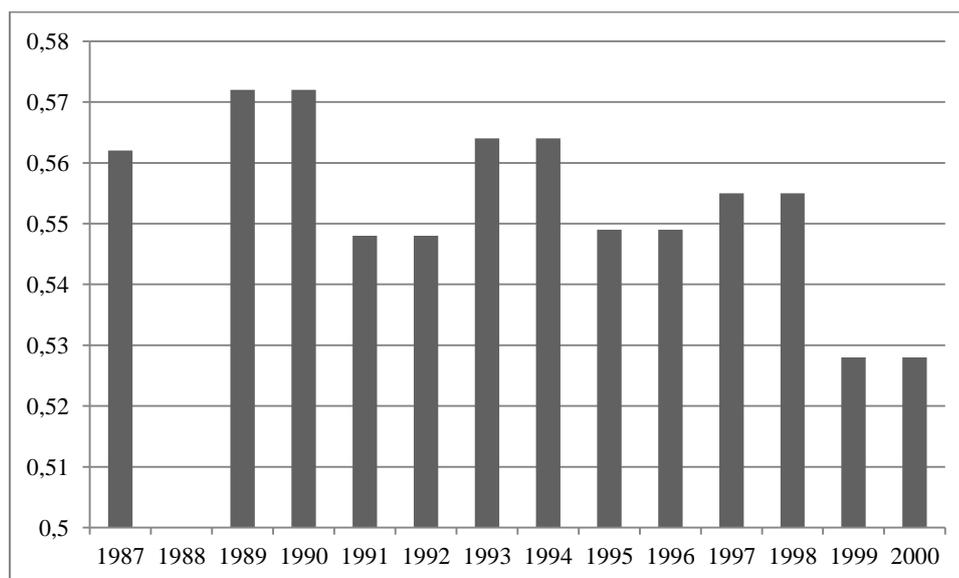


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do V-DEM (2018).

Uma das principais peculiaridades da ditadura chilena é o fato de ter sido implementada quase que concomitantemente com o neoliberalismo. Sendo precursora do

modelo na América Latina, a economia do país foi balizada pelos conceitos provindos da Escola de Chicago, rotulando o Chile como o laboratório dos *Chicago Boys*. Mesmo com a existente lacuna na sua mensuração do Coeficiente de Gini, a qual só foi feita a partir de 1987, é possível verificar que, a partir do reestabelecimento do marco democrático com a eleição de Alwyn, o coeficiente decaiu e chega na mínima do período em 2000.

Gráfico 18 - Coeficiente de Gini no Chile (1987 – 2000)



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial (2018).

Além desse indicador, pode-se verificar que a questão social chilena foi prejudicada durante o período autoritário. Os salários médios e os gastos sociais com educação e saúde, por exemplo, iniciaram uma trajetória de alta a partir da abertura democrática, aumentando ainda mais a partir dos anos 2000.

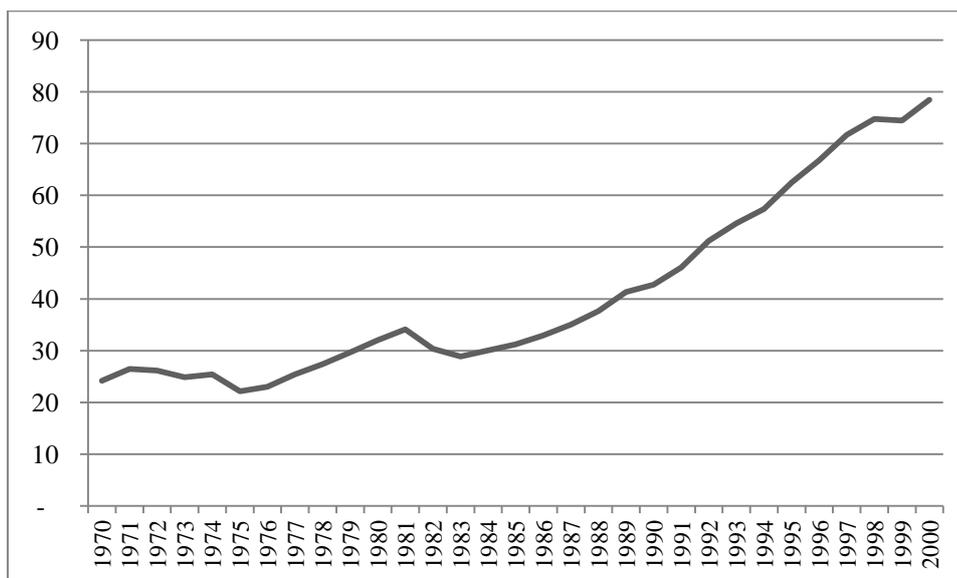
Tabela 6 - Indicadores Sociais no Chile (1970 – 2006) (índices reais, 1989=100)

	Gasto Social Público per capita			
	Salários Médios	Educação	Saúde	Total
1970	109,2	159,7	143,7	119,2
1980	97,2	141,5	118,2	107,4
1989	100	100	100	100
1997	137,8	183,4	174,4	154,5
2006	162,5	288,9	284,4	226,1

Fonte: Adaptado de Ffrench-Davis (2008, p. 12).

As medidas neoliberais também refletem no desempenho do produto interno do país. Verifica-se um crescimento substancial do PIB até a crise cambial de 1982 e uma vigorosa recuperação até a segunda metade dos anos 90, como é possível verificar no Gráfico 19 a seguir:

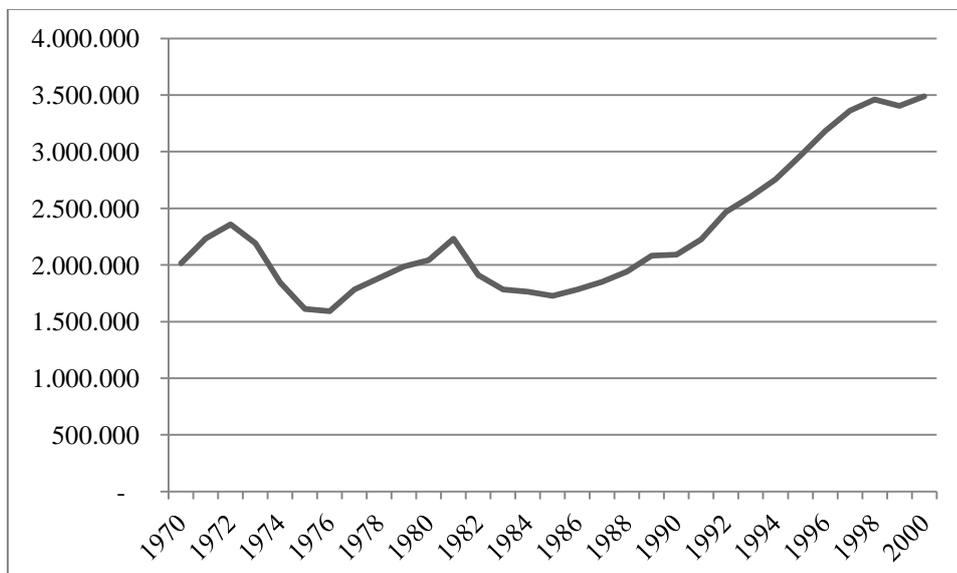
Gráfico 19 - Produto Interno Bruto Real no Chile (1970 – 2000) (Trilhões, LCU)



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial (2018).

O consumo per capita do Chile também evidencia as diferenças entre regimes políticos e, além disso, o início e o fim de ciclos econômicos:

Gráfico 20 - Consumo per capita real no Chile (LCU)



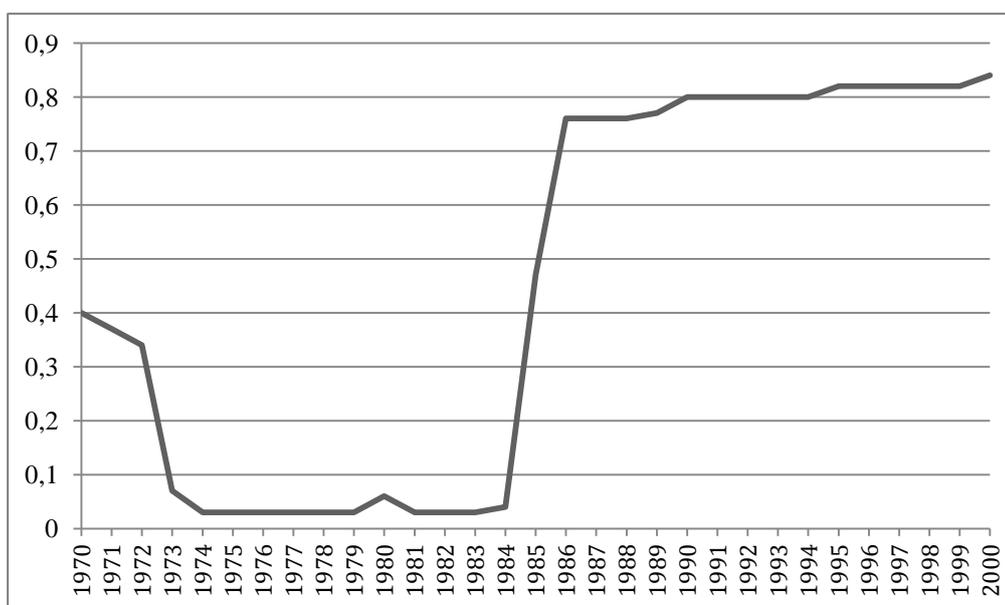
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial (2018).

Percebe-se que o nível de consumo chegou a aumentar 1,09 vez entre 1981 e 1982, coincidindo com o final do primeiro ciclo neoliberal implementado pela Escola de Chicago. Passada essa primeira fase, o período autoritário resultou em uma queda do consumo per capita, o qual retomou uma trajetória de crescimento apenas após a primeira eleição democrática.

5.2.4 Uruguai

A ditadura uruguaia se destaca por não ser exclusivamente militar, mas também conter um caráter civil. O seu início possui uma forte correlação com a situação econômica do país: desde 1955, o Uruguai embarcou em uma crise econômica e ainda na década de 60 os conflitos sociais se intensificaram. Organizações como a Convenção Nacional de Trabalhadores e os grupos de extrema-direita como o Esquadrão da Morte e a *Juventud Uruguaya de Pie* propagavam ideias polêmicas e que foram importantes catalizadoras do colapso democrático na região. Mesmo que a ditadura tenha iniciado apenas em 1973, o gráfico abaixo que analisa o índice de democracia evidencia o gradual declínio da mesma desde o início dos anos 1970.

Gráfico 21 - Índice de democracia no Uruguai (1970 – 2000)

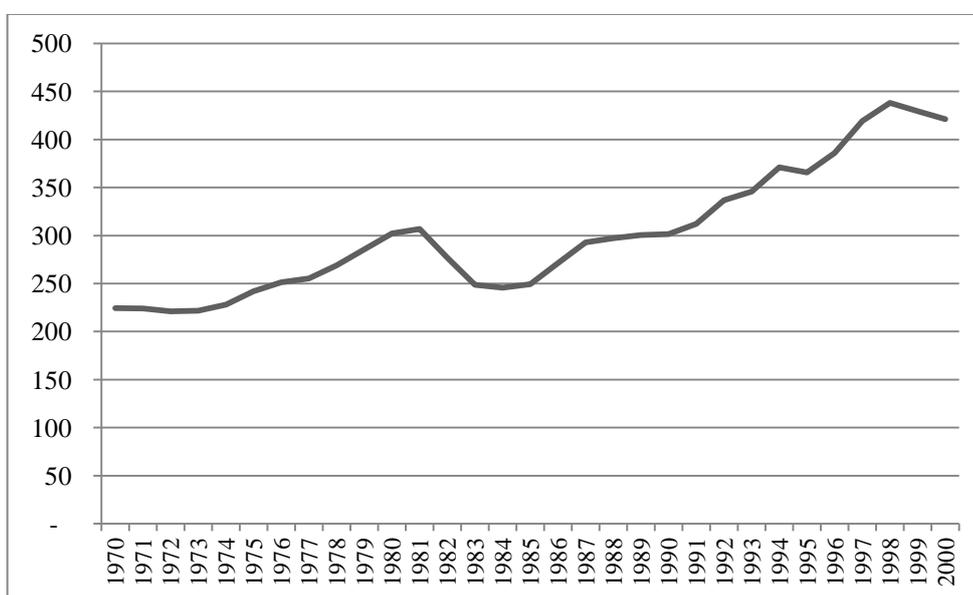


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do V-DEM (2018).

Houve um sutil aumento do índice democrático em 1980. Ao analisar esse comportamento em conjunto com os marcos políticos, econômicos e sociais do período,

percebe-se que coincide com o plebiscito constitucional proposto pelo governo civil-militar. Mesmo que tenha sido rejeitado pela população, a participação social na esfera política já foi suficiente para aumentar o coeficiente democrático. Mesmo que o regime só tenha acabado oficialmente em 1985, o processo de redemocratização se inicia, ainda que sutilmente, em 1984. Passando de 0,03 para 0,04 no último ano do regime autoritário, o primeiro ano de democracia apresenta um aumento de 11,75 vezes no índice democrático, seguindo uma trajetória constante de consolidação até atingir 0,84 nos anos 2000.

Gráfico 22 - Produto Interno Bruto Real Uruguiaio 1970 – 2000 (Bilhões, LCU)



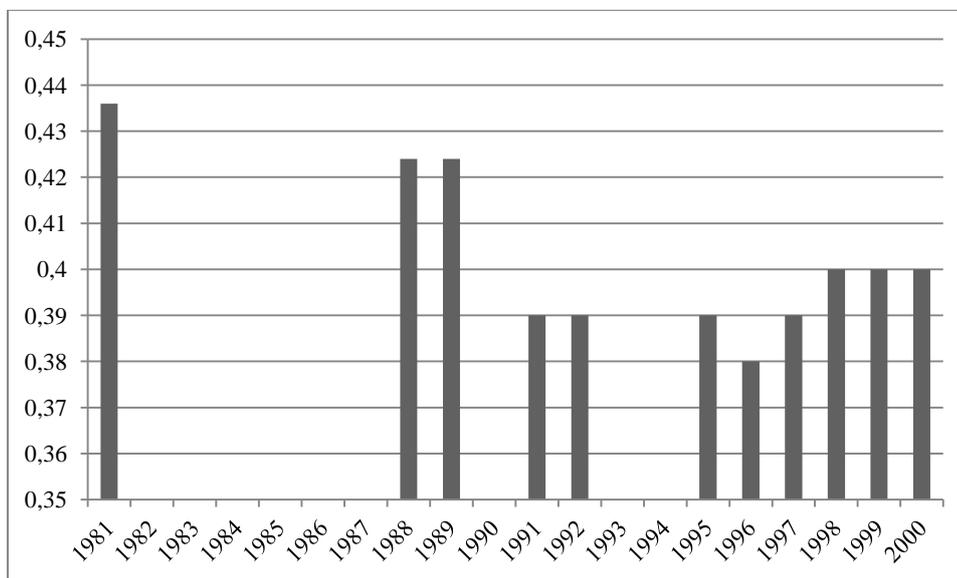
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial (2018).

Como pode-se verificar no Gráfico 22, o desempenho do produto interno uruguiaio oscila durante os diferentes períodos. Se os primeiros anos da ditadura apresentam uma ascensão tímida, em 1981 o PIB chega a ser 1,38 vez maior que no início do regime. Como visto anteriormente, esse crescimento foi concomitante com o aumento no índice democrático. O declínio a partir de 1982 mostra que a situação econômica não mais era capaz de sustentar o regime autoritário e foi apenas a partir da abertura democrática que o indicador começou a crescer de forma vigorosa, atingindo seu ápice em 1998.

No que tange à distribuição de renda, o Uruguai possui um dos indicadores mais homogêneos da América Latina. Entretanto, as disparidades se agravaram no período ditatorial. Pegando como amostra o ano de 1976, o quinto mais pobre da sociedade uruguiaia recebia 4,8% do rendimento total, enquanto a parcela dos 10% mais ricos recebia 30,1% da renda familiar total (HUDSON; MEDITZ, 1992). O coeficiente de Gini evidencia a maior

concentração durante o período ditatorial, seguida por uma queda do coeficiente a partir dos primeiros anos de redemocratização.

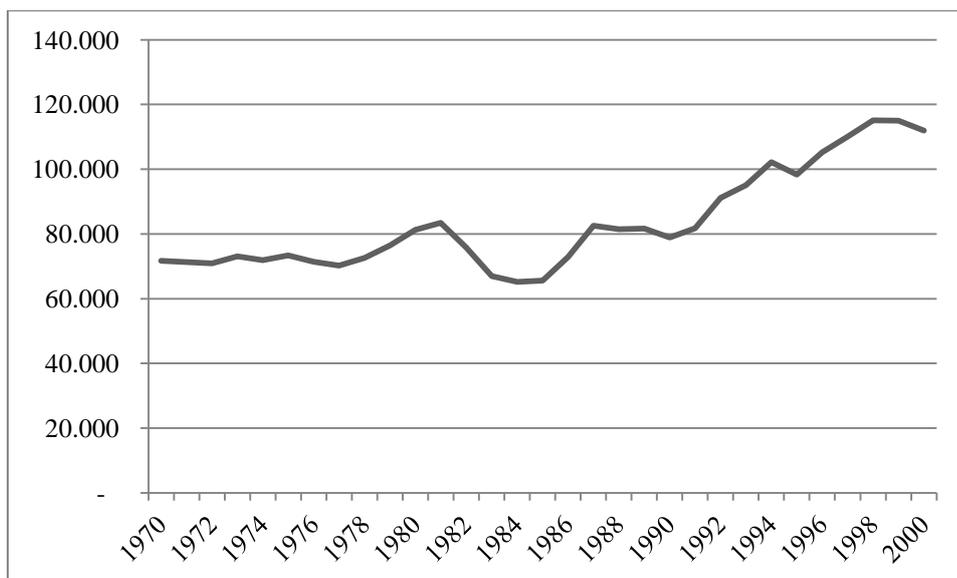
Gráfico 23 - Coeficiente de Gini no Uruguai (1981 – 2000)



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial (2018).

O salário real é outro indicador que auxilia no entendimento da distribuição de renda: do ano de abertura democrática até 1987 houve um crescimento do indicador, porém o número voltou a cair principalmente a partir dos anos 1990. Sob o governo do Partido Colorado, a participação dos salários na renda nacional aumentou marginalmente de 30,3% para 31,4% entre 1985 e 1987, enquanto a participação dos trabalhadores autônomos cresceu de 10% para 12,7%. Além disso, a proporção de famílias abaixo da linha de pobreza em Montevideu caiu 16 pontos percentuais entre o final do regime ditatorial (1984) e o ano de 1987 (INE DE URUGUAY, 1996).

Percebe-se que o consumo per capita acompanhou a trajetória do Produto Interno Bruto. Entretanto, a sua proporção se alterou ao longo do período. Verifica-se que o nível do PIB entre 1979 e 1982 é o que apresenta maior distanciamento do consumo per capita, evidenciando um agravamento da desigualdade econômica.

Gráfico 24 – Consumo real per capita no Uruguai (LCU)

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial (2018).

A importação é outro indicador que merece ser analisado no caso uruguaio. Se em 1973 as importações correspondiam a apenas 9,5% do PIB, durante a ditadura cívico-militar chegou a 22,7%. Mesmo com uma desaceleração nos primeiros anos de abertura democrática, verifica-se que esse grau de abertura e estratégia comercial se manteve, sustentando uma média de 19,14% do PIB entre 1986 e 2000. Esse crescimento do indicador, em um país com população reduzida e pouco industrializado, evidencia um legado deixado pelo período militar: maior variedade de itens para os consumidores, ao mesmo tempo em que o país se encontra em uma situação de maior dependência externa.

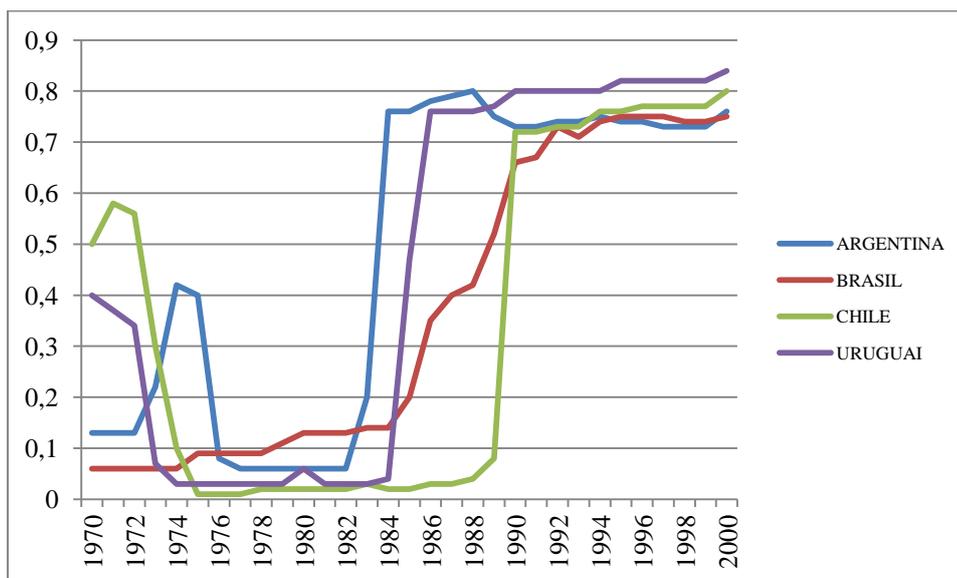
5.3 ANÁLISE REGIONAL COMPARATIVA

A análise das partes de um sistema é o primeiro passo para o estudo do fenômeno em si, ou seja, do todo (FURTADO, 1996). Por esse motivo, os dados e conclusões até então apresentados servirão ao propósito de uma análise comparativa e que tragam conclusões de nível regional, na medida em que se aceita como relevante o papel dos países estudados para delimitar tendências e inclinações em uma região periférica como a latino-americana. A primeira seção da análise regional se comprometerá a destacar as diferenças nos padrões de cada país, enquanto a segunda parte focará nas convergências dos achados de cada região.

5.3.1 Regime político e distribuição de renda

Os quatro casos estudados possuem proximidade quanto ao regime político, na medida em que os ciclos autoritários e democráticos, assim como suas transições, ocorreram em períodos próximos. O Gráfico 25 ilustra a trajetória democrática comparativa dos países:

Gráfico 25 - Índice de democracia na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai (1970 – 2000)

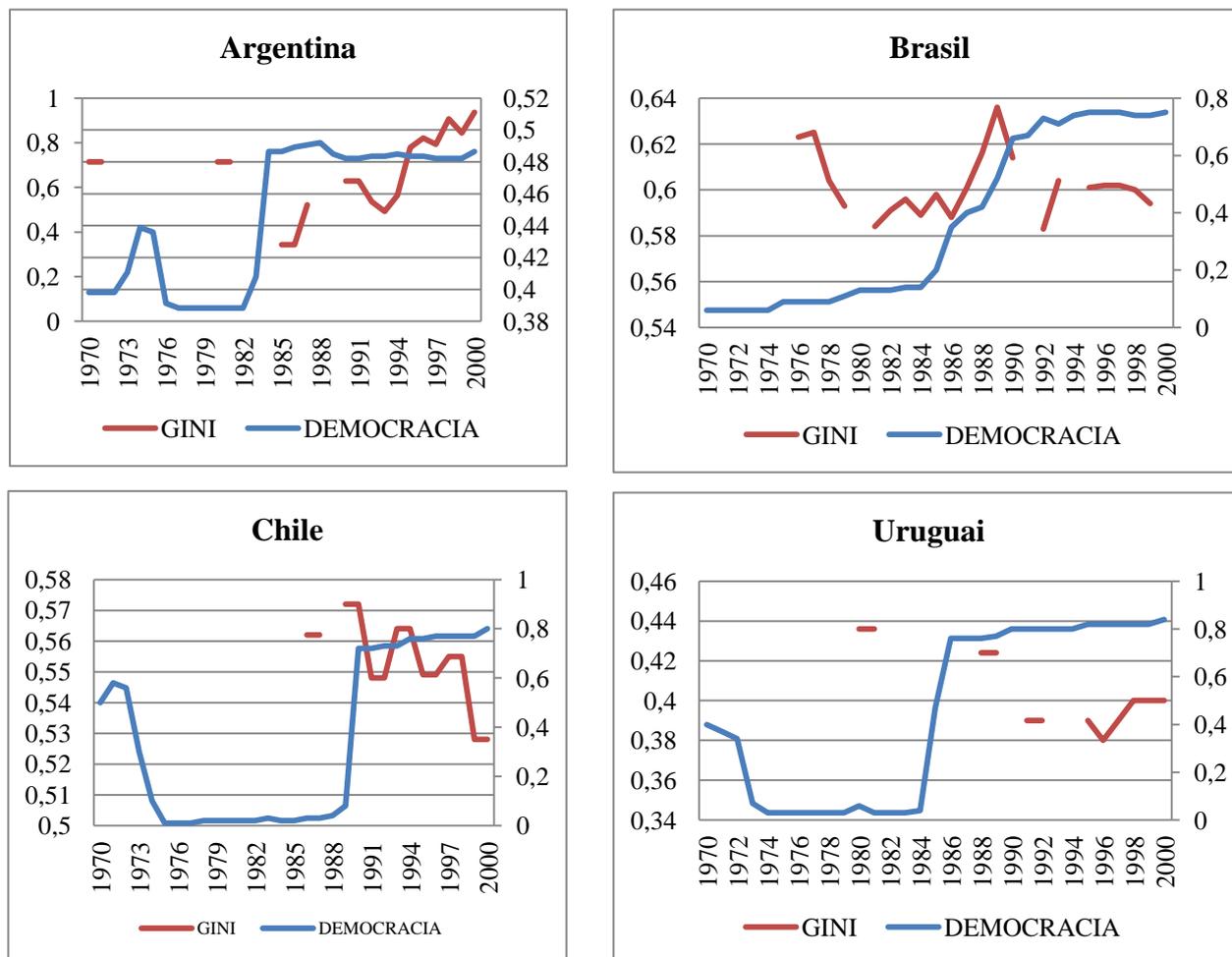


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do V-DEM (2018).

Primeiro país dos quatro selecionados a iniciar o regime autoritário, o Brasil se destaca por dois motivos: foi o que manteve o índice democrático mais alto entre 1976 e 1983 e possui uma transição mais gradual que os demais. Em contrapartida, o Chile foi o país que se manteve mais tempo e de forma mais acentuada em um regime não-democrático. O único país que apresenta um pico de crescimento da democracia durante o período autoritário foi o Uruguai, por conta do Plebiscito Nacional e a trajetória argentina evidencia o fortalecimento da democracia após uma transição por colapso.

O presente trabalho opera com três variáveis: explicativa, interveniente e explicada. Nesse momento inicial de análise, verifica-se a relação entre a primeira e a segunda, ou seja, a relação entre o regime político e a distribuição de renda. Para tal, o painel de gráficos a seguir (Gráfico 26) apresenta a trajetória do Índice Democrático (eixo vertical direito) e da Distribuição de renda (eixo vertical esquerdo) nos quatro países selecionados:

Gráfico 26 - Índice de Democracia x Coeficiente de Gini na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial (2018).

Mesmo com lacuna de dados em relação ao Coeficiente de Gini, principalmente anteriormente a 1980, percebe-se que os quatro casos apresentam um fator comum: todos apresentam uma relação inversa entre índice democrático e desigualdade de renda no primeiros momentos de abertura democrática. Na Argentina, o Gini mostra-se elevado durante os governos autoritários, se reduz no período entre a abertura democrática e o início da transição democrática. Entretanto, já na etapa de consolidação, a crise econômica desencadeada principalmente pela hiperinflação aumenta a concentração de renda, mesmo que o Gini do período não tenha atingido valores tão altos quanto os do período autoritário.

O caso brasileiro não apresenta uma relação tão linear entre o Gini e o Índice Democrático quanto os demais países. Verifica-se que a abertura democrática no país resulta em uma queda na concentração de renda. Porém, o final do Governo Sarney, marcado pela hiperinflação e por ser um período pré-eleitoral, apresenta um substancial aumento da

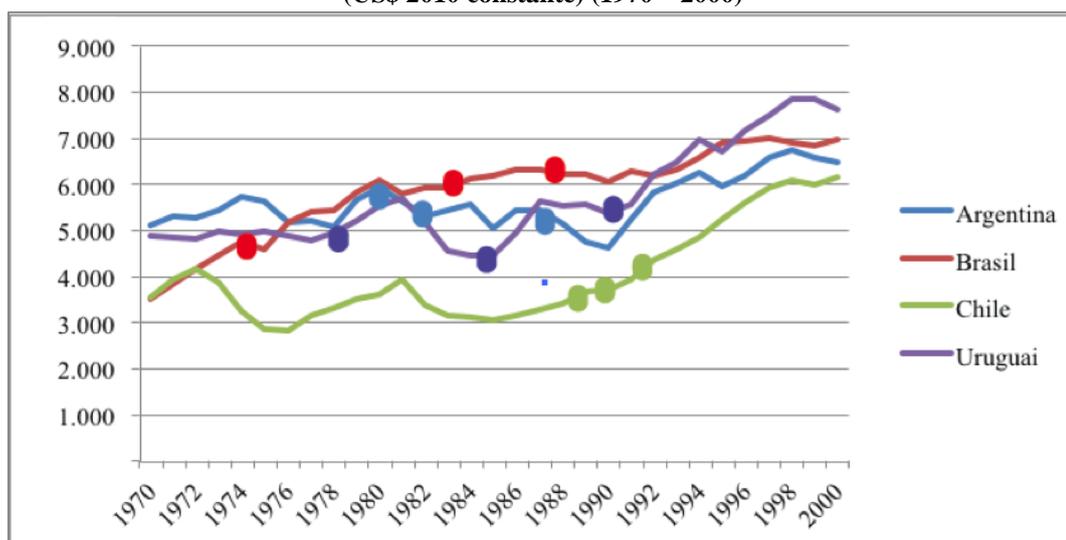
desigualdade. Passado o momento econômico crítico, mesmo com as medidas neoliberais adotadas, o Coeficiente de Gini se mantém abaixo do que era no período ditatorial.

O Chile e o Uruguai são os países que apresentam uma ligação mais estreita entre retomada democrática e diminuição da desigualdade. Um dos motivos para tal é o fato que nenhum desses países passou por crises econômicas tão agudas no período quanto o Brasil e a Argentina, fazendo com que a queda inicial do Gini verificada em todos os países mantivesse a trajetória de redução até a consolidação democrática. Corroborando o embasamento teórico previamente levantado, a análise empírica mostra que a retomada da democracia tende a desconcentrar a renda e, conseqüentemente, diminuir o Coeficiente de Gini. Entretanto, a melhor distribuição de renda não se sustenta a longo prazo unicamente pela adoção do novo regime e pode ser influenciada por variáveis econômicas e por implementações de políticas sociais e econômicas.

5.3.2 Distribuição de renda e consumo

Verificada a provável existência da primeira relação entre a variável explicativa e a interveniente, o próximo passo é estabelecer o elo com a variável a ser explicada: os padrões consumo. Para tal, a análise empírica prévia⁶ auxilia no entendimento dos padrões, e os dados aqui analisados verificam a trajetória de aumento ou queda no consumo por habitante, a partir dos dados de consumo per capita real:

Gráfico 27 - Consumo per capita real na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai (US\$ 2010 constante) (1970 – 2000)



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial (2018).

⁶ Revisar 4.4 Trajetória de Consumo na América Latina.

O Gráfico 27 apresenta dois dados importantes sobre a relação entre consumo e regimes políticos. Sobre o primeiro ponto, percebe-se que a Argentina, o Brasil e o Uruguai possuem um nível similar de consumo per capita, enquanto o Chile só se aproxima dos três no final dos anos 90 – o que pode ser relacionado com o perfil exportador do país. No que tange aos regimes políticos, os pontos de marcação (círculos sólidos) na figura representam o momento de início de cada etapa sequencial da redemocratização: primeiro a abertura, depois a transição e por fim a consolidação. Todos os casos analisados convergem no período entre a transição e a consolidação democrática, com um crescimento do consumo per capita. Em contrapartida, independente do ciclo político, percebe-se uma tendência de crescimento após a consolidação, salvo momentos de crise como, por exemplo, no caso Argentino.

A evolução do consumo per capita em cada um dos países é apresentada na Tabela 7 abaixo. Utilizam-se dois recortes temporais: o primeiro analisa a evolução entre o final do período ditatorial e o início da consolidação democrática, enquanto o segundo apresenta a evolução do indicador já em um regime democrático, desde a consolidação até os anos 2000. Os anos determinados como início e fim de cada período transicional são baseados no Quadro 1 contido no subcapítulo 2.4 do presente trabalho.

Tabela 7 - Evolução do consumo real per capita na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai até os anos 2000 (variação % total para o intervalo)

	Argentina	Brasil	Chile	Uruguai
(1) Final da ditadura - Início da Consolidação Democrática	1979-1988	1973-1988	1987-1992	1978-1992
	-9,32%	39,68%	33,28%	25,65%
(2) Início da Consolidação Democrática - Anos 2000	1988-2000	1988-2000	1992-2000	1992-2000
	26,06%	11,68%	41,35%	22,72%

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial (2018).

Percebe-se que, nos dois períodos, a maioria dos casos apresentou um crescimento de consumo per capita. O período de troca de regime político (1) tem como exceção o caso argentino, o que pode ser explicado pelo período *pós-Plata Dulce* marcado pela desvalorização da moeda e pela inflação. Entretanto, o aumento do indicador de todos os países após a consolidação, independentemente de crises econômicas, aponta uma tendência de crescimento do consumo per capita em regimes democráticos. A melhor distribuição de renda durante o período democrático tem como consequência a entrada de novas classes consumidoras no mercado e um maior poder de compra, explicando também o aumento do consumo per capita. Por fim, pode-se assumir que a redemocratização nos quatro países

selecionados teve como possível consequência uma redução no Coeficiente de Gini e um aumento do consumo, principalmente quando se considera a análise a longo prazo.

5.4 RESUMO DO CAPÍTULO

- a) O presente capítulo apresentou a trajetória de indicadores que, quando relacionados e analisados, auxiliam no entendimento das três variáveis estudadas: **regimes políticos, distribuição de renda e consumo**. Para a primeira, utiliza-se o Índice de Democracia do V-Dem, para o segundo o Coeficiente de Gini e para o terceiro o PIB real e o consumo real per capita;
- b) na **Argentina**, após o regime autoritário, o Índice de Democracia se estabiliza apenas após 1984 até a posse de Menem e a desigualdade presente durante o governo autoritário decaiu nos primeiros anos de redemocratização, se elevando novamente após as medidas neoliberais implementadas. Em paralelo ao aumento da desigualdade de renda, o produto argentino teve o seu maior crescimento após o Plano de Conversibilidade, o qual resulta em um aumento de consumo per capita;
- c) por mais que a redemocratização fosse posta como ponto de chegada após os anos de regime militar no **Brasil**, verifica-se que a trajetória até a democracia no país não foi linear. O índice do país seguiu em ascensão após a consolidação democrática, estabilizando-se apenas na sequência do *impeachment* de Collor. Além disso, crescimento do produto durante o regime autoritário é perceptível, porém foi acompanhado de um aumento de desigualdade de renda nos anos seguintes, herança essa que, combinada com as medidas neoliberais implementadas no país, foi sentida já no período democrático. O consumo per capita acompanhou momentos políticos importantes no país: aumentou durante o Milagre Econômico, diminuiu após os planos de conversão e se recuperou após o Plano Real;
- d) desde a redemocratização, o **Chile** seguiu uma trajetória constante a caminho da democracia e, a partir do reestabelecimento do marco democrático com a eleição de Aylwin, o Coeficiente de Gini decaiu e chega na mínima do período em 2000. Os salários médios e os gastos sociais com educação e saúde no país, por exemplo, iniciaram uma trajetória de alta a partir da abertura democrática, aumentando

ainda mais a partir dos anos 2000. O período autoritário resultou em uma queda do consumo per capita, o qual retomou uma trajetória de crescimento apenas após a primeira eleição democrática;

- e) no caso do **Uruguai**, mesmo que o regime só tenha acabado oficialmente em 1985, o processo de redemocratização se inicia em 1984, seguindo uma trajetória constante de consolidação até os anos 2000. O crescimento do PIB foi concomitante com o aumento no índice democrático. O declínio a partir de 1982 mostra que a situação econômica não mais era capaz de sustentar o regime autoritário e foi apenas a partir da abertura democrática que o indicador começou a crescer de forma vigorosa, trajetória acompanhada pelo consumo per capita. Além disso, o Coeficiente de Gini evidencia a maior concentração durante o período ditatorial, seguida por uma queda do coeficiente a partir dos primeiros anos de redemocratização. O aumento das importações resultou em uma maior variedade de itens para os consumidores, ao mesmo tempo em que colocou o país em uma situação de maior dependência externa.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho foi desenvolvido com a finalidade de analisar a relação entre regimes políticos, distribuição de renda e padrões de consumo. Para tal, foram delimitados quatro países latino-americanos – Argentina, Brasil, Chile e Uruguai – e o estudo se concentrou no período 1980-2000.

Em um primeiro momento, a evolução e as variações da teoria democrática foram estudadas e o conceito proposto por O'Donnell de democracia foi utilizado no restante da pesquisa. Realista e restritiva, dentro do arcabouço teórico desse autor estabelece-se que os principais critérios para determinar uma democracia são estímulos universalistas e includentes, eleições competitivas e consolidação de direitos políticos e civis. Alinhado a esse primeiro conceito e ainda na esfera conceitual, a volta à democracia é dividida em etapas subsequentes à abertura democrática: a transição, que pode ser tanto pactuada como por colapso, e a consolidação.

Os embasamentos teóricos são então aplicados à realidade dos países estudados e percebe-se que a Argentina se destaca por ser o único a passar por uma transição por colapso. Isso reflete diretamente no seu rápido período de abertura até chegar na transição. Em contrapartida, a abertura lenta, gradual e segura do caso brasileiro é evidenciada pelo fato de que a abertura democrática vigorou por mais tempo do que o período ditatorial. Diferentemente dos outros países, o Chile iniciou o seu processo mais tardiamente e apenas em meados dos anos 1990 que consolidou a sua democracia. Por fim, o fim do período autoritário no Uruguai não é marcado por uma forte pressão social, o que explica um maior período desde a abertura até a consolidação.

A pesquisa também se concentrou no estudo da distribuição de renda, que se apresenta como variável explicativa do trabalho. A mensuração da desigualdade em casos de grandes disparidades socioeconômicas como o da América Latina foi debatida e a Razão de Palma foi validada como um dos métodos mais adequados para suprir as lacunas do Índice de Gini, embora não haja dados disponíveis da primeira para a análise empírica, tendo de ser utilizada a última. Além disso, a relação entre a distribuição de renda e o regime político obteve sustentação teórica. Percebe-se com base em estudos anteriores que governos autoritários tendem a priorizar uma pequena parte da sociedade e, conseqüentemente, aumentar a desigualdade, ao mesmo tempo em que tem mais facilidade em aplicar medidas que gerem crescimento econômico. Já um regime democrático possui uma maior probabilidade de gerar

uma distribuição mais homogênea da renda, uma vez que se sustenta também em instituições fortes, eleitores ativos e diferentes partidos políticos.

Outro possível vínculo verificado foi entre a distribuição de renda e o consumo, o qual pode ser estudado por diferentes arcabouços teóricos. Aproximando a relação com os casos estudados, pode-se enfatizar a Teoria Estruturalista Latino-Americana, a qual assume que a concentração de renda gerou um padrão de consumo nos países em desenvolvimento que simula os dos países industrializados. Em todos os países estudados, verifica-se que a desigualdade aumentou durante o período autoritário e foi ainda mais acentuada nos períodos em que se adotaram medidas neoliberais e ortodoxas. Esse cenário só se alterou a partir dos anos 2000, quando aumentaram as quantidades de políticas públicas com objetivo de aumentar a igualdade de renda e melhorar a qualidade de vida da população.

Além disso, verifica-se que o consumo per capita se elevou nos quatro países ao compararmos os primeiros anos de abertura democrática até os anos 2000, quando todos já estavam com a democracia consolidada. Além disso, as medidas de contenção de inflação em países como a Argentina e o Brasil foram cruciais para determinar o padrão de consumo, a partir do aumento do poder de compra da classe C, um maior consumo de bens industrializados e não-duráveis. Já a redemocratização no Chile e no Uruguai resultou na chegada de produtos internacionais na cesta de bens de consumo das famílias dos países, por conta do forte crescimento das importações.

Os resultados da pesquisa apontaram que existe a influência do cenário político vigente no consumo, e não somente o impacto de fatores econômicos como a distribuição de renda. Somado a isso, os quatro casos selecionados que evidenciaram que os governos autoritários tiveram como enfoque o crescimento econômico, mesmo que as custas de maior desigualdade e endividamento, enquanto os governos democráticos, principalmente aqueles após a consolidação, aumentaram os esforços de políticas públicas redistributivas e resultaram em um menor índice de desigualdade.

Mesmo que cada país tenha suas peculiaridades, como o caso chileno, que se difere por adotar uma agenda neoliberal ainda durante o regime ditatorial, o momento de redemocratização resultou em uma maior distribuição de renda a curto prazo, fazendo com que as políticas adotadas pelos novos regimes fossem cruciais para determinar se essa maior homogeneidade se manteria nos períodos seguintes. Percebe-se que só existe uma tendência de queda no Coeficiente de Gini no início dos anos 2000 com a adoção de políticas redistributivas, diferentemente do período em que foram adotadas políticas neoliberais.

Os níveis de desigualdade e de consumo se comportam de maneiras diferentes e, em ambos os casos, as políticas adotadas pelos governos determinam a trajetória das mesmas. Se a redemocratização nos quatro países estudados resultou na queda da desigualdade durante o período de abertura democrática, o consumo per capita aumentou gradativamente até a consolidação democrática. Dessa forma, conclui-se que a distribuição de renda é um fator que influencia os padrões de consumo ao aumentar o número de agendas com poder de compra. Entretanto, as políticas implementadas pelos novos governos democráticos são elementos chave para aumentar o consumo e, também, modificar os seus padrões.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D. *et al.* **Economic and political inequality in development: the case of Cundinamarca, Colombia.** Cambridge, MA, 2007. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w13208.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- ACUÑA, C.; SMULOVITZ, C. **¿Ni olvido ni perdón?** Derechos humanos y tensiones cívico-militares en la transición argentina. Buenos Aires: CEDES, 1991. (Documentos CEDES, 69).
- AGHION, P.; BOLTON, P. A Theory of trickle-down growth and development. **Review Economic Studies**, [s. l.], v. 64, p. 151–172, 1997.
- ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 52, n. 3, p. 284–299, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902012000300002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 maio 2018.
- ALESINA, A.; PEROTTI, R. **Income distribution, political instability and investment.** [S.l.], 1993. (NBER working paper, 4486).
- ALESINA, A.; RODRIK, D. Distributive politics and economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, [s. l.], v. 109, n. 2, p. 465–490, 1994.
- ALESINA, A.; ROSENTHAL, H. **Partisan politics, divided government and the economy.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- ALLAN, J. P.; SCRUGGS, L. Political partisanship and welfare state reform in advanced industrial societies. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF EUROPEANISTS*, 13., 2004, Chicago. **Anais [...]**. Chicago: American Journal of Political Science, 2004.
- ALVES, G. *et al.* **La desigualdad del ingreso en Uruguay entre 1986 y 2009.** [S.l.: s.n.], 2012.
- AMANTINO, A. K. Democracia: a concepção de Schumpeter. **Teor. Evid. Econ**, Passo Fundo, v. 5, p. 127–140, 1998.
- ARNABAL, L. R.; BERTINO, M.; FLEITAS, S. Una revisión del desempeño de la industria en Uruguay entre 1930 y 1959. **Revista de Historia Industrial**, [s. l.], v. 53, 2013.
- AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia.** São Paulo: UNESP, 2002.
- BAGCHI, A. K. The past and the future of the developmental state. **Journal of World-Systems Research**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 398–442, 2000.
- BALESTRO, M. V. Instituições do estado desenvolvimentista na América Latina no contexto pós-neoliberal: os casos do Brasil e Argentina em perspectiva comparada. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 82–101, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BC. Relatório anual. **Boletim do Banco Central do Brasil**, [s. l.], v. 45, p. 1–237, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BC. Relatório anual. **Boletim do Banco Central do Brasil**, [s. l.], 1998.

BANCO MUNDIAL - BM. **World development indicators database**. [S.l: s.n.], 1984.

BANCO MUNDIAL - BM. **World development indicators database**. [S.l: s.n.], 2018.

BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 45, n. 2, p. 135–146, 2002.

BARRETO, F. A. F. **Crescimento econômico, pobreza e desigualdade de renda: o que sabemos sobre eles?** Fortaleza: Laboratório de Estudos da Pobreza, 2005.

BARTELS, L. M. **Economic inequality and political representation**. Princeton: Princeton University, 2005.

BERAMENDI, P.; ANDERSON, C. J. Income inequality and democratic representation. *In*: BERAMENDI, P.; ANDERSON, C. J. (ed.). **Democracy, inequality, and representation in comparative perspective**. [S.l.]: Russell Sage Foundation, 2011. p. 3–24.

BERMAN, S. **The social democratic movement: ideas and politics in the making of interwar Europe**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

BERTOLA, G. Market structure and income distribution in endogenous growth model. **American Economic Review**, [s. l.], v. 83, p. 1184–1199, 1993.

BÉRTOLA, L. A 50 años de la curva de Kuznets: Crecimiento y distribución del ingreso en Uruguay y otras economías de nuevo asentamiento desde 1870. **Investigaciones en Historia Económica**, [s. l.], v. 3, p. 135–176, 2005.

BÉRTOLA, L.; ÁLVAREZ, J. Desarrollo y desigualdad: una mirada desde la historia económica. *In*: **Pobreza y desigualdad en Uruguay**. [s.l]: [s.n.], 2010.

BÉRTOLA, L.; PORCILE, G. Argentina, Brasil, Uruguay u la economía mundial. *In*: **Ensayos de historia económica: Uruguay y la región en la economía mundial 1870-1990**. Montevideo: Trilce, 2000. p. 53–90.

BÉRTOLA *et al.* **Human development and inequality in the 20th century: the Mercosur countries in a comparative perspective**. [S.l]: [s.n.], 2008.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL - uma resenha. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, Rio de Janeiro, p. 1–66, 2000. Disponível em: <http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/123.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BLECKER, R. Distribution, demand and growth in neo-kaleckian macro-models. *In*: **The economics of demand-led growth: challenging the supply-side vision of the long run**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

BOBBIO, N. Democracia. In: SANTILLÁN, J. F. **Norberto Bobbio: el filósofo y la política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BOBBIO, N. **Né com Marx né contro Marx**. Roma: Riuniti, 1997.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BONELLI, R.; CUNHA, P. V. Crescimento econômico, padrão do consumo e distribuição da renda no Brasil: uma abordagem multissetorial para o período 1970/75. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 703–756, 1981.

BRADLEY, D. *et al.* Distribution and redistribution in postindustrial democracies. **World Politics**, [s. l.], v. 55, n. 2, p. 193–228, 2003.

BRADY, D. S.; FRIEDMAN, R. D. Savings and the income distribution. In: BRADY, Dorothy S.; FRIEDMAN, Rose D. **Studies in income and wealth**. [S.l.]: National Bureau of Economic Research, 1947. p. 247–265.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Democracia, estado social e reforma gerencial. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 112–116, 2010.

BROCHIER, L.; MENDONÇA, A. R. R. Crédito, riqueza e renda: uma revisão das teorias convencionais do consumo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, 2018.

BROWNING, M.; LUSARDI, A. **Household saving: micro theories and micro facts**. [S.l.: s.n.]. v. 34.

BRUM, C.; CARBALLO, P.; INDUNI, A. Inflación y núcleo monetario en la economía uruguaya. In: JORNADAS ANUALES DE ECONOMÍA DEL BANCO CENTRAL DEL URUGUAY, 27., 2012, Montevideo. **Anais [...]**. Montevideo, 2012.

BURIAN, C. M. L. El consenso de los partidos Colorado y Nacional en la política exterior uruguaya (1985-2005). **Revista de la Facultad de Derecho**, [s. l.], n. 42, p. 100–137, 2017. Disponível em: <http://revista.fder.edu.uy/index.php/rfd/article/view/573>. Acesso em: 12 maio 2018.

BUSATO, M. I.; REIF, A. C.; POSSAS, M. **Uma tentativa de integração entre Keynes e Kalecki: investimento e dinâmica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

CABRAL, J. P. A recuperação democrática uruguiaia 1982-1984: transição via concertação tutelada. **Estado e Poder**, [s. l.], 2015. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/026.pdf>. Acesso em: 11 maio 2018.

CANO, W. Milagre brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas. In: CANO, W. **Seminário 40 Anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

CARCANHOLO, M. D. **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo**. São Paulo: Cortez, 2002.

CASTRO, C. The military and politics in Brazil, 1964-2000. In: KOONINGS, K.; KRUIJT, D. (ed.). **Political armies**. The military and nation-building in the age of democracy. London: Zed Books, 2002.

CAVALIERI, C. H. **Distribuição de renda e consumo agregado: uma avaliação para o Brasil**. São Paulo: FGV-SP, 1994.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina 2005**. [S.l.]: [s.n.], 2005.

CEPÊDA, V. A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo : um balanço histórico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 77–90, 2012.

CEPÊDA, V. A.; SILVA, I. H. M. A trajetória do desenvolvimento: a questão social, democracia e Estado na experiência do Brasil e Argentina. **Revista Política Hoje**, Pernambuco, v. 25, n. 1, p. 41–70, 2016.

CHAMPERNOWNE, D. G.; COWELL, F. A. **Economic inequality and income distribution**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CHAUÍ, M.; NOGUEIRA, M. A. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. **Lua Nova: revista de cultura e política**, [s. l.], n. 71, p. 173–228, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000200006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 maio 2018.

CHIOMA, N. J. **Causal relationship between gross domestic product and personal consumption expenditure of Nigeria**. [S. l.], 2009.

CHONG, A. Inequality, democracy and persistence: is there a political Kuznets curve? *In: LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN ECONOMIC ASSOCIATION ANNUAL MEETING*, 2000, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2000.

CHOUHY, G. **Class, consumption, and lifestyles in Uruguay**. Pittsburg: University of Pittsburgh, 2006.

COGNEAU, D. The political dimension of inequality during economic development. In: GDRI GREEM “INEQUALITIES AND DEVELOPMENT IN THE MEDITERRANEAN COUNTRIES”, 2009, Paris. **Anais [...]**. Paris: Paris School of Economics, 2009.

COLVERO, R. B.; RIBAS, V. de L. Democracia, agência e Estado: teoria com intenção comparativa. **Revista Debates**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 245, 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/32128>. Acesso em: 10 maio 2018.

CORTÉS, R.; MARSHALL, A. Salario real, composición del consumo y balanza comercial. **Desarrollo Económico**, [s. l.], v. 26, n. 101, p. 71–88, 1986. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3466795>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CORTÉS, R.; MARSHALL, A. State social intervention and labour regulation: the Argentine Case. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 17, n. 4, 1993.

DAHL, R. **Democracy and its critics**. New Haven; London: Yale University Press, 1989.

DAVANZATI, G.; PACELLA, A. Thorstein Veblen on credit and economic crises. **Cambridge Journal of Economics**, [s. l.], v. 38, p. 1043–1061, 2014.

DEACON, R.; SAHA, S. Public good provision by dictatorships: a survey. In: OTT, A.; CEBULA, R. (ed.). **The elgar companion to public economics**. Massachusetts: Edward Elgas, 2006.

DEATON, A. Franco Modigliani and the life cycle theory of consumption. **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review**, Barcelona, v. 58, 2005.

DESIDERÁ NETO, W. A. As mudanças no sentido estratégico do mercosul para a política externa brasileira: da redemocratização (1985) à crise brasileiro-argentina (1999-2002). **Revista Tempo do Mundo**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 153–169, 2013. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6291/1/RTM_v5_n1_Mudanças.pdf. Acesso em: 12 maio 2018.

DIAMOND, L. *et al.* **Consolidating the third wave democracies: regional challenges**. [S.l.]: The John Hopkins University Press, 1997.

DIAMOND, L.; LINZ, J. J.; LIPSET, S. M. (ed.). **Democracy in developing countries: Latin America**. Boulder, CO: Lynne Rienner; London: Adamantine Press, 1989. v. 4.

DÍAZ-ALEJANDRO, C. F. Da repressão financeira à crise: experiências do Cone Sul. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, [s. l.], 1983.

DÓRIA, R. M. S. **Evolução do padrão de consumo das famílias brasileiras no período 2003-2009 e relações com a distribuição de renda**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Rosa_Marina.pdf. Acesso em: 18 ago. 2018.

DRAIBE, S. M. **Rumos e metamorfoses**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

DUESENBERY, J. S. **Income, saving and the theory of consumption behavior**. Cambridge: Harvard University Press, 1949.

ESCUDE, C.; FONTANA, A. Argentina's security policies. Their rationale and regional context. In: DOMINGUEZ, J. I. (ed.). **International security and democracy: Latin America and the Caribbean in the post-cold war era international security & democracy**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1996.

FABER, R. J.; O'GUINN, T. C. Classifying compulsive consumers: advances in the development of a diagnostic tool. **ACR North American Advances**, [s. l.], v. NA-16, 1989. Disponível em: <http://acrwebsite.org/volumes/5965/volumes/v16/NA-16>. Acesso em: 18 ago. 2018.

FAJNZYLBER, F. **Industrializacion en America Latina: de la “caja negra” al “casillero vacío”**. Santiago do Chile: Nações Unidas, 1989.

FANTINEL, V. D.; LENZ, M. H. Crescimento e crise na Argentina nos séculos XIX e XX: análise do período Frondizi. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, 2014.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

FAUSTO, B.; DEVOTO, F. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.

FERRARI, A.; CUNHA, A. M. As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação. **Economia e Sociedade**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 47–80, 2008.

FERREIRA, G. de S. Qual democracia? O período de redemocratização na América Latina: uma reflexão sobre Brasil e Argentina. **Revista Ameríndia**, Ceará, p. 13, 2011.

FFRENCH-DAVIS, R.; GRIFFITH-JONES, S. **Os fluxos financeiros na América Latina: um desafio ao progresso**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FFRENCH-DAVIS, R. **Desarrollo económico en Chile: desafíos hacia el bicentenario**. [S.l.]: [s.n.], 2007.

FFRENCH-DAVIS, R. **Is Chile a model for economic development?** [S.l.]: [s.n.], 2014.

FFRENCH-DAVIS, R. **La experiencia de Chile con el balance fiscal estructural, 2001-2013**. [S.l.]: [s.n.], 2014.

FOCHEZATTO, A. Estrutura da demanda final e distribuição de renda no Brasil: uma abordagem multisetorial utilizando uma matriz de contabilidade social. **Revista Economia**, [s. l.], 2011.

FONSECA, P. C. D. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Brasília, 2015. (Texto para discussão IPEA).

FONTAINE, J. A. **Transición económica y política en Chile: 1970-1990**. [S.l.], 2019.

FOX, M. L. Distribuição da renda no Brasil: dados mais exatos e novas descobertas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 24, n. 2, abr./jun. 1984.

FRENKEL, R.; FANELLI, J. M. O plano austral. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 5-40, 1987.

FRIDERICHS, L. E. Transição democrática na Argentina e no Brasil: continuidades e rupturas. **AEDOS**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 439–455, 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/67044>. Acesso em: 7 maio 2018.

FRIEDMAN, M. **A theory of the consumption function**. [S.l.] : Princeton University Press, 1957.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estado democrático**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1982.

FURTADO, C. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1978. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/A_economia_latino_americana.html?id=VmqwAA AAI AJ&redir_esc=y. Acesso em: 8 maio 2018.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALBRAITH, J. K. Inequality and economic and political change: a comparative perspective. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 13–27, 2011. Disponível em: <https://academic.oup.com/cjres/article-lookup/doi/10.1093/cjres/rsq014>. Acesso em: 17 ago. 2018.

GARCÍA, C. S. La globalización en la sociedad internacional contemporánea: dimensiones y problemas desde la perspectiva de las relaciones Internacionales. *In: Cursos de Derecho internacional de Victoria Gasteiz, 1998*. Madrid: Tecnos e Servicio Editorial Universidad del País Vasco, 1999.

GARRETÓN, M. A. M. A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução. **Lua Nova: revista de cultura e política**, [s. l.], n. 27, p. 59–92, 1992. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451992000300004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 11 maio 2018.

GASIOROWSKI, M. J. Economic crisis and political regime change: an event history analysis. **American Political Science Review**, [s. l.], v. 89, n. 4, p. 882–897, 1995.

GASPARINI, L.; LUSTIG, N. **The rise and fall of income inequality in Latin America**. [S.l.]: Tulane University, 2011.

GATICA, J.; MIZALA, A. Autoritarismo e ortodoxia econômica: Chile 1974-1987. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 10, n. 2, 1990.

GEDDES, B. What do we know about democratization after twenty years? **Annual Review of Political Science**, [s. l.], v. 2, p. 115–144, 1999.

GEISSE, G.; VALDIVIA, M. Urbanización e industrialización en Chile. **Revista EURE**, [s. l.], v. 5, n. 15, 1978.

GENNARI, A. M. Duas teorias da população no pensamento clássico: Karl Marx e Thomas Malthus. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS*, 6., 2009, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2009.

GESTEIRA, L. A. M. G. A guerra fria e as ditaduras militares na América do Sul. **Scientia Plena**, [s. l.], v. 10, n. 12, 2014. Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/2062>. Acesso em: 10 maio 2018.

GOMA, O. Crisis and industrial reorganization in Chile. **Journal of Inter-American Studies and World Affairs**, [s. l.], p. 169–192, 1989.

GOMES, F. A. R. Evolução do consumo de duráveis e não-duráveis: existe ajustamento lento no caso brasileiro? *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 36., 2012. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2012.

GRAHAM, H. Social determinants and their unequal distribution: clarifying policy understandings. **The Milbank Quarterly**, [s. l.], v. 82, n. 1, p. 101–124, 2004. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.0887-378X.2004.00303.x>. Acesso em: 03 mar. 2018.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GROSSMAN, G. M.; HELPMAN, E. Electoral competition and special interest politics. **Review of Economic Studies**, [s. l.], v. 63, p. 265–286, 1996.

HABERMAS, J. **Between facts and norms**. Contributions to a discourse theory of law and democracy. Cambridge: The MIT Press, 1996.

HADJIMATHEOU, G. **Consumer economics after Keynes**: theory and evidence of the consumption function. [S.l.]: Wheatsheaf Books, 1987.

HAGGARD, S.; KAUFMAN, R. R. **The political economy of democratic transitions**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

HAINES, A. E. F. **O peronismo**: um fenômeno argentino, uma interpretação da política econômica argentina. 1946-1955. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

HALL, R. Stochastic implications of the life cycle permanent income hypothesis: theory and evidence. **Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 86, p. 971–978, 1978.

HALPERIN, M.; SIEGLE, J.; WEINSTEIN, M. **The democracy advantage**. [S.l.]: Routledge, 2004.

HAMANAKA, S. **Inequality and authoritarianism in the developing countries**. [S.l.], 2008. Disponível em: <http://mpira.ub.uni-muenchen.de/16798/>. Acesso em: 17 ago. 2018.

HANSEN, M. H. **The Athenian democracy in the age of Demosthenes**. London: Oxford University Press, 1991.

HAYES, R. A. **The armed nation**: the Brazilian corporate mystique. Arizona: Arizona State University/Center for Latin American Studies, 1989.

HIRSCHMAN, A. A economia política do desenvolvimento latino-americano: sete exercícios de retrospecto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1987.

HIRSCHMAN, A. The political economy of import-substituting industrialization in Latin America. **The Quarterly Journal of Economics**, [s.l.], v. 82, n. 1, p. 1–32, 1968.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFFMANN, R. Considerações sobre a evolução recente da distribuição da renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, 1973.

HSU, S. **The effect of political regimes on inequality, 1963-2002**. [S.l.], 2008. Disponível em: <http://utip.gov.utexas.edu>. Acesso em: 15 abr. 2018.

HUDSON, R. A.; MEDITZ, S. W. **Uruguay**: a country study. Washington, D.C.: Federal Research Division, Library of Congress, 1992.

HUNTINGTON, S. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

HUNTINGTON, S. Democracy's third wave. **Journal of Democracy**, [s. l.], Spring 1991. Disponível em: <https://www.ned.org/docs/Samuel-P-Huntington-Democracy-Third-Wave.pdf>. Acesso em: 7 maio 2018.

IBGE. **Censo demográfico: resultados do universo relativos as características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro, 1991.

INE DE URUGUAY. **Índice de Condiciones de la vivienda 1985-1996**. [S.l.], 1996.

Disponível em:

<http://www.ine.gub.uy/documents/10181/35933/Indice+de+Condiciones+de+Vivienda+-+1985-1996.pdf/66703a61-0abf-4fea-9e53-194267a53058>. Acesso em: 12 fev. 2019.

IPECE. Entendendo o índice de Gini. **IPECE Conjuntura - Boletim da Conjuntura Econômica Cearense**, Ceará, 2015.

JESUS, A. *et al.* **Um olhar sobre Chile e Uguruai sob a ótica da justiça de transição**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2015/resumos_pdf/ccs/DIR/JUR-3293_Adailton, Maria, Pedro, Rebeca, Veronica.pdf. Acesso em: 11 maio 2018.

JIANG, D. **Relations between economic inequality and political dynamics in contemporary China: an urban development planning perspective with evidence from the housing sector**. London, 2012. Disponível em: www.bartlett.ucl.ac.uk/dpu. Acesso em: 17 ago. 2018.

KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e de longo prazo da economia capitalista**. São Paulo: Nova Cultural, 1977.

KELLY, E.; MILLS, A.; COOKE, B. Management as a cold war phenomenon? **Human Relations**, [s. l.], v. 59, n. 5, p. 603–610, 2006.

KENWORTHY, L. **Egalitarian capitalism**. Russell Sage Foundation, New York, 2004.

KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest and money**. Cambridge: Macmillan, 1936.

KNUTSEN, Carl. **Democracy and economic growth: a survey of arguments and results**. [S.l.]: [s.n.], 2012. v. 15

KRUIJT, D. Low intensity democracies: Latin America in the post-dictatorial era. **Bulletin of Latin American Research**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 409–430, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3339022>. Acesso em: 11 maio 2018.

KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. **The American Economic Review**, American Economic Association, 1955. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1811581>. Acesso em: 17 ago. 2018.

KUZNETS, S. **Crescimento econômico moderno: ritmo, estrutura e difusão**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LETTIERI, M.; PAES, N. L. **Medidas de pobreza e desigualdade**: uma análise teórica dos principais índices. Fortaleza: Laboratório de Estudos da Pobreza, 2006.

LEVINE, D. H.; MOLINA, J. E. La calidad de la democracia en América Latina: una visión comparada. **América Latina Hoy**, Salamanda, p. 17–46, 2007.

LEWIS, A. W. Economic development with unlimited supply of labor. *In*: SINGH, A. (ed.). **The economics of underdevelopment**. New York: Oxford University Press, 1958. p. 400–449.

LIMA, M. R. S. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, p. 07-28, 1990.

LINZ, J. Transiciones a la democracia. **Reis**, [s. l.], n. 51, p. 7–33, 1990. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/204814003/Linz-Transiciones-Democracia>. Acesso em: 10 maio 2018.

LOCATELLI, R. L. Efeitos macroeconômicos de uma redistribuição de renda: um estudo para o Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 139–170, 1985.

LÓPEZ G., J.; PUCHET A., M.; ASSOUS, M. Michal Kalecki, um pioneiro da teoria econômica do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 29, n. 2114, p. 191–211, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n2/02.pdf>. Acesso em: 24 maio 2018.

LORENZ, M. **Methods of measuring the concentration of wealth**. [S.l.]: J. Amer. Statist. Assoc., 1905.

LOURENÇO, G.; ROMERO, M. **Indicadores econômicos**. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002.

LOURY, G. C. Intergenerational transfers and the distribution of earnings. **Econometrica**, [s. l.], v. 49, n. 4, p. 843–67, 1981. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/ecmemetrp/v_3a49_3ay_3a1981_3ai_3a4_3ap_3a843-67.htm. Acesso em: 18 ago. 2018.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **The economic and social history of Brazil since 1889**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

LUZURIAGA, W.; CLÉRICO, L. **La agenda de la política exterior uruguaya 1985-2000**: una visión académica. [S.l: s.n.], 2004.

MANIN, B. Les Principes du gouvernement représentatif. **Revue Française de Science Politique**, [s.l.], v. 45, n. 6, p. 1043-1048, 1995.

MANKIW, G. Hall's consumption hypothesis and durable goods. **Journal of Monetary Economics**, [s. l.], v. 10, p. 417–425, 1982.

MARÇAL, F. N. **Distribuição de renda e crescimento econômico**: modelo multissetorial de simulação do caso brasileiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015. Disponível em:

http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/7669/texto_completo.pdf?sequence=1. Acesso em: 24 maio 2018.

MARDONES, R. Z. Descentralización y transición en Chile. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 26, n. 1, p. 03-24, 2006. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2006000100001&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 11 maio 2018.

MARÍN, F. Consumismo en Chile: la promesa triunfante de Pinochet. **El Ciudadano**, [s. l.], v. 172, 2015.

MARQUES, T. C. S. Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 6, p. 57–69, 2010. Disponível em: <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/06/03.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

MARTÍNEZ-GALARRAGA, J.; RODRÍGUEZ MIRANDA, A.; WILLEBALD, H. Regional income inequality in Uruguay during a century (1908-2008). Did the productive public policy contribute to an equalizing process? In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE HISTORIA ECONÓMICA, 5., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2016.

MATTEI, L. Trajetória e atualidade da desigualdade na América Latina. **Rebela**, [s. l.], v. 7, n. 2, 2017.

MAZZEI, D. Reflexiones sobre la transición democrática argentina. **PolHis**, [s. l.], v. 4, n. 7, p. 8–15, 1982. Disponível em: http://historiapolitica.com/datos/boletin/polhis7_mazzei.pdf. Acesso em: 11 maio 2018.

MEDEIROS, C. A. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira**. Brasília: Ipea, 2015a.

MEDEIROS, N. Democracia Clássica e Moderna: discussões sobre o conceito na teoria democrática. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 6, n. 2, 2015b. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/viewFile/42359/26894>. Acesso em: 8 maio. 2018.

MELLER, P. The chilean case. In: **Latin American adjustment: how much has happened?** Washington: Institute for International Economics, 1990. p. 54–85.

MELTZER, A. H.; RICHARD, S. F. A rational theory of the size of government. **The Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 85, n. 5, p. 914–927, 1981.

MESQUITA, B. D. *et al.* **The logic of political survival**. [S.l.]: MIT Press, 2003.

MINSKY, H. P. **John Maynard Keynes**. New York: Columbia University, 2008.

MODIGLIANI, F. Life cycle, individual thrift, and the wealth of nations. **The American Economic Review**, [s. l.], v. 76, n. 3, p. 297-313, 1986. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1813352>. Acesso em: 15 abr. 2018.

MOREIRA, V. G. As peculiaridades e os limites de uma nova classe média no Brasil. **Informações Fipe**, [s. l.], jan. 2015.

MUNHOZ, S. J. A guerra fria no Brasil: repressão política e resistência durante a primeira fase. *In: ANPUH SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 22., 2003, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa, 2003. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.630.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

MUÑOZ, O.; ARRIAGADA, A. M. Orígenes políticos y económicos del Estado empresarial en Chile. **Estudios Cieplan** 16, [s. l.], 1977.

NASCIMENTO, P. C. Guillermo O'Donnell (1936-2011). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000100001&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 7 maio 2018.

NORDHAUS, W. D. No the effects of inflation on the distribution of economic welfare. **Journal of Money**, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 465–504, 1973.

NORTH, D.; WALLIS, J. J.; WEINGAST, B. **Violence and social orders**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

NOVARO, M.; PALERMO, V. **A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de estado à restauração democrática**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

NOVARO, M. Transición democrática y legados autoritarios en Argentina, Chile y Uruguay. **Studia Historica. Historia Contemporánea**, [s. l.], v. 33, p. 17–36, 2015. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/0213-2087/article/view/14492>. Acesso em: 11 maio 2018.

O'DONNELL, G. Modernización y golpes militares. Teoría, comparación y el caso argentino. **Desarrollo Económico**, [s. l.], v. 12, n. 47, 1972.

O'DONNELL, G. Transição democrática e políticas sociais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 9-16, out./dez. 1987.

O'DONNELL, G. Teoria democrática e política comparada. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 577–654, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000400001&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 7 maio. 2018.

O'DONNELL, G. **Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. Tentative conclusions about uncertain democracies. *In: O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (ed.). Transitions from authoritarian rule*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. **Transitions from authoritarian rule**. Comparative perspectives. [S.l.]: Johns Hopkins University Press, 1986.

ODDONE, J. **Uruguay en los años 30**. Montevideo: FCU, 1989.

OECD. Growing income inequality in OECD countries: what drives it and how can policy tackle it? *In: OECD. OECD Forum on Tackling Inequality*. [S.l.], 2011.

OFFE, C.; PREUSS, U. **Democratic institutions and moral resources**. Califórnia: Stanford University Press, 1991.

OLLIER, M. M. **De la revolución a la democracia: cambios privados, públicos y políticos de la izquierda argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI/Universidad Nacional de San Martín, 2009.

OLSON, M. **The rise and decline of nations**. [S.l.]: Yale University Press, 1982.

OLSON, M. Dictatorship, democracy, and development. **The American Political Science Review**, [s. l.], v. 87, n. 3, p. 567–576, 1993.

OREIRO, F. D. R. Os micro-fundamentos do consumo: de Keynes até a versão moderna da teoria da renda permanente. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 28/29, p. 119–139, 2002.

PADRÓS, E. S. A Operação Condor e a conexão repressiva no cone sul: a luta pela verdade e pela justiça. **ORGANON**, Porto Alegre, p. 15–38, 2009.

PALLEY, T. I. **The backward bending Phillips curves: a simple model political economy research institute**. Amherst, 2008.

PALMA, J. G. Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the ‘Inverted-U’: the share of the rich is what it’s all about. **Cambridge Working Papers in Economics**, Cambridge, v. 111, p. 1–65, 2011.

PANIZZA, F. Late institutionalisation and early modernisation: the emergence of Uruguay’s liberal democratic political order. **Journal of Latin American Studies**, New York, p. 667–691, 1997. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-latin-american-studies/article/late-institutionalisation-and-early-modernisation-the-emergence-of-uruguays-liberal-democratic-political-order/BBCC930699B1F2EDD4816335B430FF30>. Acesso em: 11 maio 2018.

PARADA, J.; BACA-MEJIA, W. The relevance of Duesenberry consumption theory: an applied case to Latin America. **Economía del Caribe**, [s. l.], n. 4, 2009.

PARETO, V. **Manual of political economy**. New York: Augustus M. Kelley, 1971.

PARREIRA, C. V. S. **Tendências e ciclos comuns entre consumo e renda e a importância relativa dos choques permanentes e transitórios: uma análise dos dados agregados brasileiros**. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6467>. Acesso em: 10 maio 2018.

PEDROSO, L. **Política econômica e distribuição de renda: uma análise comparativa entre Brasil e Chile**. 2007. Dissertação (Mestrado em Integração Latino Americana) - Programa de Pós-graduação em Integração Latino Americana, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

PEDROTI, P. M. **A cooperação internacional na terceira onda de democratização: o hibridismo da Fundação Konrad Adenauer e a experiência brasileira**. São Paulo: FGV, 2006. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2450?show=full>. Acesso em: 10 maio 2018.

PERBELLINI, M. Transiciones a la democracia: temor, incertidumbre y compromiso intelectual y político. **Temas y Debates**, [s.l.], n. 24, p. 159–166, 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1853-984X2012000200014. Acesso em: 10 maio. 2018.

PEREIRA, A. W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PÉREZ-LIÑÁN, A.; MAINWARING, S. La supervivencia de la democracia en América Latina (1945-2005). **América Latina Hoy**, [s. l.], v. 68, n. 0, p. 139, 2015. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/alh201468139168>. Acesso em: 15 abr. 2018.

PERRY, G.; STEINER, R. Economic growth and inequality. **Canadian Foundation for the Americas**, [s. l.], July 2011.

PIKETTY, T. The dynamics of the wealth distribution and the interest rate with credit rationing. **Review of Economic Studies**, [s. l.], v. 64, p. 173–189, 1997.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, A. Naturaleza e implicaciones de la heterogeneidad estructural de la América Latina. **El Trimestre Económico**, [s. l.], v. 37, n. 145, 1970.

PONZA, P. Juan Carlos Portantiero: democracia a treinta años de la transición. **Revista Paginas**, [s. l.], v. 5, n. 8, p. 137–156, 2013. Disponível em: <http://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas/article/view/71>. Acesso em: 11 maio. 2018.

PORTANTIERO, J. C. Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina. **Punto Sur**, [s. l.], p. 257–293, 1987.

PRADO JR., C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: PREBISCH, R. **La obra de Prebisch en la Cepal**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. Santiago do Chile, 1962. Disponível em: <http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

PRZEWORSKI, A. That makes democracies endure? **Journal of Democracy**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 39–56, 1996.

PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. **Modernization: theories and facts world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25053996>. Acesso em: 17 ago. 2018.

QUINTAR, A.; ARGUMEDO, A. **Argentina: os dilemas da democracia restringida**. **Lua Nova**, n. 49, p. 35-63. 2000. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-64452000000100004&lng=en&tlng=pt. Acesso em: 03 mar. 2018.

RAMÍREZ, H. R. **Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o estado em perspectiva comparada**: Argentina e Brasil, 1961-1996. 2005. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6439/000485443.pdf>. Acesso em: 11 maio 2018.

RAMOS, L.; BONELLI, R. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. **Revista Brasileira de Economia**, Brasília, v. 49, n. 2, p. 353–374, 1995.

RAPOPORT, M. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2003)**. Buenos Aires: Ariel, 2005.

REIS, F. W. Diálogos com Guillermo O'Donnell. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 92, mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n92/n92a10.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

RIBEIRO, R. A. A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil - Estado Unidos. **Perspectivas**, São Paulo: v. 30, n. 30, p. 121–150, 2006. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/368/253>. Acesso em: 10 maio 2018.

ROBINSON, J. A. Theories of “bad policy”. **The Journal of Policy Reform**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 1–46, 1998. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13841289808523372>. Acesso em: 17 ago. 2018.

ROCHA, S. A Estrutura de consumo das famílias metropolitanas em São Paulo e Recife: evidências e implicações. **PPE**, [s. l.], v. 25, n. 2, 1995.

ROJAS ARAVENA, F. Chile: mudança política e inserção internacional, 1964-1997. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 40, n. 2, p. 49–75, 1997.

ROMERO, L. A. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RONDINEL, R.; SONAGLIO, C.; PEDROSO, L. Economia chilena: exemplo a ser seguido? **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, [s. l.], v. 63, 2006.

ROUQUIÉ, A. onda autoritária. *In*: **Argentina hoy**. México: Siglo XXI, 1981. p. 11–50.

RUEDA, D. Insider–outsider politics in industrialized democracies: the challenge to social democratic parties. **American Political Science Review**, [s. l.], v. 99, n. 1, p. 61–74, 2005.

SABBADINI, R. Democracia, desigualdade de renda e crescimento econômico. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 38., 2010, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANPEC, 2010.

SAINT-PAUL, G.; VERDIER, T. Education, democracy and growth. **Journal of Development Economics**, [s. l.], v. 42, n. 2, p. 399–407, 1993. Disponível em:

<https://econpapers.repec.org/RePEc:eee:deveco:v:42:y:1993:i:2:p:399-407>. Acesso em: 16 set. 2018.

SALOMÓN, M.; PINHEIRO, L. Análise de política externa e política externa brasileira: trajetória, desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 56, p. 40–59, 2013.

SARAIVA, M. G.; TEDESCO, L. Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da guerra fria. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 44, n. 2, p. 126–150, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000200007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 12 maio 2018.

SARTORI, G. **Teoría de la democracia**: el debate contemporâneo. Madrid: Alianza, 1988.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SENNES, R. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SERÉ, C.; VAZ, A. F. Corpo e política no retorno à democracia no Uruguai (1985-1990): integração da sociedade e continuação da violência. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, v. 20, n. esp, p. 151–162, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/48279>. Acesso em: 11 maio 2018.

SERÉ, C. **Teoria dos preços de produção e o princípio da demanda efetiva**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SERRANO, F.; SUMA, R. A desaceleração rudimentar da economia brasileira desde 2011. **OIKOS**, [s. l.], v. 11, 2012.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 507-524, out./dez. 2007.

SILVA, A. L. G.; MARCATO, M. B. **Estruturalismo latino-americano e desenvolvimento na perspectiva neo-schumpeteriana**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.redesist.ie.ufrj.br/lalics/papers/124Estruturalismo_LatinoAmericano_e_Desenvolvimento_na_Perspectiva_NeoSchumpeteriana.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

SILVA JR, A. R. Economia e sociedade chilena no período de Salvador Allende (1970-1973). **Economia e Pesquisa**, [s. l.], v. 4, n. 4, p. 63–76, 2002.

SILVA, P. **The soldier and the state in South America**. Essays in civil-military relations. Palgrave: Basingstoke, 2001.

SMITH, P. H. **Democracy in Latin America**: political change in comparative perspective. London: Oxford University Press, 2012.

SOUZA, F. F. Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **AEDOS**, Porto Alegre, v. 3, n. 8, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/12769/11960>. Acesso em: 10 maio 2018.

STEPAN, A. **The military in politics: changing patterns in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, 1971.

SUNKEL, O. **El desarrollo desde dentro: un enfoque neoestructuralista para la América Latina**. [S.l.: s.n.], 2019.

TAVARES, M. C. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. São Paulo: UNICAMP, 1998.

THORP, P. **Progress, poverty and exclusion: an economic history of Latin America in the 20th century**. Washington: Interamerican Development Bank, 1998.

TORRES, H. G.; BICHIR, R. M.; CARPIM, T. P. Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, p. 17–22, 2006.

TORTOSA, A. Transiciones desde un gobierno autoritario a la democracia política. **Insumisos Latino Americanos**, [s. l.], 2002. Disponível em: [http://www.insumisos.com/httpdocs/articulos/Transiciones desde un gobierno autoritario a la democracia.pdf](http://www.insumisos.com/httpdocs/articulos/Transiciones%20desde%20un%20gobierno%20autoritario%20a%20la%20democracia.pdf). Acesso em: 10 maio 2018.

TOSI, G. Democracia, liberalismo e socialismo em Norberto Bobbio. Uma resposta a Vitullo e Scavo. **RIDH**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 51–78, 2017.

TREANOR, P. **Neoliberalism: origins, theory, definition**. [S.l.], 2005. Disponível em: <http://web.inter.nl.net/users/Paul.Treanor/neoliberalism.html>. Acesso em: 17 ago. 2018.

VEBLEN, T. **The theory of the leisure class: an economic study of institutions**. New York: Huebsch, B. W., 1918.

V-DEM. **V-Dem Institute**. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://www.v-dem.net/en/v-dem-institute/about-institute/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

VITULLO, G.; SCAVO, D. O liberalismo e a definição bobbiana de democracia: elementos para uma análise crítica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 13, p. 89-105, 2014.

WAYLEN, G. Gender and Democratic politics: a comparative analysis of consolidation in Argentina and Chile. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 32, n. 3, p. 765-793, Oct. 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/158617>. Acesso em: 23 abr. 2018.

WEEKS, G. B. The “lessons” of dictatorship: political learning and the military in Chile. **Bulletin of Latin American Research**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 396–412, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3339687>. Acesso em: 11 maio 2018.

WEFFORT, F. C. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

ZAGOROSKY, P. **Democracy vs. national security**. Civil-military relations in Latin America. Boulder; London: Lynne Rienner, 1992.